

REOT-LVT, 2024



Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo

Versão para Consulta Pública
Março 2025
CCDR LVT, I.P.

TÍTULO

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território LVT
– 2024, versão para consulta pública

ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

COORDENAÇÃO GERAL

Teresa Almeida

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Carlos Pina

ELABORAÇÃO

Carlos Pina
Linda Irene Pereira
Marta Alvarenga

COLABORAÇÃO

André Barros
Dyana Borges
Fátima Carriço
Helena Tavares
Isabel Marques
João Pereira (estagiário) – Avaliação da Estrutura Ecológica Regional
Luisa Nogueira
Mafalda Pedro
Patrícia Cabrita
Sandra Mesquita
Vera Vicente

ISBN 978-989-9203-10-5

Data: março 2025

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.
Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa
Tel. +351 21 383 71 00 | www.ccdr-lvt.pt | geral@ccdr-lvt.pt

FICHA TÉCNICA	2
ÍNDICE	3
SIGLAS E ACRÓNIMOS	5
INTRODUÇÃO	6
CONTEXTO	7
PARTE I – DINÂMICAS TERRITORIAIS	12
A - INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS	12
1. NATURAL / AMBIENTAL	12
1.1. ÁGUA	13
1.2. SOLO	17
1.3. CONETIVIDADE ECOLÓGICA E BIODIVERSIDADE	20
1.4. ENERGIA	28
2. SOCIAL	32
2.1. HABITAÇÃO	33
2.2. CAPITAL HUMANO E EMPREGO	37
2.3. SERVIÇOS, COESÃO E EQUIDADE	43
2.4. GRUPOS VULNERÁVEIS	49
3. ECONÓMICO	52
3.1. ESPECIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	53
3.2. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	59
3.3. AGRICULTURA, FLORESTAS, PESCAS E AQUACULTURA	65
3.5. TURISMO	76
4. CONETIVIDADES	80
4.1. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE	81
4.2. MOBILIDADE	85
4.3. CONETIVIDADE DIGITAL	87
5. URBANO	89
5.1. ESTRUTURA DO POVOAMENTO	90
5.2. FUNÇÕES URBANAS	102
5.3. AMBIENTE URBANO	108
B - INDICADORES TRANSVERSAIS	116
1. VULNERABILIDADES FACE AOS RISCOS	116
1.1. RISCOS ASSOCIADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS	117
1.2. RISCO DE INCÊNDIOS RURAIS / FLORESTAIS	122
1.3. RISCOS ASSOCIADOS À GEODINÂMICA	125
1.4. RISCOS TECNOLÓGICOS	129
2. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	132
2.1. EMISSÕES DE GASES COM EFEITO ESTUFA	133
2.2. ARMAZENAMENTO DE CARBONO	137
2.3. AÇÃO CLIMÁTICA	139

PARTE II – DINÂMICAS DE PLANEAMENTO	141
1. ÂMBITO NACIONAL, SETORIAL E ESPECIAL	141
1.1. REVISÃO DO PNPOT E PLANEAMENTO SETORIAL	142
1.2. PROGRAMAS/PLANOS ESPECIAIS	147
2. ÂMBITO MUNICIPAL	149
2.1. DINÂMICA DA REVISÃO DOS PDM	150
2.2. OUTRAS DINÂMICAS DOS PDM E PLANOS DE URBANIZAÇÃO E DE PORMENOR	153
2.3. REGIME DE USO DO SOLO	155
PARTE III – AVALIAÇÃO DOS PROT	163
1. OS PROT NO NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL	164
2. OS PROT NO QUADRO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS	166
2.1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DOS PROT	167
2.2. ESTRUTURA ECOLÓGICA REGIONAL	176
2.3. DISPONIBILIDADE DE SOLO URBANO E CONTENÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO	195
2.4. EDIFICAÇÃO EM SOLO RÚSTICO	198
2.5. EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DE RISCO	201
PARTE IV – PROBLEMÁTICAS E DESAFIOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	205
1. AUSCULTAÇÃO DOS ATORES	206
2. DESAFIOS PARA O FUTURO - NOVO PROT LOVT	211
ANEXO I – ORGANIZAÇÃO DOS INDICADORES DO REOT LVT	222
ANEXO II – CONTRIBUTO DAS VARIÁVEIS ANALISADAS NO REOT PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228



Símbolos e Acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa
ANE – Áreas Nucleares Estruturantes
ANS – Áreas Nucleares Secundárias
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIM – Comunidade Intermunicipal
CM – Câmara Municipal
EEM – Estrutura Ecológica Municipal
EER – Estrutura Ecológica Regional
EMAG – Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão
EMPVA – Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental
ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IGT – Instrumento de Gestão Territorial
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPT – Instrumentos de Planeamento Territorial
LBPPSOTU – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014)
LVT – Lisboa e Vale do Tejo
MTSS – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
NO2 – Dióxido de Nitrogénio
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O3 – Ozono troposférico
OENR – Orientações estratégicas de âmbito nacional e regional da REN
OVT – Oeste e Vale do Tejo
PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
PDM – Plano Diretor Municipal
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequenas e Médias Empresas
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POAAP – Planos de Ordenamento de Albufeira de Águas Públicas
POAP – Planos de Ordenamento de Área Protegida
PP – Plano de Pormenor
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PROT LOVT – Plano Regional de Ordenamento do Território de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo
PROT OVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
PU – Plano de Urbanização
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAMSAR – Convenção de Ramsar - "Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat"
RAN – Reserva Agrícola Nacional
RCM – Resolução do Conselho de Ministros
REM – Rede Ecológica Metropolitana
REN – Reserva Ecológica Nacional
RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo
RMQA – Rede de Monitorização da Qualidade do Ar
SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial
UE – União Europeia
ZPE – Zona de Proteção Especial

Em 1998, a Lei de Bases de Ordenamento do Território estabeleceu a obrigação de avaliação sistemática da política de ordenamento do território, designadamente através da apresentação de relatórios relativos ao estado do ordenamento do território e ao balanço da execução dos planos e das políticas e estratégias subjacentes.

Com a posterior aprovação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em 1999, foi detalhada a obrigação de produção de relatórios sobre o estado do ordenamento do território (REOT) aos níveis nacional, regional e local, com conteúdos de balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, prevendo-se que estes relatórios fossem sujeitos a discussão pública e constituíssem fundamento de uma eventual necessidade de revisão.

Em 2014 e 2015 a publicação, respetivamente, da Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBPPSOTU) e do novo RJIGT, veio reafirmar a obrigação de elaboração de relatórios periódicos sobre o estado do ordenamento do território, associados à monitorização da implementação dos programas e planos territoriais, mantendo na essência o seu conteúdo. Encontra-se, assim, consagrado um modelo de monitorização que obriga as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional a elaborar, de quatro em quatro anos, um REOT a nível regional, a submeter à apreciação da respetiva tutela, após sujeição a um período de discussão pública. Neste quadro legal, em 2018 a CCDR LVT publicou o seu primeiro Relatório de Estado do Ordenamento do Território, exercício inovador à escala regional.

A publicação, em 2019, do novo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, onde foram estabelecidas as bases necessárias para o processo de alteração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2023, de 3 de maio, que determina a alteração dos PROT da Área Metropolitana de Lisboa e do Oeste e Vale do Tejo, passando os mesmos a adotar a forma de programa regional de ordenamento do território de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PROT LOVT), levou a CCDR LVT a **elaborar o segundo relatório sobre o estado do ordenamento do território regional de Lisboa e Vale do Tejo (REOT-LVT 2024)**.

O presente relatório, que constitui o REOT-LVT 2024, estrutura-se em quatro partes, antecedidas por um capítulo de contexto que apresenta o perfil da RLVT e os PROT: Dinâmicas territoriais, Dinâmicas de planeamento, Avaliação dos PROT e Problemáticas e desafios do ordenamento do território.

O primeiro capítulo, referente às **dinâmicas territoriais** tem como objetivo sistematizar e disponibilizar informação relevante que permita analisar as principais dinâmicas territoriais ocorridas na RLVT, desde a entrada em vigor dos PROT até ao momento atual. Para tal, disponibiliza-se informação qualitativa e qualitativa **tratada sob a forma de indicadores** apresentados em gráficos e mapas, produzidos a partir da informação disponível na CCDR LVT e em fontes oficiais (sobretudo INE, DGEG, APA e DGT). Estes indicadores encontram-se estruturados em **7 domínios e 25 subdomínios**, e dividem-se em **indicadores temáticos e transversais**. O conjunto de indicadores e respetiva organização pode ser consultado no anexo I. No anexo II apresenta-se o contributo para **os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** das variáveis analisadas em cada domínio e subdomínio.

Na segunda parte abordam-se as **dinâmicas de planeamento** verificadas na Região, quer ao nível dos instrumentos de planeamento de âmbitos nacional, setorial e especial, quer ao nível municipal, incluindo algumas análises relativas ao regime do uso do solo na região.

Na terceira parte procede-se à **avaliação dos PROT em vigor**, no que se refere à sua convergência com o novo enquadramento legal, bem como à adequação das dinâmicas territoriais em curso na região com as suas opções estratégicas, abordando de forma mais detalhada as temáticas da estrutura ecológica regional, disponibilidade de solo urbano / fragmentação urbana, edificação dispersa e riscos. Na quarta e última parte, são apresentadas as **problemáticas e desafios do ordenamento do território para o futuro**, a considerar no âmbito da elaboração do PROT LOVT, as quais foram delineadas a partir das preocupações dos atores da região, recolhidas através de inquérito, considerando ainda os atuais referenciais estratégicos e as dinâmicas territoriais e de planeamento na região.

Contexto

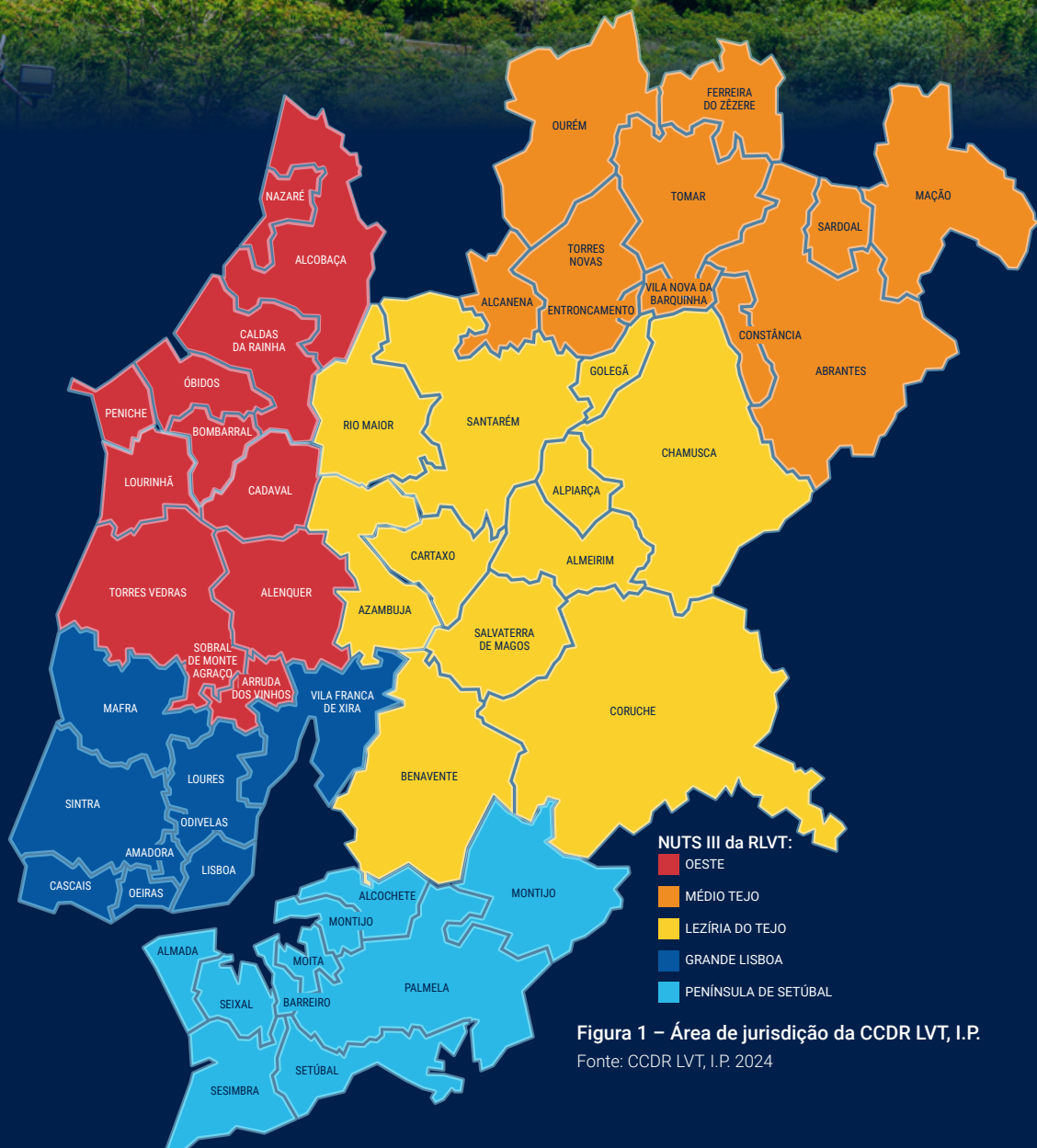


Figura 1 – Área de jurisdição da CCDDR LVT, I.P.
Fonte: CCDDR LVT, I.P. 2024

1. Perfil da Região

A Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) integra **52 concelhos** e 355 freguesias numa área de 12.216km², correspondente a 13.3% do território nacional.

O território da Região integra atualmente **3 NUTS II: Grande Lisboa, Península de Setúbal, e Oeste e Vale do Tejo**; desagregando-se em **5 NUTS III: Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo**. Esta organização territorial das NUTS entrou em vigor em janeiro de 2024. Anteriormente, a RLVT abrangia não só uma NUTS II completa, a Área Metropolitana de Lisboa, coincidente com uma NUTS III, mas também mais três NUTS III, duas delas – Oeste e Médio Tejo – integradas na NUTS II Centro e uma – Lezíria do Tejo – integrada na NUTS II Alentejo.

Esta especificidade tem associado um **esforço adicional de coordenação e articulação de políticas, de entidades e de instrumentos de planeamento e programação**, por razões que se prendem com o desfazamento existente entre unidades administrativas territoriais para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial (área de jurisdição da CCDR LVT) e para fins de aplicação de fundos comunitários (NUTS II AML), com repercussões no sistema estatístico nacional, o que dificulta a obtenção de alguns dados na desagregação territorial necessária.

A alteração recente das NUTS II, **permitirá uma compatibilização com a área de jurisdição da CCDR LVT**, matriz territorial de referência na implementação das políticas de desenvolvimento de base territorial.

Em **2021 residiam na Região 3 698 161 habitantes**, mais 18 958 que em 2011, o que corresponde a um crescimento de 0.5%, superior à média nacional que perdeu população. Neste período intercensitário o Oeste e a AML registaram maior atratividade, com taxas de crescimento populacional de 0.7% e 1.7%, enquanto o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo registaram um decréscimo populacional de 7,6% e 4.7%, respetivamente.

Em **2023, as estimativas da população residente apontam tendências demográficas mais favoráveis para o país e para a Região**, com crescimento populacional face a 2021 em todas as NUTS de LVT (2.8%). Em termos relativos, destaca-se o Oeste, onde o crescimento superou os 4%, seguido da Lezíria do Tejo (2.9%) e da AML (2.7%). Apenas o Médio Tejo registou taxas de crescimento inferiores à média nacional, mas ainda assim positivas (1.7%) invertendo a tendência dos últimos 20 anos.



	2011	2021	Taxa de variação
Portugal	10 562 178	10 343 066	-2,07
Oeste	362 535	363 511	0,27
Médio Tejo	247 339	228 581	-7,58
Lezíria do Tejo	247 453	235 861	-4,68
AML	2 821 876	2 870 208	1,71
RLVT	3 679 203	3 698 161	0,52

Quadro 1 – Evolução da população residente, 2011-2021

Fonte: INE, Censos 2011/2021

	2021	2023	Taxa de variação
Portugal	10 421 117	10 639 726	2,1
Oeste	372 365	388 396	4,31
Médio Tejo	212 745	216 423	1,73
Lezíria do Tejo	240 872	247 764	2,86
AML	2 883 645	2 961 177	2,69
RLVT	3 709 627	3 813 760	2,81

Quadro 2 – Evolução da população residente, 2021-2023

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

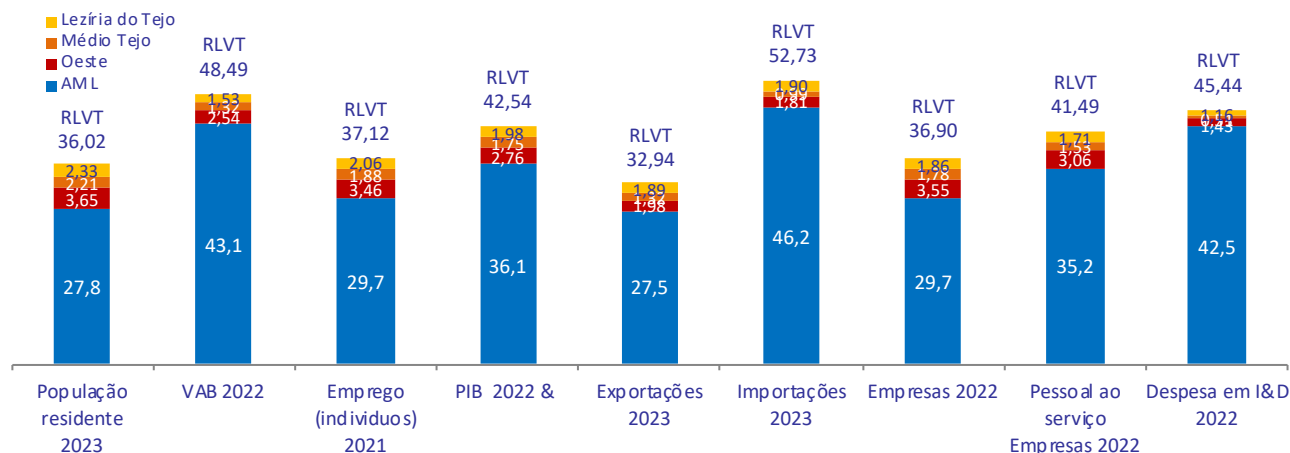


Gráfico 1 - Sumário estatístico - a RLVT no contexto nacional

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente; Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE; Emprego - indivíduos totais (Base 2016 - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Ramo de atividade (A3); Anual - INE; Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2016 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Importações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE; Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual - INE; Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalão de pessoal ao serviço; Anual - INE; Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Sector de execução; Anual - DGECC, Potencial científico e tecnológico nacional (sector institucional e sector empresas).
& - Dado provisório

Na RLVT reside uma parte substancial da população portuguesa – 36%, localizando-se neste espaço 37% das empresas do país. A Região gera 43% do PIB nacional, 49% do VAB, 37% do emprego e 33% das exportações de bens, concentrando 45% do montante nacional aplicado em investigação, para o que contribui o fato de nela se concentrarem algumas das principais infraestruturas científicas e tecnológicas, económicas, financeiras e políticas de Portugal. Este território ocupa uma posição singular no espaço europeu e desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e para a competitividade externa do país, oferecendo uma diversidade de paisagens, de atividades e de culturas que fazem dela uma região dinâmica e de grande atratividade.

Em 2021 o Oeste, o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo registaram um Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) – Global inferior ao da média do país, ao contrário da AML com valores superiores aos da média nacional. Na componente qualidade ambiental do índice o retrato territorial é menos desequilibrado. Destacam-se os desempenhos positivos da AML na competitividade e coesão, ambos com valores superiores aos da média de Portugal. Em termos globais, entre 2011 e 2021 apenas a Lezíria do Tejo registou um acréscimo no índice de desenvolvimento regional. A AML continua a destacar-se com valores superiores à média nacional, mas a perder relevância neste domínio.

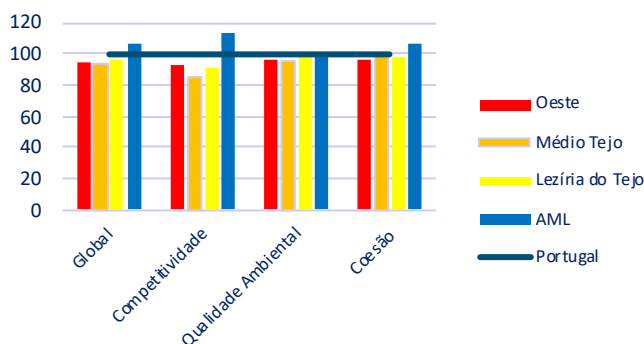


Gráfico 2 - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional por componentes – 2021

Fonte: Instituto nacional de estatística

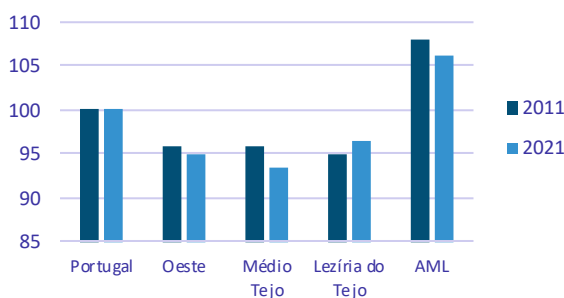


Gráfico 3 - ISDR Global, 2011-2021

Fonte: Instituto nacional de estatística

2. O PROT AML e o PROT OVT

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo estão em vigor o PROT AML, aprovado pela RCM n.º 68/2002, de 8 de abril e PROT OVT, aprovado pela RCM 64-A/2009 de agosto. Estes são os instrumentos centrais neste REOT LVT.

A **elaboração do PROT AML** foi determinada pela RCM n.º 21/89, de 15 de maio. Os trabalhos de elaboração tiveram um primeiro momento em 1991/1992 não tendo prosseguido, devido a divergências sobre a localização da segunda travessia sobre o Tejo, e foram depois retomados com uma nova proposta em 1995/1996, que também não prosseguiu.

Em 1999/2000 aproveitando o novo edifício legal configurado pela Lei de Bases e pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), a CCDR LVT atualizou sumariamente os estudos de base e reformulou integralmente a proposta de PROT AML, dando-lhe um conteúdo consentâneo com o de um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica e orientador. Esta proposta veio a ser aprovada em 2002, dando origem ao primeiro PROT a vigorar com o formato e conteúdos do novo figurino legal.

Apesar do longo período de elaboração (12 anos) o PROT AML, na sua configuração estratégica, foi elaborado num período relativamente curto, imediato à Lei de Bases e ao RJIGT e na ausência de regulamentação complementar, encerrando algum carácter experimental e apresentando um défice de desenvolvimento de alguns conteúdos, nomeadamente ao nível da articulação com os outros instrumentos de gestão territorial, do sistema de monitorização e avaliação e do modelo de governação.

Em 2008, através da RCM n.º 92/2008, de 5 de junho, foi tomada a decisão de alteração do PROT AML fundamentada pela necessidade de atualizar o plano regional face aos investimentos estruturantes previstos no domínio das infraestruturas nacionais de transporte e logística e face aos referenciais estratégicos do QREN 2007-2013 e do PNPOT, de 2007.

Do processo de alteração resultou uma proposta de PROT AML, submetida a discussão pública entre 2010 e 2011, que não prosseguiu por motivos de alteração do contexto ma-

croeconómico nacional e internacional e de suspensão da concretização das infraestruturas de transportes. As principais conclusões dos trabalhos de alteração do PROT AML são apresentadas no ponto 2.3 do REOT 2017.

Posteriormente, na sequência do despacho SE 10079/2012, de 26 de julho, a CCDR LVT apresentou à tutela fundamentação para o prosseguimento do processo de alteração do PROT AML, tendo sido decidido aguardar pelo novo quadro legal do ordenamento do território.

Em suma, o PROT AML apresenta 22 anos de vigência e no decurso deste período vários referenciais estratégicos e programáticos foram aprovados e metade dos PDM foi adaptada. A implementação do PROT AML não foi objeto de monitorização e avaliação sistemática, mas os trabalhos da alteração 2008/2010 providenciaram um momento de avaliação e produziram um amplo manancial de informação.

Os **trabalhos de elaboração do PROT OVT** decorreram entre 2006 e 2008 tendo por base a produção de um vasto conjunto de diagnósticos estratégicos e exercícios de cenarização e envolveram um amplo universo de atores regionais que participaram na definição das opções estratégicas de base territorial, do modelo e das orientações normativas.

Na sua elaboração, o PROT OVT acolheu as orientações estratégicas e as diretrizes do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado em 2007, teve em conta os referenciais setoriais mais atuais à data dos trabalhos da sua elaboração e teve por base os referenciais estratégicos e programáticos do ciclo de fundos comunitários 2007-2013. Os programas operacionais foram assumidos como a principal fonte de financiamento da implementação do PROT OVT e, por esta razão, o programa de execução não detalhou a priorização de medidas e ações a realizar após 2013, apontando para uma reprogramação posterior, alinhada com os novos instrumentos de financiamento da política regional do período 2014-2020.

Para efeitos de acompanhamento e gestão ativa da sua implementação, o PROT OVT previu a constituição de um sistema de monitorização e avaliação, alicerçado numa

estrutura de monitorização, avaliação e gestão (EMAG), com representantes das entidades e serviços do Estado, dos municípios e dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, que na fase de elaboração tinham acompanhado os trabalhos, integrando a comissão consultiva.

A conclusões da monitorização e avaliação do desempenho do plano, em termos de realizações e resultados, e do processo de implementação, em termos de coordenação interna e externa, estão apresentados nos cinco relatórios de monitorização e avaliação do PROT OVT, respeitantes aos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, que fazem o balanço da aplicação do plano e do modelo de governança adotado, demonstrando as concretizações e identificando obstáculos e desafios futuros.

Em suma, a implementação do PROT OVT, com 15 anos de vigência, foi objeto de monitorização e avaliação sistemática com o envolvimento das entidades e atores relevantes e neste âmbito foram efetuados exercícios de avaliação das necessidades de atualização, ajustamento e desenvolvimento, no quadro da gestão da implementação do plano e das suas orientações, cujas conclusões constam dos respetivos relatórios de monitorização e avaliação, apresentando-se uma síntese no ponto 2.4. do REOT 2017.

Sinalizando o quinto ano dos trabalhos de monitorização e avaliação do PROT OVT, a CCDDR LVT desenvolveu e aplicou um questionário de avaliação da implementação do plano junto dos atores relevantes na concretização e operacionalização das orientações e medidas do PROT, tendo como objetivos enriquecer as conclusões da monitorização e avaliação e reunir contributos para a futura dinâmica do PROT OVT, cujas conclusões se apresentam no ponto 2.5 do REOT 2017.

Considerando os trabalhos desenvolvidos no âmbito do processo de monitorização e avaliação do PROT OVT, o interesse de alargar os trabalhos de monitorização sistemática dos instrumentos de planeamento regional ao território da AML, a necessidade de se dispor, a prazo, de relatórios sobre o estado do ordenamento do território regional e o balanço da implementação dos planos regionais que sirvam de suporte à recondução destes planos a programas, a CCDDR LVT, em 2017, decidiu elaborar o relatório sobre o estado do ordenamento do território regional e que agora se atualiza.



Parte I – Dinâmicas Territoriais

A. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS

1. Natural / Ambiental

- Água
- Solo
- Conetividade ecológica e biodiversidade
- Energia



1.1. Água

A água sob as suas diferentes formas constitui um recurso estratégico na região. O oceano, os estuários, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos assumem uma dimensão que os colocam ao nível dos recursos fundamentais para a sustentabilidade regional.

A avaliação das pressões sobre os recursos hídricos em termos quantitativos considera os dados sobre a evolução das reservas hídricas das principais albufeiras da RLVT, bem como o índice de escassez, através do qual é possível conhecer a razão entre o volume total de água captado e as disponibilidades hídricas renováveis. É ainda considerada a água distribuída e a evolução dos requerimentos para captação de água na RLVT.

Para avaliar o nível de sustentabilidade ambiental e económico-financeiro do serviço de abastecimento de água, importa ter em consideração o grau de eficiência na utilização do recurso água, com respeito às perdas de água, considerando-se dois indicadores: “Perdas reais de água (fugas e extravasamentos) dos sistemas em baixa” (volume de perdas por unidade de comprimento de conduta ou ramal) e “Porcentagem de água entrada nos sistemas em baixa que não é faturada”.

A avaliação qualitativa dos recursos hídricos, considera indicadores relativos ao estado das massas de água e qualidade da água consumida.

ESTADO DAS RESERVAS HÍDRICAS

A evolução das reservas hídricas nas principais albufeiras existentes na RLVT, permite verificar que, entre 2021 e 2022, registou-se um grande aumento da superfície territorial cujas reservas hídricas se encontravam em estado inferior ao normal. Esta situação melhorou em 2023, onde apenas a bacia do Sado se encontrava em situação de seca hidrológica fraca.

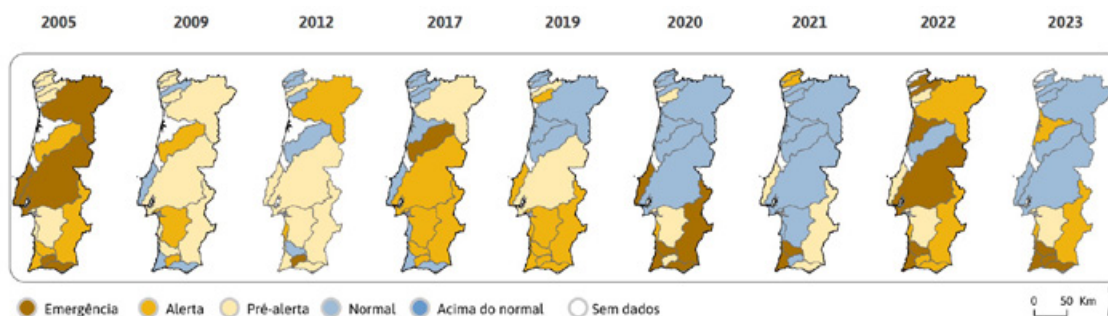
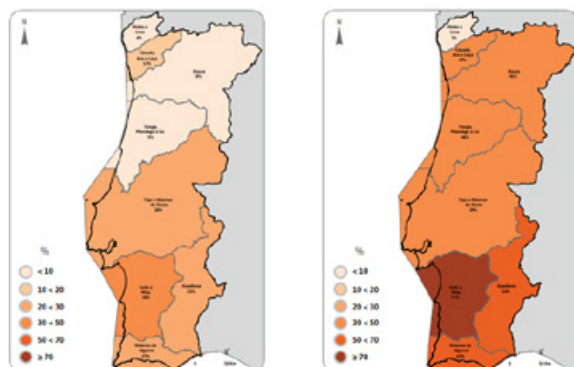


Figura 2 – Drought State Reservoir Index (DSIR) - Estado das reservas hídricas a 30 de setembro, por bacia hidrográfica

Fonte: APA; Extraído do REOT Nacional, 2024 (versão para consulta pública), Direção Geral do Território



ÍNDICE DE ESCASSEZ (STRESS HÍDRICO)

Entre 2016 e 2021, o índice de escassez estimado para a região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste aumentou de 20% para 39%, passando de escassez moderada a elevada, estando a ser consumida 39% da água disponível.

Figura 3 - Índice de escassez, por região hidrográfica, 2016 e 2021

Fonte: APA (PGRH); Extraído do REOT 2022: https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-ordenamento/REOT_2022_100MB.pdf

REQUERIMENTOS PARA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS

A maioria dos requerimentos para captação de água submetidos em Portugal Continental respeita às regiões hidrográficas (RH) com maior dimensão, nomeadamente a RH do Douro e a RH do Tejo e Ribeiras do Oeste. Nesta última, verifica-se que os pedidos têm vindo a diminuir desde 2020.



Gráfico 4 – Evolução do nº de requerimentos para captações de água, por região hidrográfica – 2019-2023

Fonte: APA, 2024: <https://rea.apambiente.pt/content/utiliza%C3%A7%C3%A3o-de-recursos-h%C3%ADdricos?language=pt-pt>

ÁGUA DISTRIBUÍDA

A água distribuída por habitante na região é inferior à média nacional em todas as NUTS, com exceção da AML, sendo esta, contudo a única sub-região a registar uma diminuição da água distribuída, entre 2012 e 2022. As restantes sub-regiões seguem a tendência nacional de aumento, em particular o Oeste e o Médio Tejo.

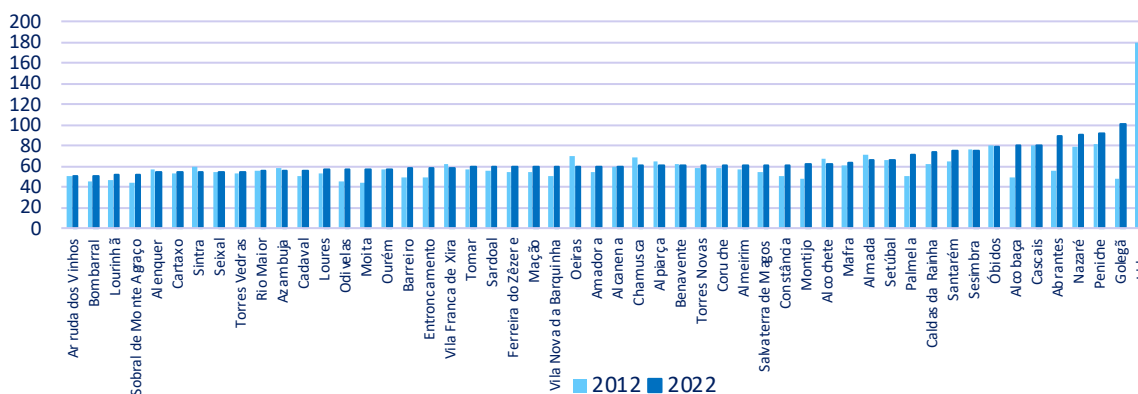


Gráfico 5 – Evolução da água distribuída por habitante (m³/ hab.), 2012-2022

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento

Ao nível concelhio, destaca-se Lisboa, com maior quantidade de água distribuída por habitante (143m³/ hab.), apesar da importante diminuição entre 2012 e 2022. Seguem-se os concelhos da Golegã, Peniche e Nazaré, com valores superiores a 90m³/ hab. Na maior parte dos concelhos da região registou-se um aumento da água distribuída por habitante, entre 2012 e 2022.

PERDAS DE ÁGUA

Com respeito às perdas reais de água para o serviço em baixa, verifica-se que a qualidade do serviço é boa em 21 dos 52 concelhos da RLVT. A situação mais insatisfatória ocorre na AML, em particular nos concelhos de Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Moita, Montijo, Setúbal e Sesimbra.

No OVT, a qualidade do serviço apenas é insatisfatória em 5 concelhos (SM Agraço, Óbidos, Nazaré, Rio Maior e Golegã), sendo que na maioria dos concelhos do Médio Tejo a qualidade do serviço é mediana. A Lezíria do Tejo, é a sub-região com melhor qualidade do serviço em matéria de perdas reais água nos sistemas em baixa.

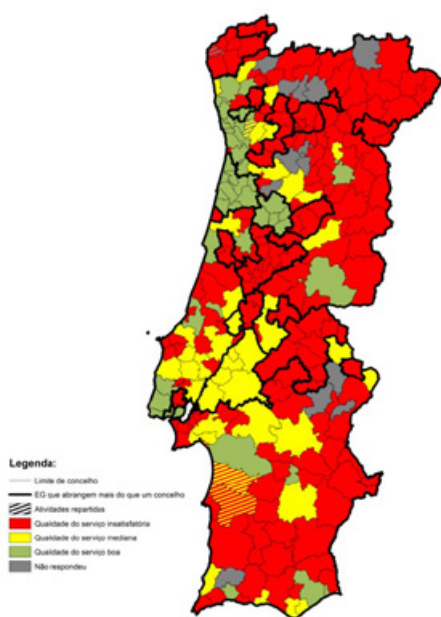


Figura 4 – Água não faturada para o serviço em baixa, 2022

Fonte: RASARP 2023, Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos Em Portugal

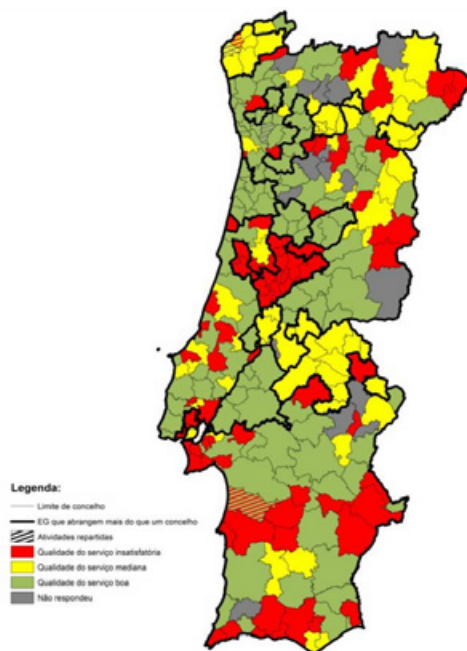


Figura 5 – Perdas reais de água para o serviço em baixa, 2022

Fonte: RASARP 2023, Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal

Relativamente à percentagem de água entrada nos sistemas em baixa que não é faturada, dos 52 concelhos, apenas 7 dispõem de boa qualidade de serviços (Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra e Alcobaça), com níveis de água não faturada inferiores a 20%, sendo que, mais de metade dos municípios têm taxas de água não faturada superiores a 30% (qualidade do serviço insatisfatória), o que é preocupante na gestão de um recurso tão escasso, sobretudo em contexto de alterações climáticas.



ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA

Com respeito ao estado das massas de água em termos de qualidade, apenas o Médio Tejo segue o padrão nacional e regista os melhores valores da região, seguido da AML, que teve quebras em 2015 e 2018, mas recuperou em 2021. O Oeste e a Lezíria do Tejo registam valores muito reduzidos. Todas as sub-regiões apresentam uma trajetória crescente na proporção de superfície de massas de água em bom estado, ao contrário da tendência registada no país.

	2012	2015	2018	2021
Continente	44,5	42	42	39,1
Oeste	3,1	4,5	4,5	6,7
Médio Tejo*	43,5	46,2	46,2	48,3
Lezíria do Tejo	6,4	5,8	5,8	9,1
AML	13,4	8,7	8,7	18,1

Quadro 3 - Proporção da superfície das massas de água com bom estado/ potencial ecológico (% da área total) Excluem-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais, e as águas das zonas de transição tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente / INE

QUALIDADE DA ÁGUA CONSUMIDA

Em 2021, mais de 98% da água consumida é controlada e de boa qualidade, sendo que a Lezíria do Tejo ocupa a melhor posição e registou a melhor evolução nesse indicador. No último ano em análise, o Oeste registou o pior desempenho com uma descida significativa na qualidade.

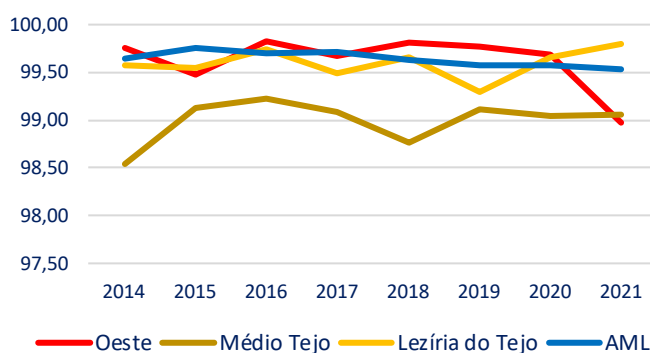


Gráfico 6 - Água segura (%) por Localização geográfica

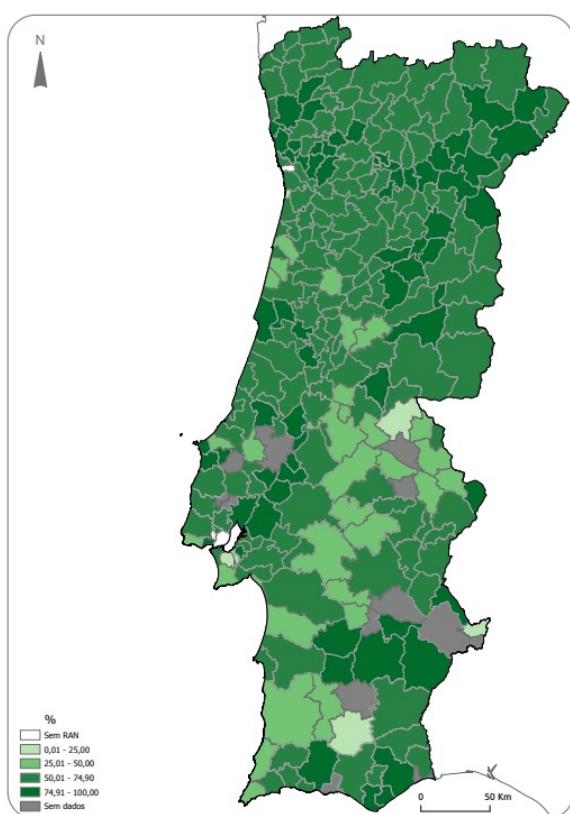
Fonte: Entidade Reguladora dos Serviços e Águas e Resíduos

1.2. Solo

O solo é um recurso natural não renovável e constitui uma componente essencial dos ecossistemas e dos processos naturais (REOT Nacional 2022), sendo o suporte físico de todos os usos no território. A aptidão do solo é um requisito do planeamento e gestão, importando prevenir ocupações e utilizações que afetem a sua capacidade produtiva e a sua perenidade, tendo em atenção, nomeadamente, os solos de reconhecido valor para suporte de sistemas agrícolas e florestais.

Enquadram-se nesta preocupação os solos que, em virtude das suas características em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, e que constituem a Reserva Agrícola Nacional (RAN), bem como dos solos com maior valor ecológico e pedológico, sendo avaliados dois indicadores: proporção de áreas da RAN com utilização agrícola e proporção dos solos de elevado valor pedológico e ecológico não artificializado.

O processo de “desertificação”, entendido como a degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas, num processo em que solo viável e saudável é privado de nutrição a tal ponto que deixa de poder suportar vida, é um dos problemas mais importantes que se colocam ao nível da conservação do solo. Deste modo, é também avaliada a evolução do índice de aridez na região e a suscetibilidade à desertificação.



UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA DOS SOLOS DA RAN

Na maior parte dos municípios da RLVT, a proporção dos solos da RAN utilizados para agricultura é superior a 50%. Apenas os concelhos de Óbidos, Rio Maior, V.N. Barquinha, Abrantes, Sardoal, Cascais, Sesimbra, Seixal e Barreiro têm valores inferiores a 50%, sendo que nestes dois últimos a proporção é inferior a 25%.

Os municípios com maior proporção neste indicador são Peniche, Lourinhã, Bombarral, Oeiras, Vila Franca de Xira, Benavente, Moita, Cartaxo, Salvaterra de Magos, Alpiarça, Almeirim, Golegã e Torres Novas, com valores superiores a 75%.

Figura 6 - Proporção da área de RAN em vigor em 2023 ocupada em 2018 por agricultura, por município (%)

Fonte: REOT Nacional 2024 (versão para consulta pública), Direção Geral do Território

SOLOS DE ELEVADO VALOR PEDOLÓGICO E ECOLÓGICO NÃO ARTIFICIALIZADOS

A artificialização do solo com elevado valor ecológico e pedológico nos municípios da RLVT, é superior a 40%. O Oeste é a sub-região com melhor desempenho neste indicador, sendo que, em muitos concelhos, mais de 50% deste solo se encontra livre de ocupação artificializada, nomeadamente Bombarral, Sobral de Monte Agraço, Caldas da Rainha, Lourinhã, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Cadaval. O concelho de Vila Franca de Xira, também tem um bom desempenho neste indicador.

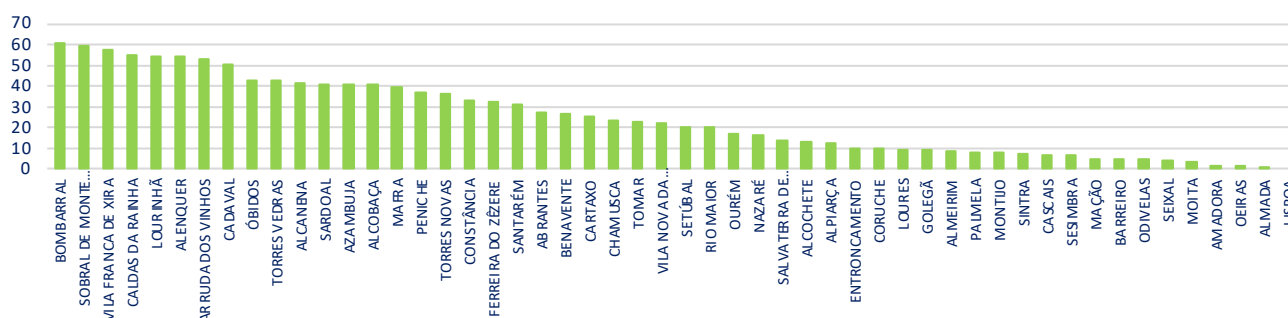


Gráfico 7 - Solos de elevado valor pedológico e ecológico com usos não artificializados [%], 2018

Fonte: DGT; UL-ISA <https://reot.dgterritorio.gov.pt/dinamicas-territoriais/sistema-natural/solo>

EROSÃO HÍDRICA DO SOLO

Em termos médios, o território da RLVT apresenta valores de erosão potencial de 45 ton/ha.ano, sendo que cerca de **35% do território apresenta valores de erosão potencial do solo elevada ou muito elevada**.

Os municípios de Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Mação são os territórios mais preocupantes no que diz respeito a esta temática, com mais de 75% das suas superfícies com elevado potencial para serem gravemente afetadas por fenómenos erosivos. Numa posição secundária destacam-se 10 municípios onde as classes de erosão do solo potencial mais elevadas (muito elevado e elevado), apresentam valores entre 50 % e 75 % do seu território (Alenquer, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Ferreira do Zêzere, Loures, Lourinhã, Mafra, Sardoa, e Torres Vedras).

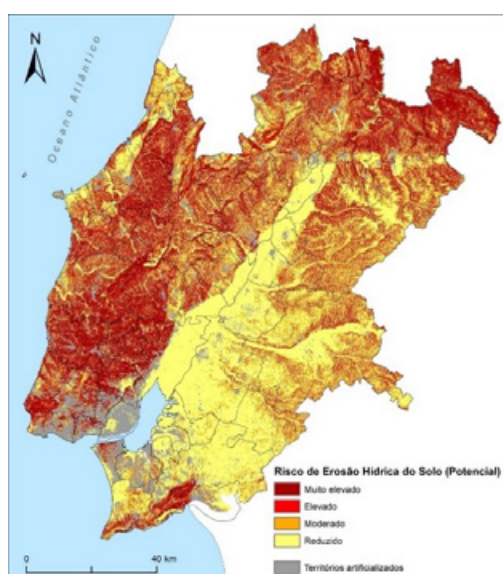


Figura 7 - Erosão Hídrica do Solo (Potencial)

Fonte: IGOT

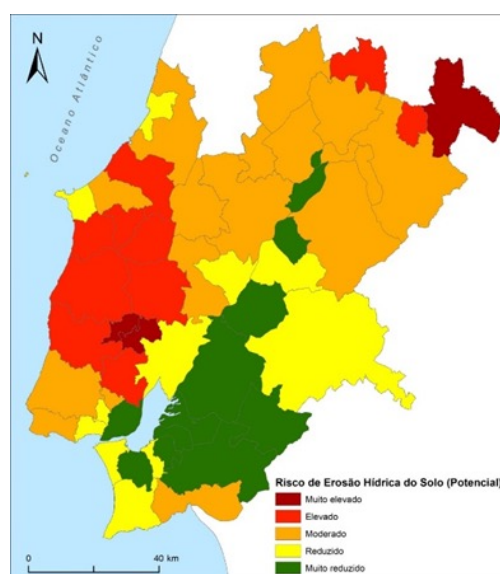


Figura 8 - Proporção da área do concelho com Erosão Hídrica do Solo (Potencial)

Fonte: IGOT

Na situação mais favorável, em que as classes de perigosidade mais altas representam menos de 10% do território municipal, encontram-se 11 municípios que, com a exceção de Montijo (Este) e Palmela, estão em geral associados à relevância das planícies aluviais dos rios Tejo e/ou Sorraia ou de áreas de sapal estuarino. Acresce a este grupo, embora por razões associadas ao grau de cobertura de áreas urbanas, o município de Lisboa.

ÍNDICE DE ARIDEZ E SUSCETIBILIDADE À DESERTIFICAÇÃO

Considerando o índice de aridez (razão entre a precipitação anual e a evapotranspiração potencial anual), a área suscetível à desertificação na região ampliou-se de forma evidente, com progressão das áreas semiáridas e semi-húmidas secas para a quase totalidade do território a sul do Tejo, e algumas áreas a norte do Tejo, sendo a situação mais preocupante na Lezíria do Tejo (90% do seu território suscetível à desertificação).

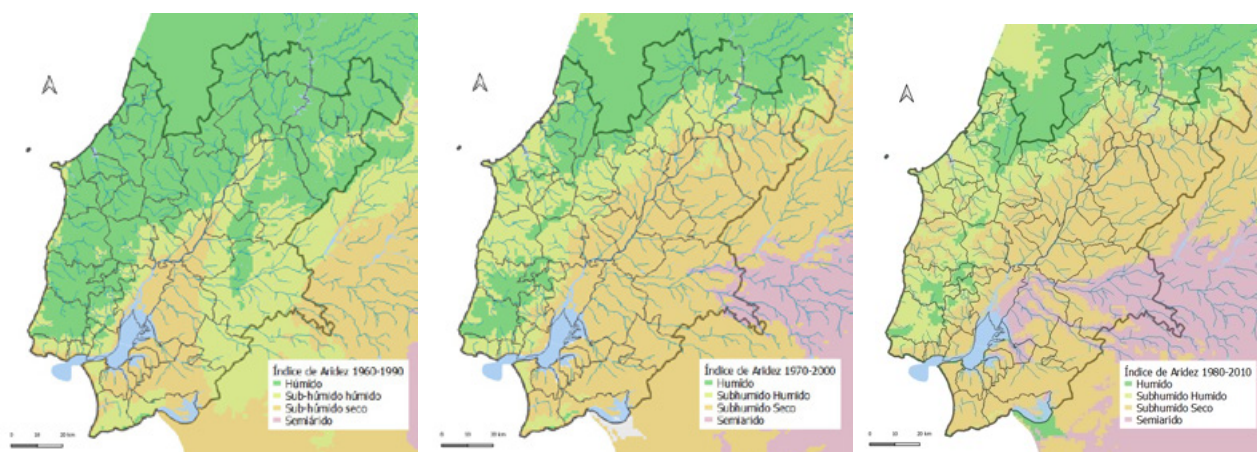


Figura 9– Evolução do Índice de Aridez, 1960-2010

Fonte: ICNF

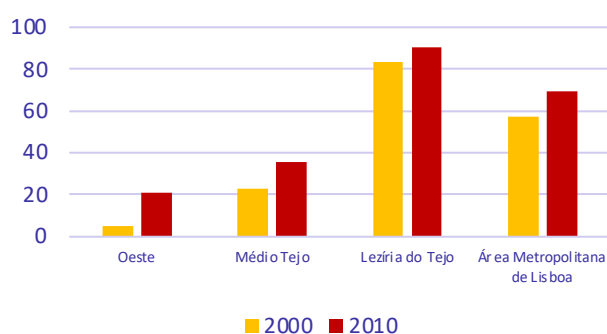


Gráfico 8 - Proporção de área da NUTS III suscetível à desertificação de acordo com o Índice de Aridez

Fonte: ICNF; Disponível em: <https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/mapa?p=641>

1.3. Conetividade Ecológica e Biodiversidade

A RLVT concentra no seu território, vastas e diversificadas áreas de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade, que representam um ativo da maior relevância para a identidade, a qualidade de vida, a competitividade e para a atratividade regional.

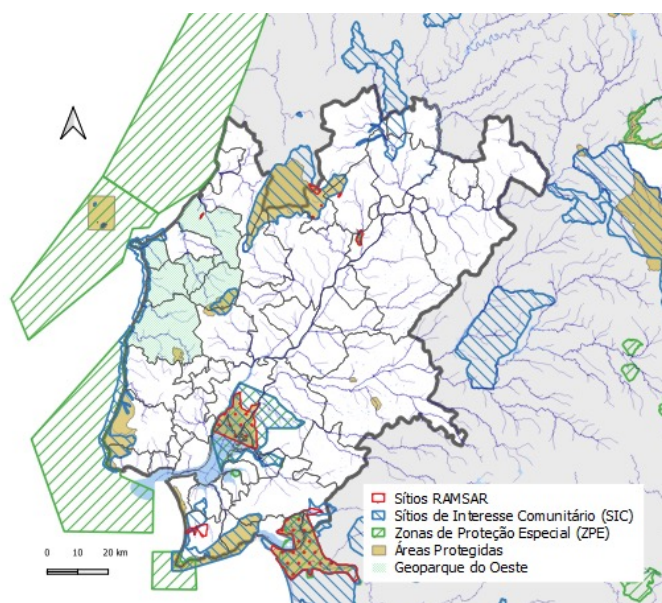
Neste âmbito, importa aferir a proporção de áreas na RLVT com estatuto de proteção no quadro da conservação de natureza e biodiversidade, designadamente parques e reservas naturais e paisagens protegidas, bem como áreas da Rede Natura 2000 e outras áreas com estatuto de proteção internacional.

Por outro lado, a RLVT encontra-se coberta por dois Planos Regionais de Ordenamento do Território - do OVT e da AML -, que identificam, a estrutura regional de proteção e valorização ambiental (ERPVA) e a rede ecológica metropolitana (REM), respetivamente. Estas estruturas integram, além das áreas classificadas, outras áreas e corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e da estruturação do território. O conjunto das duas estruturas forma a Estrutura Ecológica Regional (EER) que deve ser transposta para os Planos Diretores Municipais (PDM) no momento da sua revisão. Importa assim avaliar o ponto de situação desta transposição, bem como a evolução da ocupação do solo nestas áreas, em particular no que respeita à sua artificialização. Nesta última análise não foram incluídos os corredores da EER, dado o seu carácter esquemático.

Uma vez que as áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) se constituem como territórios preferenciais para a consolidação da estrutura biofísica, podendo assegurar a continuidade entre áreas com maior relevância para a biodiversidade, são apresentados indicadores com respeito ao ponto de situação da revisão da delimitação municipal da REN à luz dos critérios estabelecidos nas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais e a proporção das áreas de REN no território.

Em complemento, apresenta-se informação sobre a percentagem do território da RLVT ocupado por vegetação arbórea com interesse para a conservação da natureza (florestas de sobreiro, de azinheira, de carvalho, castanheiro e pinheiro manso).

No quadro da biodiversidade da paisagem é também avaliado o potencial da RLVT na prestação dos serviços de ecossistema "Qualidade do Habitat" e "Polinização das culturas" e, ainda, as despesas dos municípios na proteção deste recurso.



ÁREAS DA REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS E DA REDE NATURA 2000

Em 2022, a superfície dos sítios da **Rede Natura 2000 correspondia a 9%** do território da RLVT: 19,5% do território da AML e mais de 5% da superfície de cada uma das sub-regiões do OVT. Por sua vez, as **áreas protegidas ocupavam 6% da RLVT**, correspondendo a cerca de 15% do território da AML e aproximadamente 5% do Oeste.

Figura 10 - Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Sítios RAMSAR e Geoparques, na RLVT

Fonte: ICNF, CCDR LVT

A proporção de áreas classificadas é maior nos concelhos de Setúbal, Alcanena, Sintra, Cascais, Alcochete, Vila Franca de Xira e Sesimbra. Em 19 concelhos da RLVT não existem áreas classificadas.

De referir ainda o **Geoparque Oeste**, com uma área geográfica definida pelos limites administrativos dos seis concelhos que o integram - Cadaval, Caldas da Rainha, Bombarral, Lourinhã, Peniche e Torres Vedras – sendo o sexto território a integrar a Rede Portuguesa de Geoparques Mundiais da UNESCO, juntando-se aos Geoparques Naturtejo, Arouca, Açores, Terras de Cavaleiros e Estrela.

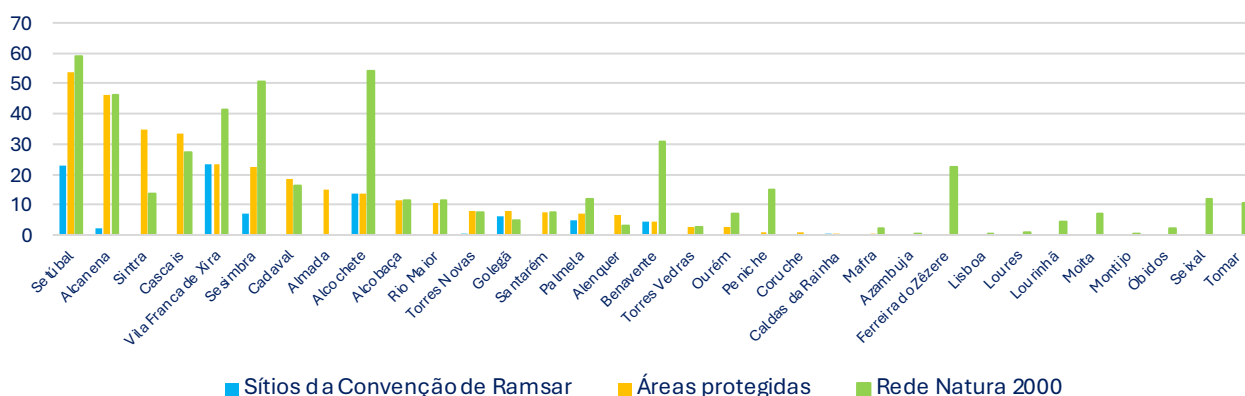
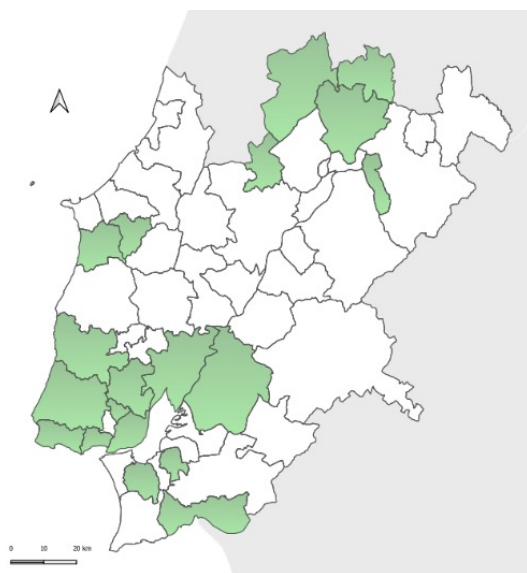


Gráfico 9 – Proporção das áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Sítios RAMSAR na RLVT

Fonte: INE/ICNF

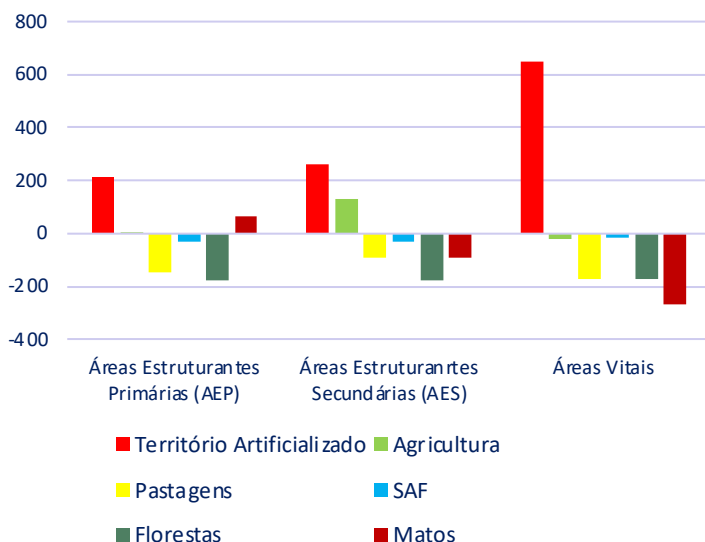


OCUPAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS NA ESTRUTURA ECOLÓGICA REGIONAL

A EER definida nos PROT da AML e do OVT apenas se encontra **transposta para o nível municipal em 19 dos 52 concelhos** da RLVT, nomeadamente naqueles que já concluíram o processo de revisão do respetivo PDM em data posterior ao PROT aplicável – Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Odivelas, Oeiras, Cascais, Mafra, Moita, Seixal, Sintra e Setúbal, na AML, e Alcanena, Bombarral, Benavente, Constância, Ferreira do Zêzere, Lourinhã, Ourém e Tomar, no OVT.

Figura 11– Concelhos com transposição da EER para a escala municipal

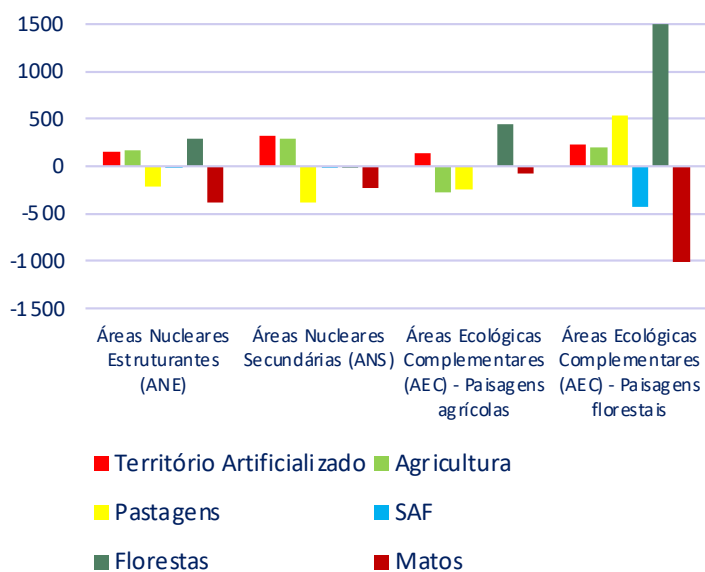
Fonte: CCDRLVT, janeiro 2025



Entre 2007 e 2018, registou-se um **aumento dos espaços artificializados nas áreas da EER da AML (REM) em 1.120ha**, sendo que mais de metade desta artificialização ocorreu nas áreas vitais. A diminuição das áreas de Florestas é de 526ha, sendo equivalente nos três níveis hierárquicos da REM (170/180ha). Os territórios agrícolas aumentaram 129ha nas Áreas Estruturantes Secundárias, mas também nas Áreas Estruturantes Primárias (+4ha), e decresceram nas Áreas Vitais (-23ha).

Gráfico 10 – Variação da ocupação do solo (ha) nas áreas da EER da AML (REM), no período 2007-2018

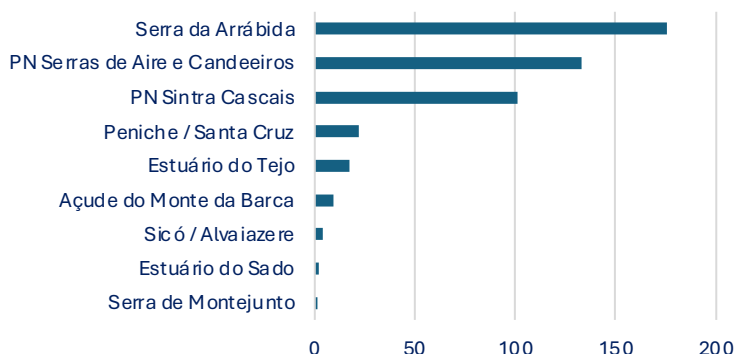
Fonte: DGT, COS 2007 e 2018



Nas áreas da EER do OVT (ERPVA) o **acréscimo de território artificializado entre 2007 e 2018, foi de 860ha**, tendo sido mais expressivo nas Áreas Nucleares Secundárias e nas Áreas Ecológicas Complementares (AEC) – Paisagens Florestais. As Florestas registaram o maior acréscimo nas AEC e as áreas agrícolas registaram um acréscimo em todos os níveis da ERPVA, com exceção das AEC – Paisagens agrícolas (-278ha), na qual seria expectável que se mantivesse ou aumentasse esta tipologia de ocupação.

Gráfico 11 - Variação da ocupação do solo (ha) nas áreas da EER do OVT (ERPVA), no período 2007-2018

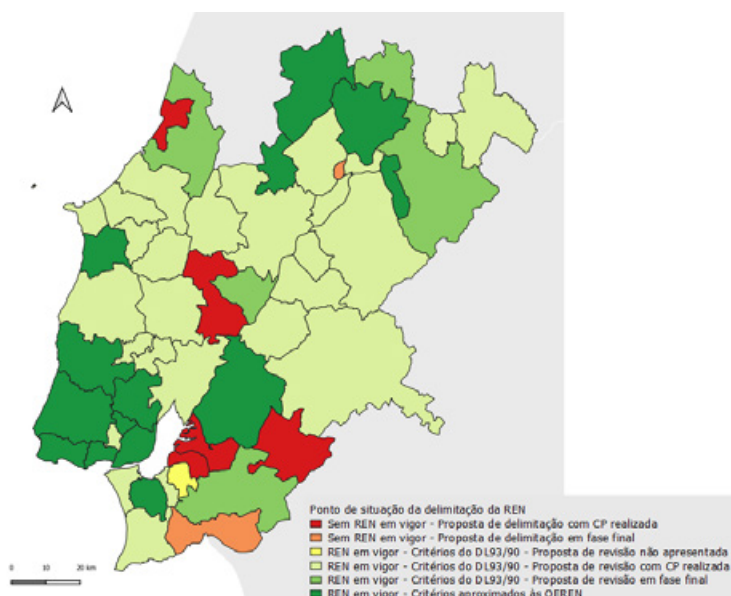
Fonte: DGT, COS 2007 e 2018



No caso das áreas de primeiro nível da EER, os territórios artificializados registaram um **aumento mais expressivo na Serra da Arrábida, Serras de Aire e Candeeiros e no Parque Natural Sintra Cascais**.

Gráfico 12 – Novos territórios artificializados (ha) nas áreas de 1º nível da EER do PROT AML e PROT OVT, 2007-2018

Fonte: DGT, COS 2007 e 2018



ÁREAS INTEGRADAS NA REN

Dos **52 concelhos da RLVT**, **6 não possuem delimitação de REN em vigor**. Dos 46 municípios com delimitação da REN em vigor, em **32 os critérios ainda não estão atualizados à luz do disposto nas Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais da REN (OENR REN)**, estando, contudo, já a decorrer o procedimento de revisão da delimitação da REN, exceto no caso da Moita.

Figura 12 - Ponto de Situação da Delimitação da REN nos municípios da RLVT, 2024

Fonte: CCDR LVT

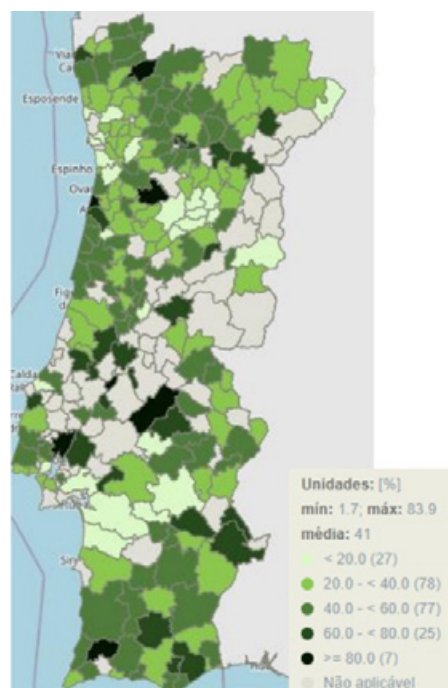
Os restantes **14 municípios já dispõem de delimitação da REN municipal revista** (2ª geração), tendo essa revisão sido efetuada, na quase totalidade das situações, em data anterior à publicação das OENR REN, ou abrangidas pelo seu regime transitório, pelo que não seguem integralmente os critérios nelas constantes, sendo, contudo, muito aproximados. Os municípios de Cascais, Alcanena, Lourinhã, Ourém, Sintra e Tomar já dispõem de delimitação da REN revista ao abrigo do disposto nas OENR REN, excepcionando-se apenas a tipologia “Cabeceiras das linhas de água”.

Considerando os dados disponíveis, verifica-se que, em 2023, os municípios de **Vila Franca de Xira e Golegã tinham mais de 80% do seu território inserido em área de REN**, e os municípios de Alcanena, Ourém, Tomar, Constância, Alpiarça, Benavente e Lourinhã tinham mais de 60%.

Os municípios com menor proporção de área de REN (menos de 20%) são Lisboa, Palmela e Óbidos.

Figura 13 – Proporção de área de REN, por município, 2023

Fonte: REOT Nacional, 2024 (versão para consulta pública), Direção Geral do Território



VEGETAÇÃO ARBÓREA COM INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Em 2018, **14% do território da RLVT encontrava-se ocupado com vegetação arbórea com interesse para a conservação da natureza** (Sobreiro, Azinheira, Castanheiro, outros Carvalhos e Pinheiro Manso), o que representa 171.416ha.

Os concelhos com maior proporção de área ocupada com esta vegetação eram Coruche, Chamusca e Benavente, com valores superiores a 30%. O maior aumento de área face a 2010 registou-se em Sesimbra, Coruche, Montijo e Setúbal. Apenas o concelho de Amadora registou uma diminuição.

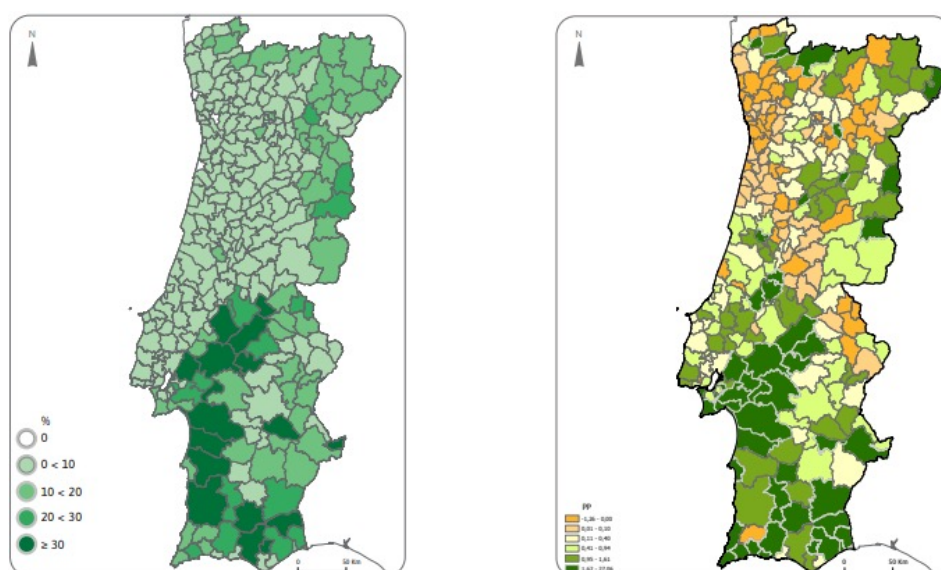
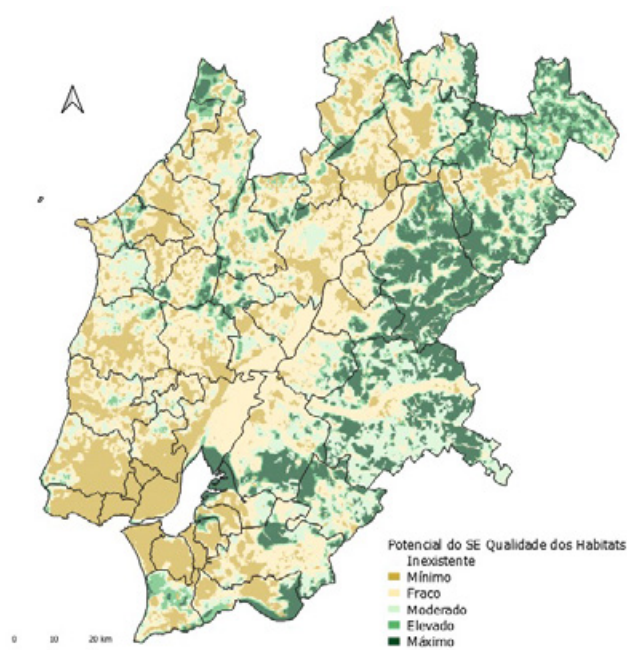


Figura 14 - Proporção da área ocupada com vegetação arbórea de interesse para a conservação da natureza em 2018 e Evolução entre 2010 e 2018

Fonte: REOT Nacional, 2024 (versão para consulta pública), Direção Geral do Território



QUALIDADE DOS HABITATS

Cerca de **25% do território da região possui um elevado potencial do serviço de ecossistema “Qualidade dos habitats”**, em particular no interior do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, nas Serras de Aire e Candeeiros, de Montejunto, da Arrábida e de Sintra, nos estuários do Tejo e Sado, pinhal litoral norte, lagoa de Óbidos, lagoa de Albufeira, matas do interior da península de Setúbal, entre outros.

Os concelhos com maior potencial neste serviço de ecossistema são Chamusca, Mação e Abrantes, com mais de 50% do território com potencial máximo ou elevado.

Figura 15 – Potencial do SE Qualidade dos Habitats, 2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. Ecological Indicators, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

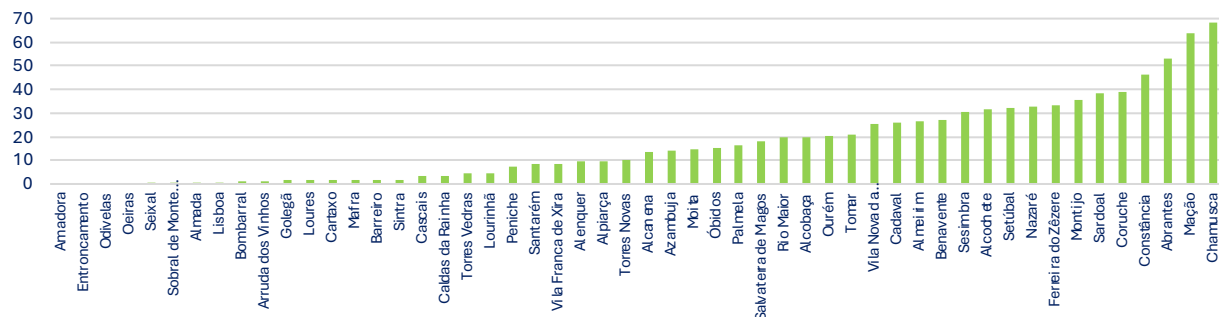


Gráfico 13– Proporção do concelho com potencial máximo ou elevado do SE Qualidade dos Habitats, 2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

Entre 2000 e 2018, cerca de **96% do território da RLVT manteve-se sensivelmente inalterado, com respeito a este potencial**, tendo havido melhorias em cerca de 25.000ha e perdas em cerca de 22.000ha. O concelho de **Abrantes** foi o que registou o balanço positivo mais significativo, e os concelhos de Coruche e Alcochete, os que registaram maior perda do potencial de Qualidade dos Habitats.

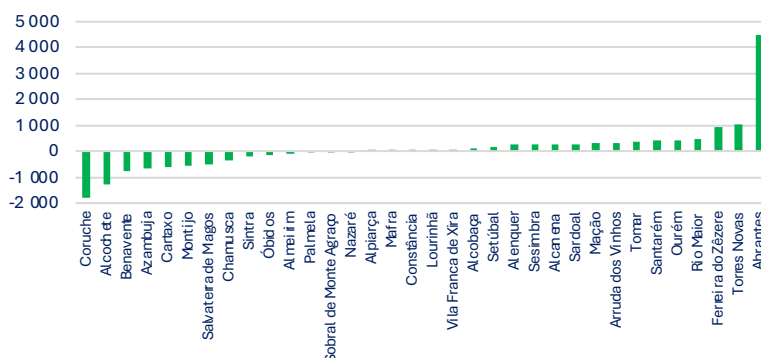
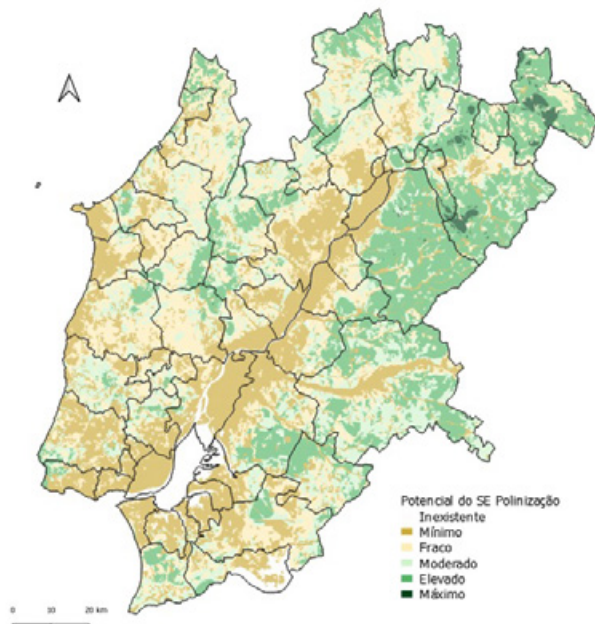


Gráfico 14 – Balanço entre a melhoria e perda de potencial do SE Qualidade dos Habitats, 2000-2018 (ha)

Nota: Não inclui concelhos com situação sensivelmente inalterada

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>



POLINIZAÇÃO DAS CULTURAS

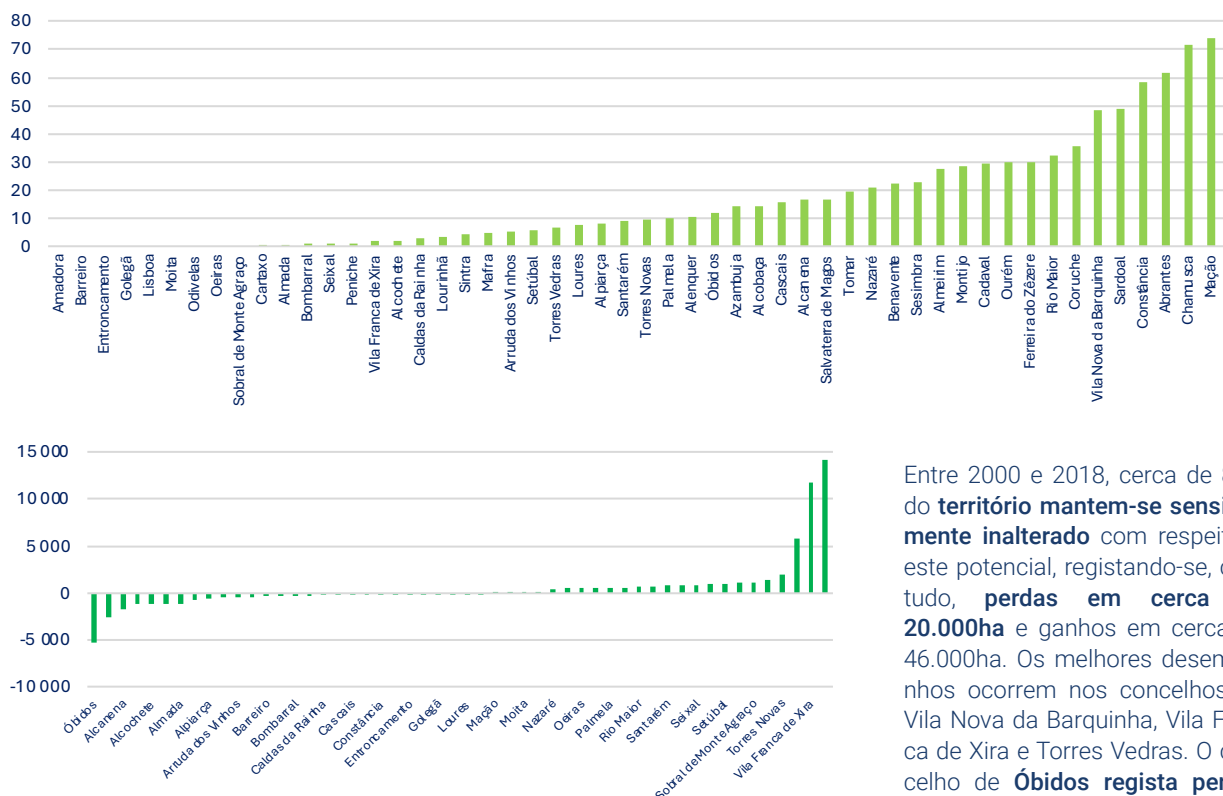
Em 2018, cerca de 24% do território da região possuía um potencial elevado ou máximo **do serviço de ecossistema “Polinização”**, sendo que a localização destas áreas segue sensivelmente o mesmo padrão do potencial em matéria de Qualidade dos Habitats.

Figura 16 – Potencial do SE Polinização, 2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

Gráfico 15 – Proporção do concelho com potencial máximo ou elevado do SE Polinização, 2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>



Entre 2000 e 2018, cerca de 89% do **território mantém-se sensivelmente inalterado** com respeito a este potencial, registando-se, contudo, **perdas em cerca de 20.000ha** e ganhos em cerca de 46.000ha. Os melhores desempenhos ocorrem nos concelhos de Vila Nova da Barquinha, Vila Franca de Xira e Torres Vedras. O concelho de **Óbidos regista perdas em cerca de 5.000ha**.

Gráfico 16– Balanço entre a melhoria e perda de potencial do SE Polinização, 2000-2018 (ha)

Nota: Não inclui concelhos com situação sensivelmente inalterada

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

A despesa per capita dos municípios da RLVT na proteção da biodiversidade e paisagem tem vindo a aumentar, desde 2012, em todas as NUTS, com **exceção da AML**, onde esta despesa diminuiu cerca de 7.000 euros por 1.000 habitantes entre 2016 e 2022, ano em que os valores se encontram bastante abaixo da média nacional. A Lezíria do Tejo e o Médio Tejo, registam os valores mais elevados da RLVT, muito superiores à média nacional.

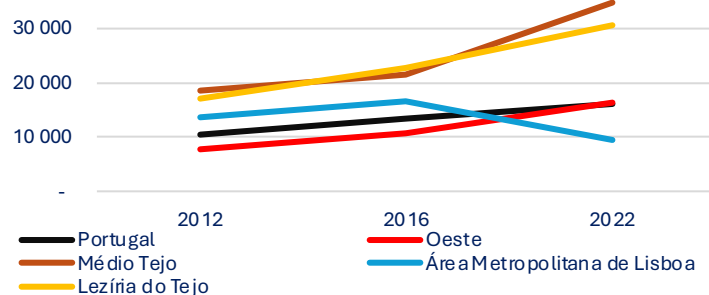


Gráfico 17 - Despesas dos municípios na proteção da biodiversidade e paisagem por 1000 habitantes (€/ hab.), NUTS 2012-2022

Fonte: INE: Estatísticas dos municípios em ambiente - série long

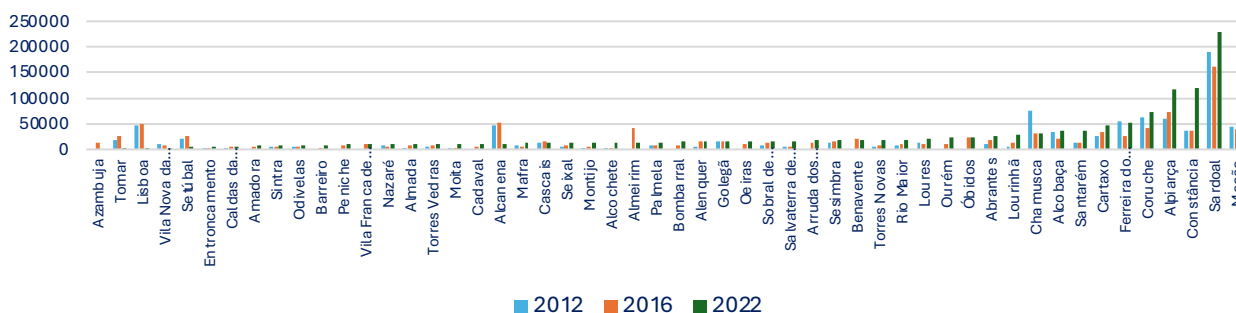


Gráfico 18 - Despesas dos municípios proteção da biodiversidade e paisagem por 1000 habitantes (€/ hab.), concelhos 2012-2022

Fonte: INE: Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa

Os concelhos de Mação e Sardoal registam o melhor desempenho, com valores superiores a 220.000 euros/1000hab, em 2022, quase 7 vezes superiores à média da sub-região, seguidos de Coruche e Ferreira do Zêzere, com valores superiores a 50.000 euros/1000hab. Os concelhos de Azambuja, Tomar, Lisboa, Vila Nova da Barquinha e Setúbal, são os que registam os valores mais baixos de investimento nesta área em 2022 registando-se uma diminuição significativa em relação a 2016.

1.4. Energia

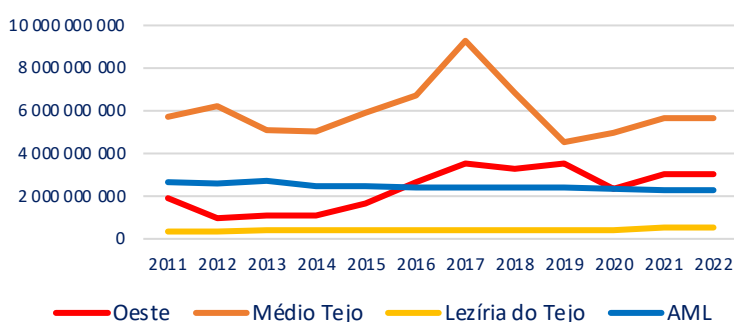
A energia tem vindo a assumir relevância no ordenamento do território, na ótica da produção e do consumo. O conjunto de indicadores selecionado visa uma aproximação à medição da transição da região para uma economia de baixo carbono por via da promoção da eficiência energética e da produção e consumo de energias renováveis.

Para analisar a dimensão produção recorreu-se a indicadores de produção de eletricidade por tipo de fonte incluindo o contributo das fontes renováveis. A racionalização e eficiência dos consumos foram abordadas através de indicadores de consumo por setor, incluindo o contributo das renováveis. É também apresentada informação com respeito ao saldo energético das NUTS II da região.

Ainda no âmbito dos consumos, apresenta-se informação relativa ao consumo de combustível automóvel por habitante e a sua evolução no tempo.

Foi ainda avaliada a intensidade energética da Região - indicador que representa a razão entre o consumo de energia de um território e o seu Produto Interno Bruto (PIB), com intuito de medir e avaliar a sua eficiência e sustentabilidade.

Por último, é analisada a vulnerabilidade energética dos agregados familiares residentes nos vários concelhos da região.



PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

A produção de eletricidade na **Região tem-se mantido estável na AML e Lezíria do Tejo**, entre 2011 e 2022, no **Oeste tem aumentado**, sendo que é o **Médio Tejo que regista a maior produção** de eletricidade, apesar do decréscimo verificado em 2018, provavelmente associado às alterações de política na Central termoelétrica do Pêgo, Abrantes.

Gráfico 19 - Produção bruta de eletricidade (kWh) por Localização geográfica (NUTS - 2013)

Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS

Na RLVT a proporção de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis no total da produção é mais significativa na Grande Lisboa, atingindo quase 90% em 2022. Na Península de Setúbal, observa-se uma ligeira tendência de aumento na produção de eletricidade renovável, embora ainda se mantenha abaixo dos 42%. Já no Oeste e Vale do Tejo, a tendência é de diminuição, apresentando a menor proporção de eletricidade renovável da RLVT.

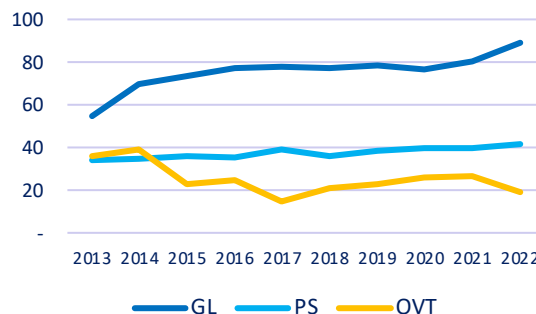


Gráfico 20 - Proporção de Produção de eletricidade renovável, no total Produção de eletricidade, 2013-2022

Fonte: DGEG

Na produção de energia a partir de fontes renováveis, **a nível nacional**, o contributo mais expressivo é da hídrica e da eólica. Todavia, estas fontes registam grande variabilidade na produção, influenciada pelas condições meteorológicas (precipitação e vento). Registe-se, contudo, o incremento significativo da fotovoltaica (539%) e da biomassa (28%) enquanto fontes de energia renovável. **Na RLVLT a fotovoltaica registou também um incremento acentuado (1000%)**, passou de 5.575tep, em 2013, para 61.731tep em 2022.

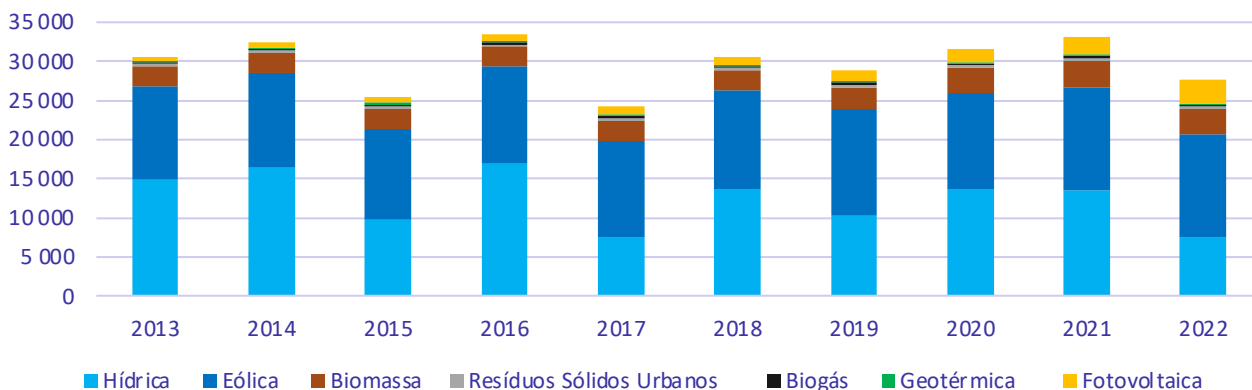


Gráfico 21 – Produção (GW) anual de energia a partir de fontes renováveis, por tipo de fonte, Portugal, 2013/2022

Fonte: DGEG: Estatísticas rápidas - nº 214 - setembro de 2022

CONSUMO DE ELETRICIDADE

O consumo de energia elétrica na RLVLT, **diminuiu 1.157.865 653 kWh, entre 2011 e 2022**, com o contributo relevante da iluminação interior de edifícios do Estado, assim como da Indústria e do Setor Não Doméstico. Pela natureza da sua densidade demográfica e de atividades económicas, é na AML que se registam os maiores consumos da região. Todavia, no período em análise, foi também na AML que mais se reduziu o consumo de energia elétrica (-8%), com um desempenho mais favorável do que o registado no país (-0.5%). A Lezíria do Tejo foi a única sub-região que aumentou o consumo de energia em 10 anos, sobretudo no setor Doméstico, Agricultura e indústria.

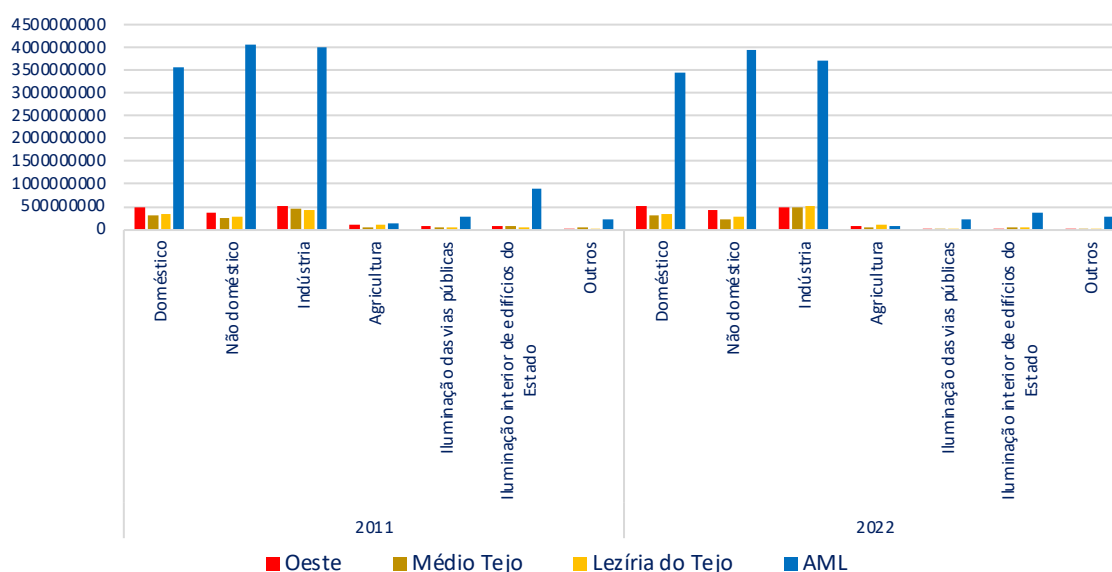


Gráfico 22 - Consumo de energia elétrica (kWh), por tipo de consumo, 2011-2022

Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

CONTRIBUTO DAS FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS NO CONSUMO FINAL DE ELETRICIDADE

O contributo das fontes de energia renováveis no consumo de total de eletricidade é bastante expressivo no Oeste e Vale do Tejo, mantendo-se sempre acima dos 40% desde 2013, apesar de ligeiras oscilações. Na AML este contributo tem sido sempre inferior a 14% na Península de Setúbal e a 10% da Grande Lisboa, mantendo-se relativamente estável.

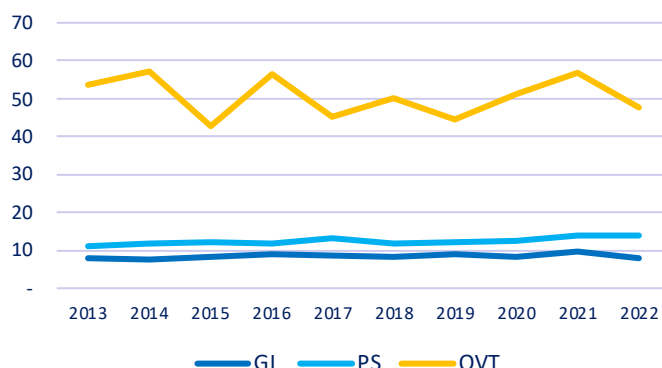


Gráfico 23 – Proporção da eletricidade produzida a partir de fontes renováveis no consumo de eletricidade, 2013-2022

Fonte: DGEG

SALDO ENERGÉTICO

O saldo energético (produção-consumo) é negativo nas três NUTS II da região, sendo mais acentuado na Grande Lisboa. A Península de Setúbal destaca-se como a sub-região com melhor desempenho em termos de saldo energético. No Oeste e Vale do Tejo, observa-se uma ligeira tendência de melhoria neste indicador.

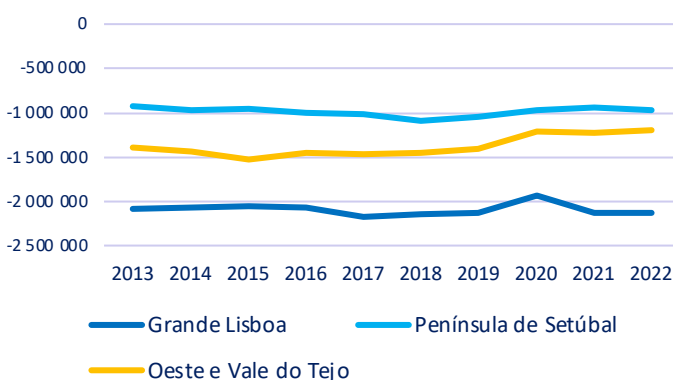
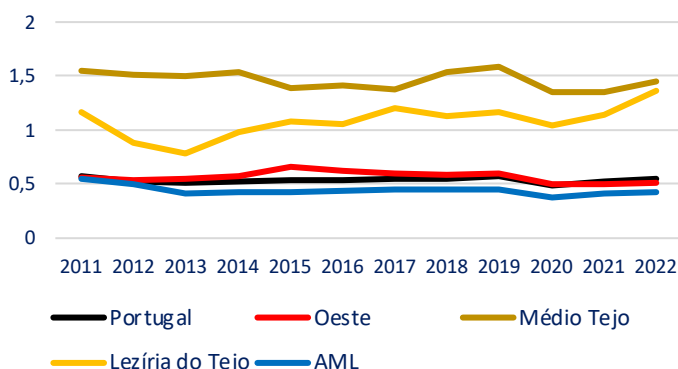


Gráfico 24 - Saldo energético (tep), 2013-2022

Fonte: DGEG

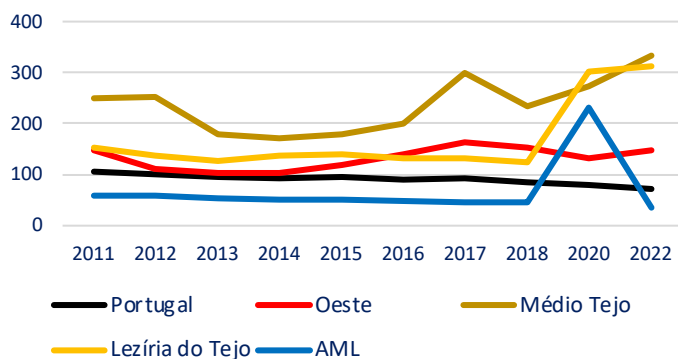


CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL

Relativamente ao consumo de combustível automóvel, por habitante, os padrões de consumo no Médio Tejo e Lezíria são bastante superiores aos da média nacional e aos do Oeste e AML. Em 2020, devido aos confinamentos impostos no âmbito da pandemia, o consumo de combustível diminuiu significativamente em todo o país, registando-se em 2021 e 2022 uma tendência de retoma.

Gráfico 25 - Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.) por Local de residência (NUTS - 2013)

Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

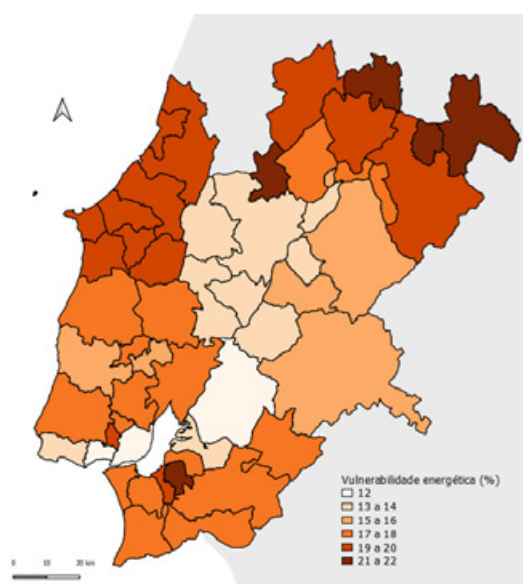


INTENSIDADE ENERGÉTICA DA ECONOMIA

Analisada a intensidade energética da Região, verifica-se que, no **Médio Tejo, foi necessária mais energia para produzir uma unidade de PIB**. Os valores do Oeste e Lezíria do Tejo também são superiores aos da média nacional e da **AML, que apresenta o melhor desempenho**. Em 2022, o Médio Tejo e Lezíria do Tejo mantêm níveis de intensidade energética muito elevados, enquanto a AML voltou a registar os valores pré pandemia.

Gráfico 26 - Intensidade energética da economia em energia final (tep/ €) por Localização geográfica

Fonte: DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural



VULNERABILIDADE ENERGÉTICA

A distribuição municipal do Índice de Vulnerabilidade Energética - que estima a percentagem de agregados familiares em cada município sem capacidade financeira para manter a casa devidamente aquecida - evidencia que os concelhos do **Médio Tejo e do Oeste apresentam a maior prevalência de pobreza energética, a maioria com valores superiores a 17%.** Os concelhos com menor pobreza energética são Lisboa, Oeiras e Benavente (12%) e, em contraponto, os de maior pobreza energética são a Moita, Mação, Sardoal, Ferreira do Zêzere e Alcanena, com valores superiores a 21%.

Figura 17 - Índice de Vulnerabilidade Energética Municipal (IVEM), 2021

Fonte: Pobreza Energética em Portugal, uma análise Municipal

Parte I – Dinâmicas Territoriais

A. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS

2. Social

- Habitação,
- Capital Humano e Emprego
- Serviços, Equidade e Coesão
- Grupos Vulneráveis

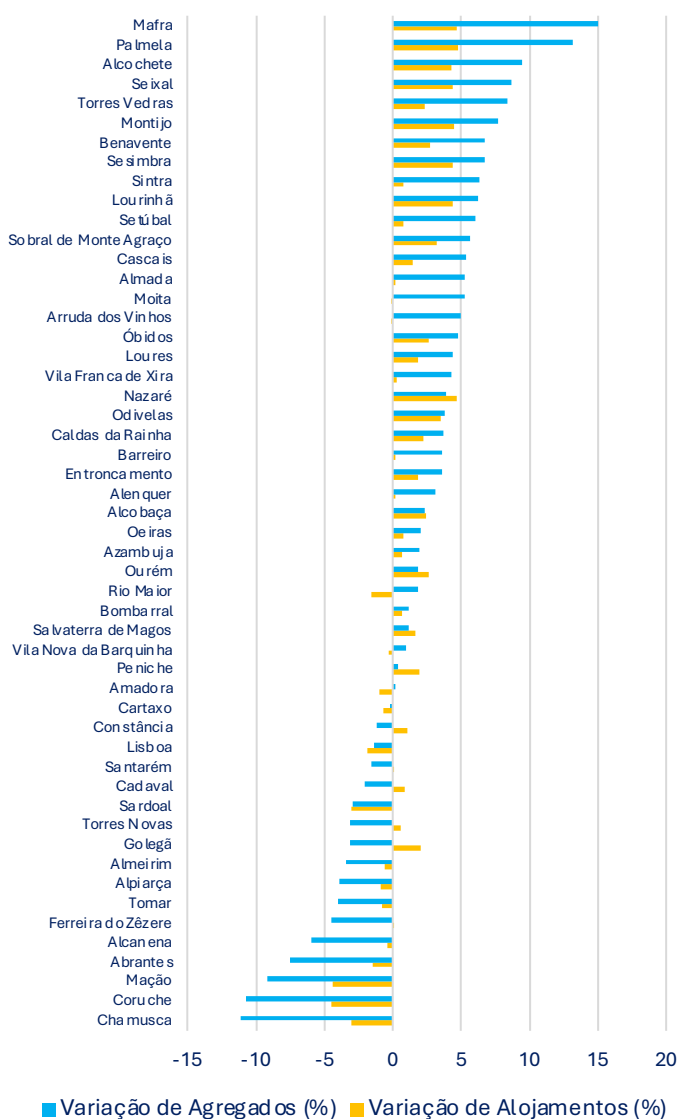


2.1. Habitação

A habitação é um bem essencial à vida das pessoas e um direito fundamental constitucionalmente consagrado (PNPOT 2022). O acesso a uma habitação condigna a preços acessíveis tem um impacto positivo na inclusão social, sendo assim fundamental identificar eventuais carências.

Numa perspetiva de avaliação da disponibilidade de fogos, são apresentados indicadores sobre a evolução dos agregados familiares versus alojamentos ao longo dos últimos anos, bem como os quantitativos em termos de alojamentos familiares vagos e a lotação dos alojamentos, quer em termos de sublotação, quer de sobrelotação.

Já em termos da dinâmica do mercado imobiliário, identificam-se indicadores sobre a evolução do número de fogos construídos ao longo dos últimos anos, e respetivas entidades promotoras e, ainda, informação sobre a evolução dos preços de mercado, seja de venda de alojamento, seja de arrendamento.



VARIAÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES VS ALOJAMENTOS

Entre 2011 e 2021, a **AML cresce mais em agregados familiares (+3,94%) do que em número de alojamentos (+0,80%)**, assim como o Oeste que regista a mesma tendência - mais agregados (+4,15%) do que alojamentos (+2,20%). O Médio Tejo regista uma quebra nos agregados (-2,79%) e um acréscimo ligeiro de alojamentos (+0,17%) e a Lezíria do Tejo apresenta uma quebra superior em termos de agregados (-1,18%) face à diminuição de alojamentos (-0,30%).

Na AML, todos os concelhos, com exceção de Lisboa, aumentam tanto o número de agregados familiares quanto de alojamentos, apresentando todos eles variações superiores em termos agregados familiares. Mafra, Palmela, Alcochete e Seixal, concelhos que se destacam pelo crescimento de agregados (superior a 87%), apresentam também um aumento do número de alojamentos, mas bastante inferior (em torno dos 4%).

Gráfico 27 - Taxas de variação dos agregados domésticos e alojamentos familiares clássicos - 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

No **Oeste**, com exceção do Cadaval que perdeu agregados e aumentou ligeiramente os alojamentos, todos os concelhos registaram um crescimento de agregados familiares superior aos de alojamentos, destacando-se Torres Vedras, Lourenhã e Sobral de Monte Agraço com variações superiores a 5%.

No **Médio Tejo**, Entroncamento e Ourém são os únicos concelhos que registaram um crescimento positivo nos agregados familiares, acompanhado de acréscimo nos alojamentos. O sentido foi inverso, em Torres Novas, Ferreira do Zêzere e Constância com crescimento nos alojamen-

tos e decréscimo nos agregados familiares. Em Vila Nova da Barquinha apesar do ligeiro acréscimo percentual de agregados familiares, ocorreu uma diminuição na variação de alojamentos.

Por fim, na **Lezíria do Tejo**, Benavente, Azambuja e Rio Maior são os concelhos que registam maior diferencial, com maior crescimento nos agregados familiares do que em alojamentos. Apesar da variação negativa de agregados, a Golegã, registou uma variação positiva de alojamentos. Entre 2011 e 2021, Coruche e Chamusca são os municípios que registaram a maior perda de agregados familiares (-10%).

ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS

Relativamente aos alojamentos familiares vagos, as NUTS da **RLVT registam valores superiores aos da média nacional (12%), com exceção da AML (11%)**. Esta proporção é **mais elevada no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo (17%)**, em particular nos concelhos de Chamusca, Coruche, Alcanena e Abrantes, onde mais do que 20% dos alojamentos familiares se encontravam vagos em 2021. Os valores mais reduzidos (inferiores a 9%) registam-se em Odivelas, Almada, Vila Franca de Xira, Seixal e Sesimbra.

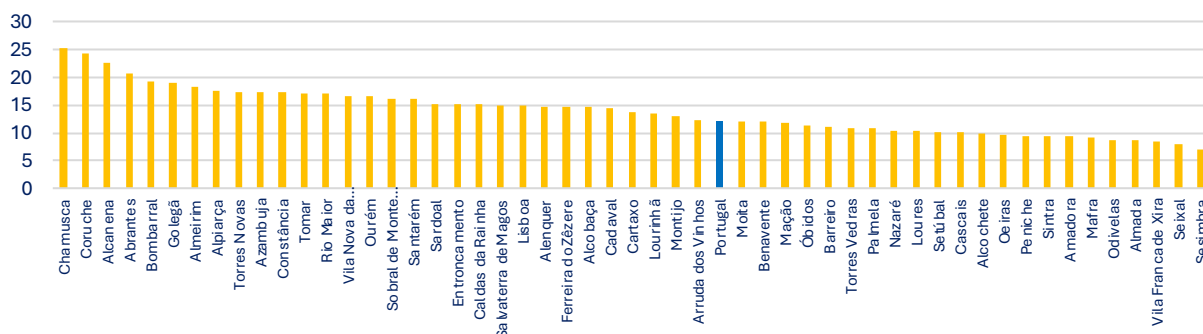


Gráfico 28 - Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

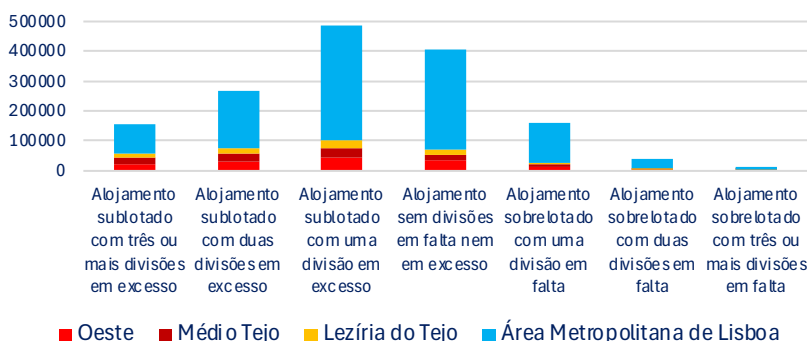


Gráfico 29 - Lotação dos Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

LOTAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Em toda a **região existem mais alojamentos sublotados** (sobretudo com uma divisão em excesso) do que sobrelotados. Ainda assim, na RLVT há **53.344 alojamentos com duas ou três divisões em falta**, situação mais sentida na AML.

Em 2021, apenas 26% dos alojamentos da RLVT foi considerado como tendo uma lotação normal, 13% estavam sobrelotados e a maioria apresentava divisões excedentes face ao agregado familiar (60%).

DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO DE FOGOS

Entre **2011 e 2023 foram concluídos 52.738 fogos na RLVT**, 70% dos quais na AML. A dinâmica de construção diminuiu significativamente a partir de 2011 em todas as NUTS, tendo vindo a recuperar gradualmente desde 2016/17. O número de fogos concluídos em 2023 já atingiu os valores do ano de 2011, mas apenas na Grande Lisboa e na Península de Setúbal.

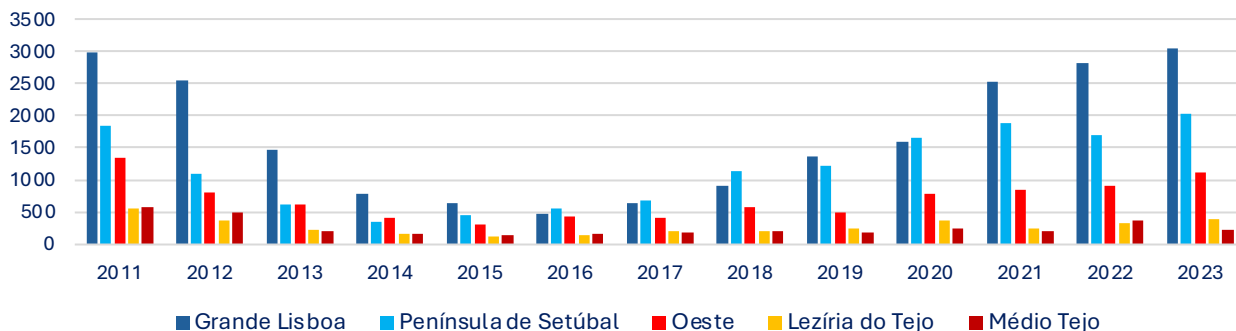
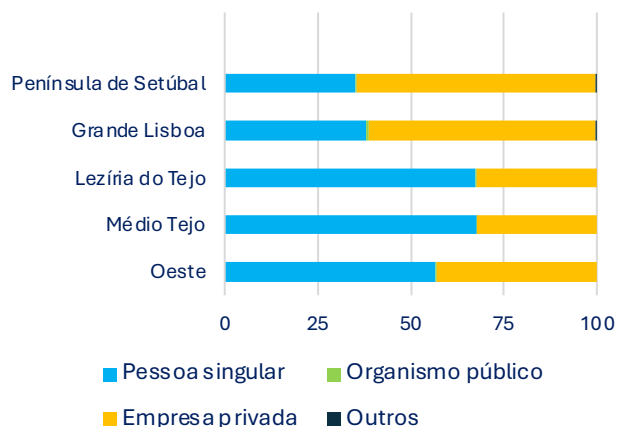


Gráfico 30 – Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar, 2011-2023

Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas



ENTIDADE PROMOTORA NA CONSTRUÇÃO DE FOGOS

A maioria dos fogos construídos na RLVT é promovido por **empresas privadas** (55%), sendo também significativo o número de fogos construídos por iniciativa de **pessoas singulares** (44%), em particular no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo, onde é superior a dois terços do total.

Entre 2011 e 2023 apenas foram concluídos 281 fogos promovidos por um organismo público, 68% na Grande Lisboa, com particular relevo para o ano de 2021.

Gráfico 31 – Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar entre 2011 e 2023, por entidade promotora

Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas

VALOR DE VENDA DE ALOJAMENTOS FAMILIARES

O dinamismo do mercado imobiliário, em particular no que respeita aos valores de venda praticados, confirma-se por uma tendência de **valorização crescente do m² em toda a RLVT**, entre 2019 e 2023, ainda que se registem particularidades intrar-regionais.

Na AML, os valores são sempre superiores à média nacional, sendo que o maior aumento relativo se registou na Península de Setúbal (+66%), em particular nos concelhos da Moita, Palmela, Barreiro e Seixal, todos com aumentos superiores a 74%. Em termos absolutos, a **capital apresenta, em qualquer dos anos, o custo médio do m² mais elevado**, tendo aumentado 27%, entre 2019 e 2023, atingindo 4.167€.

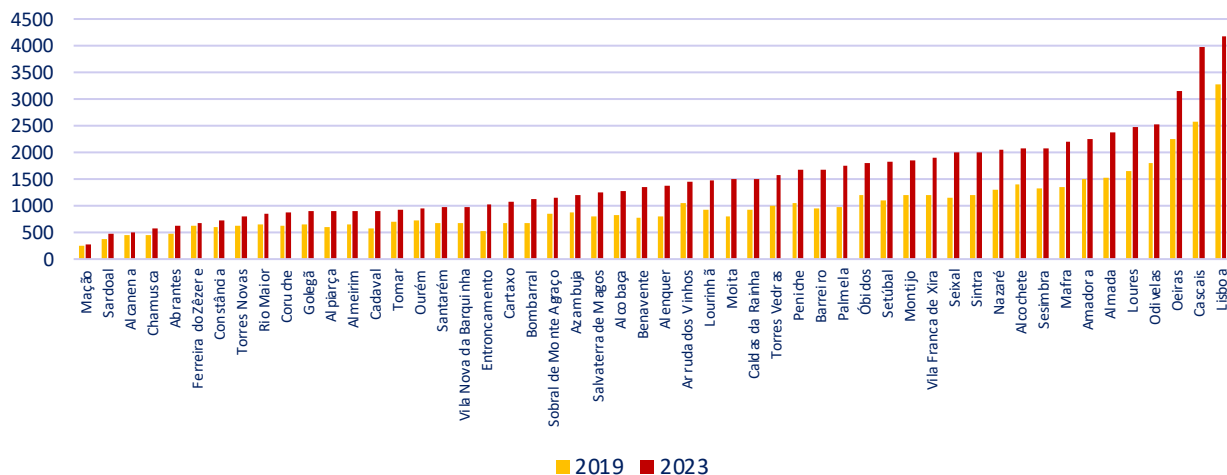
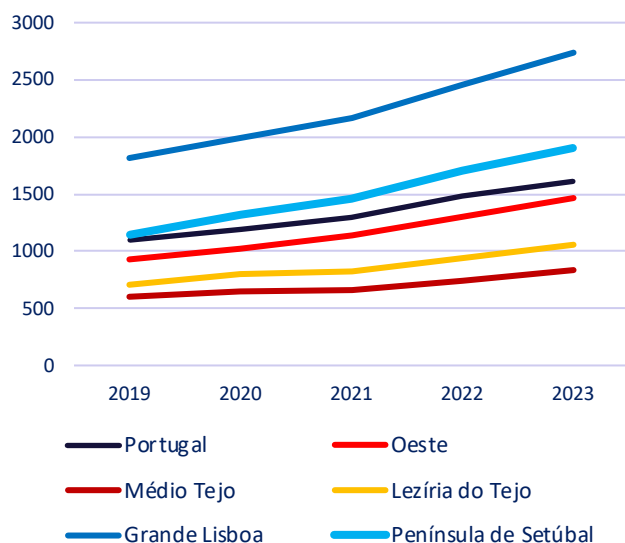


Gráfico 32 - Valor mediano das vendas (€) por m2 de alojamentos familiares - 2019 e 2023 – Concelho

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local



No OVT, evidencia-se a dinâmica imobiliária do Oeste face às restantes NUTS, com uma valorização do preço por m² de 58%, entre 2019 e 2023.

Dos 16 concelhos com preços médios de venda por m² mais elevados (superiores a 1.000€), 11 situam-se no Oeste, acompanhados por Benavente, Salvaterra de Magos, Azambuja, Cartaxo e Entroncamento. No contexto na RLVT, foi neste último concelho que se registou a valorização mais significativa do preço por m², entre 2019 e 2023, com um acréscimo de 94% (de 530€ para 1.027€).

Em termos absolutos, o concelho da Nazaré destaca-se dos restantes, com valores superiores a 2.000€, seguido de Óbidos e Peniche, com valores superiores a 1.600€. Os concelhos do Sardoal, Mação e Alcanena, registam os valores médios mais baixos em toda a Região (inferiores a 500€).

Gráfico 33 – Evolução do valor Mediano (€) das Vendas por m² de Alojamentos Familiares, 2019-2023

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

RENDA CONTRATADA

À imagem dos preços médios de venda praticados, a **renda contratada por m² cresce em todas as NUTS da Região**, entre 2020 e 2023. A maior variação ocorre na Península de Setúbal (6,6€/m² a 8,9€/m²) e no Médio Tejo, (3,7€/m² a 5,0€/m²), ambos com acréscimos de 35%.

Em termos absolutos, os valores praticados são claramente superiores na área da Grande Lisboa (12€/m² em 2023). Nas NUTS do OVT os valores variam entre os 5,0€/m² e os 6,1€/m², sendo superiores no Oeste.

Gráfico 34 - Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares - 2017 a 2022

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

2.2. Capital Humano e Emprego

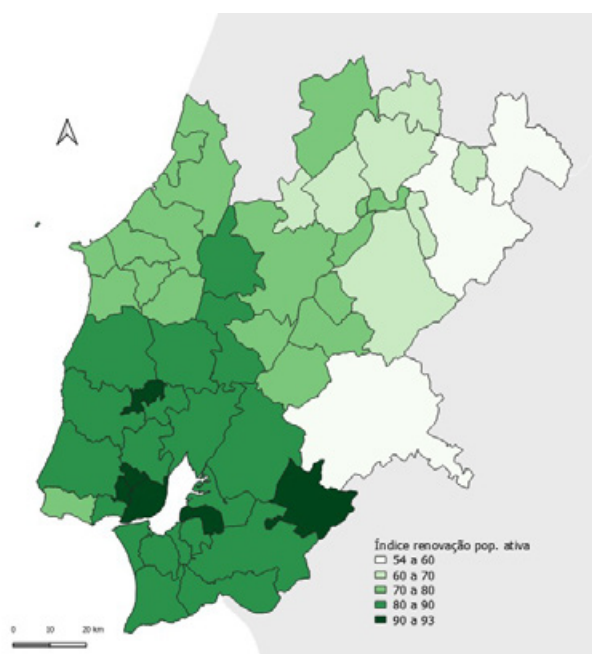
A capacitação do capital humano (nível de escolaridade dos trabalhadores e aprendizagem ao longo da vida) proporciona mais e melhores oportunidades e é um fator essencial para incrementar a produtividade e a inovação. A capacitação digital é particularmente relevante, para acompanhar o acelerado desenvolvimento tecnológico e o aparecimento de novas ferramentas e produtos digitais. Por outro lado, a redução do número de ativos no mercado de trabalho, devido à quebra da natalidade e à emigração, representa um fator crítico relevante para a economia e o desenvolvimento territorial.

Nesta perspetiva, apresenta-se um conjunto de indicadores que permitem avaliar o índice de renovação da população ativa na região, bem como a proporção da população estrangeira com estatuto de residência na região, considerando o seu contributo para a renovação geracional.

Em termos de capacitação, são apresentados indicadores que pretendem avaliar o perfil de qualificações da população empregada na região, e ainda a evolução da taxa de escolarização no ensino superior, nomeadamente na área científica e tecnológica.

Considerando que as competências digitais são essenciais no quadro da transição digital em curso, apresenta-se ainda informação com respeito a esta matéria para o território nacional.

A competitividade salarial é um aspeto essencial no quadro de uma boa gestão do capital humano, pelo que será também avaliado o ganho médio mensal na região, e a evolução do poder de compra da população.



ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA

Os concelhos da RLVT, apresentam importantes assimetrias com respeito ao potencial de renovação da população ativa (relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho), variando entre 54 e 93.

Na AML, o índice é sempre superior a 80 (por cada 100 indivíduos que saem do mercado de trabalho entram 80), com exceção do concelho de Cascais, sendo que no **OVT**, é sempre inferior a este valor, com exceção de 4 concelhos (Torres Vedras, Alenquer, Azambuja e Rio maior). O **Médio Tejo** apresenta o **pior desempenho** com a maioria dos concelhos com valores inferiores a 70.

Os concelhos de Mação, Abrantes e Coruche registam os valores mais reduzidos, em contraponto com Odivelas, Amadora, Sobral de Monte Agraço, Montijo e Lisboa.

Figura 18 – Índice de renovação da população em idade ativa, 2023

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Entre 2013 e 2023, a maioria dos concelhos **diminuiu o seu potencial de renovação da população ativa**, seguindo a tendência nacional, sendo de assinalar os concelhos de Mafra, Sardoal e Mação, cuja redução foi superior a 20%. Com variações negativas ainda importantes (>17%) encontram-se os concelhos de Alcochete, Entroncamento, Ferreira do Zêzere e Sesimbra.

Em contraponto, encontra-se o concelho de Alpiarça, com a maior variação positiva (25,7%), e ainda os concelhos de Cadaval e Barreiro, com variações positivas de 22,2% e 18,9%, respetivamente. Não obstante as diferenças destacadas, os índices de 2023 apontam a fragilidade registada em toda a Região, onde nenhum município tem assegurada a renovação da população ativa (valores inferiores a 100).

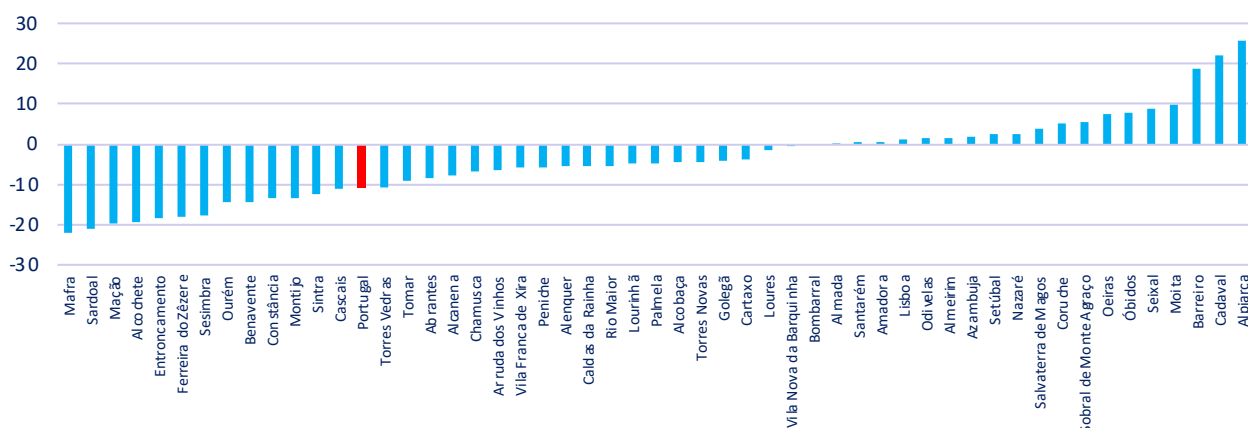
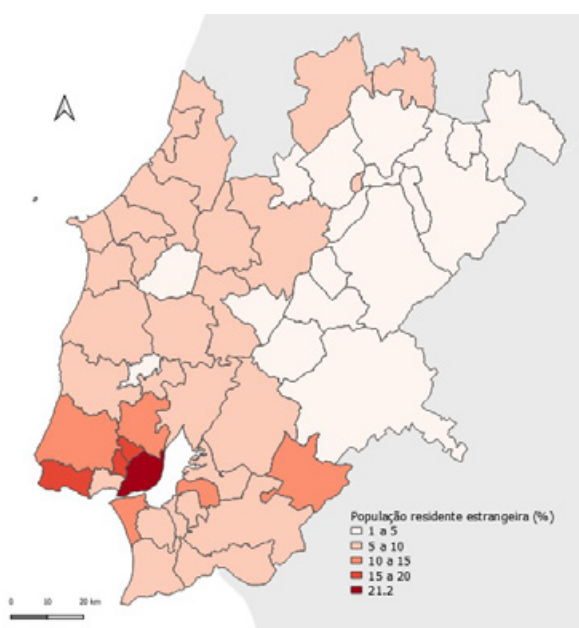


Gráfico 35- Variação do índice de renovação da população em idade ativa, 2013-2023

Fonte: INE, Indicadores demográficos



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO DE RESIDENTE

Em 2022, residiam na RLVT 431.737 estrangeiros, o que representa 11,5% do total da população residente, sendo o Brasil o país de origem com maior número de residentes (33,8%), seguido da Roménia (8,4%), da Ucrânia (7,8%) e da China (5,7%).

A maior proporção de população residente estrangeira encontra-se em Lisboa, com 21,2%, e nos concelhos de Cascais (16,7%), Odivelas (15,7%) e Amadora (15,4%). No OVT, a proporção da população estrangeira é sempre inferior a 10%.

Figura 19 – Proporção da População Residente estrangeira com estatuto legal de residente, 2022

Fonte: INE

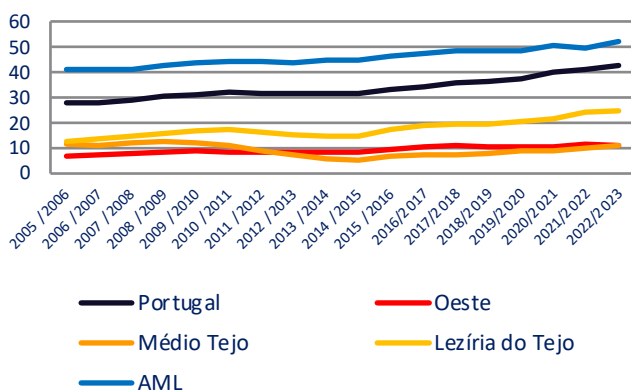
PERFIL DE QUALIFICAÇÕES

Em 2021, mais de 35% da população empregada por conta de outrem residente na **AML** tinha o ensino superior completo. Estes valores são superiores à média nacional e têm registado um comportamento crescente desde 2001. Já no **Oeste**, **Médio Tejo** e **Lezíria do Tejo** esses valores descem para metade, sendo de referir que cerca de 7% da população empregada por conta de outrem residente no OVT possui apenas o 1.º ciclo do ensino básico. Nestas três sub-regiões o Médio Tejo é o que apresenta melhor perfil de qualificações da população empregada.

	Inferior ao 1.º ciclo	1.º ciclo do ensino básico	2.º ciclo do ensino básico	3.º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Ensino Superior
Portugal	0,28	6,81	11,09	24,46	32,16	24,98
Oeste	0,45	8,78	13,38	30,13	32,23	14,64
Médio Tejo	0,42	7,57	11,29	27,99	35,25	17,35
Lezíria do Tejo	0,5	7,99	11,53	28,42	35,17	16,16
AML	0,21	4,4	6,15	20,2	33,49	35,22

Quadro 4 - População empregada por conta de outrem (%) por Nível de educação, 2021

Fonte: INE/ MTSSS/GEP, Quadros de pessoal



TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Com respeito à taxa de escolarização no ensino superior, verifica-se uma **tendência de crescimento, em particular a partir de 2015, contudo a RLVT tem desempenhos distintos**. No ano letivo 2020/2021, a AML apresentava uma taxa de escolarização de 52%, superior à média do país em 9 pontos percentuais. Por outro lado, os níveis de escolarização no ensino superior no OVT eram inferiores a 25% (com melhor desempenho na Lezíria do Tejo).

Gráfico 36 - Taxa de escolarização no ensino superior (%)

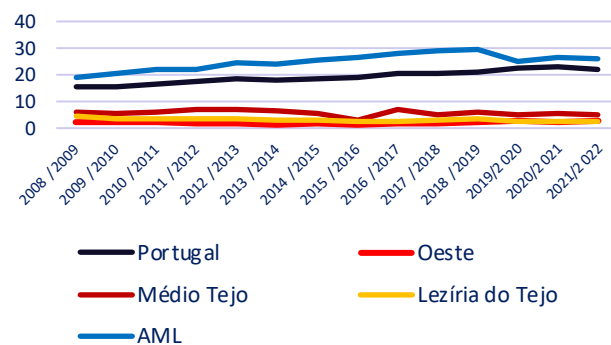
Fonte: INE/ Ministério da Educação e Ciência; Anuário da Educação e Ciência

DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR EM ÁREA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Na **AML** a **proporção de diplomados na área científica e tecnológica é superior à média nacional em 4 pontos percentuais**, sendo, contudo, bastante reduzida no OVT, onde é sempre inferior a 5% e se tem mantido estável nos últimos anos 10/12 anos.

Gráfico 37 - Diplomados no ensino superior em área científicas e tecnológicas) por mil habitantes

Fonte: INE/ Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência;
Diplomadas/os do ensino superior em áreas de C&T por 1000 habitantes (N.º) da população residente com idade entre 20 e 29 anos por Localização geográfica



COMPETÊNCIAS DIGITAIS

Em matéria das competências digitais de nível básico, em particular no que se refere à **utilização da internet**, Portugal encontra-se abaixo da média da União Europeia, com 84% da população a utilizar a internet pelo menos uma vez por semana, encontrando-se quase no final do ranking dos países europeus. Em termos da **proporção da população com competências digitais de nível básico o valor é equivalente à média europeia (56%)**.

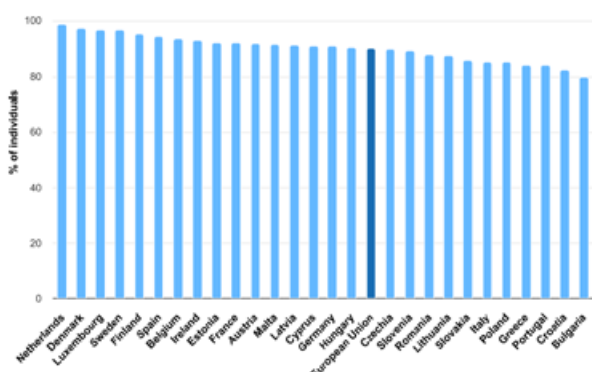


Gráfico 38 - Proporção da população (16 – 74 anos) que utiliza a internet pelo menos uma vez por semana, 2023

Fonte: Digital Decade DESI visualisation tool

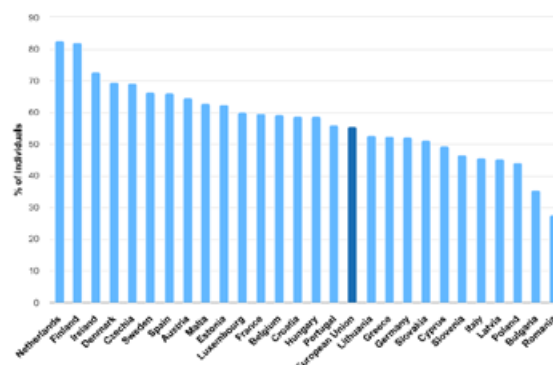


Gráfico 39 - Proporção da população (16 – 74 anos) com competências digitais básicas, 2023

Fonte: Digital Decade DESI visualisation tool

Já no que se refere às **competências digitais avançadas**, Portugal também se encontra abaixo da média europeia, quer ao nível da proporção de população com conhecimentos básicos de criação de conteúdos digitais (60% em Portugal e 62% na média da EU), bem como à percentagem de graduados em Tecnologias de informação e comunicação (2,5% em Portugal e 4,5% na EU).

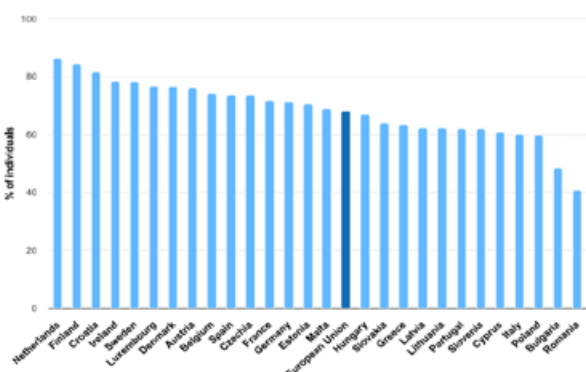


Gráfico 40 - Proporção da população (16 a 74 anos) com competências básicas de criação de conteúdo digital, 2023

Fonte: Digital Decade DESI visualisation tool

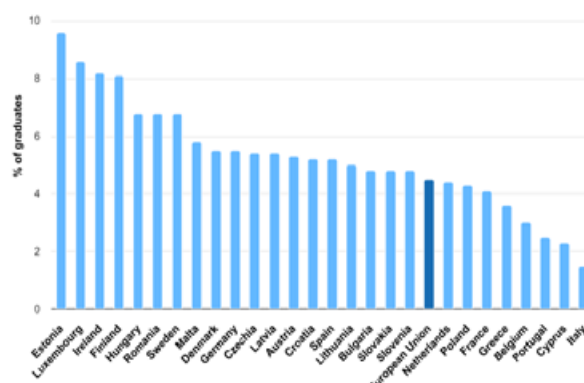
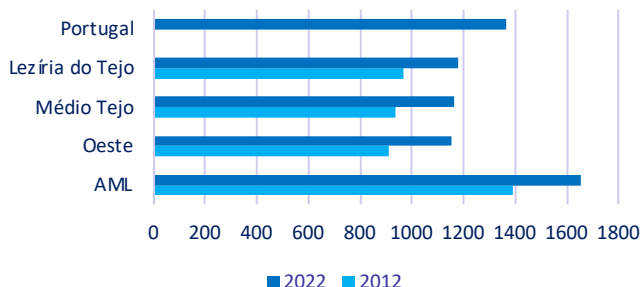


Gráfico 41 - Proporção de graduados em Tecnologias de informação e comunicação, 2023

Fonte: Digital Decade DESI visualisation tool



GANHO MÉDIO MENSAL

Em 2021, a **AML** apresenta-se como a única NUTS III da região com ganho médio mensal superior à média nacional (+22%, com 1.656€), seguindo-se a Lezíria do Tejo, o Médio Tejo e o Oeste, com valores próximos (aproximadamente 1.160€) mas inferiores à média nacional (1.362€).

Gráfico 42 – Evolução do Ganho Médio mensal, por NUTS (€)

Fonte: INE/ MTSSS/GEP, Quadros de pessoal;

Em todos os concelhos da RLV T verificou-se um **acréscimo do ganho médio mensal**. A maior variação, face a 2012, registou-se na Nazaré e Golegã, com acréscimos superiores a 35%. O menor crescimento registou-se na Azambuja com um acréscimo apenas de 1,4%. Em termos absolutos, importa referir os rendimentos médios substancialmente superiores de Alcochete (2.072€), Oeiras (2.020€) e Lisboa (1.852€). Na **AML**, Odivelas (1.095€) e Sesimbra (1.101€) correspondem aos concelhos com rendimentos médios mais baixos.

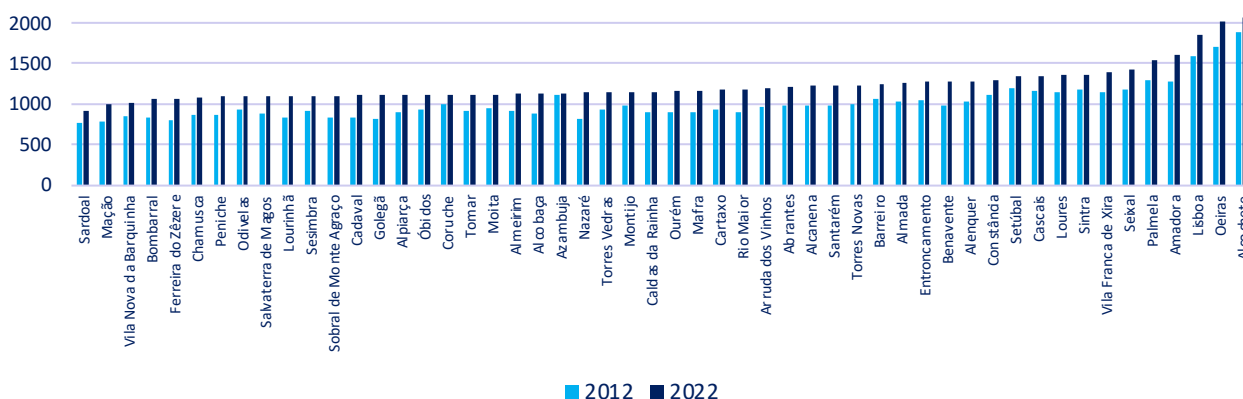


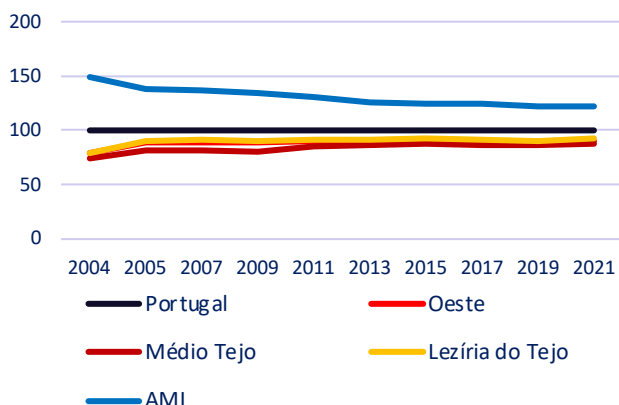
Gráfico 43 – Evolução do Ganho Médio mensal, por concelho (€)

Fonte: INE/ MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

No **OVT** todos os concelhos apresentam valores inferiores à média nacional. No Oeste, Alenquer (1.284€) e Arruda dos Vinhos (1.192€) encabeçam a lista com rendimentos médios mais elevados; posição ocupada por Constância (1.291€) e Entroncamento (1.275€), no Médio Tejo; e Benavente (1.279€) e Santarém (1.228€), na Lezíria do Tejo.

PODER DE COMPRA

A análise da evolução do rendimento aponta a **perda relativa de poder de compra per capita**, da AML, face à média nacional, mantendo-se ainda assim 20 pontos acima do índice nacional de 100. Por oposição, as sub-regiões do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo registam um poder de compra per capita inferior à média nacional, tendo vindo a aproximar-se desta desde 2005. Em 2021, o Médio Tejo apresentava o poder de compra per capita mais baixo do conjunto da RLV T (87,2).



Numa análise ao concelho, na AML, em 2021, Lisboa (186) liderava destacado, seguindo-se Oeiras (165), Cascais (121) e Alcochete (118), sendo os piores resultados verificados na Moita (81), Odivelas (91) e Seixal (94). De destacar uma quebra quase generalizada deste indicador, desde 2011, já que apenas quatro concelhos apresentam uma variação positiva (ligeira) do poder de compra, entre 2011 e 2021 (Mafra, Moita, Odivelas e Seixal). A quebra relativa mais acentuada entre 2011 e 2021, ocorre, em Oeiras e Lisboa com decréscimo de 14 pontos.

Gráfico 44 – Evolução do Poder de compra per capita, por NUTS III da RLVT 2004/2021

Fonte: INE; Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

No **Oeste**, Lourinhã, Bombarral e Arruda dos Vinhos são os concelhos a registar melhor desempenho no poder de compra com uma variação positiva de 10 pontos entre 2011 e 2021. Inversamente, Torres Vedras e Alenquer, que tinham habitualmente melhores níveis de poder de compra têm vindo a piorar o seu desempenho afastando-se da média nacional.

Em 2021, nenhum concelho do **Médio Tejo** atingia o valor de referência nacional, sendo o Entroncamento o mais bem posicionado. Ferreira do Zêzere, Sardoal e Mação registavam os valores mais baixos, não apenas da NUTS III, mas do conjunto da RLVT.

Na **Lezíria do Tejo**, Santarém (99) e Azambuja (111) destacam-se, numa lista onde a Chamusca (75) e Coruche (78) ocupam as últimas posições. Entre 2011 e 2021 a Azambuja revelou o pior desempenho (115 para 111) e Alpiarça o melhor (69 para 81).

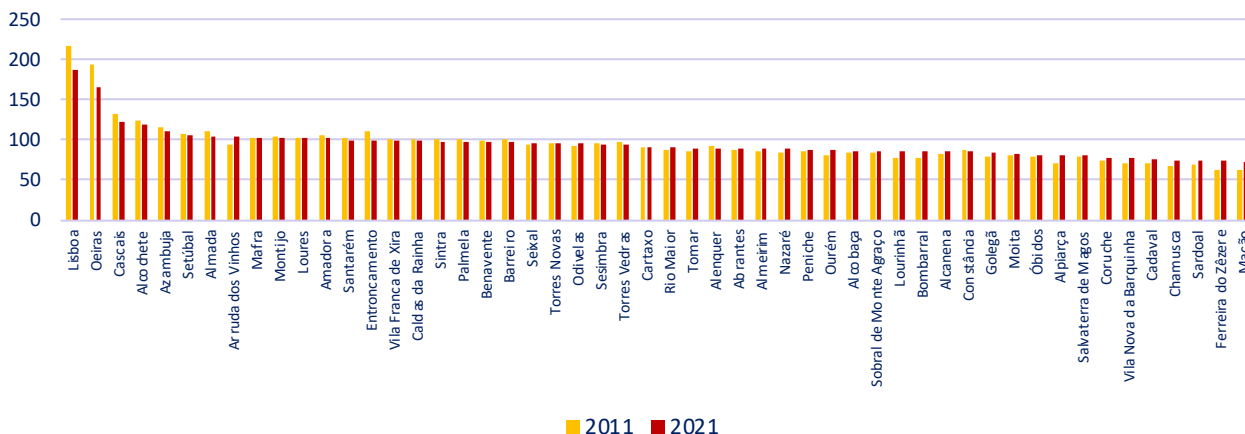


Gráfico 45 – Evolução do Poder de Compra per capita, nos concelhos da RLVT

Fonte: INE; Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

2.3. Serviços, Coesão e Equidade

A disponibilização de equipamentos e serviços de interesse geral que respondam às necessidades da comunidade e dos cidadãos é condição essencial de coesão e equidade territorial.

Nesta perspetiva, apresentam-se indicadores que permitem aferir a acessibilidade física aos equipamentos de educação e saúde nos concelhos da RLVT.

Apresentam-se ainda indicadores que permitem avaliar as respostas Sociais para a primeira infância, idosos e de apoio à deficiência, bem como a evolução do número de camas em hospitais públicos de acesso universal e em hospitais em parceria público-privada.

Considerando que as atividades culturais e desportivas constituem um pilar essencial no quadro da qualidade de vida das populações, sendo garante da identidade e coesão social, são apresentados indicadores relativos à evolução da despesa municipal em atividades criativas e culturais e desporto, e a sua proporção nas despesas totais das Câmaras Municipais.

Por último, e ainda numa perspetiva de equidade, apresenta-se a avaliação do Coeficiente de Gini nos concelhos da região, no sentido de avaliar a desigualdade na distribuição do rendimento.

ACESSIBILIDADE FÍSICA AOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em 2021, 76% da população de Portugal continental encontrava-se a menos de 15 minutos a pé de uma **escola do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos)**. Em termos regionais, a AML apresentava a maior proporção de população a menos de 15 minutos a pé destes serviços (93%), contrastando com o Médio Tejo, onde essa proporção era inferior a 40%.

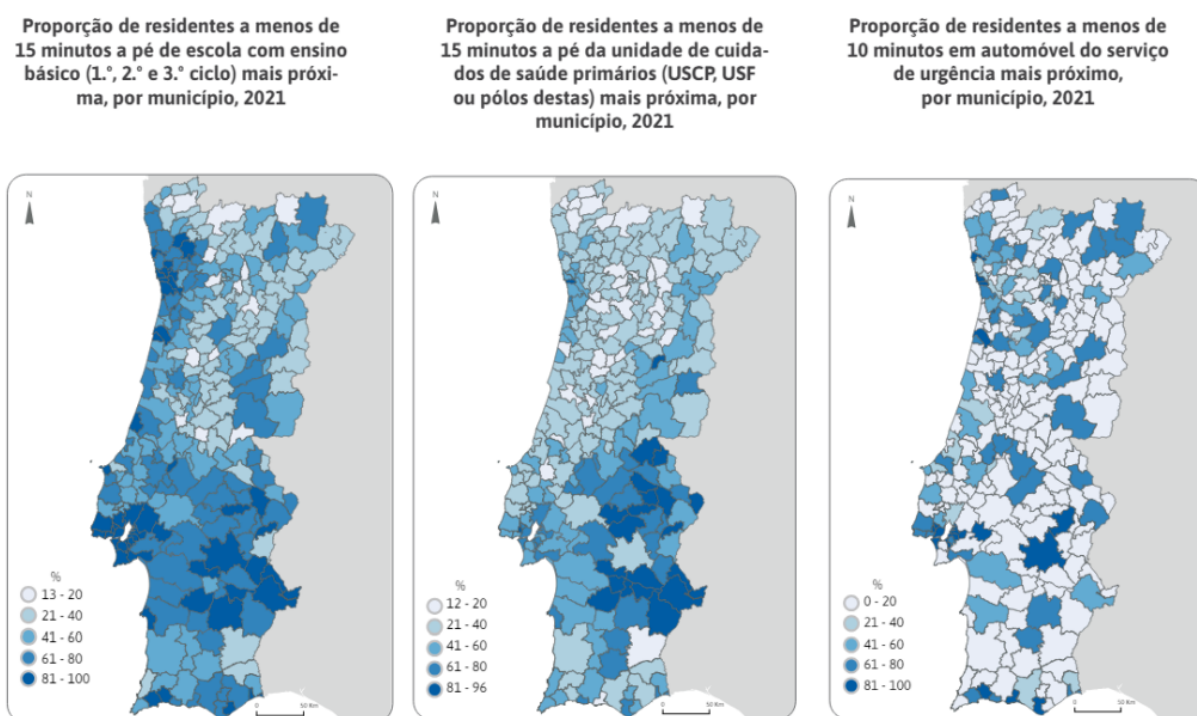


Figura 20 – Acessibilidade aos equipamentos de saúde e educação, 2021

Fonte: DGT

Relativamente aos **cuidados de saúde primários – Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) ou Unidades de Saúde Familiar (USF)** e respetivos polos, 46% da população do continente estava a menos de 15 minutos a pé deste serviço, sendo a AML a NUTS da RLVT, que apresentava as proporções mais elevadas de população abrangidas pelo tempo de deslocação referido (62%). Contrariamente, o Oeste, Lezíria do Tejo e parte do Médio Tejo apresentavam proporções mais baixas (em torno dos 40%).

No que diz respeito à **acessibilidade por automóvel aos Serviços de Urgência**, 71% da população do Continente residia a menos de 10 minutos destes serviços. A AML apresentava o valor mais elevado (89%), contrastando com grande parte dos municípios do Oeste e Vale do Tejo, onde apenas cerca de 40% da população residia dentro deste intervalo de tempo de deslocação.

	2013	2022
Oeste	398	279
Médio Tejo	443	439
Lezíria do Tejo	373	395
Área Metropolitana de Lisboa	7176	6811
RLVT	8390	7924

Nº DE CAMAS DOS HOSPITAIS

Em 2022, existiam na RLVT **78 hospitais** - públicos, privados e em parceria público-privada - (32% dos hospitais do país), mais dois do que em 2013, todavia, no mesmo período registou-se uma **diminuição de 466 camas** nos hospitais públicos e em parceria público-privada da região, quebra sentida sobretudo na AML (-365) e no Oeste (-119).

Quadro 5 - Camas (N.º) dos hospitais públicos de acesso universal e hospitais em parceria público-privada, 2013-2022

Fonte: INE, Inquérito aos Hospitais

TAXA DE COBERTURA DAS RESPOSTAS SOCIAIS

A taxa de **cobertura das respostas sociais** para a 1.ª infância registou em Portugal, entre 2010 e 2021, um crescimento de 50,1%. Em 2021, a taxa de cobertura média no Continente situou-se em 52,9 %, apresentando uma subida de cerca de 4 p.p., em relação a 2020, explicada, em grande medida, pela diminuição da população no escalão etário dos 0 aos 3 anos. Na RLVT, metade dos concelhos registaram taxas de cobertura inferiores a 100%, sendo que nos concelhos do Sardoal (0%), Odivelas (33%), Sintra (30%) e Seixal (48%) as taxas foram inferiores a 50%. Destaque ainda para os concelhos de Coruche, Entroncamento, Moita, Loures e Amadora com taxas de cobertura inferiores a 70%.

Já no que respeita às **taxas de cobertura das Respostas Sociais para Idosos**, é também nos concelhos da AML que a situação é mais crítica, com a generalidade dos concelhos com taxas de cobertura de ERPI, Centro de Dia e Serviço e Apoio Domiciliários inferior a 100% (com exceção de Sesimbra nos Centros de Dia), sendo que há vários municípios com taxas inferiores a 50% em diversas valências (Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Seixal e Sintra).

Nas **respostas sociais de apoio à deficiência** (Centros de Atividade e Capacitação para a Inclusão), a distribuição territorial é bastante dispar, sendo inexistente em 13 concelhos da Região. No extremo oposto, Alcobaça, Entroncamento, Ferreira do Zêzere e Peniche destacam-se com taxas de cobertura superiores a 200%.

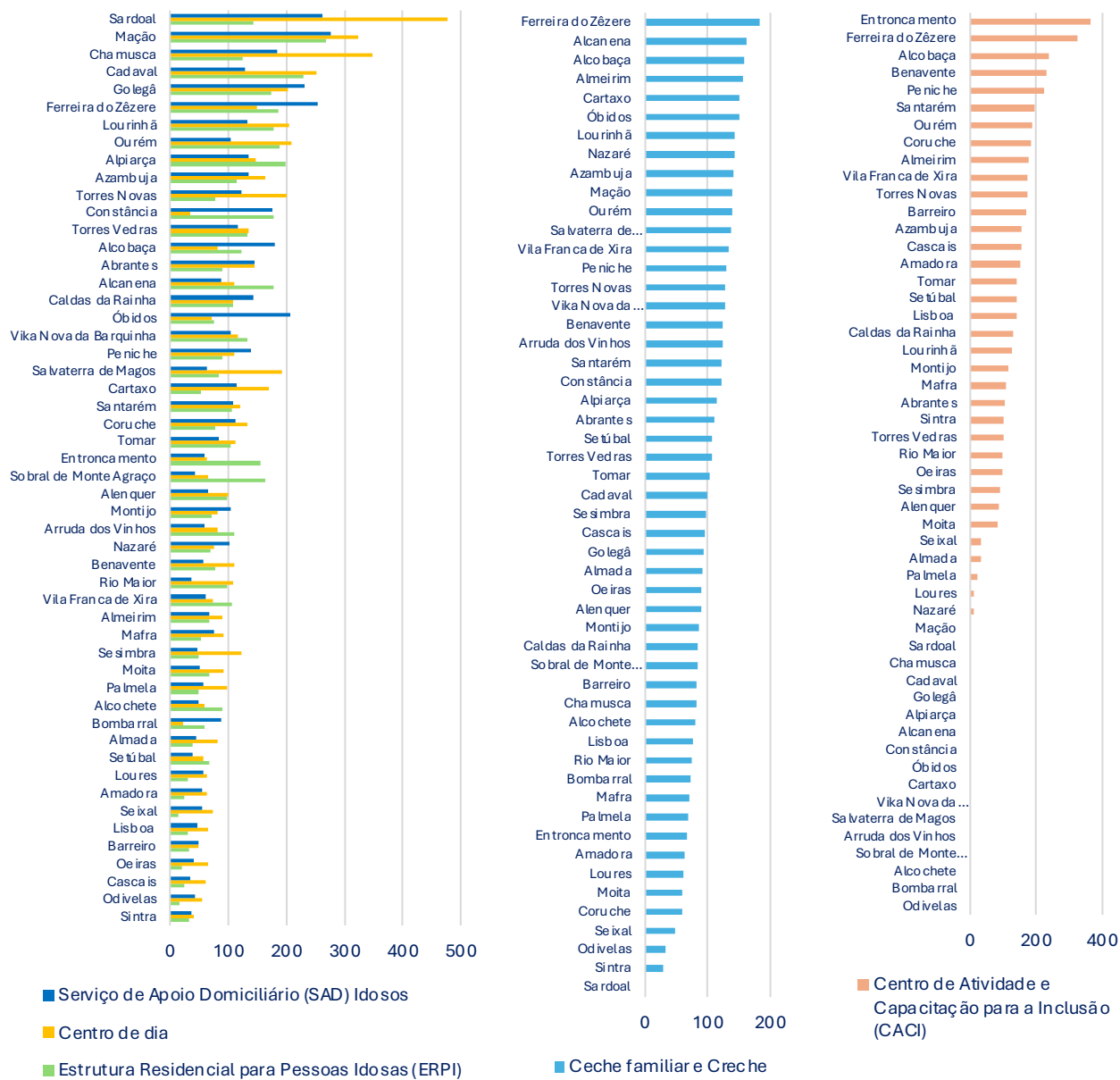


Gráfico 46 - Taxa de cobertura da cooperação standardizada (TCCS), Respostas Sociais, por concelho, 2022

Fonte:SISS-Coop -Listagem mensal de acordos de Cooperação (Data da Base de Dados SISS-Coop: 15-JAN-2021)

DESPESAS MUNICIPAIS POR HABITANTE EM ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

Na RLVT, entre 2014 e 2022, registou-se um **importante aumento das despesas municipais por habitante** em atividades culturais e criativas em todas as sub-regiões, seguindo a tendência nacional. Contudo, apenas no **Médio Tejo** as despesas nestas atividades são superiores à média nacional, com cerca de 56 euros/habitante, em 2022. Os concelhos do Sardoal, Mação e Constância registam despesas superiores a 200 euros/habitante.

O **Oeste** é a sub-região que regista os valores mais baixos, com 23 euros/habitante, em 2022. Os concelhos de Óbidos e Bombarral têm despesas inferiores a 15 euros/habitante. Nesta Sub-região, o concelho da Nazaré é o que apresenta o melhor desempenho, tendo também sido aquele que mais cresceu na RLVT, entre 2014 e 2022. Apenas os concelhos de Alpiarça, Sobral de Monte Agraço, Vila Nova da Barquinha, Amadora, Vila Franca de Xira, Cascais, Cartaxo e Óbidos diminuíram as despesas entre 2014 e 2022.

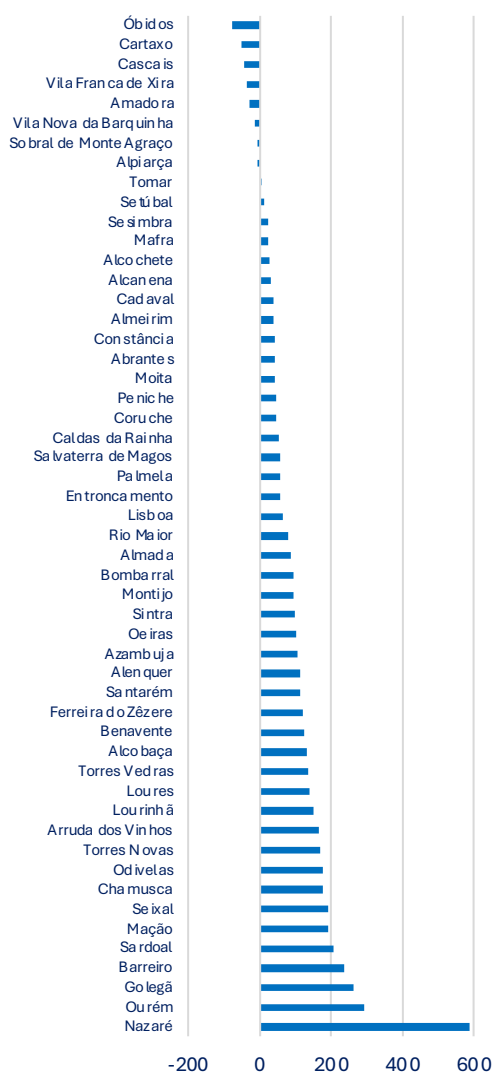


Gráfico 48 – Variação das despesas em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante (€), por concelho, 2014-2022

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

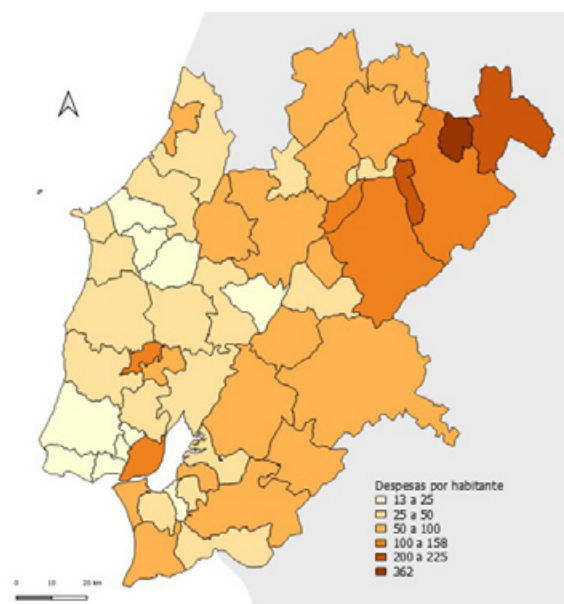


Figura 21 – Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante (€), 2022

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

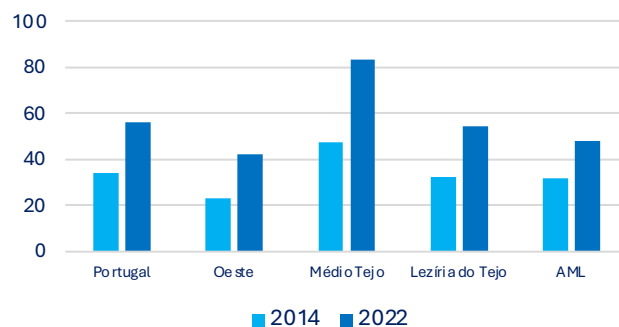


Gráfico 47 – Variação das despesas em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante (€), por NUTS, 2014-2022

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA E DESPORTO NO TOTAL DE DESPESAS

A proporção das **despesas das CM em cultura e desporto aumentou em todas as NUTS da região**, em particular no Médio Tejo, onde em 2022 se registam valores muito superiores à média nacional, em particular nos concelhos de Mação e Abrantes, com valores superiores a 24%. São de assinalar os concelhos de Ourém, Mação e Nazaré que mais que triplicaram a proporção das despesas nestas áreas.

A proporção das despesas em cultura e desporto **diminui, contudo, em 23 concelhos da região**, entre 2014 e 2022, com particular relevância para Vila Nova da Barquinha, Cascais e Alpiarça, onde a redução é superior a 50%.

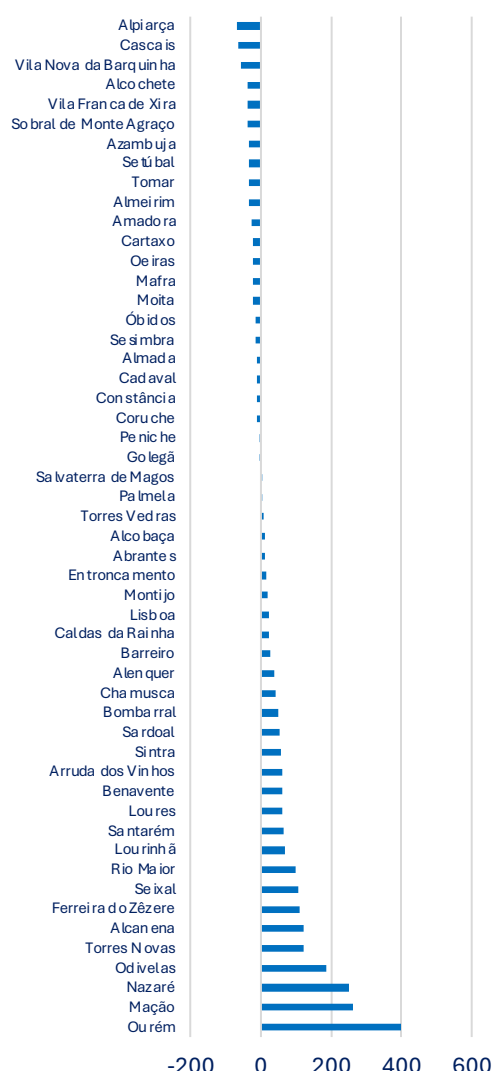


Gráfico 50 – Variação das despesas das CM em cultura e desporto no total de despesas (%), por concelho, 2014-2022

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

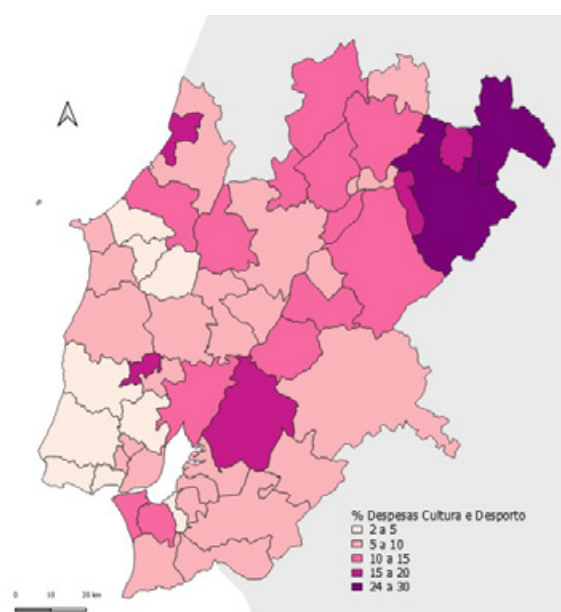


Figura 22 – Despesas das CM em cultura e desporto no total de despesas (%), 2022

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

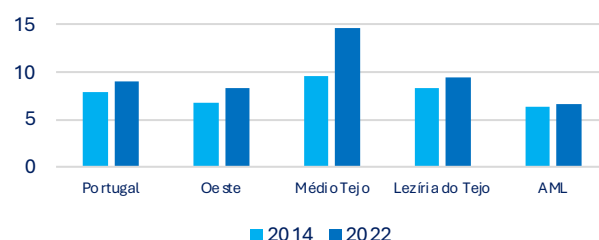


Gráfico 49 – Variação das despesas das CM em cultura e desporto no total de despesas (%), por NUTS, 2014-2022

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

COEFICIENTE DE GINI

Em 2022, o coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado, deduzido do IRS liquidado, por agregado fiscal, era de 40,9% em Portugal, evidenciando uma **redução na desigualdade da distribuição do rendimento** em relação a 2018 (41,8%).

Na RLVT, esta tendência é acompanhada pelo **Oeste, Lezíria do Tejo e sobretudo pelo Médio Tejo** onde a desigualdade na distribuição da riqueza desceu 2,6 p.p., sendo a sub-região com situação mais favorável com respeito a este indicador.

A **Grande Lisboa é a única sub-região onde a desigualdade é superior à média nacional**, tendo-se registado uma melhoria muito ligeira, entre 2018 e 2022 (0,4p.p.). Na Península de Setúbal a situação mantém-se sensivelmente estável ao longo do período em avaliação. Os **concelhos com piores desempenhos** a este nível são Lisboa, Cascais, Oeiras, Mafra e Alcochete.

Analísado o Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido, em 2023, a Grande Lisboa mantém-se como **a única sub-região onde a desigualdade é superior à média nacional**, tendo o OVT a situação mais favorável.

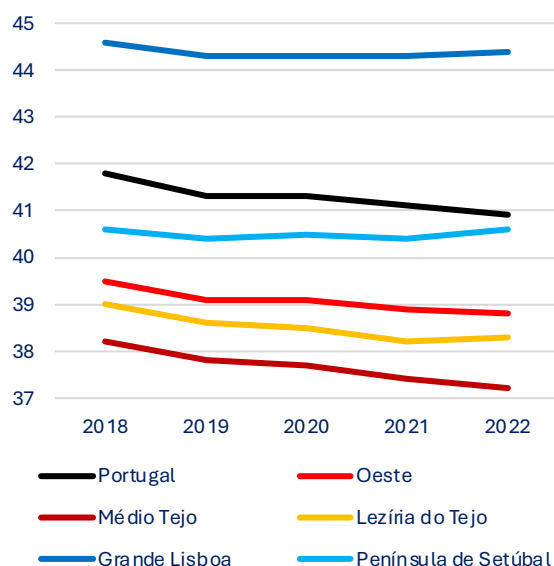


Gráfico 51 – Evolução do Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%), por NUTS, 2018-2022

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

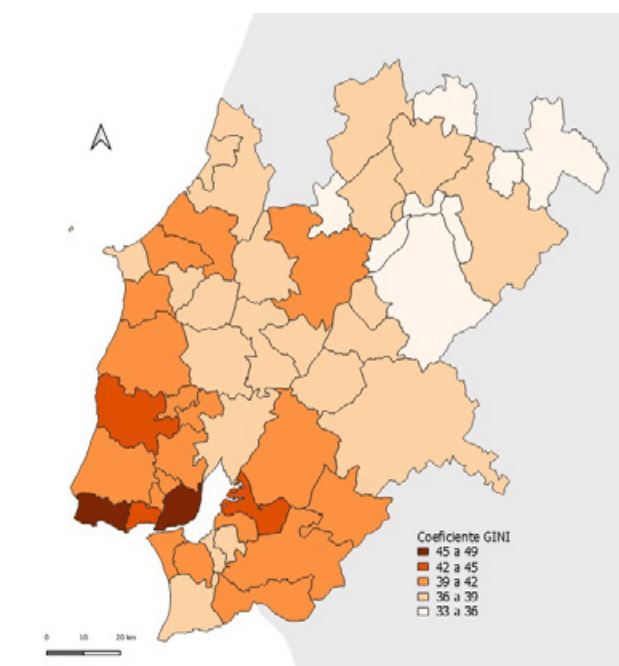
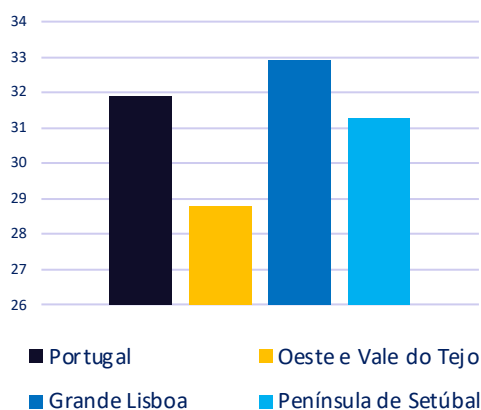


Figura 23 – Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%), por concelho - 2022

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

Gráfico 52 – Coeficiente de Gini do rendimento monetário líquido por adulto equivalente (%), 2023

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

2.4. Grupos Vulneráveis

No quadro da componente social importa identificar os grupos populacionais mais vulneráveis, e mais suscetíveis à exclusão social, tendo em vista a delineação de soluções inovadoras que promovam níveis acrescidos de inclusão e a criação de sociedades mais justas e resilientes.

São apresentados indicadores com respeito ao desemprego, incluindo o desemprego jovem e de longa duração, à população em risco de pobreza ou exclusão social, bem como à população beneficiária do rendimento social de inserção.

Em matéria de habitação, apresentem-se indicadores relativos aos alojamentos não clássicos que ainda persistem na região e, também, à população sem abrigo.

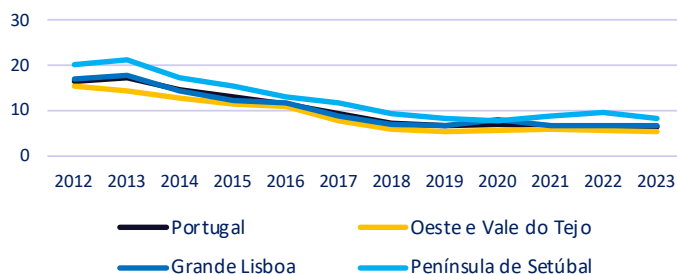


Gráfico 53 - Taxa de desemprego (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS - 2024)

Fonte: INE Inquérito ao Emprego (Séries 2021)

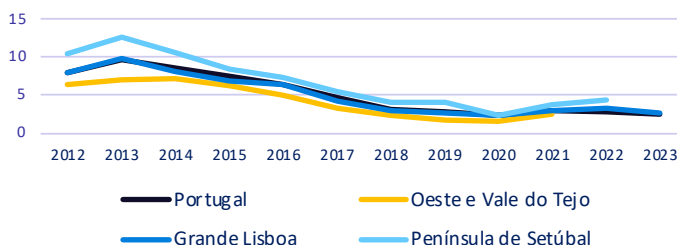
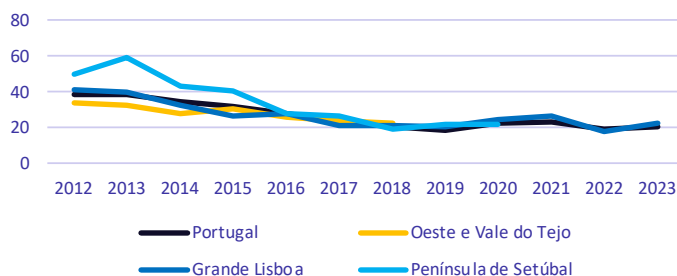


Gráfico 54 - Taxa de desemprego de longa duração (%), por NUTS, 2012-2023

Fonte: INE, Inquérito ao emprego (Séries - 2021)



POPULAÇÃO DESEMPREGADA

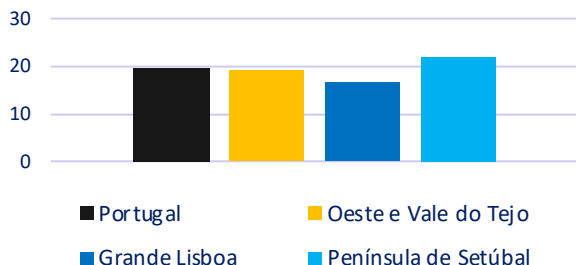
A taxa de **desemprego** apresenta uma tendência geral decrescente **desde 2013**, tanto na RLVT como em Portugal. **Em 2020, sob o efeito da pandemia os níveis de desemprego subiram**, mantendo a Península de Setúbal essa tendência até 2022. Neste indicador a AML tem registado valores superiores aos do OVT, e a Península de Setúbal valores sempre superiores aos da média nacional. Em 2023 registaram-se os valores de desemprego mais baixos dos últimos 10 anos na Região e no país (entre 5% e 8%).

O **desemprego de longa duração segue a mesma tendência do desemprego global**, entre 2012 e 2023. De referir, contudo, que a sua proporção no contexto do desemprego global tem vindo a diminuir.

O **desemprego jovem, regista valores muito superiores**, situando-se Portugal entre os 38% e os 22,5%, no período de 2012 a 2023, com tendência decrescente, situação acompanhada pela Grande Lisboa e pelo OVT (com ligeira interrupção no período pandémico). De 2013 a 2020 (último ano com informação disponível), a Península de Setúbal registou uma descida muito significativa, de 60% para 22%, aproximando-se da média nacional.

Gráfico 55 - Taxa de desemprego jovem (16-24 anos)

Fonte: INE Inquérito ao Emprego (Séries 2021)

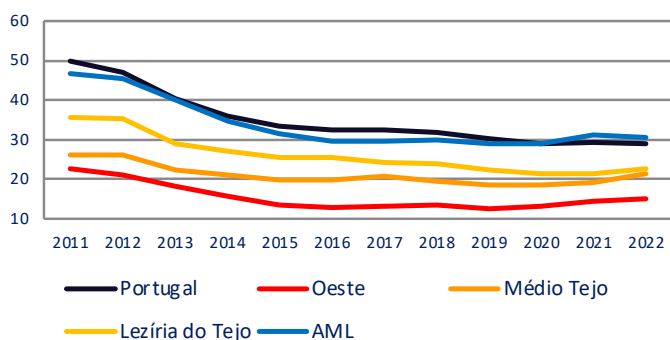


POPULAÇÃO EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

A população em risco de pobreza ou exclusão social, na RLVT, varia entre os 17% na Grande Lisboa e os 22% da Península de Setúbal, sendo esta a única sub-região com média superior à nacional (20%).

Gráfico 56 - Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%), 2024

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento



BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O número de **beneficiários do rendimento social de inserção** por 1000 habitantes, tem vindo a decrescer desde 2011 até 2019, verificando-se um acréscimo desde 2020. As NUTS III da RLVT têm valores inferiores aos da média nacional, com exceção da AML, que registou maior número de beneficiários (30/1000 habitantes).

Gráfico 57 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por local de residência

Fonte: INE; Instituto de Informática. IP, 2011, 2020;

POPULAÇÃO RESIDENTE EM ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS

Não obstante a clara tendência de melhoria face a 2011, em 2021, persistiam na RLVT **1.206 alojamentos não clássicos**, que, pela sua definição oficial, não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico (pelo tipo e precariedade da construção, por serem móveis, improvisados e não terem sido construídos para habitação), mas funcionam como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência. Em 2021, **3.099 pessoas residiam neste tipo de alojamentos** na RLVT, sendo a maioria na AML.

RLVT	3099
Oeste	403
Médio Tejo	190
Lezíria do Tejo	640
AML	1866

Quadro 6 - População residente nos Alojamentos não Clássicos, 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

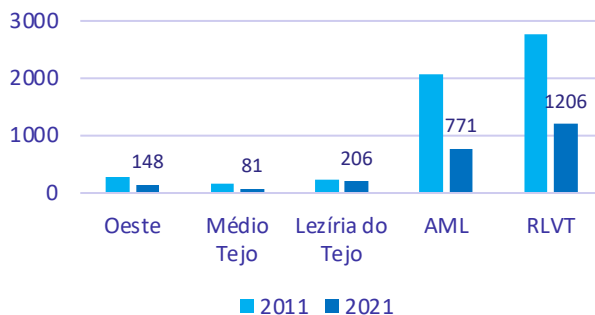
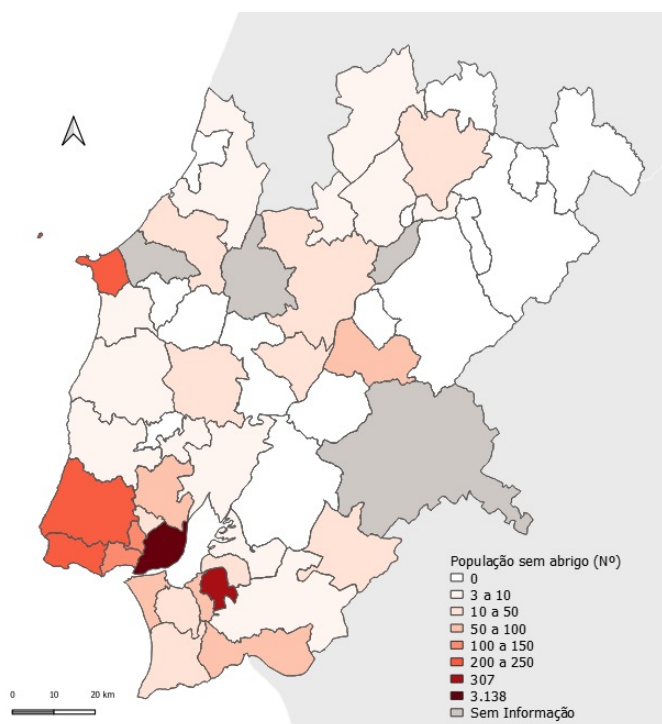


Gráfico 58 - Alojamentos não clássicos na RLVT, 2011 e 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

Em 2022 existiam na região **5.167 pessoas sem abrigo**, em particular no concelho de Lisboa, com 3.138 pessoas (394 sem teto e 2.744 sem casa), o que corresponde a 61% do total da RLVT e quase 30% do total do país.

De salientar que existem **pessoas em situação de sem abrigo na maioria dos concelhos da RLVT**, destacando-se com valores mais elevados (para além de Lisboa), os concelhos da Moita (307), Sintra (242) e Cascais (212), na AML, e o concelho de Peniche (234), no Oeste.

Figura 24 - População em situação de sem abrigo, 2022

Fonte: Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo SÍNTESE DE RESULTADOS 31 dezembro 2022, ENIPSSA – Estratégia Nacional para integração de pessoas em situação sem abrigo 2017-2023



Parte I – Dinâmicas Territoriais

A. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS

3. Económico

- Especialização e internacionalização
- Empreendedorismo e inovação
- Agricultura, florestas, pescas e aquacultura
- Turismo



3.1. Especialização e Internacionalização

No quadro das tendências atuais da política económica, e tendo em vista o aumento da produtividade global da RLVT e redução das disparidades territoriais existentes, deverá apostar-se na especialização inteligente dos territórios a partir dos recursos produtivos instalados, dos clusters existentes ou emergentes e das redes de interação entre as diferentes atividades, organizações e territórios. Por outro lado, o crescimento económico estrutural passa, entre outros, pelo reforço da internacionalização da região, aumentando a competitividade à escala global dos produtos, serviços, conteúdos e conceitos desenvolvidos pelas empresas, assim como das características diferenciadoras da base territorial, por via do reforço da presença nas redes globais.

Para avaliar o desempenho económico e especialização da região, recorre-se aos tradicionais indicadores referentes ao PIB, produtividade do trabalho e ao valor acrescentado bruto (VAB) e pessoal ao serviço, por setor e subsetor de atividade.

Apresenta-se ainda informação com respeito à concentração/dispersão do volume de negócios nas várias empresas, como um indicador importante para avaliar a concorrência, diversidade e competitividade da economia, bem como para a gestão do risco.

No quadro da internacionalização, apresenta-se informação relativa ao investimento direto estrangeiro, como uma condição importante para o robustecimento da estrutura produtiva e para o reforço de participação das empresas regionais nas redes globais de produção de bens. Ainda nesta perspetiva, são apresentados vários indicadores relativos às exportações e à balança comercial por município.

VARIAÇÃO DO PIB

Em termos macroeconómicos e quanto à produção de bens e serviços, a **AML entre 2010 e 2022 apresenta um PIB per capita (em PPC) superior** ao valor nacional e da UE (com exceção do período pandémico, onde toda a Região e Portugal registaram quebras), ao contrário do **Oeste e Vale do Tejo com um desempenho sempre inferior**, destacando-se, em 2022, uma ligeira tendência de crescimento na Lezíria do Tejo.

Considerando a geometria conferida pelas NUTS 2024, que desagrega os dados da AML, verifica-se que, **em 2023, a Península de Setúbal (54.4) registou um desempenho bastante inferior ao da Grande Lisboa (127.3)** e abaixo da média nacional e da EU, no que respeita ao Produto interno bruto por habitante em PPC (UE27=100).

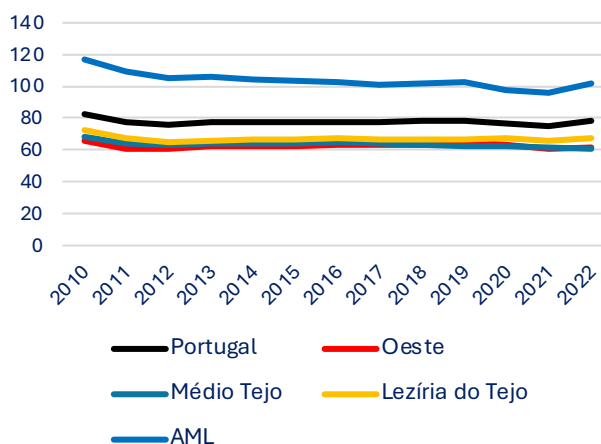


Gráfico 59 - Produto interno bruto por habitante em PPC (UE27=100) (Base 2016 - %)

Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

VARIAÇÃO DO VAB POR SETOR DE ATIVIDADE

Entre 2011 e 2021, constata-se que na RLVT **se acentuou o grau de terciarização da economia na AML**, à custa da perda de peso do setor secundário. No Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo o VAB no setor primário é bastante superior à média do país, sobretudo na Lezíria do Tejo, onde o setor primário é responsável por cerca de 10% do VAB. Entre 2011 e 2021 o **VAB do setor primário registou um incremento nas 3 sub-regiões do OVT**. O peso do VAB do setor secundário também registou um aumento no Oeste e Lezíria do Tejo, neste período temporal.

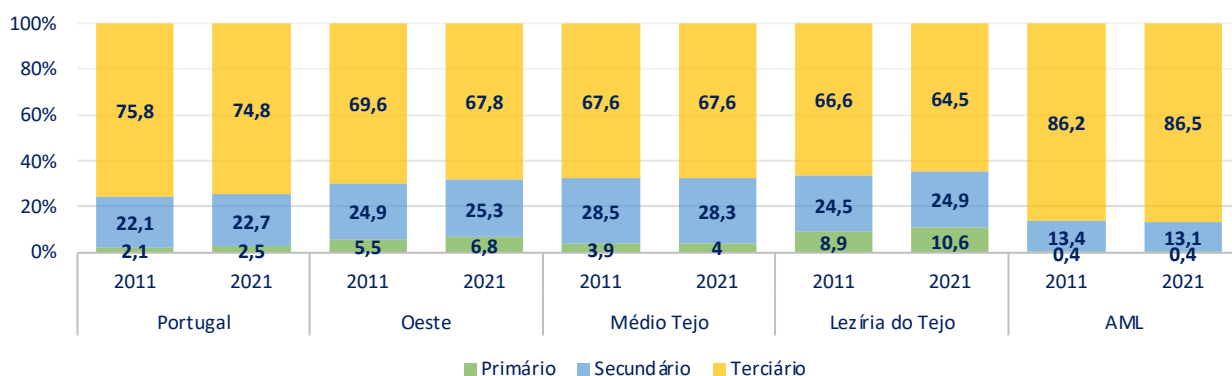


Gráfico 60 - Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2016 - %) por setor de atividade

Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Em 2021 a **AML evidencia ao nível do VAB e do emprego a sua especialização no sector terciário**, destacando-se as **atividades de administração e serviços e de comércio**, ambas com um peso muito significativo no emprego e, no caso do comércio, também no VAB, onde também se destaca a relevância da **Educação**. As atividades de **consultoria e ciência** apresentam elevada expressão nas duas variáveis em análise. As atividades da **indústria transformadora e as dos transportes e armazenagem** detêm, também, um peso significativo em VAB e especialmente em emprego, tal como a **hotelaria e a restauração** no que diz respeito ao emprego. De evidenciar ainda o peso significativo da construção, consultoria e da saúde. Nas atividades associadas à agricultura a AML regista níveis reduzidos de emprego face ao VAB pro-

duzido pelas empresas do setor.

No **Oeste e Vale do Tejo, destaca-se o VAB das empresas associadas às atividades de Energia (eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio)**, no Oeste e Médio Tejo, e atividades de **informação e comunicação** (nas 3 NUTS), a que corresponde uma proporção de pessoal ao serviço bastante reduzida. As atividades de **comércio por grosso, a retalho e reparações** assumem relevância no OVT quer em termos de VAB das empresas quer de emprego. Nesta variável sobressaem ainda a indústria transformadora, agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca com maiores proporções de pessoas ao serviço.

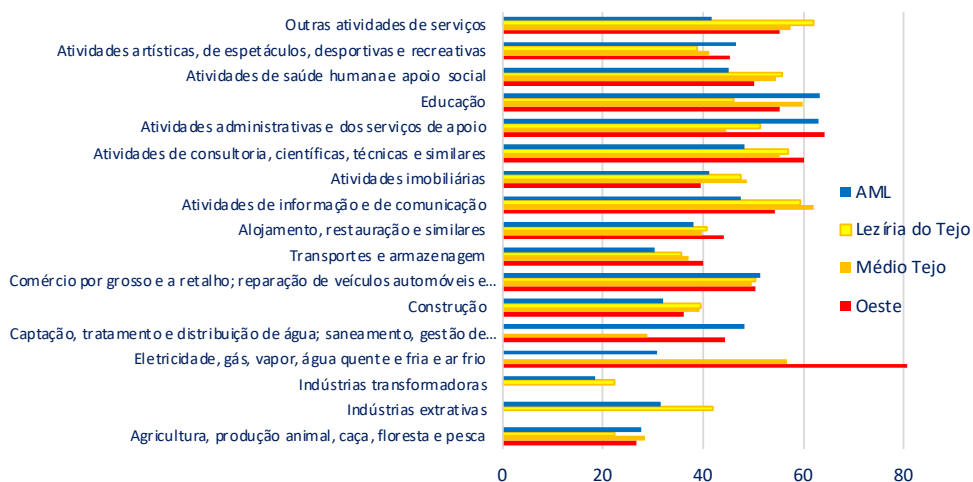


Gráfico 61 - Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas na RLVT, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - 2021

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

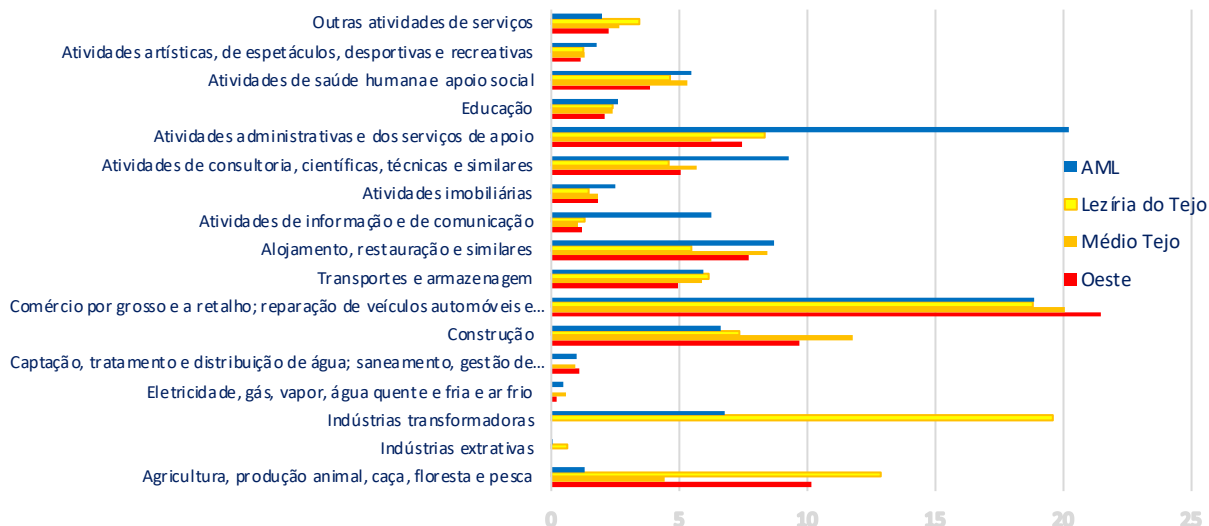
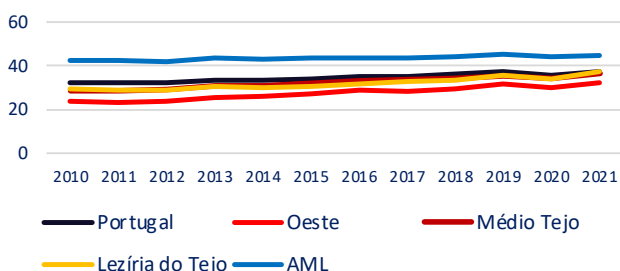


Gráfico 62 - Proporção de pessoal ao serviço (%) nas empresas, na RLVT, por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) - 2021

Fonte: INE Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE); Cálculos CCDD LVT. Nota: Médio Tejo sem dados para Indústria Transformadora e extrativa, Oeste sem dados para indústria transformadora, Eletricidade, gás (...) e Lezíria do Tejo sem dados para Eletricidade, gás (...) e Captação e Tratamento (...)



PRODUTIVIDADE NO TRABALHO

A produtividade do trabalho na AML, de 2010 a 2021, foi sempre **superior à nacional**. Neste período registaram-se crescimentos de produtividade, quer na RLVT, quer no país, tendo o Oeste o desempenho menos favorável. A pandemia provocada pelo Covid-19 implicou uma perda generalizada de produtividade, entre 2019 e 2020.

Gráfico 63 - Produtividade aparente do trabalho (Base 2011 - € milhares)

Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

CONCENTRAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

A proporção do volume de negócios nas 4 maiores empresas, sobre o volume de negócio total das empresas, **apenas é inferior à média nacional (6,1%) no Oeste (5,8)**. Este indicador manteve-se sensivelmente estável entre 2012 e 2022, tendo diminuído ligeiramente no país, e aumentado no Oeste e Lezíria do Tejo. O **Médio Tejo regista a maior concentração do volume de negócios da RLVT**, com uma média de 26,7%.

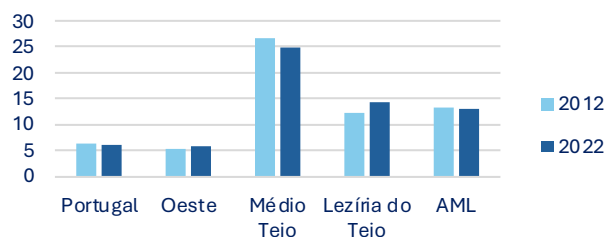


Gráfico 64 - Concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%), por NUTS, 2012-2021

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Esta concentração é particularmente relevante em Constância, Alcanena, Ferreira do Zêzere, Torres Novas e Abrantes com mais de 50% do volume de negócios concentrado nas 4 maiores empresas, em particular os 2 primeiros, com mais de 77%. De relevar ainda Alcochete, Palmela e Setúbal, na Península de Setúbal, e Alpiarça e Azambuja, na Lezíria do Tejo, com mais de 50%. De registar ainda o aumento superior a 75% de Santarém e Tomar, e a descida do Entroncamento, entre 2012 e 2022.

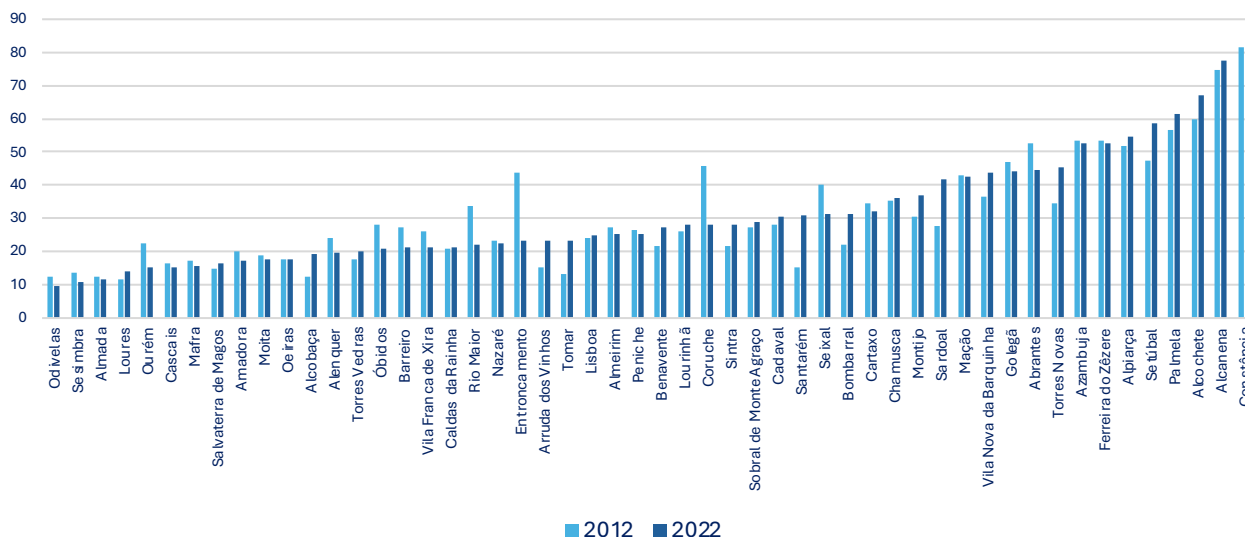
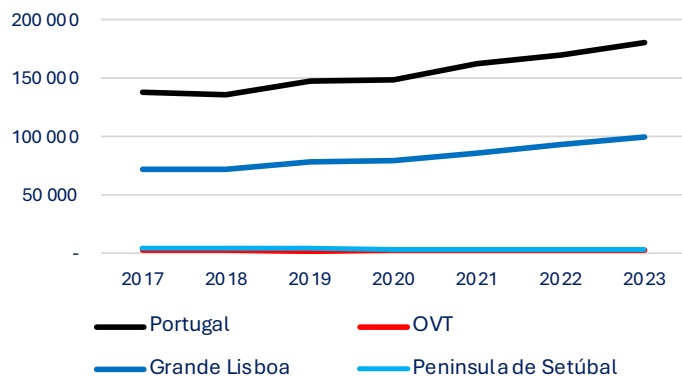


Gráfico 65 - Concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%), por concelho, 2012-2021

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

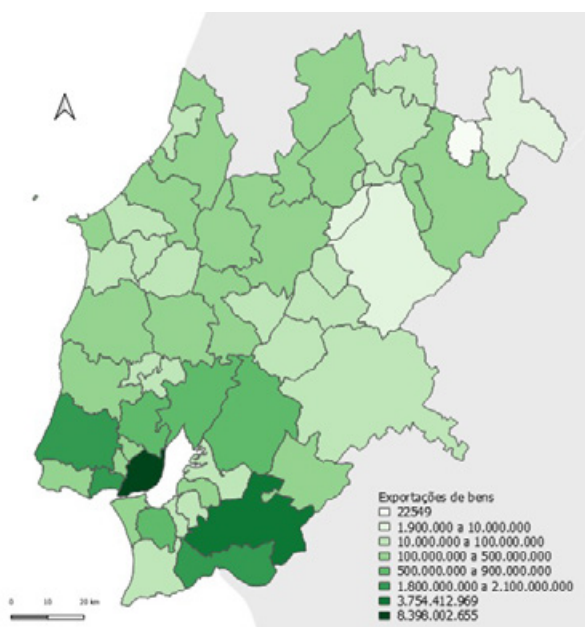


INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

O investimento direto do exterior em estabelecimentos económicos na RLVT **tem vindo a aumentar**, desde 2018, sendo que entre 2017 e 2023 registou-se uma variação de +34%. A Grande Lisboa contribui em larga medida para esta dinâmica, representando, em 2023, 55% do investimento total estrangeiro em Portugal. No OVT e na Península de Setúbal, os valores de investimento estrangeiro são bastante mais reduzidos, com tendência global de redução.

Gráfico 66 - Investimento direto do exterior em estabelecimentos

Fonte: Banco de Portugal



PESO E VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Em 2023 a RLVT registou um **valor total decorrente de exportações, de cerca de 26 mil milhões de euros**, o que representa 33% do total do país. Entre 2013 e 2023 registou-se um **aumento de 39% na RLVT**, o que foi acompanhado pela maior parte dos concelhos, destacando-se Vila Nova da Barquinha com um acréscimo de cerca de 1.100%.

O concelho de Lisboa destaca-se claramente dos restantes, com 32% do total das exportações da RLVT, seguido dos concelhos de Palmela, Oeiras, Setúbal e Sintra. Estes 5 concelhos no seu conjunto abarcam 70% do total das exportações da RLVT, em 2023. No extremo oposto estão os concelhos de Mação e Sardoal, com menos de 2 milhões de euros decorrentes de exportações.

Gráfico 67 - Exportações (€) de bens por concelho, 2023

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

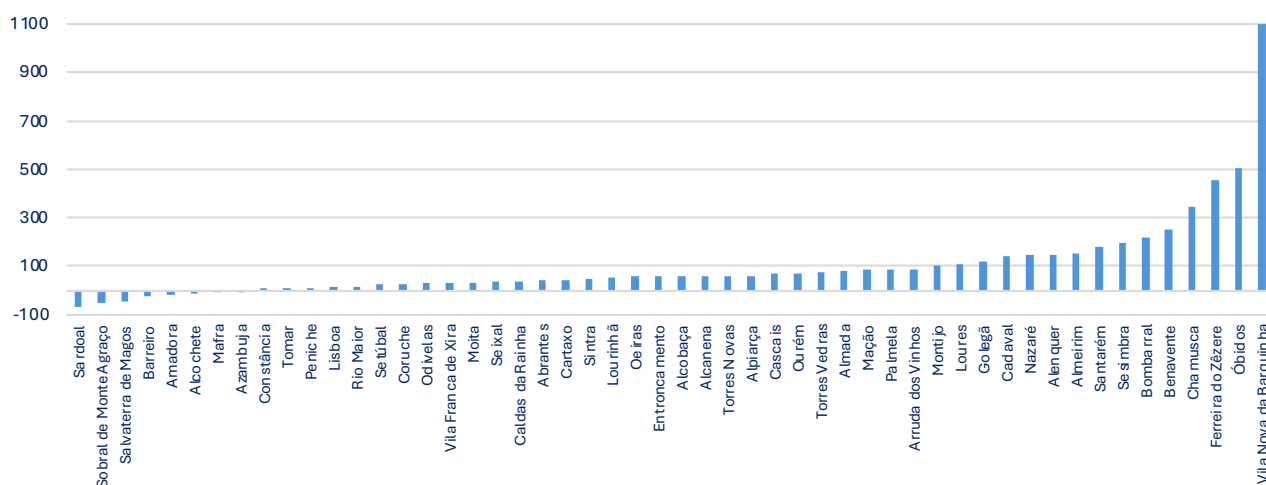


Gráfico 68 – Evolução das Exportações (€) de bens por concelho, 2013-2023

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Os **produtos minerais** dominam claramente nas exportações de bens da região, em termos de valor, seguidos dos **materiais de transporte e das máquinas e material elétrico**; dos **produtos alimentares, bebidas e tabaco**; da **pasta de madeira e papel** e dos **produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas**, cada uma com mais de 1,8 mil milhões de euros no ano de 2023. A **AML domina claramente nas exportações** da grande maioria dos produtos, com exceção das obras de pedra, gesso, cimento ou matérias semelhantes e produtos cerâmicos, vidro e suas obras, em que Oeste tem uma ligeira predominância e das peles, couros e obras destas matérias, em que o Médio Tejo assume uma clara predominância.

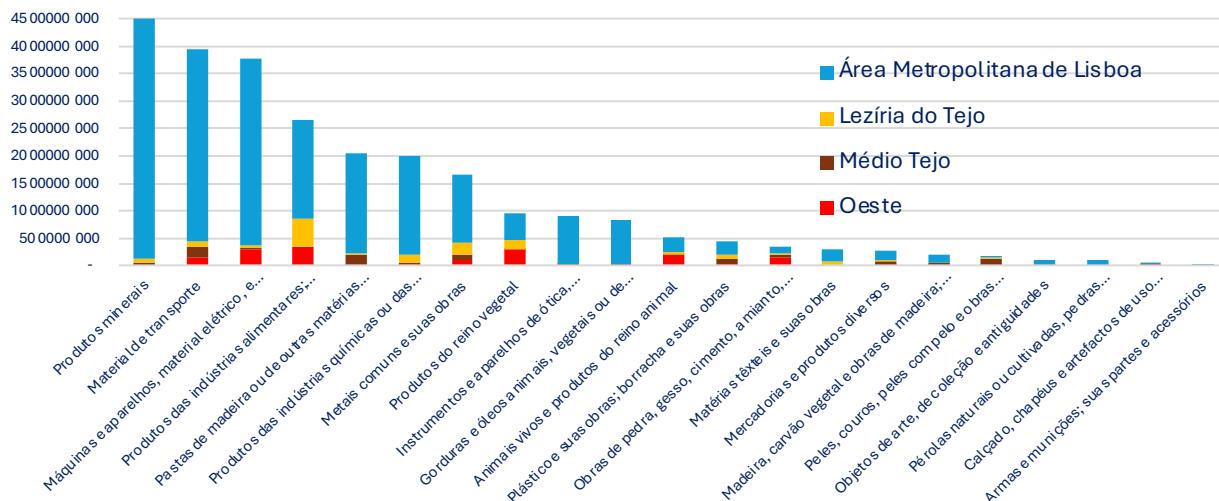


Gráfico 69 - Exportações (€) por Tipo de bens, NUTSIII, 2023

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

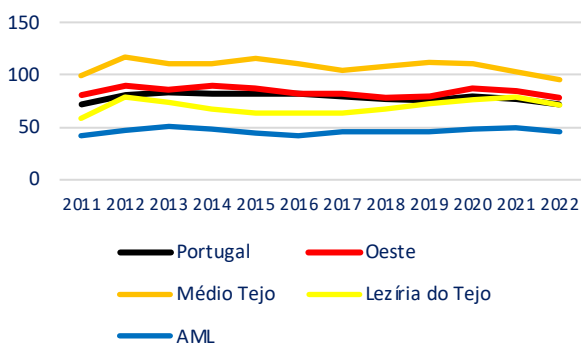


Gráfico 70 - Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

TAXA DE COBERTURA DAS IMPORTAÇÕES PELAS EXPORTAÇÕES

A análise da cobertura das importações pelas exportações evidencia **heterogeneidade nas diferentes sub-regiões da RLVT**. Entre 2011 e 2021 o Médio Tejo destaca a sua vocação exportadora com uma taxa de cobertura sempre superior a 100, descendo este nível em 2022. No extremo oposto posiciona-se a **AML com taxas de cobertura das importações pelas exportações inferiores à média do país**, que em 2022 não atingiam os 50%. Este facto está associado às funções de capitalidade, ainda que seja atenuado pela vertente exportadora da Península de Setúbal.



3.2. Empreendedorismo e Inovação

O empreendedorismo e a inovação são a força motriz para o desenvolvimento sustentável e resiliência económica dos territórios, contribuindo para a criação de novas oportunidades de emprego e para a geração de novas ideias, produtos e serviços diferenciados, assentes na valorização dos ativos locais e regionais, os quais constituem fatores essenciais no quadro da necessária diversificação e competitividade económica dos territórios, à luz das mudanças tecnológicas, económicas e sociais que se perspectivam.

Apresentam-se indicadores relativos à taxa de natalidade e sobrevivência de empresas e, em particular, das empresas de alta e média tecnologia, indutoras de um maior dinamismo da região em termos de inovação.

Apresentam-se ainda indicadores relativos ao VAB e emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia.

Por outro lado, e sendo a transição digital da economia um pilar essencial no quadro da sua competitividade, apresenta-se informação com respeito a esta matéria para o território nacional.

Por último, é avaliada a situação da região em termos das despesas em I&D.

TAXA DE NATALIDADE E SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS

Depois de um ciclo menos favorável, entre 2008 e 2012, associado à crise económica e financeira com impactos na dinâmica empresarial, verificou-se, entre 2012 e 2013, um **incremento na taxa de natalidade das empresas** com maior relevo no **Oeste e na Lezíria do Tejo**, seguindo a tendência nacional. Este dinamismo esteve particularmente associado ao **surgimento de empresas do setor da agricultura, pescas, florestas, caça e produção animal** que, em 2013, concentrou 52% das empresas nascidas em Portugal e 37% das empresas nascidas no Oeste.

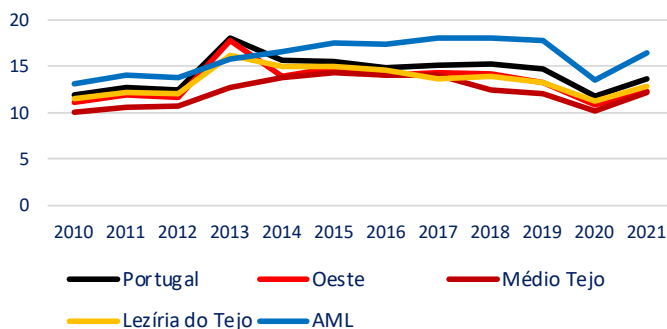


Gráfico 71 - Taxa de natalidade (%) das empresas por localização geográfica

Fonte: INE, Demografia das Empresa

De notar também a **dinâmica crescente de criação de empresas registada na AML**. Em 2020, o efeito da pandemia teve consequência na diminuição do dinamismo empresarial, porém, a taxa de sobrevivência das empresas aumentou, certamente, devido às medidas de apoio criadas no contexto pandémico.

Em 2021 o Médio Tejo continua a revelar dinâmica nas empresas do setor da agricultura, produção animal, flor-esta, caça e pesca, sendo também de destacar o setor da indústria extrativa (Médio Tejo), de atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (Médio Tejo), de atividades e informação e comunicação (Médio Tejo), de transportes e armazenagem (AML e Oeste) e das atividades administrativas e serviços de apoio (toda a região).

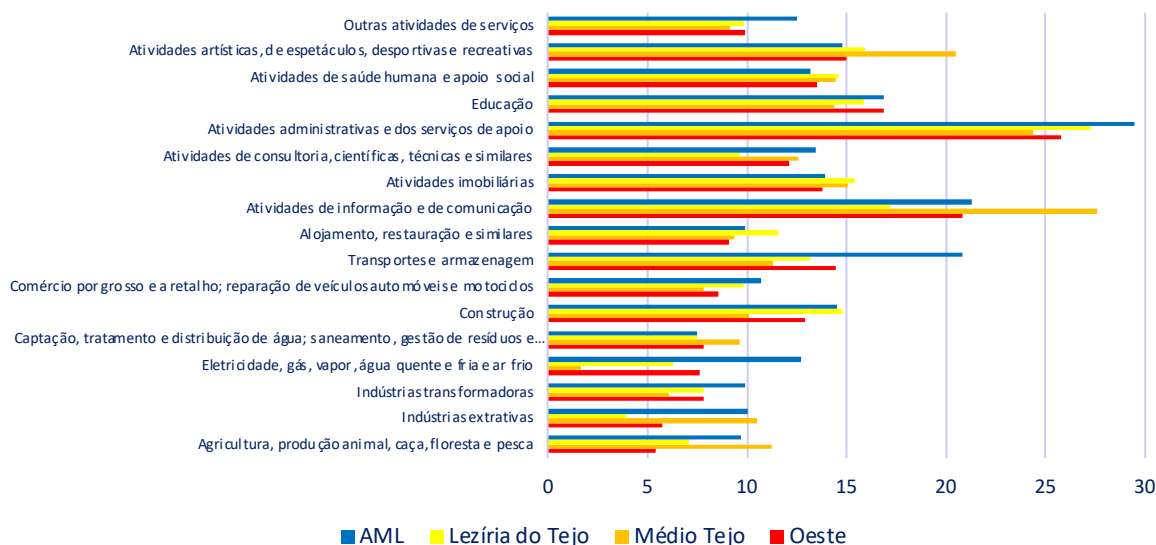
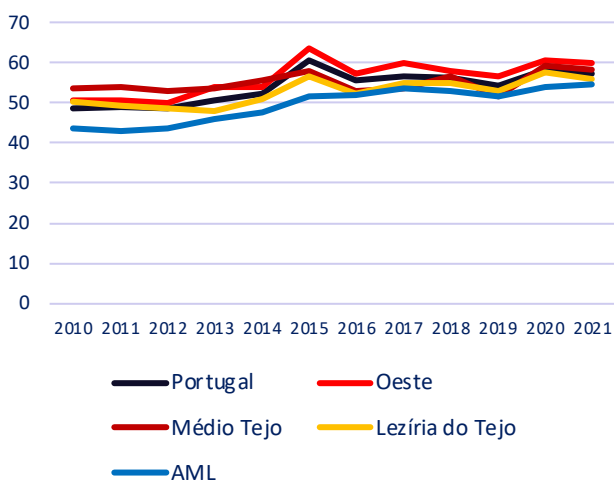


Gráfico 72 - Taxa de natalidade (%) das empresas por localização geográfica e atividade económica (Divisão-CAE Rev. 3), RLVT - 2021
 Fonte: INE, Demografia das Empresas



Na **AML a percentagem de empresas sobreviventes** dois anos depois de criadas apresenta taxas inferiores à média nacional, associada à maior dinâmica de empreendedorismo e à inerente mortalidade. Verifica-se **taxas de sobrevivência mais elevadas nas empresas do Oeste e Médio Tejo**, superiores à média nacional, sobrevivendo mais de 60% das empresas nascidas dois anos antes.

Gráfico 73 - Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes por localização geográfica
 Fonte: INE, Demografia das Empresas

Em 2021 as **atividades administrativas e de serviços de apoio e as empresas do setor da educação** são as que demonstraram menor capacidade de sobrevivência. Por sua vez, as atividades que revelaram maior resiliência estão ligadas à **captação, tratamento e distribuição de águas, saneamento e gestão de resíduos ao transporte e armazenagem** e no Médio Tejo, **indústrias extrativas e agricultura**, no Oeste, merecendo ainda destaque as atividades de **gás, eletricidade e águas** (em toda a Região), as **atividades imobiliárias** (no Oeste e AML) e as **atividades agrícolas e florestais** (no Oeste e Lezíria do Tejo).

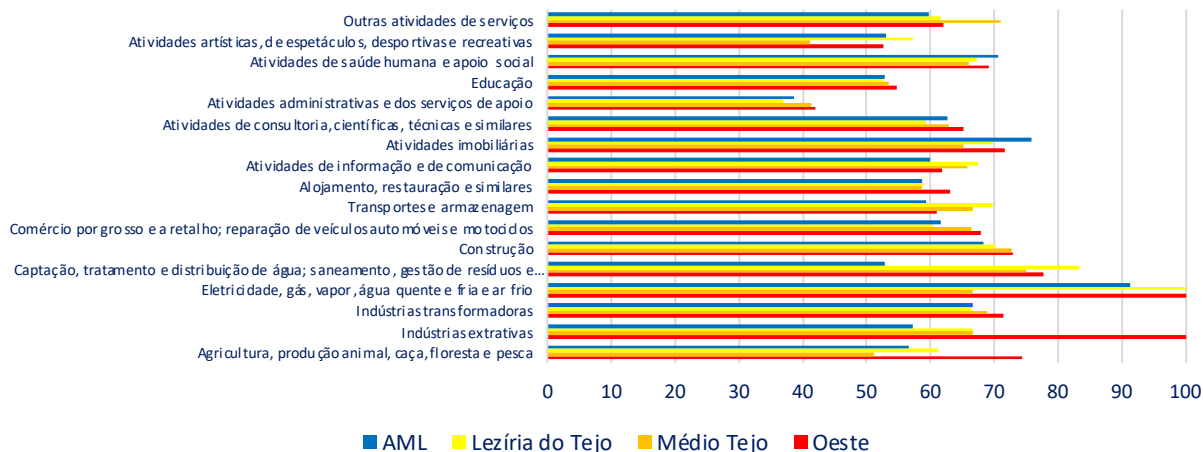
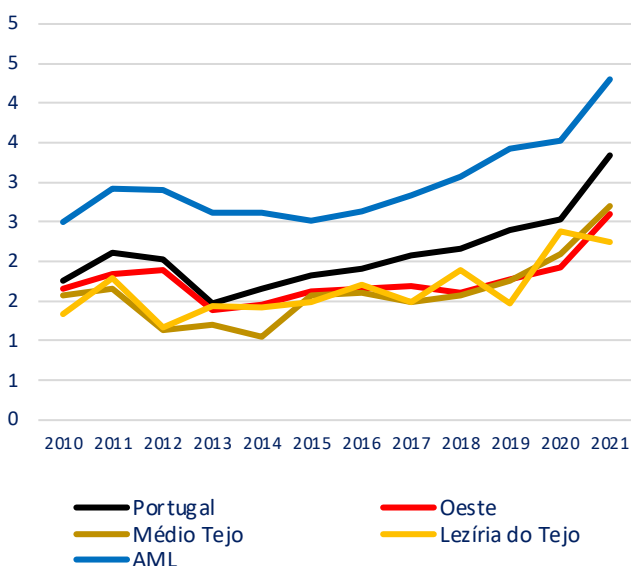


Gráfico 74 - Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes por localização geográfica e atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) na RLVT - 2021

Fonte: INE, Demografia das Empresas

NASCIMENTOS DE EMPRESAS DE ALTA E MÉDIA TECNOLOGIA

Relativamente à evolução da proporção de nascimentos de empresas nos setores de alta e média-alta tecnologia, regista-se ao longo do período de referência uma **tendência crescente**, com quebras entre 2011 e 2013.



Não obstante, é possível verificar que os valores mais elevados de nascimentos desta tipologia de empresas foram obtidos em 2021, pela AML (4.3%). No cômputo geral refira-se que a **proporção de nascimentos atingida pela AML é sempre superior à nacional**, ao contrário do que sucede com o Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, onde se registam maiores flutuações anuais.

Gráfico 75 - Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %) por Localização geográfica

Fonte: INE, Demografia das Empresa

VAB E EMPREGO NAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA

Analisando o peso da indústria de alta e média-alta tecnologia no universo da indústria transformadora, em termos de pessoal ao serviço e VAB, verifica-se que a **AML assume uma posição privilegiada** no contexto nacional, uma vez que apresenta valores superiores nesta proporção, quer em termos de emprego quer de VAB.

Em 2022, 31,7% do VAB das indústrias transformadoras da AML respeitava a indústrias de alta e média-alta tecnologia, que empregavam cerca de 29,8% do pessoal ao serviço naquelas.

A **Lezíria do Tejo e o Oeste** registaram um incremento da proporção do VAB de indústrias de alta e média-alta tecnologia, sendo de cerca de 23% em 2020, com descida significativa em 2021. Destaque também para a Lezíria do Tejo (20,7%) com níveis de emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia superiores aos da média do país (18,5%).

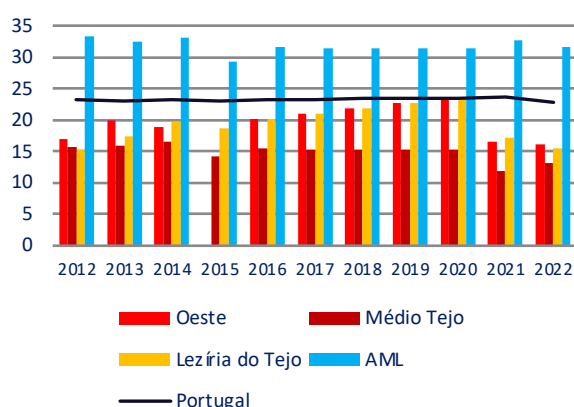


Gráfico 76 - Proporção do valor acrescentado bruto (VAB) das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %)

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE); Nota: Oeste sem dados/ confidencial em alguns anos

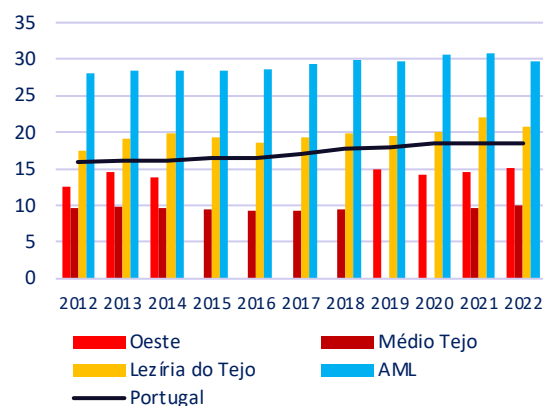


Gráfico 77 - Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (CAE Rev. 3 - %)

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; Nota: Oeste sem dados/ confidencial em alguns anos

VAB E EMPREGO DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA

Quanto ao peso dos serviços intensivos em conhecimento no universo dos serviços em termos de pessoal ao serviço e VAB, a **AML regista valores claramente acima da média nacional**, com incremento nos últimos anos do pessoal ao serviço. No polo oposto, o **Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo posicionam-se em valores muito inferiores** e abaixo da média nacional.

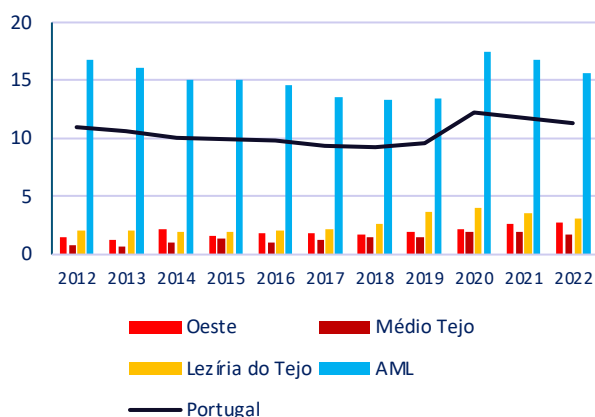


Gráfico 78 - Proporção do valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no valor acrescentado bruto dos serviços (CAE Rev. 3 - %)

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

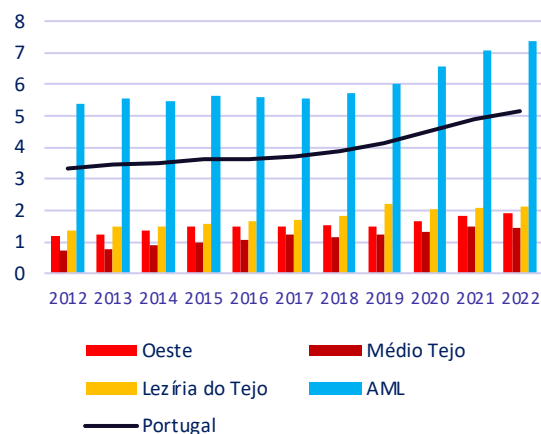


Gráfico 79 - Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (CAE Rev. 3 - %)

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

TRANSIÇÃO DIGITAL DAS EMPRESAS

No quadro da União Europeia, Portugal encontra-se, em alguns indicadores, abaixo da média no que se refere às competências digitais das empresas. Apenas **54% das PME detêm de, pelos menos, um nível básico de intensidade digital**, sendo a média europeia é de 58%. Com respeito às vendas online, em Portugal apenas 16,5% das **PME recorre a esta tecnologia**, sendo a média europeia de 19%.

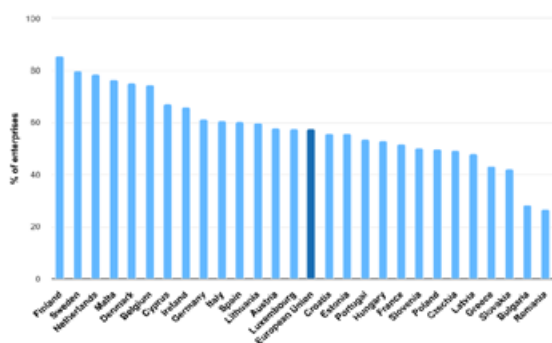


Gráfico 80 - Proporção de PME com um nível básico de intensidade digital (pelo menos), 2023

Fonte: [Digital Decade DESI visualisation tool](#)

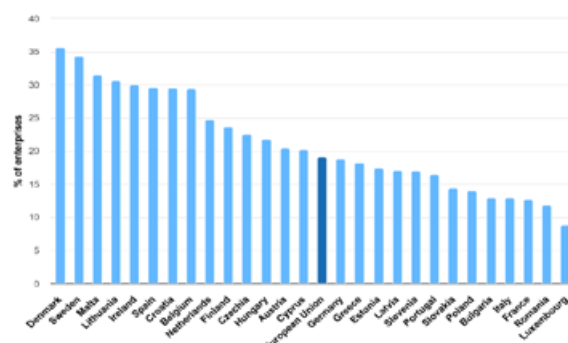


Gráfico 81 - Proporção de PME com vendas online, 2023

Fonte: [Digital Decade DESI visualisation tool](#)

Em 27% das empresas com mais de 10 trabalhadores **são utilizados meios sociais** (redes sociais, blog ou microblog da empresa, sites de partilha de conteúdos multimédia, etc), sendo a média europeia de 31%. Já no que se refere à utilização de **tecnologias de inteligência artificial**, Portugal encontra-se na média da União Europeia, com um valor de 8%.

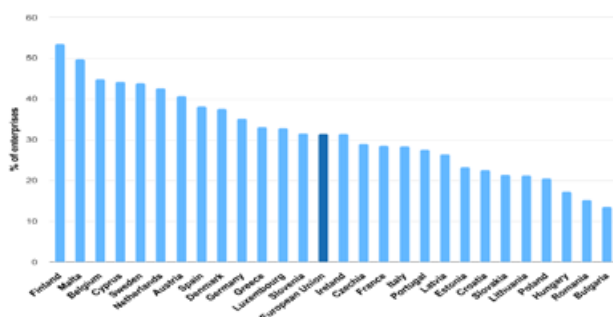


Gráfico 82 - Proporção de empresas que utilizam meios sociais digitais, 2023

Fonte: [Digital Decade DESI visualisation tool](#)

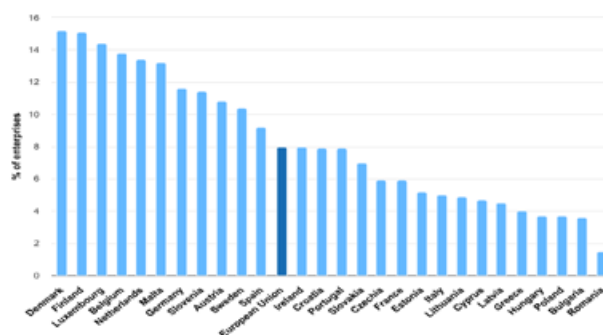
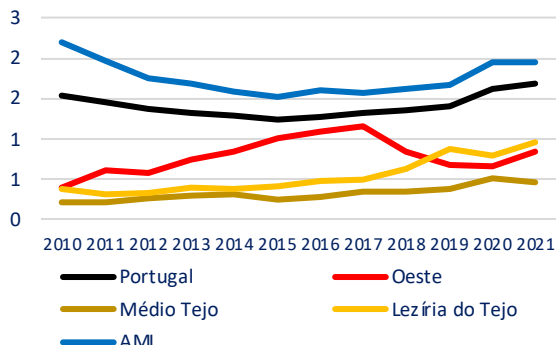


Gráfico 83 - Proporção de empresas que utilizam tecnologia de Inteligência Artificial, 2023

Fonte: [Digital Decade DESI visualisation tool](#)



DESPESAS EM I&D

A AML tem mantido **preponderância nas despesas em I&D**, posicionando-se sempre acima da média nacional. No entanto, desde 2010 que tem registado um desinvestimento nesse domínio que trouxe a AML para valores próximos da média nacional. Desde 2019 que a AML registou um incremento de investimento em I&D, alcançando, em 2021, 1.96% em percentagem do PIB.

Gráfico 84 - Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por localização geográfica

Fonte: INE/ Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

No **Oeste e Vale do Tejo o investimento em I&D é bastante inferior**, não obstante, o Oeste ter registado uma aproximação à média nacional, até 2017 (ano com melhor desempenho) a percentagem do PIB destinada a investigação e desenvolvimento era de 1.16%. Desde então até 2020 tem registado um desinvestimento significativo em I&D-

Analisando a evolução registada entre 2011 e 2021 sobressai o **acréscimo de investimento em I&D no Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo** encetado, essencialmente, **pelas empresas**, sendo evidente o **menor investimento do Estado e das instituições privadas sem fins lucrativos**. O Investimento em I&D pelo Ensino Superior, mantém-se estagnado, sendo mais expressivo na AML, devido à concentração de instituições de ensino superior.

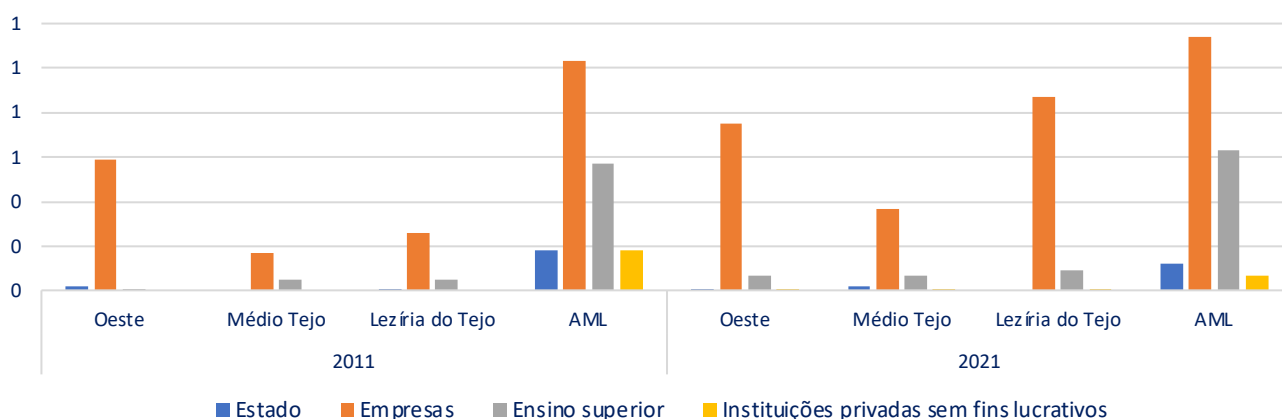


Gráfico 85 - Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D - €) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, OVT - 2011/2021

Fonte: INE/ Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

3.3. Agricultura, Florestas, Pescas e Aquacultura

A agricultura e a floresta detêm importantes funções económicas, na produção de bens e na ligação com as indústrias conexas, sendo fundamental criar valor acrescentado através do incentivo à inovação e à diferenciação, bem como à valorização do seu capital ambiental no contexto da economia verde e circular, garantindo a competitividade destes setores e potenciando o seu contributo para o desenvolvimento dos territórios rurais. Importa também valorizar o setor da pesca e aquacultura, e atividades económicas associadas, em articulação com outras atividades marítimas (transporte marítimo, recreio e lazer, investigação), no quadro da promoção da Plataforma Atlântica de Lisboa. É também fundamental garantir a sustentabilidade e resiliência destes setores, num contexto de adaptação às alterações climáticas.

Nestas perspetivas, apresenta-se o volume de negócios dos setores agroalimentar, florestal, pescas e aquacultura por concelho da região permitindo identificar diferentes relevâncias nos territórios da região.

Em seguida, são apresentados indicadores relativos ao nº de explorações agrícolas e superfície agrícola utilizada. São ainda apresentados indicadores relativos às principais culturas agrícolas produzidas na região, e a sua importância no quadro nacional, bem como à produtividade deste setor. Considerando as preocupações em matéria de sustentabilidade, trata-se também o modo de produção das culturas e da proporção de culturas regadas face ao total, incluindo a identificação dos aproveitamentos hidroagrícolas em exploração.

No quadro do setor pecuário, é avaliada a representatividade do nº de efetivos animal em cada concelho face ao nº total de efetivos na região.

Com respeito ao setor florestal, é apresentada informação relativa à superfície ocupada por espécie florestal e agroflorestal e a sua evolução, bem como as áreas que estão sujeitas ao regime florestal e abrangidas por zonas de intervenção florestal.

A importância do setor da pesca é avaliada através do nº de pescadores registados nos portos da região, da capacidade das embarcações de pesca e do volume e valor das capturas de pescado. Por último é apresentada informação com respeito à produção dos estabelecimentos de aquacultura existentes na região.

VOLUME DE NEGÓCIOS DOS SETORES AGROALIMENTAR, FLORESTAL E PESCAS / AQUACULTURA

Em 2022 o **volume de negócios das empresas ligadas ao setor agroalimentar, florestal e pescas / aquacultura é muito relevante em alguns concelhos da região**. Destaca-se **Constância**, onde o volume de negócios resultante das atividades de fabricação de pasta de papel, de cartão e seus artigos representa metade da dinâmica económica do concelho.

No **Médio Tejo** destaca-se ainda o concelho de Ferreira do Zêzere e, no **Oeste e Lezíria do Tejo**, os concelhos da Golegã, Alpiarça, Lourinhã, Peniche, Almeirim, Rio Maior, Cadaval e Coruche. Na **AML**, destaca-se Setúbal, com forte contributo das empresas associadas à produção de pasta de papel.

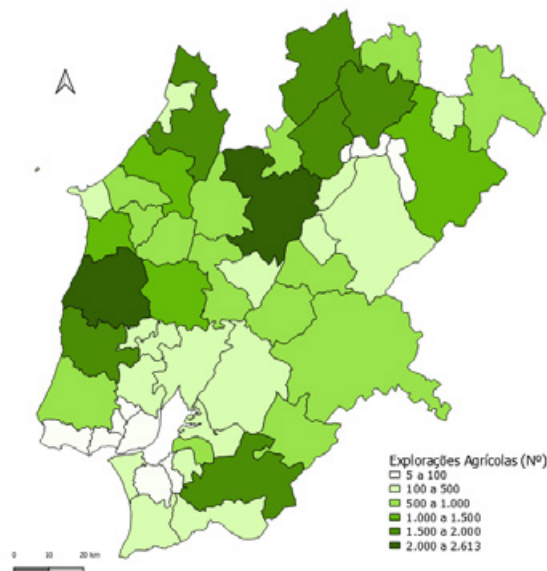
Concelho	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	Silvicultura e exploração florestal	Pesca e aquacultura	Indústrias alimentares	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	Volume de Negócios d setor agrícola, florestal e pescas face ao Total
Constância	1	s.d.	s.d.	2	s.d.	60	63
Ferreira do Zêzere	33	s.d.	s.d.	24	0	s.d.	57
Golegã	18	2	0	33	s.d.	0	53
Alpiarça	23	0	0	25	s.d.	0	48
Lourinhã	22	0	5	5	0	s.d.	32
Peniche	7	0	7	16	0	0	30
Almeirim	27	2	0	s.d.	0	0	29
Rio Maior	7	s.d.	s.d.	21	1	0	29
Cadaval	18	s.d.	s.d.	10	0	0	29
Coruche	13	s.d.	s.d.	14	0	0	27
Setúbal	0	2	s.d.	1	0	23	27
Bombarral	21	0	0	2	0	0	24
Cartaxo	7	0	0	16	0	0	23
Chamusca	12	9	0	1	0	s.d.	22
Torres Vedras	7	0	0	11	0	1	19
Benavente	3	0	0	15	0	0	18
Salvaterra de Magos	15	1	0	2	0	s.d.	18
Montijo	8	1	0	6	3	s.d.	17
Mação	-2	7	s.d.	9	2	0	15
Alenquer	2	s.d.	s.d.	11	0	s.d.	14
Óbidos	7	0	0	6	0	0	14
Santarém	5	0	0	8	0	s.d.	14
Tomar	4	s.d.	s.d.	8	0	s.d.	13
Sardoal	1	4	0	6	1	0	13
Alcobaça	5	0	0	6	1	1	13
Torres Novas	3	0	0	7	0	s.d.	10

Concelho	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	Silvicultura e exploração florestal	Pesca e aquacultura	Indústrias alimentares	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	Volume de Negócios d setor agrícola, florestal e pescas face ao Total
Azambuja	3	s.d.	s.d.	7	0	0	10
Sobral de Monte Agraço	s.d.	0	s.d.	9	0	0	10
Nazaré	3	0	1	4	2	s.d.	10
Mafra	2	0	0	7	0	0	9
Caldas da Rainha	5	0	0	3	0	s.d.	9
Ourém	2	s.d.	s.d.	1	6	s.d.	8
Abrantes	1	2	0	4	1	0	8
Sesimbra	0	0	4	3	0	0	7
Entroncamento	0	s.d.	0	7	s.d.	0	7
Alcochete	5	0	0	1	1	0	7
Loures	0	0	s.d.	4	0	1	6
Arruda dos Vinhos	s.d.	s.d.	s.d.	6	0	0	6
Moita	2	0	s.d.	2	0	0	5
Sintra	0	0	0	2	0	0	3
Oeiras	0	0	0	3	0	0	3
Vila Nova da Barquinha	1	s.d.	s.d.	2	s.d.	s.d.	3
Vila Franca de Xira	0	s.d.	0	2	0	s.d.	3
Palmela	1	0	0	1	1	s.d.	3
Barreiro	0	0	0	2	0	s.d.	3
Odivelas	0	s.d.	s.d.	1	0	1	2
Almada	0	0	0	2	0	0	2
Seixal	0	0	0	1	0	0	2
Amadora	0	0	s.d.	1	0	0	1
Cascais	0	0	0	0	0	0	1
Alcanena	0	0	0	1	0	s.d.	1
Lisboa	0	0	0	0	0	0	1

Quadro 7 – Proporção (%) de volume de negócios das empresas do setor agroalimentar, florestal e pescas / aquicultura face ao total, por concelho, 2022

s.d. – Sem dados

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas



EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Em 2019 existiam na RLVT **33.896 explorações agrícolas** (6.363 na AML), com maior relevância nos concelhos de Santarém (2.613) e de Torres Vedras (2.329). Entre 2009 e 2019, houve uma **diminuição de 5.677 explorações agrícolas na região**, sendo que quase todos os municípios diminuíram o n.º de explorações agrícolas, com exceção de Amadora, Caldas da Rainha (o mais expressivo com acréscimo de 200 explorações), Oeiras, Peniche, Torres Vedras e V.N. da Barquinha.

Figura 25 - N.º de explorações agrícolas, 2019

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola

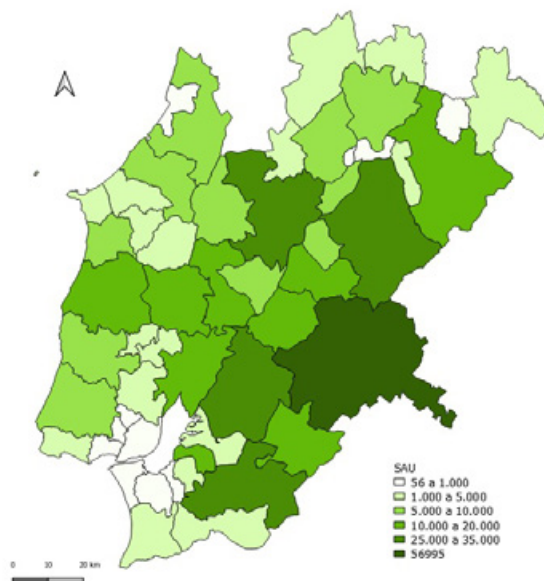
SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

A **superfície agrícola utilizada (SAU) na Região era de 409.095ha**, em 2019, correspondendo a 10% da SAU nacional, sendo de destacar os concelhos de Coruche, Benavente, Palmela, Chamusca e Santarém como os de maior superfície agrícola utilizada da Região.

A SAU **aumentou 4.6% na região** entre 2009 e 2019, destacando-se uma diminuição significativa em Palmela (ainda assim corresponde a 29% da SAU da AML) e na Chamusca, e um incremento significativo nos concelhos de Alenquer, Almeirim, Benavente, Cartaxo, Golegã, Montijo, Salvaterra de Magos e Santarém.

Figura 26 - Superfície agrícola utilizada (ha), 2019

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola



PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS PRODUZIDAS

Das principais culturas agrícolas produzidas em Portugal, 35% têm origem em Lisboa e Vale do Tejo, que se destaca pela produção de **culturas para a indústria** (85%), principais **frutos frescos** (44%), cereais para grão (40%), vinha (38%) e batata (32%).

Entre 2013 e 2023 registou-se um importante **aumento da produção de vinha (+58%), de culturas para indústria (+49%) e de olival (+16%)**, contudo, diminuiu a produção de batata (-38%), frutos frescos (-38%), culturas forrageiras (-24%), citrinos (-21%) e cereais para grão (-15%).

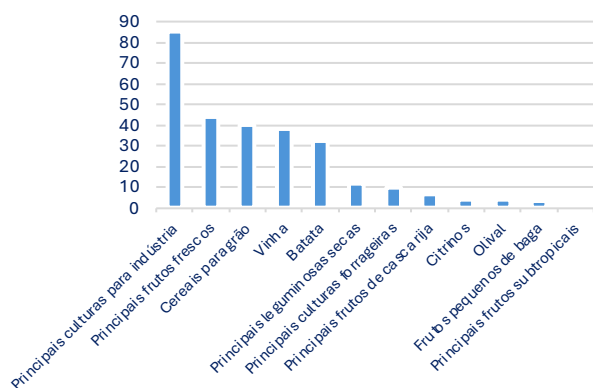


Gráfico 86 – Proporção da Produção das Principais culturas agrícolas na RLVT (%), face ao total nacional – 2023

Nota: Sem dados para culturas hortícolas

Fonte: Estatísticas da Produção Vegetal, INE

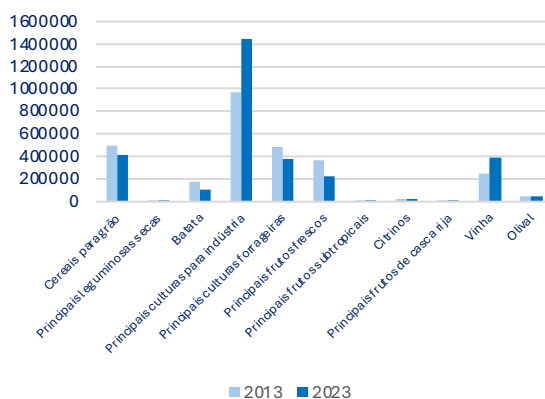


Gráfico 87 – Variação da Produção das Principais culturas agrícolas (tonelada) na RLVT, entre 2013 e 2023

Nota: Sem dados para culturas hortícolas e frutos de pequena baga

Fonte: Estatísticas da Produção Vegetal, INE

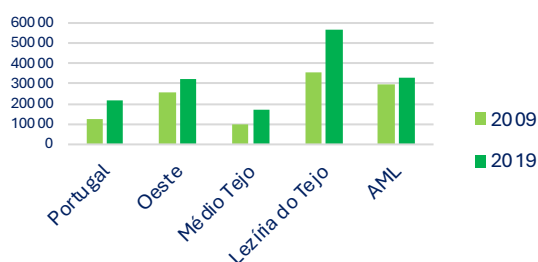


Gráfico 88 – Evolução do valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) das explorações agrícolas

Fonte: INE, Recenseamento agrícola – 2019

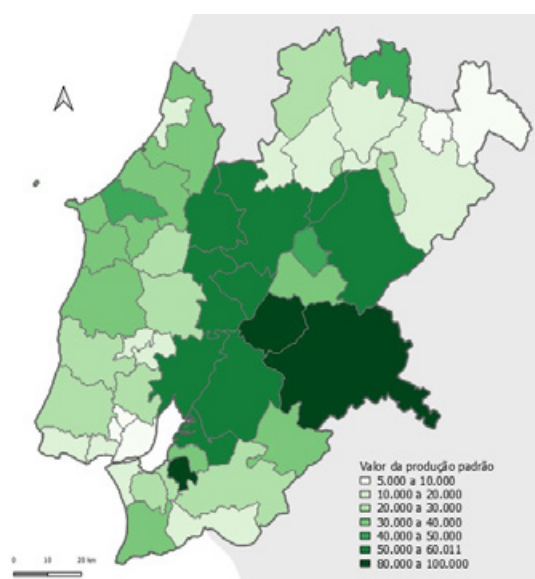
Os concelhos da Moita, Salvaterra de Magos e Coruche destacam-se com os valores de produtividade mais elevados na região, acima de 80.000 euros por unidade de trabalho. A maior parte dos restantes concelhos da Lezíria do Tejo, registam também valores muito elevados, acima de 50.000 euros.

Figura 89 – Valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) das explorações agrícolas, 2019

Fonte: INE, Recenseamento agrícola – 2019

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PADRÃO

O valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) das explorações agrícolas, **aumentou em todas as sub-regiões da RLVT**, entre 2009 e 2019, sendo este aumento mais significativo no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo, seguindo a tendência a nível nacional. Em 2019, apenas o Médio Tejo registava valores abaixo da média nacional.



NUTS - 2013	Superfície agrícola em modo de produção biológico			
	2009		2019	
	ha	%	ha	%
Portugal	91.379	2,7	201.018	5,3
Oeste	79	0,2	327	0,6
Médio Tejo*	243	0,5	1.068	2,3
AML	998	1,2	922	1,1
Lezíria do Tejo	4.105	2,1	9.985	5

Quadro 8 – Superfície agrícola em modo de produção biológico

(*Inclui Vila de Rei e Sertão)

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola

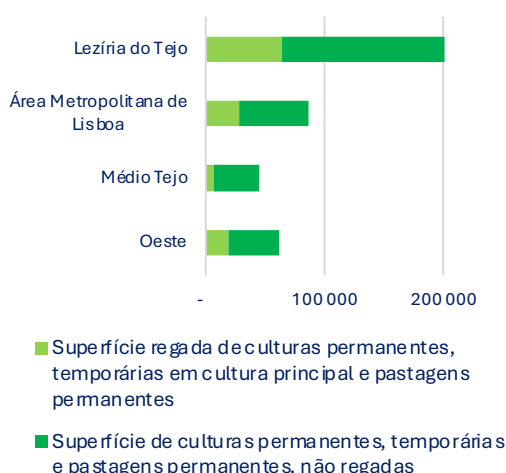


Gráfico 91 Superfície (ha) regada e não regada de culturas permanentes, temporárias e pastagens, 2019

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola

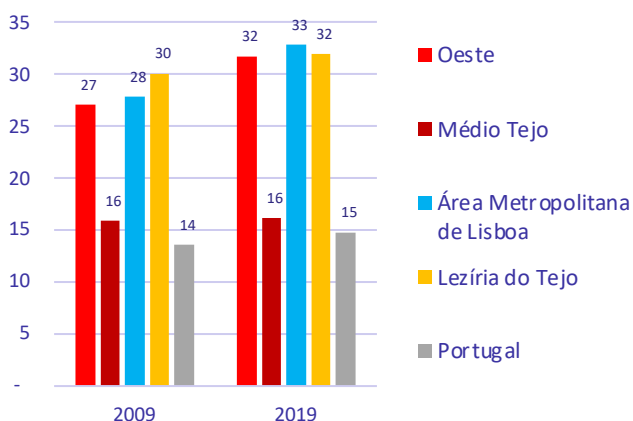


Gráfico 92 – Evolução da proporção (%) da superfície regada de culturas permanentes, temporárias e pastagens, 2009 a 2019

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola

MODO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Com respeito ao modo de produção, verifica-se que o **convencional predomina largamente face ao modo de produção biológico**, apesar da sua crescente expressão, tendo aumentado quase 7.000ha entre 2009 e 2019. De qualquer forma, a proporção do modo de produção biológico é inferior à média nacional em todas as sub-regiões

ÁREAS AGRÍCOLAS REGADAS / REGADIOS

Em 2019, cerca de 120.000ha de áreas agrícolas **eram regadas, correspondendo a uma proporção de cerca de 30%** do total, exceto no Médio Tejo em que a proporção de áreas agrícolas regadas era de 16%. A proporção de culturas regadas é superior à média nacional, em todas as sub-regiões, tendo aumentado entre 2009 e 2019, exceto no Médio Tejo.

Na região, existem **8 aproveitamentos hidroagrícolas (AH)** em exploração, ocupando uma área total de **28.462,2ha**, sendo os de maior dimensão o AH da Lezíria de Vila Franca de Xira (13.225ha) e o AH do Vale do Sorraia (12.389ha). Encontram-se ainda em exploração os AH do Paul de Magos, de Loures, de Cela, de Carril, de Alvorninha e o AH de Alvega.

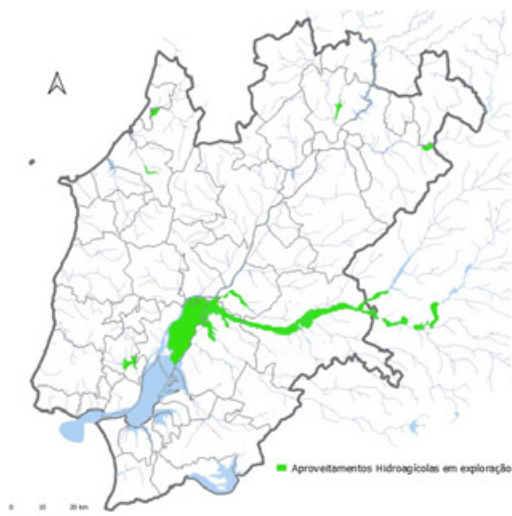


Figura 27 – Aproveitamentos hidroagrícolas existentes em exploração, 2024

Fonte: DGADR

PRODUÇÃO PECUÁRIA

Na produção pecuária, a RLVT tem uma representatividade nacional importante ao nível da **bovinicultura (50% do total dos efetivos nacionais)**, destacando-se os concelhos de Palmela, Benavente e Coruche, mas também ao nível da **avicultura (39%) e da criação de equídeos (22%)**.

Na produção de **suínos** destacam-se os concelhos de Santarém e Alcobaça, que em conjunto detêm metade dos efetivos da região. Na **avicultura**, o concelho de Torres Vedras detém 36% dos efetivos de aves da região. O concelho de Benavente destaca-se na criação de equídeos e o concelho de Ourém, nos **ovinos**, respetivamente, com 16% do nº de efetivos regionais. Já ao nível da criação de coelhos destaca-se o concelho da Lourinhã, com 55% dos efetivos da região e na **produção de mel**, o concelho de Abrantes (11%).

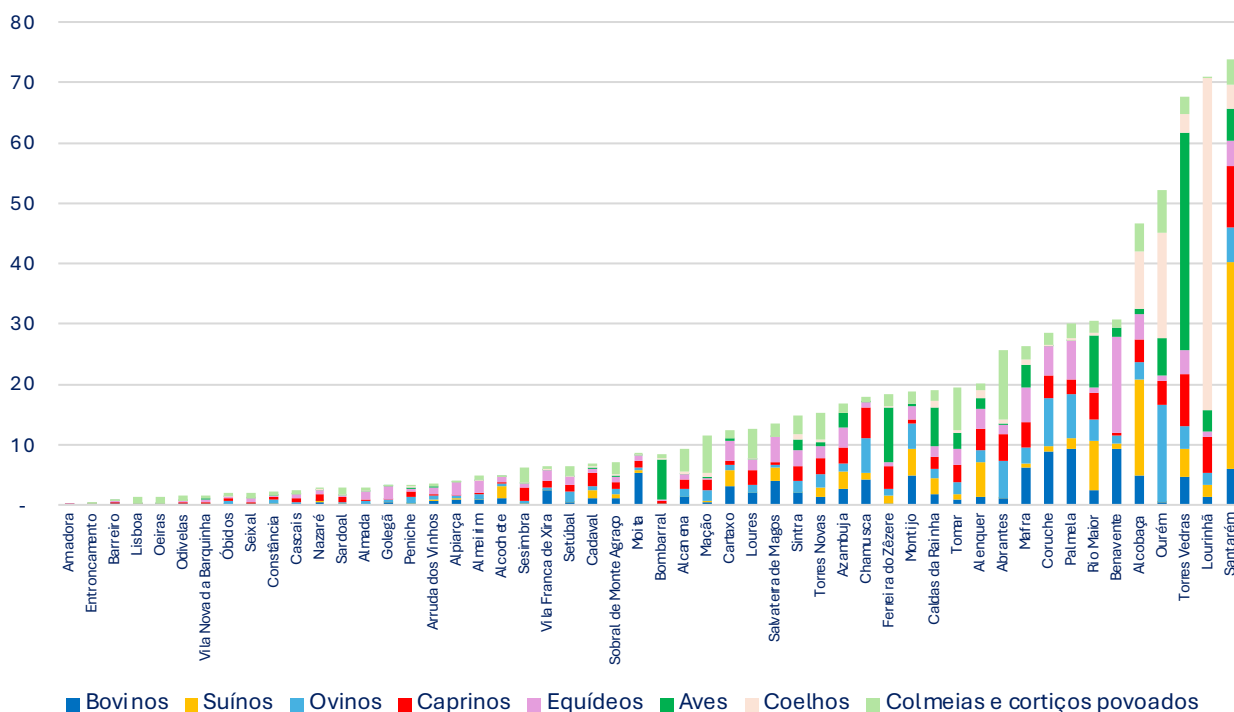


Gráfico 93 – Representatividade do nº de efetivo animal no concelho, por espécie, face ao nº de efetivos total na RLVT - 2019

Fonte: Estatísticas da Produção Animal, INE

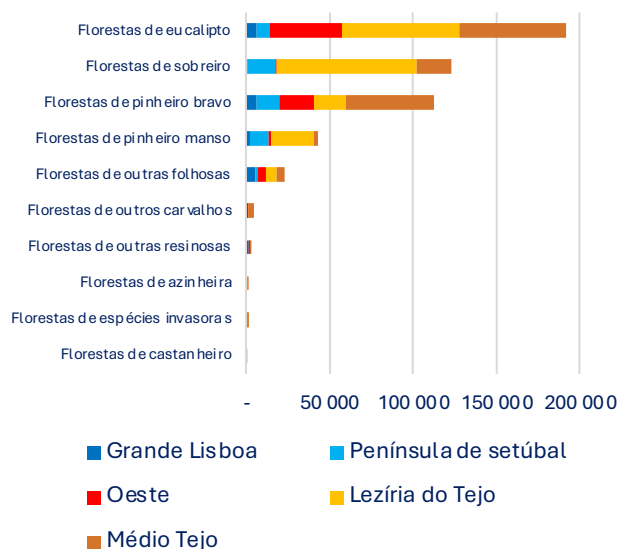
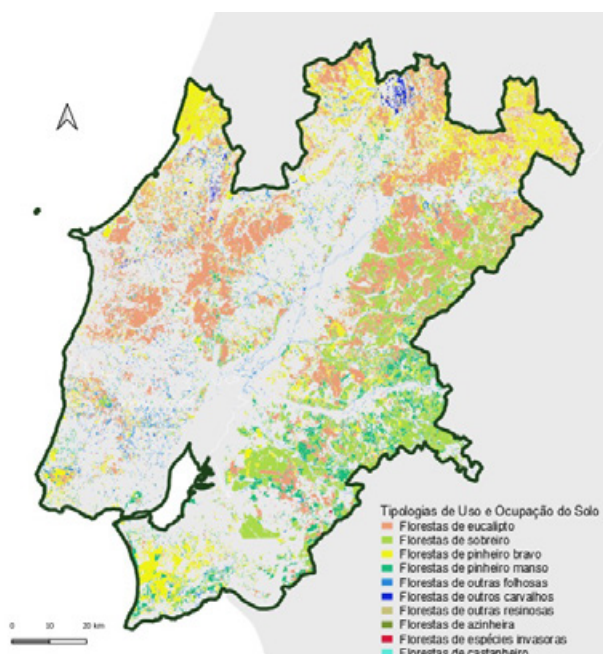


Gráfico 95 - Uso e Ocupação do Solo Florestal (ha) por NUTSIII, 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2018.

Entre 2010 e 2018, houve um **incremento dos espaços ocupados por usos florestais** na região em mais 3.405,70ha. O **Eucalipto foi a espécie florestal que mais cresceu** (+11.570ha), registando-se um **decréscimo significativo das florestas de pinheiro-bravo** (-8.079ha), mas também das florestas de outras folhosas (-477,8ha), outras resinosas (-111ha) e outros carvalhos (-64ha). Todas estas espécies foram substituídas, em grande parte da área, por florestas de eucaliptos, em especial as florestas de pinheiro-bravo em que 6.016ha foram substituídos por florestas de eucalipto, entre 2010 e 2018.

As **florestas de eucalipto ocuparam 729ha que, em 2010, integravam a categoria de florestas de sobreiros**, apesar de, no computo geral, a área florestal ocupada por esta espécie ter aumentado cerca de 70ha. Verifica-se ainda a **substituição de cerca de 2.600ha de áreas agrícolas por florestas de eucalipto**. Assinala-se o incremento das florestas de pinheiro manso, em mais de 500ha.

SUPERFÍCIE FLORESTAL E AGROFLORESTAL

Os territórios com **uso florestal abrangem 502.026,90ha** na região, sendo este o uso predominante (41%). As espécies florestais mais representadas são o eucalipto (38,2%), o sobreiro (24,5%) e o pinheiro-bravo (22,4%). O pinheiro manso (8,6%) e as florestas de outras folhosas (4,5%) têm alguma representatividade na região, tendo as restantes espécies um caráter residual.

O **eucalipto apenas não é a espécie florestal dominante na Península de Setúbal e Lezíria do Tejo, onde predomina o sobreiro**. É também nestas duas NUTS que as florestas de pinheiro manso têm maior representatividade. As florestas de pinheiro-bravo têm uma boa representatividade em todas as NUTS com exceção da Lezíria do Tejo.

Figura 28 - Uso e Ocupação do Solo Florestal na RLVT, 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2018.

Tipologia de uso e ocupação do solo	Diferença entre 2010 e 2018
Florestas de eucalipto	11570,07
Florestas de pinheiro manso	539,07
Florestas de sobreiro	69,89
Florestas de azinheira	9,72
Florestas de castanheiro	-1,48
Florestas de espécies invasoras	-49,76
Florestas de outros carvalhos	-63,98
Florestas de outras resinosas	-111,03
Florestas de outras folhosas	-477,77
Florestas de pinheiro-bravo	-8079,05
TOTAL	3405,68

Quadro 94 – Evolução da superfície Florestal (ha) na RLVT entre 2010 e 2018

Fonte: Cartas de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2010 e 2018.

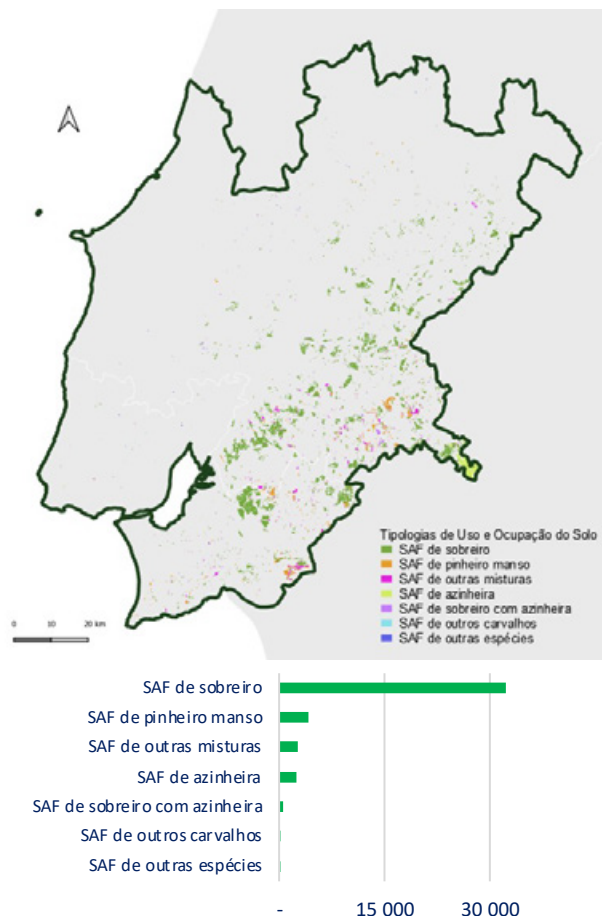
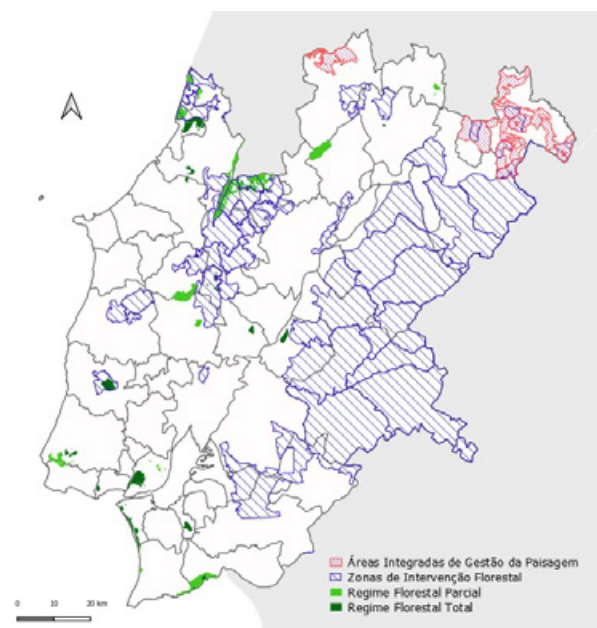


Gráfico 96- Uso e Ocupação do Solo Agroflorestal (ha) na RLVT, 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2018



Os **sistemas agroflorestais abrangem 42.069,6ha**, localizando-se maioritariamente na Lezíria do Tejo, sendo que o sobreiro predomina largamente sobre as restantes espécies. Entre 2010 e 2018, houve uma diminuição destes sistemas agroflorestais em 478ha que, na maioria da área, passaram a integrar a categoria florestas de sobreiros (446ha).

Figura 29 - Uso e Ocupação do Solo Agroflorestal (ha) na RLVT, 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2018.

Tipologia de uso e ocupação do solo	Diferença entre 2010 e 2018 (ha)
SAF de pinheiro manso	14,83
SAF de outros carvalhos	-0,38
SAF de outras espécies	-5,58
SAF de sobreiro com azinheira	-8
SAF de outras misturas	-14,33
SAF de azinheira	-34,1
SAF de sobreiro	-477,94
TOTAL	-525,49
Florestas de outras folhosas	-477,77
Florestas de pinheiro-bravo	-8079,05
TOTAL	3405,68

Quadro 9 – Evolução da Superfície Agro-Florestal na RLVT entre 2010 e 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2010 e 2018

REGIME FLORESTAL E ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Dos territórios florestais, **32.019ha encontram-se abrangidos pelo Regime Florestal** total ou parcial (6,4% da totalidade dos espaços florestais), sendo de referir em particular as matas nacionais (Virtudes, Vimeiro, Valado, Quinta da Serra, Mestras, Machada e Escaroupim) e os espaços florestais ligados às zonas serranas (Serra de Aire e Candeeiros, Serra da Arrábida, Serra de Sintra, Serra de Montejunto).

A maioria dos territórios florestais da região (51%) encontram-se abrangidos por Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), as quais constituem um importante instrumento para a gestão florestal integrada. Mais de metade das florestas de eucalipto (50,6%), 78,5% das florestas de sobreiro e 27,1% das florestas de pinheiro-bravo da região integram Zonas de Intervenção Florestal.

Figura 30 – Áreas abrangidas pelo Regime Florestal, 2021 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) constituídas e Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), 2024

Fonte: ICNF, DGT

A região integra também **11 Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)**, constituídas no âmbito do Programa de Gestão da Paisagem, para as quais está previsto financiamento para a reconversão e valorização da paisagem. Destas AIGP, 9 localizam-se no concelho do Mação e as restantes duas em Ourém e no Sardoal.

O desenho da paisagem e as opções de transformação e valorização preconizadas nas Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) destas AIGP foram aprovados em março e dezembro de 2024.

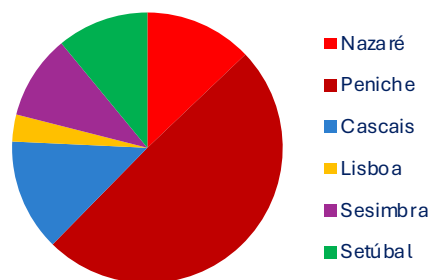
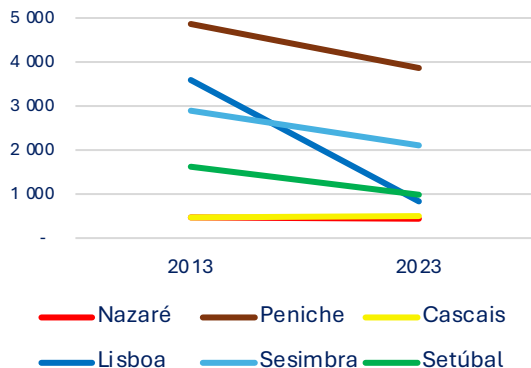
Para as OIGP aprovadas, foi ainda autorizada a atribuição de apoios a 20 anos, de forma a promover uma gestão de longo prazo.

PESCADORES REGISTRADOS

A região de Lisboa e Vale do Tejo é dotada de **6 portos de pesca** – Nazaré, Peniche, Cascais, Lisboa, Sesimbra e Setúbal – nos quais se encontram registados cerca de 22% do total de pescadores matriculados nos portos nacionais, destacando-se o porto de Peniche com cerca de metade dos pescadores registados na região.

Gráfico 97 – Nº de Pescadores matriculados em 31 de dezembro, por porto de registo, 2023

Fonte: Estatísticas da Pesca, INE



CAPACIDADE DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA

Em termos da capacidade das embarcações de pesca com motor, a **RLVT representa apenas 10% do total nacional**, tendo esta capacidade diminuído quase 40% na última década, em particular no porto de Lisboa (-77%). A nível nacional esta redução foi de apenas 15%.

Gráfico 98 – Evolução da capacidade das embarcações de pesca com motor (GT) da frota regional, por porto de registo, 2013-2023

Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

CAPTURAS DE PESCADO

Entre 2013 e 2023 a dinâmica de pesca tem-se mantido sensivelmente estável nos portos da Nazaré, Setúbal e Cascais, em termos de volume e valor de capturas, verificando-se, contudo, uma **tendência de subida nos portos de Peniche e de Sesimbra**, onde este setor tem uma importância mais significativa na região.

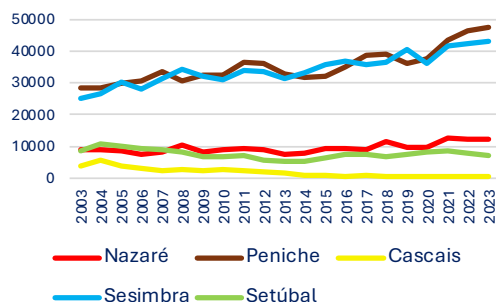


Gráfico 99 – Evolução das Capturas nominais de pescado (€) por Porto de descarga, 2003 – 2023

Fonte: DGRM, DRP RAA, DRP RAM, Descarga de pesca em portos nacionais

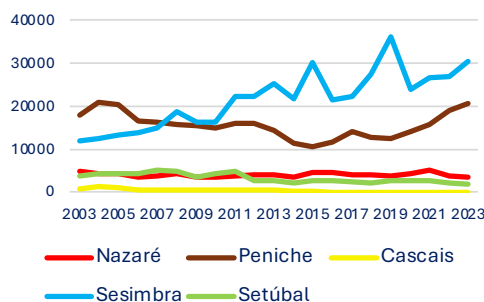


Gráfico 100 – Evolução das Capturas nominais de pescado (t) por Porto de descarga, 2003 - 2023

Fonte: DGRM, DRP RAA, DRP RAM, Descarga de pesca em portos nacionais

PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE AQUACULTURA

Na região apenas existem estabelecimentos de aquacultura, em águas estuarinas e marinhas, na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, sendo que a **produção dos mesmos representa apenas 5% do total nacional**, com uma **tendência de aumento** na última década, sobretudo na Península de Setúbal. A produção é maioritariamente em regime extensivo e semi-intensivo, não existindo estabelecimentos de produção intensiva na região.

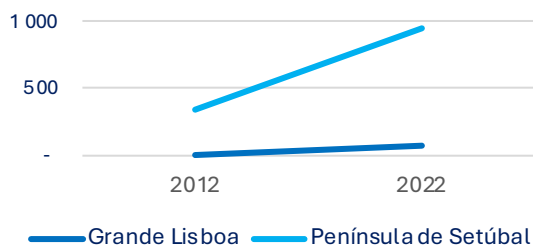


Gráfico 101 – Evolução da produção dos estabelecimentos de aquacultura (t) em águas de transição e marinhas, 2012 e 2022

Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

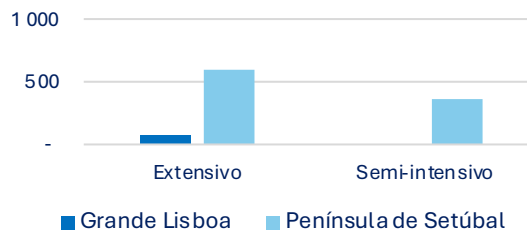


Gráfico 102 – Produção dos estabelecimentos de aquacultura (t) em águas de transição e marinhas, por regime de exploração, 2022

Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

3.5. Turismo

As atividades relacionadas com o Turismo e Lazer têm um papel estratégico para o desenvolvimento económico e social da região, o qual deverá ser conseguido através do uso sustentável e valorização dos vastos valores e recursos existentes, sem perder de vista os aspetos e referências identitárias e modos de expressão cultural, de forma que possam contribuir positivamente para a coesão territorial.

Nesta perspetiva, é avaliada a capacidade de alojamento turístico existente nos vários concelhos e a sua evolução no tempo, bem como a procura turística, em termos de número de dormidas e do nível de ocupação das camas existentes. São ainda apresentados indicadores com respeito ao nº médio de dias permanência nos alojamentos turísticos.

Apresenta-se ainda informação sobre os proveitos turísticos, o volume económico das empresas de turismo e o rendimento médio por quarto, incluindo a evolução destes indicadores ao longo do tempo.

CAPACIDADE DE ALOJAMENTOS TURÍSTICO

A RLVT dispunha, em 2023, de uma capacidade de alojamento turístico de **128.185 camas** o que constitui **27% do total nacional**. Em relação a 2017, existiam mais 24.708, o que representa um **acréscimo de 24 pontos percentuais**.

Os hotéis são a tipologia turística dominante, sendo, contudo, de destacar o importante **aumento da oferta em alojamento local** (+5566 camas na AML, face a 2017, correspondendo a 22% da capacidade de alojamento da AML em 2023) e turismo em espaço rural e de habitação.

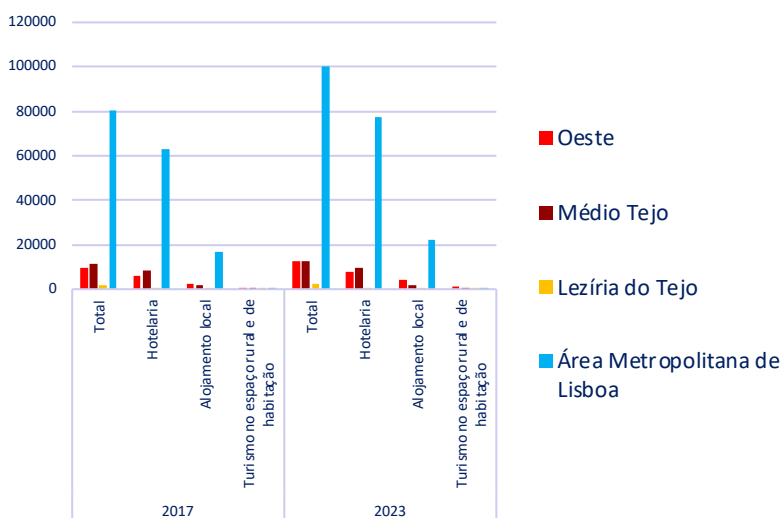


Gráfico 103 - Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Tipo de alojamento turístico, 2017 e 2023

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

O **concelho de Lisboa concentra mais de metade da capacidade de alojamento da região**, seguido dos concelhos de Cascais e de Ourém (Fátima). No restante território, a capacidade de alojamento incide sobretudo nos concelhos do litoral e estuarinos, em particular Sintra, Setúbal, Mafra, Oeiras e Almada, na AML, e Óbidos e Peniche no Oeste. No interior da região, destacam-se ainda o concelho de Tomar, no Médio Tejo, e o concelho de Santarém, na Lezíria do Tejo.

Na **capacidade de alojamento turístico por habitante, sobressai claramente o concelho de Ourém com 211** estabelecimentos por 1.000 habitantes, sendo também de relevar alguns concelhos do litoral Oeste (Óbidos, Nazaré e Peniche), além de Lisboa.

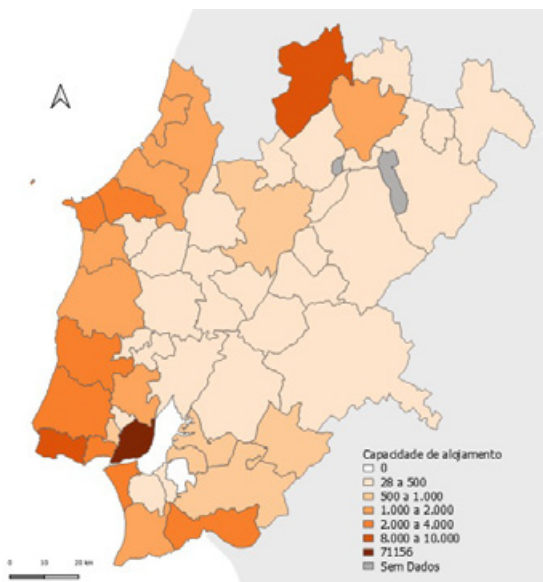


Figura 31 – Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico, 2023

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

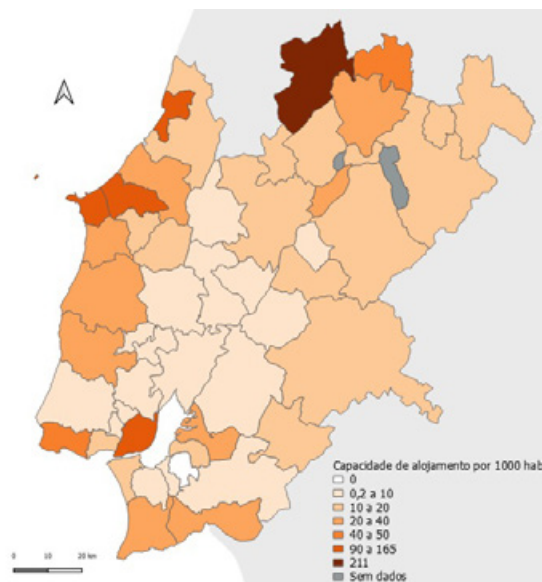


Figura 32 – Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por 1000 habitantes, 2023

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

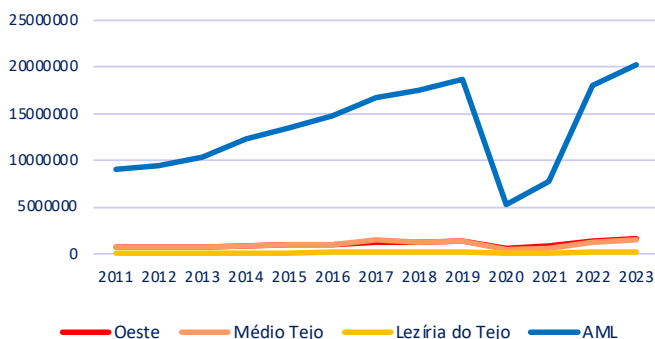
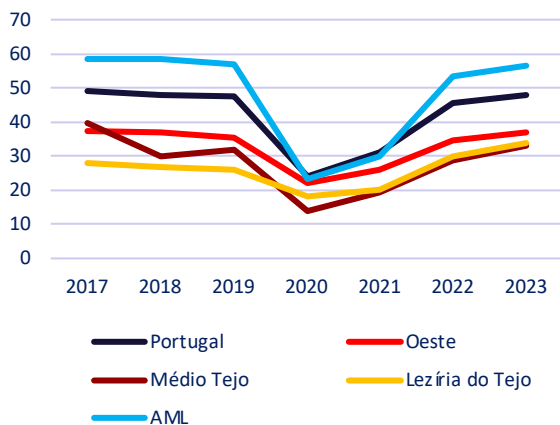


Gráfico 104 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria



PROCURA TURÍSTICA

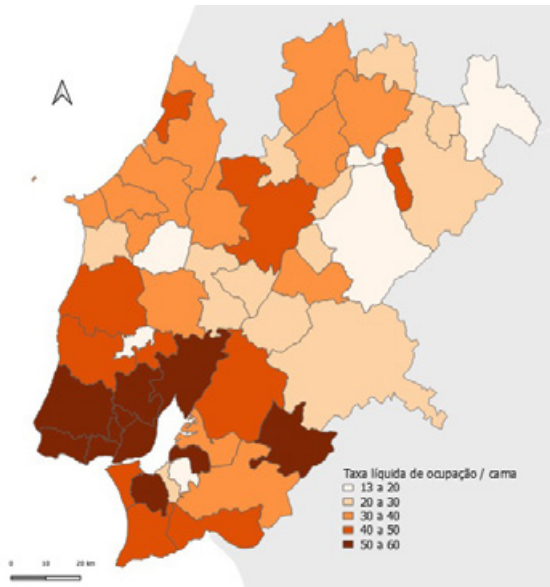
Em 2023, os estabelecimentos de alojamento turístico na região **registaram mais de 23 milhões de dormidas**, a larga maioria na AML que registou mais de 20 milhões (86%). Desde 2011 as dormidas mais que duplicaram em todas as NUTS, tendo já sido recuperada a quebra registada em 2020, com o efeito da pandemia.

A taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico teve também uma grande quebra em 2020, a qual foi transversal e abruta em todas as sub-regiões. Em 2023 apenas a Lezíria do Tejo tinha recuperado e ultrapassado os valores pré pandemia.

Os estabelecimentos do OVT apresentam, em geral, taxas líquidas de ocupação reduzidas, **sempre inferiores a 50%, destacando-se os concelhos da Chamusca, Mação, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Vila Nova da Barquinha, com taxas de ocupação inferiores a 20**. As taxas de ocupação mais elevadas no OVT registam-se Arruda dos Vinhos, Nazaré, Constância, Santarém, Torres Vedras e Benavente.

Gráfico 105 – Evolução da Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros, 2011-2023

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria



Na AML, com taxas de ocupação superiores a 50% destacam-se o Seixal, o Montijo e todos os concelhos da Grande Lisboa, com exceção de Mafra. A Moita é o concelho com taxas de ocupação mais reduzidas.

Figura 33 - Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros, 2023

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

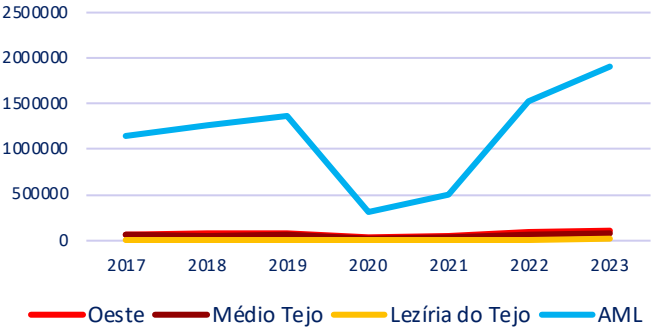
PERMANÊNCIA NOS ALOJAMENTOS TURÍSTICOS

A permanência nos estabelecimentos de alojamento turístico na região varia entre 1,6 e 2,3 dias, sendo superior na AML e no Oeste, não se registando variações significativas entre os anos de 2017 e 2023. A permanência é em geral inferior à média nacional em todas as sub-regiões, exceto no alojamento local no Oeste e na AML. No Médio Tejo, as tipologias de turismo em espaço rural e de habitação registaram uma estada média superior às restantes tipologias

	2017				2023			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Portugal	2,7	2,8	2,3	2,1	2,6	2,6	2,3	2,2
Oeste	2	2	2	1,8	2	1,9	2,4	1,7
Médio Tejo	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	1,6	1,9	2,1
Lezíria do Tejo	1,7	1,6	1,8	2	1,9	1,7	2	2
AML	2,3	2,3	2,4	1,9	2,3	2,3	2,3	2

Quadro 10 - Estada média (N.º dias) nos estabelecimentos de alojamento turístico - 2023

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria



PROVEITOS TOTAIS NOS ALOJAMENTOS TURISTICOS

Em termos de rendimento e proveito resultante da atividade turística, refira-se que em 2023, os estabelecimentos de **alojamento turístico na AML geraram proveitos superiores a 1.9 milhões de euros**, sendo os valores do OVT muito mais reduzidos - 108 mil no Oeste e 75 mil no Médio Tejo e 13 mil euros na Lezíria do Tejo.

Em 2023, o VAB gerado pelo turismo no país correspondeu a 9.1% do VAB total

Gráfico 106 – Evolução dos Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico, 2017-2023

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS

Em 2022 o **volume de negócios das empresas de alojamento turístico, na AML foi superior a 2.9 mil milhões de euros**, valores incomparáveis com os registados no OVT. Em 2020, a quebra de negócio foi significativa em toda a região, assim como no país, todavia, o volume de negócios registado em 2022 era já superior ao verificado em 2019, com exceção do Médio Tejo.

	2019	2020	2021	2022
Oeste	101 225 634	55 207 733	71 349 951	130 860 155
Médio Tejo	73 678 806	25 295 079	37 566 829	66 763 322
Lezíria do Tejo	13 161 507	9 728 990	10 494 185	20 292 709
AML	2 291 261 554	919 682 113	1 374 392 064	2 997 809 685

Quadro 11 – Volume de negócios (€) das empresas de alojamento turístico

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

RENDIMENTO MÉDIO/QUARTO

Em 2023 o rendimento médio por quarto, nos estabelecimentos de alojamento turístico, na RLVT, foi de 48€, sendo que em 2018 era de 36€. A AML regista os valores mais elevados, com cada quarto a render em média 95€, sendo a única sub-região com valores superiores aos do país. Os rendimentos são sempre superiores nas tipologias de hotelaria face às restantes.

	2018				2023			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Portugal	47,8	53,8	29,4	24,8	64,8	72	42,4	38,5
Oeste	33,7	36,4	20,9	49,4	40,4	42,5	32	48,4
Médio Tejo	17,3	18,7	9,6	15,8	24,2	25,7	16,8	24,4
Lezíria do Tejo	17,9	23,5	11	14,6	31	36,5	25,6	26,7
AML	74,2	80,6	47	45,8	95,2	101,4	68,4	74,8

Quadro 12 - Rendimento médio por quarto (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos integrados das empresas

Parte I – Dinâmicas Territoriais

A. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS

4. Conetividades

- Infraestruturas de Transporte
- Mobilidade
- Conetividade digital

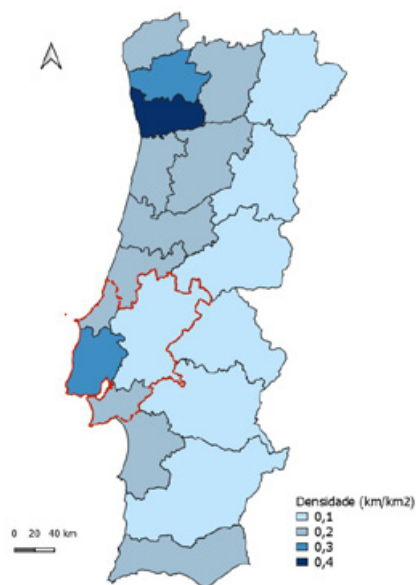


4.1. Infraestruturas de Transporte

A rede de infraestruturas fundamental dos sistemas aeroportuário, portuário, rodoviário e ferroviário é um pilar fundamental para a coesão do território regional e reforço das ligações inter-regionais, sendo ainda um fator estratégico para o desenvolvimento e competitividade internacional da região, potenciando a sua inserção na rede global de transportes de passageiros e mercadorias.

Com respeito à rede rodoviária e ferroviária, são apresentados indicadores de extensão e densidade das respetivas redes, por tipo de infraestrutura, incluindo a sua evolução na última década no território continental. É também avaliada a repartição dos modos rodoviário e ferroviário, no transporte de mercadorias e passageiros, e a sua evolução no tempo.

Apresenta-se ainda informação relativa aos passageiros desembarcados e movimento de mercadorias no aeroporto de Lisboa e nos portos marítimos de Lisboa, Setúbal e Sines.



EXTENSÃO E DENSIDADE DA REDE RODOVIÁRIA

Em 2022, a rede rodoviária nacional tinha uma extensão de 14.332km no continente, sendo a sua densidade claramente inferior nos territórios do interior do país, com menor população, incluindo no distrito de Santarém. **Os distritos do Porto, Braga e Lisboa detêm as maiores densidades** da rede rodoviária, a nível nacional.

A extensão da rede rodoviária não sofreu alterações significativas entre 2012 e 2022, tendo aumentado ligeiramente nas regiões Alentejo (rede fundamental) e Centro (rede complementar).

Figura 34 - Densidade da rede rodoviária nacional (km/ km²), por distrito, 2023

Fonte: INE / Instituto da Mobilidade e dos Transportes

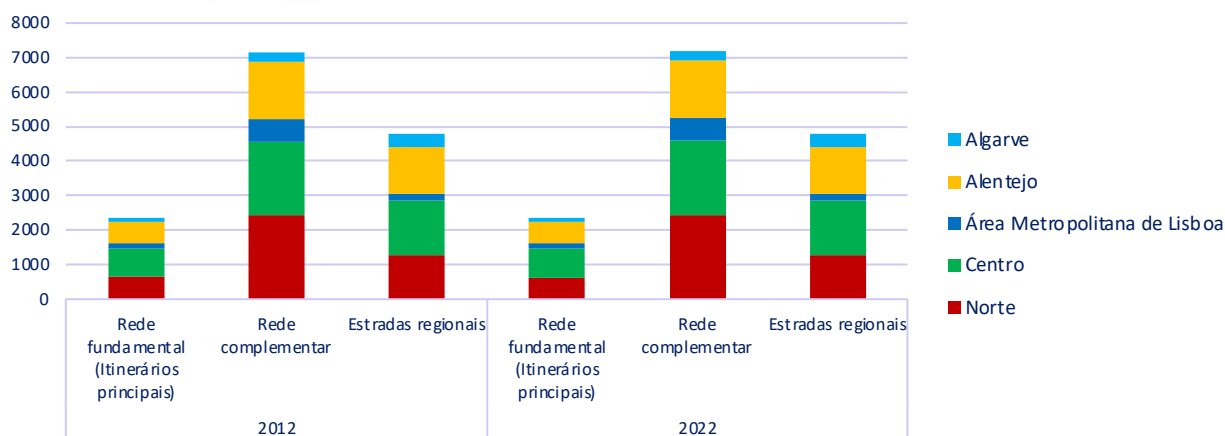
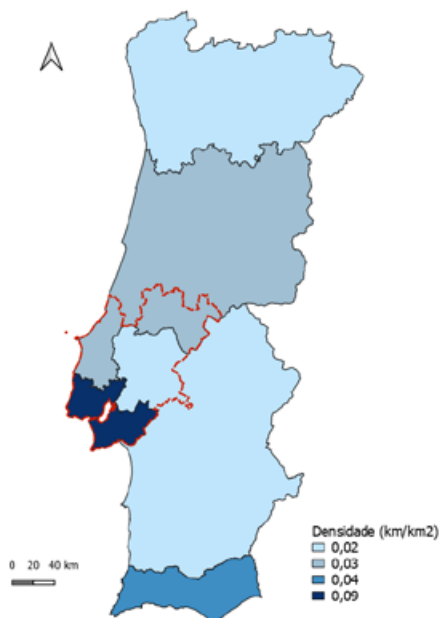


Gráfico 107- Extensão da rede nacional rodoviária (km), por tipo, 2012 e 2022

Fonte: INE / Instituto da Mobilidade e dos Transportes



EXTENSÃO E DENSIDADE DA REDE FERROVIÁRIA

A rede ferroviária nacional, eletrificada e não eletrificada, apresentava uma extensão no país de 2.527 km, em 2023. **Entre 2013 e 2023 registou-se uma evolução sobretudo ao nível da modernização da infraestrutura** ferroviária existente, com vista à sua eletrificação, em particular na região Norte.

A **AML é a NUTS II mais bem servida do país** com respeito a esta infraestrutura, tendo também a maior proporção de rede eletrificada (91%).

Figura 35- Densidade da rede ferroviária nacional (km/ km²), por NUTS II, 2023

Fonte: INE, Inquérito à infraestrutura ferroviária

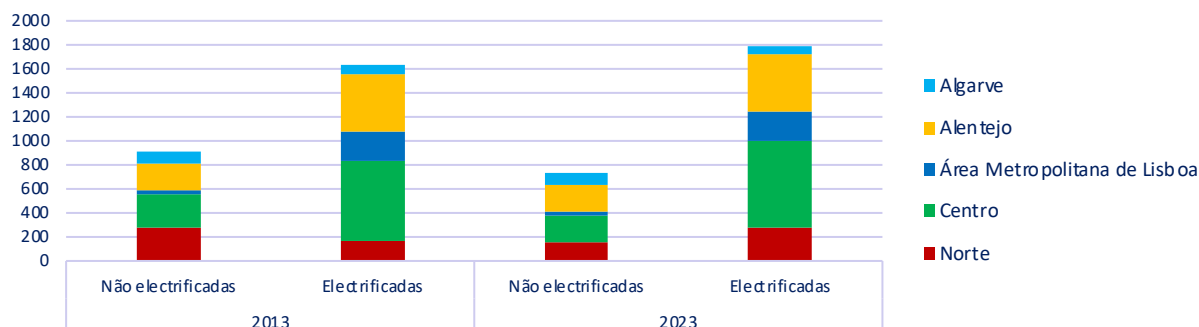


Gráfico 108- Extensão total das linhas ferroviárias (km) da rede ferroviária nacional

Fonte: INE, Inquérito à infraestrutura ferroviária

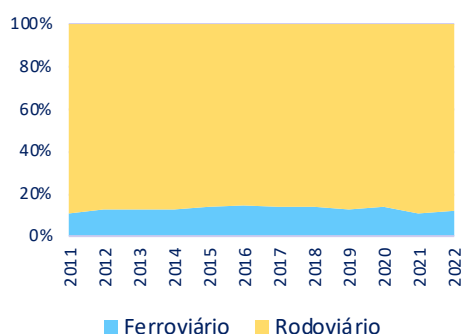


Gráfico 109 - Repartição modal do transporte de mercadorias (% de Tkm) dos transportes terrestres, Continente, 2011 a 2022

Fonte: INE / Serviço de Estatística da União Europeia

REPARTIÇÃO MODAL DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO E RODOVIÁRIO

O **transporte rodoviário de mercadorias predomina claramente sobre o ferroviário** no território continental, não se registando uma alteração significativa neste indicador, entre 2011 e 2022, apesar de um ligeiro aumento a proporção do transporte ferroviário.

No que se refere ao **transporte de passageiros, apesar da clara predominância do modo rodoviário, verifica-se uma clara tendência de aumento do modo ferroviário**, entre 2011 e 2022, correspondendo, em 2022, a 26% do total. A AML é a única NUTS II onde a proporção do modo ferroviário (46%) é superior à média do território continental (38%).

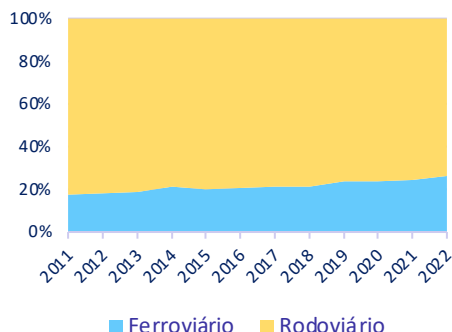


Gráfico 110 - Passageiros transportados (N.º) pelas empresas exploradoras de transporte terrestre por Meio de transporte, Continente, 2011 a 2022

Fonte: INE, Empresas exploradoras de transporte terrestre

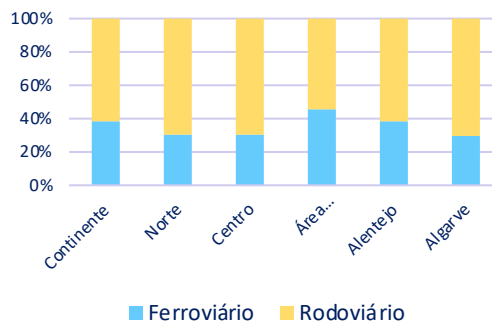


Gráfico 111 - Passageiros-quilómetro transportados (%) pelas empresas exploradoras de transporte terrestre por Meio de transporte e NUTS II, 2022

Fonte: INE, Inquérito à infraestrutura ferroviária

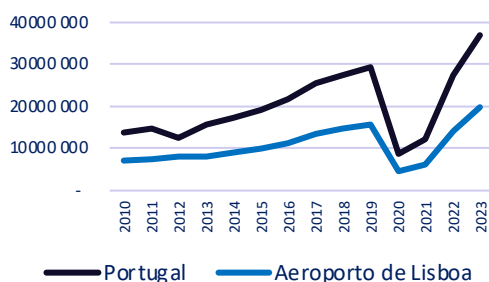


Gráfico 112 - Passageiros desembarcados (n.º) no Aeroporto de Lisboa e no total nacional

Fonte: INE, Inquérito aos aeroportos e aeródromos

PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NO AEROPORTO DE LISBOA

O aeroporto General Humberto Delgado, constitui a **principal porta de entrada nacional para os fluxos de passageiros internacionais**, acumulando mais de metade do total de passageiros dos aeroportos da ANA.

A pandemia impôs condicionamentos às deslocações, nomeadamente às viagens entre países, o que se refletiu, em 2020, numa quebra abrupta nos movimentos de passageiros, que já foi superada. Em 2023 o aeroporto de Lisboa registou quase 20 milhões de passageiros desembarcados, o que representa um aumento de 40% face a 2022 e de 27% face a 2019.

MOVIMENTO DE MERCADORIA NO AEROPORTO DE LISBOA

O aeroporto de Lisboa acumula 70% da carga movimentada nos aeroportos da ANA. No que respeita ao movimento de mercadorias, o **volume tem sido crescente**, atingindo as 154.000 toneladas em 2019, verificando-se em 2020 uma quebra causada pela pandemia. Em 2022 o volume de mercadoria movimentada no aeroporto de Lisboa já superou os valores pré-pandemia com mais de 164 000 toneladas.

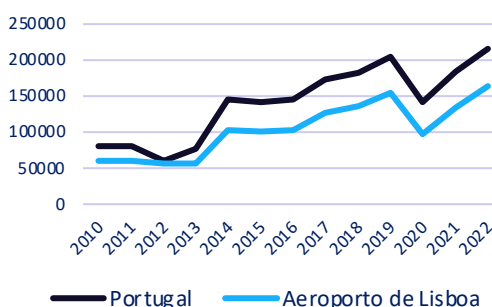


Gráfico 113 - Movimento de mercadorias (to) no Aeroporto de Lisboa e no total nacional

Fonte: INE, Inquérito aos aeroportos e aeródromos

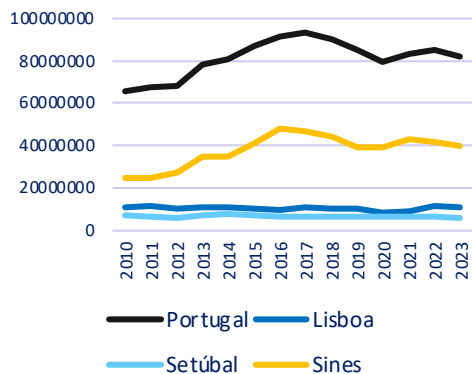


Gráfico 114 - Movimentos de mercadorias nos Portos (toneladas)
 Fonte: INE, Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias

MOVIMENTO DE MERCADORIA NOS PORTOS

Os portos marítimos de **Lisboa e Setúbal movimentam 21% do total das mercadorias dos portos nacionais**, sendo que em conjunto com o porto de Sines movimentam perto de 70% do total nacional.

Em termos de dinâmica haverá que distinguir os portos de Lisboa e Setúbal, onde a carga movimentada se manteve estável nos últimos anos, do porto de Sines, com um crescimento continuado desde 2011, e representando perto de 50% das mercadorias movimentadas nos Portos nacionais. Este porto regista desde 2016 um decréscimo nos movimentos, retomando uma dinâmica crescente em 2020. O porto de Setúbal assume uma função de apoio ao setor exportador da região e, desde 2009 até 2017, que a mercadoria carregada tem sido sempre superior à mercadoria descarregada, com ligeira inversão desde 2018.

Nº DE PASSAGEIROS DE CRUZEIROS EM TRÂNSITO NO PORTO DE LISBOA

Em matéria de passageiros, o **porto de Lisboa, com uma forte representação ao nível de Portugal Continental, tem registado, anualmente, desde 2012 cerca de 500mil passageiros de cruzeiros em trânsito na capital**, com um pico em 2018, de 515 mil passageiros. Em 2020, a pandemia da Covid-19 foi impactante neste setor, registando-se apenas cerca de 50 mil passageiros, valor que duplicou em 2021, registando-se mais de 450mil passageiros em trânsito em 2023.

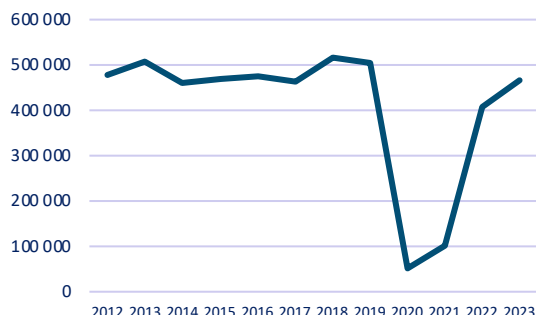


Gráfico 115 - Passageiros (n.º) de Cruzeiros em transito no porto de Lisboa
 Fonte: INE, Estatísticas do Turismo / Administrações Portuárias



4.2. Mobilidade

A mobilidade é determinante para a eficiência do sistema urbano e promoção de equidade territorial. As infraestruturas e sistemas de mobilidade urbana e metropolitana são essenciais para a sustentabilidade económica e ambiental dos seus processos produtivos, para a descarbonização e para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos (REOT Nacional, 2022)

Apresenta-se de seguida informação relativa ao meio de transporte mais utilizado na região, nos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, bem como a duração média desses movimentos. São ainda avaliados os movimentos de passageiros entre as duas margens do Tejo e Sado, bem como o tráfego nas pontes sobre o rio Tejo.

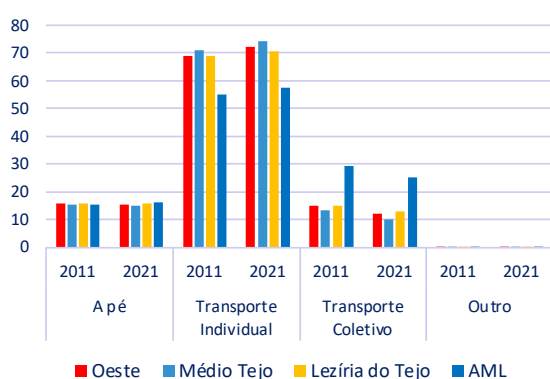


Gráfico 116 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%)

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

MEIO DE TRANSPORTE MAIS UTILIZADO NOS MOVIMENTOS PENDULARES

Entre 2011 e 2021, o **meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da RLVT era o transporte individual**, registando um incremento em 2021. No OVT, **mais de 70%** das deslocações pendulares utilizam o transporte individual e na **AML 58%**.

Trata-se do transporte mais utilizado para percorrer a maior distância da viagem, o que poderá justificar o decréscimo do transporte coletivo e a manutenção dos valores das deslocações a pé para o trabalho e / ou escola.

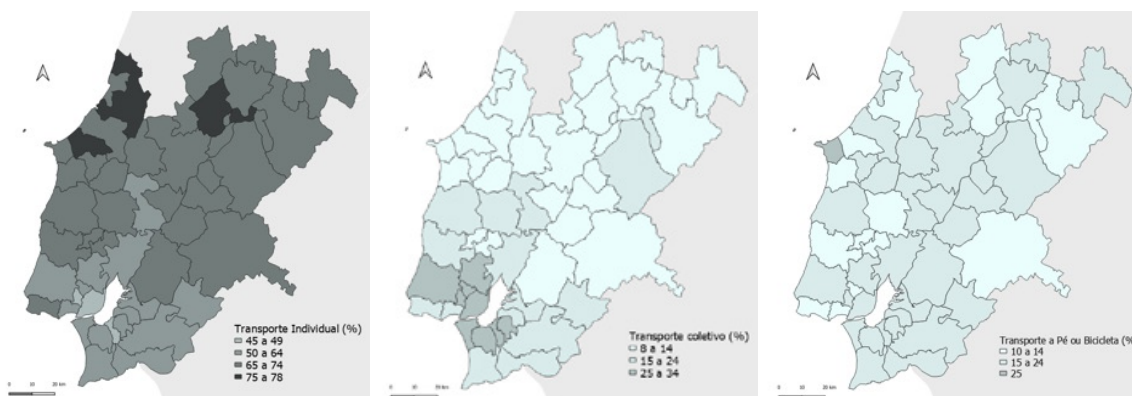


Figura 36 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Considerando os dados do INE para 2021, **na AML, a opção pelo transporte individual para as deslocações pendulares é ainda expressiva**, sobretudo num contexto metropolitano com maior oferta de transportes coletivos. A utilização do transporte individual tem uma proporção inferior a 50%, face a outros meios de transporte, apenas nos concelhos do Barreiro, Lisboa e Amadora, sendo que nos restantes, esta proporção se encontra entre os 50% e 64%, com exceção de Cascais.

No OVT a **utilização do transporte individual é superior a 65%** em todos os concelhos, com exceção de Azambuja, destacando-se os concelhos de Óbidos, Alcobaça, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, em que é superior a 75%. A opção pelo transporte coletivo apenas supera um quarto das deslocações pendulares nos concelhos do arco urbano norte e sul da AML, com exceção de Oeiras, Cascais, Montijo e Alcochete. Com respeito à opção pelas deslocações a pé ou de bicicleta, destaca-se o concelho de Peniche com um quarto do total das deslocações.

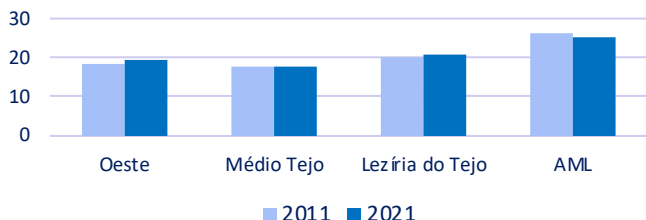


Gráfico 117 - Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência, na RLVT

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

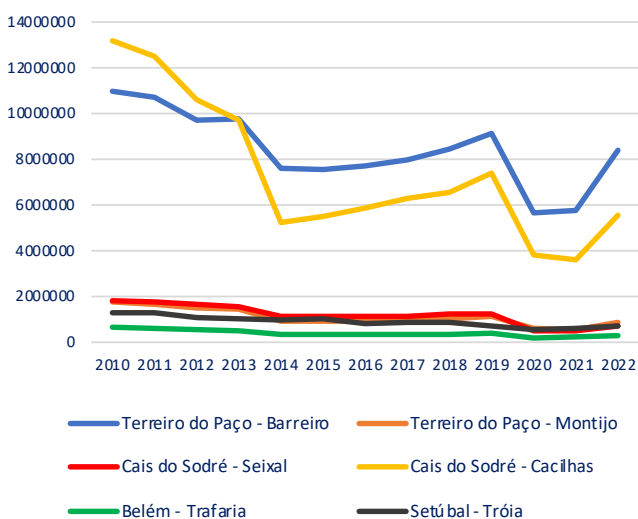
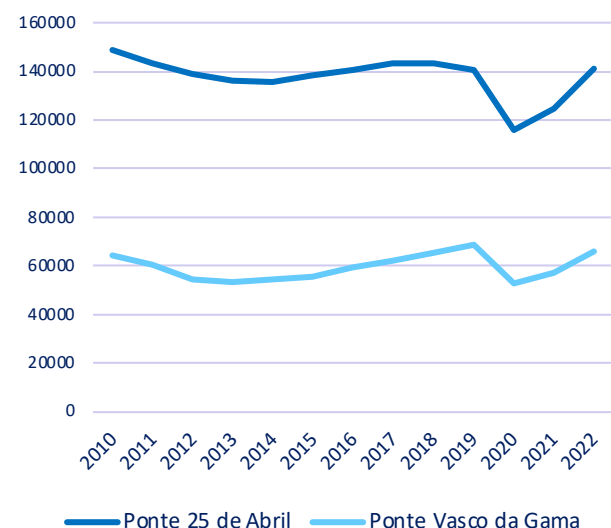


Gráfico 118 - Movimento de passageiros em vias navegáveis interiores (N.º) por Carreira fluvial

Fonte: INE, Inquérito ao transporte fluvial de passageiros e veículos



DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES

Entre 2011 e 2021 a duração média dos movimentos pendulares, registou pequenas oscilações nos concelhos do OVT, com ligeiro acréscimo no Oeste e no Médio Tejo. Já na **AML a duração média dos movimentos pendulares passou de 32 minutos em 2001 para 25 minutos**, em 2021.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES

Quanto ao **movimento de passageiros entre as duas margens do Tejo e Sado**, a dinâmica é distinta: as ligações fluviais mais usadas são entre o Terreiro do Paço - Barreiro e Cais do Sodré - Cacilhas, que antes da pandemia registavam mais de 7 milhões de passageiros/ ano em cada ligação, notando-se um decréscimo significativo na ligação entre Cais do Sodré - Cacilhas, que em 2010 movimentava mais de 12 milhões de passageiros.

Ambas as ligações estão a retomar o seu dinamismo, representando em 2022 mais de 8 milhões de passageiros na ligação Terreiro do Paço - Barreiro e mais de 5 milhões na ligação Cais do Sodré- Cacilhas.

As restantes ligações fluviais: Terreiro do Paço - Montijo, Cais do Sodré - Seixal, Belém-Trafaria e Setúbal-Troia, registam estabilidade nos movimentos de passageiros, na ordem dos 500 mil por ano em cada uma das ligações.

TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NAS PONTES SOBRE O RIO TEJO

A travessia do rio Tejo por modo rodoviário, nas pontes 25 de abril e Vasco da Gama, registou uma quebra nos movimentos, em 2020, devido à pandemia, verificando-se já a retoma. Em **2022 mais de 200.000 viaturas atravessam diariamente as duas pontes**, sendo que a ponte 25 de abril regista o dobro de veículos (141.140) da ponte Vasco da Gama (65.655).

Gráfico 119 - Tráfego médio diário (N.º) nas pontes sobre o rio Tejo

Fonte: Instituto da Mobilidade e dos Transportes

4.3. Conetividade Digital

Um dos fatores determinantes no quadro da inovação e desenvolvimento tecnológico será a garantia de uma adequada conectividade digital da região. Uma infraestrutura digital robusta é essencial para a implementação de tecnologias emergentes, que são fundamentais para impulsionar a competitividade e a sustentabilidade econômica.

Neste quadro, apresenta-se informação com respeito aos níveis de acesso à internet de banda larga nos vários concelhos da região, e a sua evolução no tempo, bem como às necessidades existentes em termos de cobertura deste serviço.

ACESSO À INTERNET DE BANDA LARGA

O acesso à internet em banda larga, em local fixo, por 100 habitantes, **aumentou significativamente na última década, em todas as NUTS da região**, sendo superior à média nacional na AML e no Oeste, em particular nos concelhos de Lisboa, Peniche, Nazaré onde é superior a 55/100hab. O concelho de Coruche detém o nível de acesso mais baixo da região.

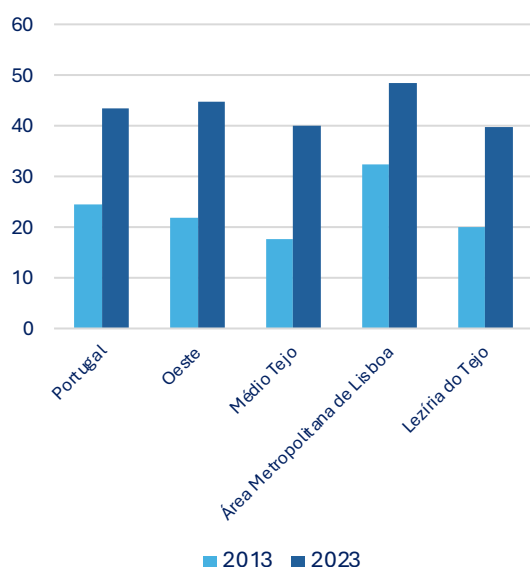


Gráfico 120 – Evolução dos Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (Nº), por NUTS, 2013-2023

Fonte: INE, Inquérito às telecomunicações

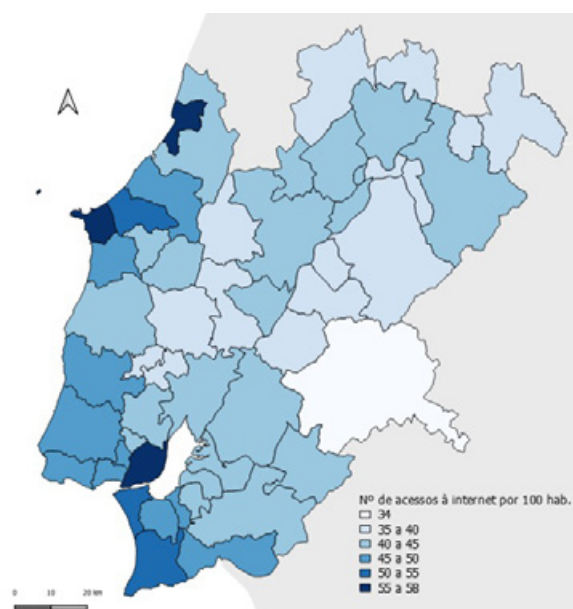


Figura 37 – Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes (Nº), por concelho, 2023

Fonte: INE, Inquérito às telecomunicações



ÁREAS SEM COBERTURA DE BANDA LARGA

Da análise das necessidades existentes quanto à cobertura de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (banda larga), verifica-se que existem **42.524 alojamentos de residência habitual inseridos nas designadas “Áreas brancas” ou “Áreas cinzentas”**, isto é, áreas sem cobertura (0%) ou com cobertura muito fraca correspondente ao intervalo [0 -10%], respetivamente.

Estas carências **incidem sobretudo nos territórios mais interiores da região**, nomeadamente no Médio Tejo (13.837 alojamentos) e na Lezíria do Tejo (12.537), mas também no Oeste (7.030), com maior incidência nos concelhos de Ourém, Abrantes, Tomar, Santarém, Coruche e Rio Maior, onde existem mais de 2.000 alojamentos sem cobertura.

Na **Grande Lisboa e Península de Setúbal**, o número de alojamentos nas condições referidas é de **9.120**, os quais se encontram distribuídos por várias freguesias de todos os concelhos da AML, destacando-se as freguesias de Alfragide, no concelho de Amadora, e a União das freguesias de Poceirão e Marateca, no concelho de Palmela, esta última com 1.541 alojamentos sem cobertura.

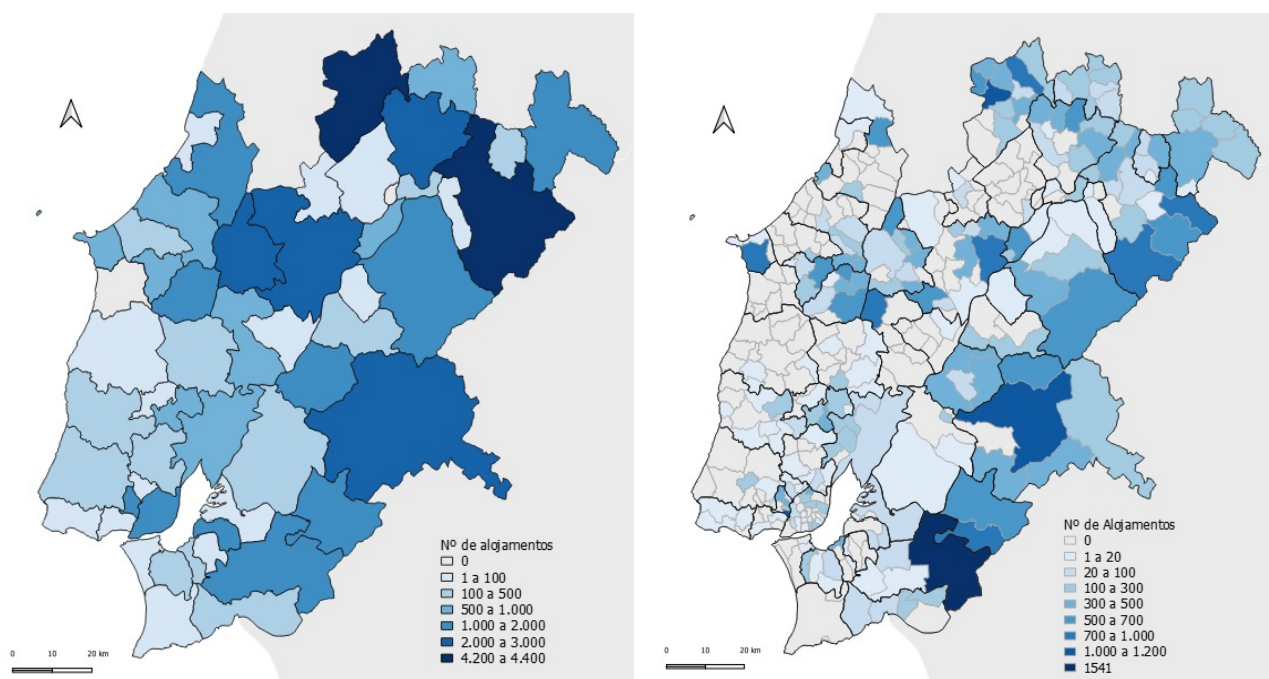


Figura 38– Alojamentos familiares de residência habitual (Censos 2011), inseridos em áreas sem cobertura ou com cobertura muito fraca de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada, por município e por freguesia, RLVT, 2022

Fonte: ANACOM - <https://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=422664&languageId=0>

Parte I – Dinâmicas Territoriais

A. INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS

5. Urbano

- Estrutura do povoamento
- Funções Urbanas
- Ambiente urbano



5.1. Estrutura do Povoamento

O conhecimento da estrutura de povoamento é essencial ao correto planeamento dos territórios, numa perspetiva de garantia de acesso aos serviços de interesse geral, de acordo com os diferentes padrões existentes. Este conhecimento permite ainda detetar eventuais fragilidades em matéria de fragmentação e dispersão das áreas edificadas, permitindo a adoção de medidas que privilegiem a concentração do edificado e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos e que promovam a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, contendo a artificialização acrescida de solo.

Nesta perspetiva, apresentam-se em primeiro lugar indicadores de caracterização da distribuição da população na região, por dimensão dos lugares, bem como a dinâmica de construção nos últimos 10 anos.

Em segundo lugar apresentam-se indicadores que permitem avaliar as características das áreas edificadas em termos de compactação, continuidade e dispersão, bem como o nível de dispersão dos edifícios com usos residenciais, nos vários municípios.

Em terceiro lugar, são apresentados um conjunto de indicadores relativos à artificialização do solo, e a sua evolução ao longo dos últimos 10 anos, incluindo informação sobre os usos do solo que terão sido substituídos por território artificializado.

Por último, e numa perspetiva de avaliar o potencial e a dinâmica de reabilitação na região, isto é, se as orientações estratégicas de promoção dessa prática – e inerente desincentivo à construção nova – se encontram em efetiva concretização, são apresentados indicadores com respeito aos edifícios na região com necessidades profundas de reparação e à percentagem de ampliações, alterações e reconstruções sobre o conjunto dos edifícios concluídos.

POPULAÇÃO POR DIMENSÃO DE LUGAR

Em 2021 a distribuição da população por lugares evidencia a **centralidade de Lisboa, com mais de 500 mil habitantes**, destacando-se também maior densidade populacional nos municípios da margem norte, mais estendida e difusa nos municípios da margem sul da AML.

Na **margem Norte, sobressaem cinco grandes eixos territoriais**: o eixo de Cascais, o eixo de Sintra, o eixo Vila Franca de Xira, o eixo de Loures e o eixo Ericeira-Mafra, Malveira – Venda do Pinheiro (com menor densidade). Os três primeiros apoiados em acessibilidades ferro e rodoviárias e, certamente por isso, consolidados primeiramente, com maior expressão territorial, e amarrando diversas centralidades urbanas que contribuem mais significativamente para a realidade sistémica da AML, polinucleada.

Na **Península de Setúbal, a maior concentração populacional surge associada à cidade de Setúbal e às nucleações que emergiram e se consolidaram ao longo e a partir do Arco Ribeirinho**. Neste último caso destacam-se: o contínuo que abarca Almada, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó e Corroios; o contínuo Costa de Caparica até à Fonte da Telha, o contínuo Amora, Fogueteiro, Arrentela; o contínuo Barreiro, Lavradio, Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Santo André; e as nucleações de Alcochete, da Moita e do Montijo. Destaca-se ainda o aglomerado Fernão Ferro/Quinta do Conde / Vale de Milhaços.

No **OVT o modelo de povoamento faz realçar um conjunto de aglomerados urbanos e a pulverização de diferentes estruturas de povoamento**, com morfologias e densidades muito diferenciadas. No Oeste destacam-se os aglomerados populacionais de Torres Vedras e Caldas da Rainha, seguidos de Peniche e Nazaré, no Médio Tejo sobretudo Entroncamento e Abrantes, seguidos de Tomar, Torres Novas, Ourém-Fátima, e na Lezíria do Tejo demarca-se Santarém, Almeirim, Cartaxo e Porto Alto / Benavente / Samora Correia.

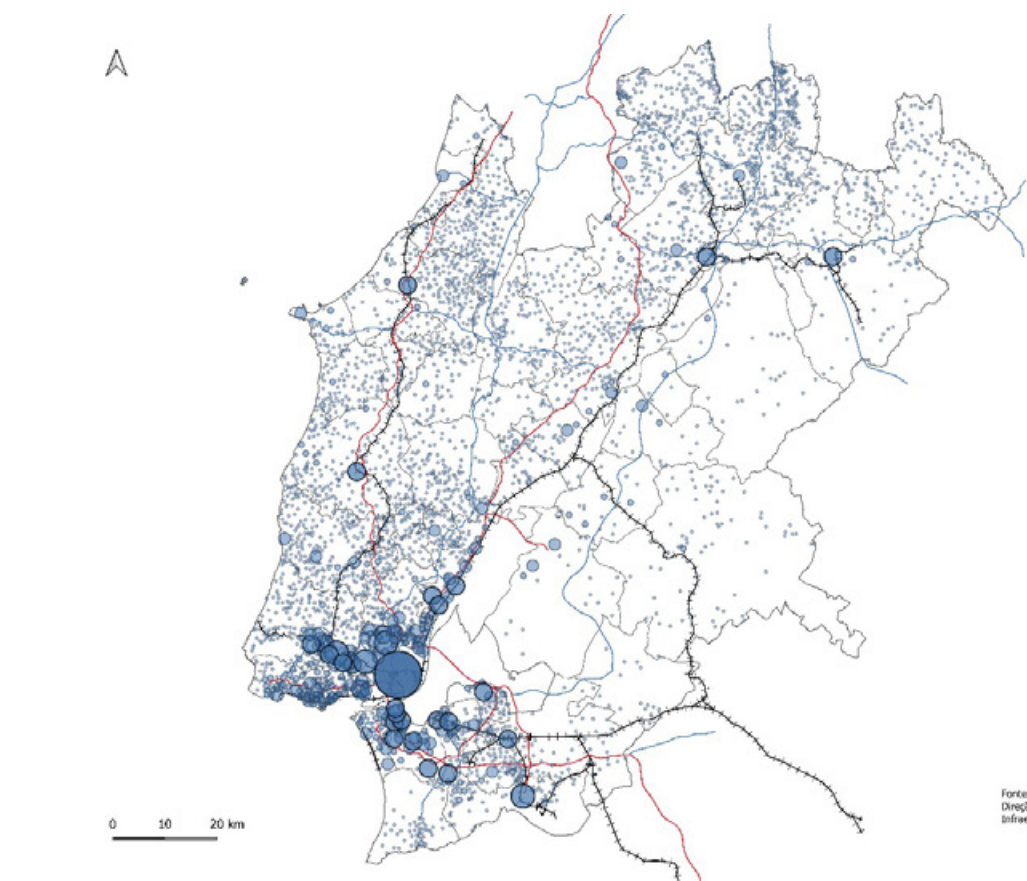


Figura 39 - População por dimensão de lugar, 2021



- % População residente em lugares com 2000 e mais hab.
- % População residente em lugares com menos de 2000 hab
- % População residente isolada

Entre 2011 e 2021, registou-se uma diminuição da **população a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes** na RLVT, de 77% para 75%. Contudo, no Oeste e na Lezíria do Tejo registou-se um **ligeiro acréscimo** e na AML essa proporção diminuiu 3 pontos percentuais, sendo de 85%. Esta concentração de população em lugares com mais e 2.000 habitantes vai sendo menos acentuada nas restantes sub-regiões da RLVT. Em 2021, **no Oeste e no Médio Tejo, mais de 50% da população residia em lugares com menos de 2.000 habitantes** refletindo o tipo de povoamento destes territórios.

Gráfico 121 - Proporção de população residente em lugares censitários (%) por dimensão de lugar - 2011/2021

Fonte: INE Recenseamento da População e Habitação (2011 e 2021)

DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO

Entre **2013 e 2023 foram licenciados na RLVT 59.934 edifícios**, correspondendo a 23.3% do total do país. Do total dos edifícios licenciados, 14.575 destinavam-se a uso diverso do habitacional (24%). A **AML concentra mais de metade (60%, 39% na Grande Lisboa) do total dos edifícios** licenciados na região, neste período. Nesta dinâmica destaca-se concelho de Cascais, com 10.979 edifícios, mas também os concelhos de Mafra, Sintra, Lisboa, Seixal e Setúbal, cada um com mais de 5.000 edifícios licenciados.

Das restantes NUTS, a **maior dinâmica em termos de construção registou-se no Oeste** sobressaindo os concelhos de Torres Vedras (3.448) e Alcobaca (2.992). No Médio Tejo e Lezíria do Tejo, a dinâmica é semelhante, sendo os concelhos de Santarém (2.691) e Ourém (2.420) aqueles que registam valores mais elevados, nas respetivas NUTS.

A **construção para habitação familiar, face a outros usos, foi maioritária em todos os concelhos** da região, sendo superior a 95% nos concelhos de Amadora, Almada e Sesimbra. Na maioria dos concelhos do OVT 30% a 50% dos edifícios licenciados destinava-se a outros usos, que não o habitacional.

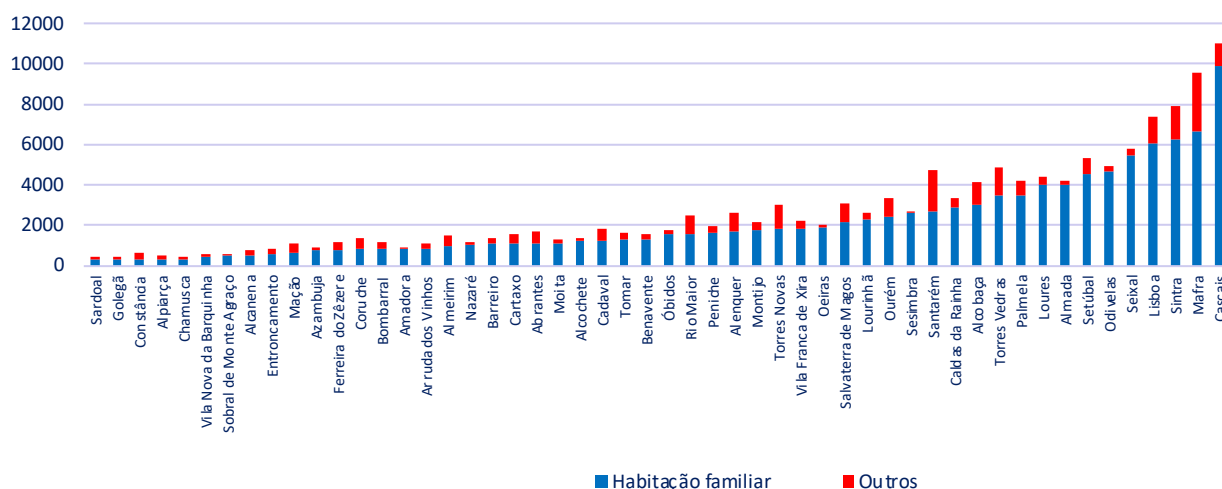


Gráfico 122– Nº de edifícios licenciados por destino de obra, no período 2003-2023

Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios



TIPOLOGIAS DO TECIDO EDIFICADO

O **tecido edificado descontínuo é característico do povoamento na RLV**. Em 2018, correspondia a 59% das áreas de tecido edificado do Oeste e Vale do Tejo, sendo essa proporção de 52% na AML. Entre 2010 e 2018, intensificou-se a proporção desta tipologia de ocupação no OVT e na AML, em particular as áreas de tecido edificado descontínuo esparsos.

Tipologia de uso e ocupação do tecido edificado	AML		OVT		RLVT	
	2010	2018	2010	2018	2010	2018
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	20,64	20,56	36,02	35,61	28,09	27,87
Tecido edificado contínuo predominantemente vertical	23,04	22,98	3,36	3,32	13,51	13,44
Tecido edificado descontínuo	42,90	42,93	46,24	45,98	44,52	44,41
Tecido edificado descontínuo esparsos	8,79	8,94	12,63	12,86	10,65	10,84
Áreas de estacionamento e logradouros	0,99	0,99	0,23	0,23	0,62	0,62
Espaços vazios sem construção	3,64	3,60	1,52	1,99	2,61	2,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Proporção do tecido edificado no território	13,12	13,24	4,04	4,10	6,28	6,35

Quadro 13 - Proporção (%) das tipologias de tecido edificado no total do OVT e AML, 2010/2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2010 e 2018.

Na maioria dos concelhos da RLV a proporção do tecido edificado descontínuo, no total do tecido edificado, é superior a 50% em particular no OVT, mas também em alguns concelhos da AML, com maior expressão em Palmela, Sintra e Maфра. Nos concelhos de Ferreira do Zêzere, Alpiarça, Sardoal e Salvaterra de Magos, mais de 80% do tecido edificado tem caráter descontínuo. Os concelhos de Lisboa, Amadora, Barreiro, Entroncamento e Peniche são os que apresentam maior compacidade do seu tecido edificado.

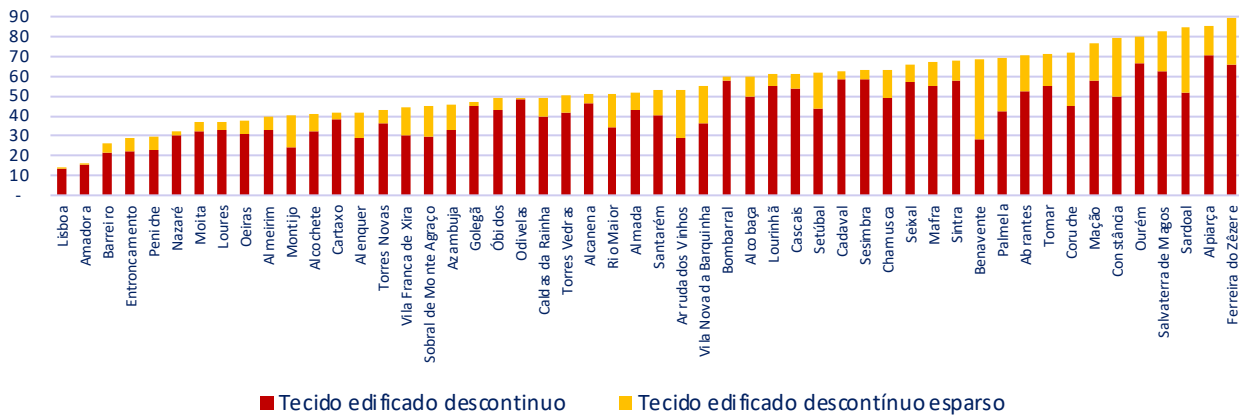


Gráfico 123 - Proporção (%) das tipologias de tecido edificado descontínuo no total do tecido edificado, 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018, DGT

A **proporção de tecido edificado descontínuo no total das áreas edificadas tem vindo a aumentar na maior parte dos concelhos da região**, com maior relevância para Óbidos (+3,6%). Em termos absolutos, entre 2010 e 2018, as áreas edificadas descontínuas aumentaram 577ha na região, com maior expressão em Benavente, Alcobaça, Sintra, Óbidos e Palmela.

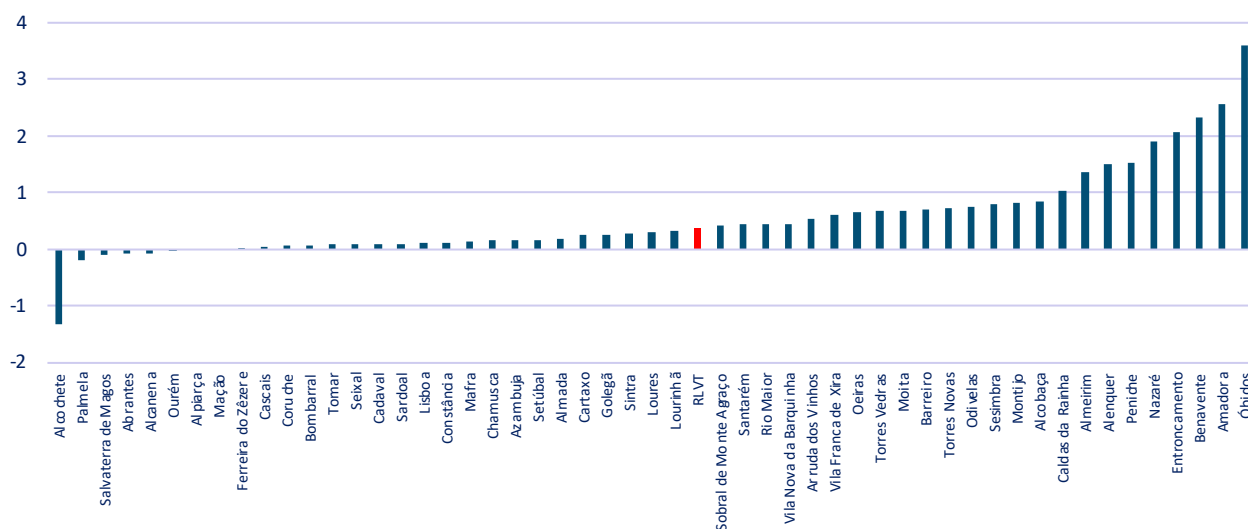


Gráfico 124 – Variação da proporção de tecido edificado descontínuo no total de áreas edificadas, 2010-2018

Fonte: DGT, Observatório do ordenamento do território e Urbanismo

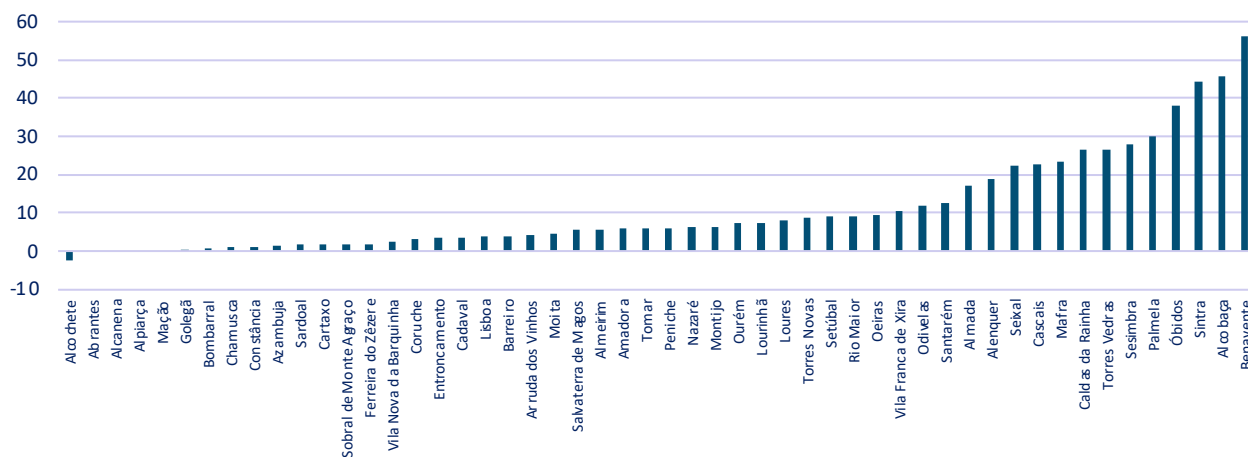
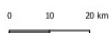


Gráfico 125 – Variação do tecido edificado descontínuo (ha), 2010-2018

Fonte: DGT, Observatório do ordenamento do território e Urbanismo



Em **mais de metade dos municípios da RLVT as áreas de tecido edificado contínuo** predominantemente vertical representam menos de 10% do total tecido edificado contínuo, sendo que no OVT esta tipologia de povoamento apenas ocorre nas sedes de concelho, sendo inexistente (em termos de tipologia predominante) nos concelhos de Azambuja, Cadaval, Óbidos, Cartaxo, Constância, Coruche, Salvaterra de Magos, Golegã, Mação e Sardoal.

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018, DGT

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018, DGT



HABITAÇÃO ISOLADA OU DISPERSA

Tendo como referência a carta das áreas edificadas de 2018 da DGT, verifica-se que, na RLVT, 19% do total das áreas edificadas com usos residenciais têm carácter isolado ou disperso, sendo esta proporção de 33% na Lezíria do Tejo.

NUTS III	% Área com 10 e mais edifícios residenciais	% Área edificada isolada ou dispersa (com 1 a 9 edifícios residenciais)
Grande Lisboa	91	9
Península de Setúbal	81	19
Lezíria do Tejo	67	33
Médio Tejo	78	22
Oeste	79	21
RLVT	81	19

NUTS III	Nº de áreas edificadas isoladas ou dispersas (com 1 a 9 edifícios residenciais)
Grande Lisboa	6 027
Península de Setúbal	8 789
Lezíria do Tejo	13 661
Médio Tejo	11 278
Oeste	12 945
RLVT	52 700

Quadro 14– Nº de áreas edificadas isoladas ou dispersas com usos residenciais, 2018

Fonte: Carta das áreas edificadas 2018, DGT

Quadro 15 – Proporção das tipologias de áreas edificadas com usos residenciais, 2018

Fonte: Carta das áreas edificadas 2018, DGT

Na RLVT, em 2018, existiam **52.700 áreas residenciais isoladas ou dispersas, sendo relevantes em todas as NUTS III**. Em termos municipais, salienta-se o concelho de Palmela, com 4.264 áreas isoladas ou dispersas, e Santarém, com 3.223. A grande maioria dos concelhos da RLVT tem mais de 200 áreas residenciais isoladas ou dispersas, excepcionando-se apenas os concelhos mais urbanizados e os de menor dimensão.

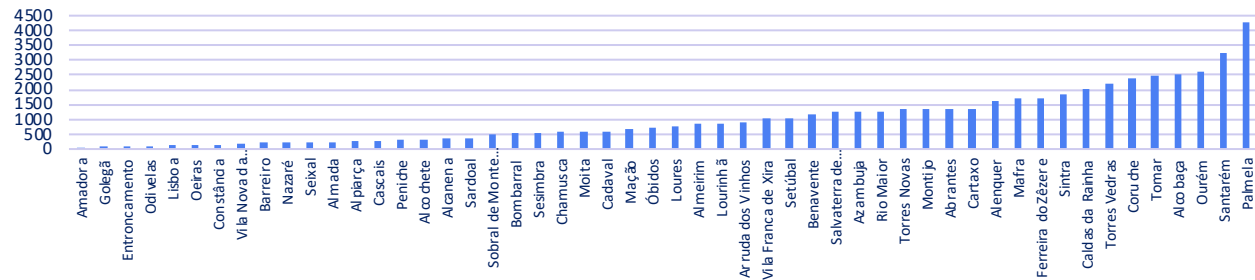


Gráfico 127 - Nº de áreas edificadas isoladas ou dispersas com usos residenciais, 2018

Fonte: Carta das áreas edificadas 2018, DGT

Em 2021, **74.134 edifícios com usos residenciais localizavam-se fora das áreas artificializadas**, o que corresponde a 8,9% do total. Em relação a 2011, registou-se um **aumento de 2.238 edifícios com uso residencial dispersos (+3%)**. O concelho com maior dispersão é Palmela, com 6.400 edifícios, seguido de Santarém, Ourém, Coruche e Alcobaça, todos com mais de 3.000 edifícios.

A **maioria dos concelhos da região registou um aumento dos edifícios com uso residencial dispersos entre 2011 e 2021**, destacando-se Palmela, com mais 387 edifícios, seguido de Mafra, Torres Vedras, Sintra, Alcobaça e Ourém, todos com mais de 200 edifícios.

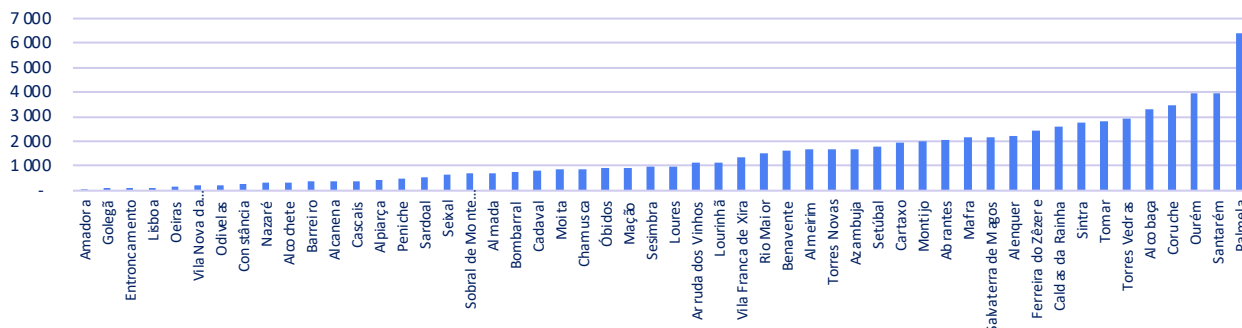


Gráfico 128 – N° de edifícios com usos residenciais fora dos territórios artificializados, 2021

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018, DGT / BGE 2021, INE

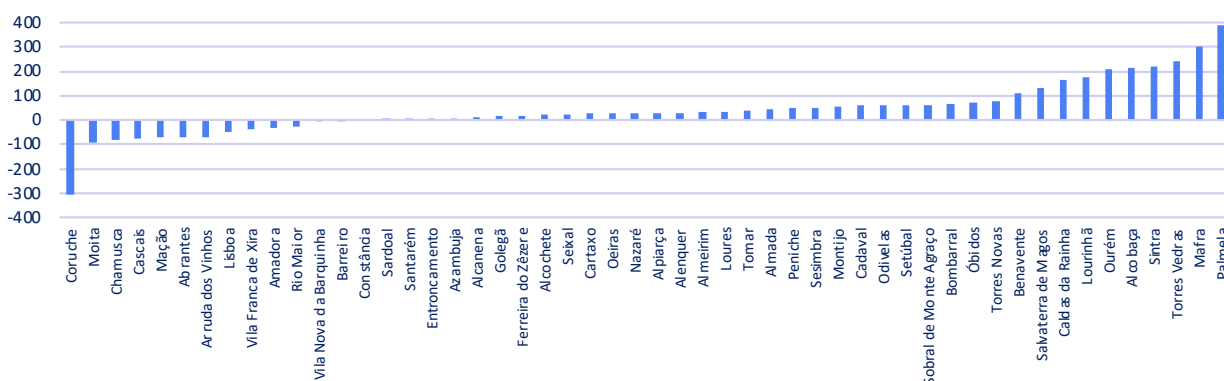


Gráfico 129 – Variação do número de edifícios com usos residenciais fora dos territórios artificializados, 2011-2021

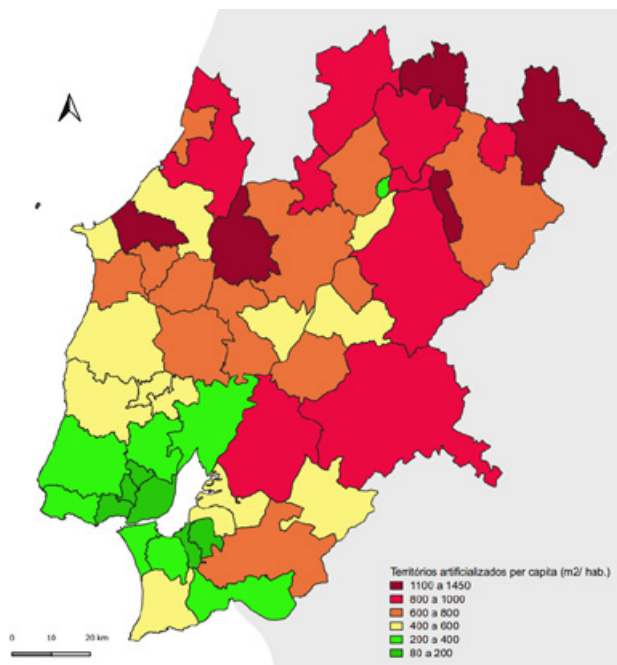
Fonte: Cartas de Uso e Ocupação do Solo 2010 e 2018, DGT / BGE 2011 e BGE 2021, INE

EVOLUÇÃO DOS TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS

Os territórios **artificializados na RLVT correspondem a 124.491ha (10% da RLVT), e traduzem um elevado rácio de solo edificado e infraestruturado por habitante**. Com exceção da AML, o rácio de território artificializado per capita é bastante superior à média nacional, e tem vindo a aumentar, sendo que no Médio Tejo o valor registado é o dobro do Continente.

Os concelhos de Amadora, Barreiro, Lisboa, Moita, Odiveias e Oeiras apresentam um rácio de território artificializado inferior a 200 m2 per capita. No extremo oposto destacam-se os concelhos de Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Óbidos e Rio Maior com valores superiores a 1.000 m2 per capita.

A **diferença dos territórios artificializados na RLVT, entre 2010 e 2018, é de mais 2.234,1ha**, registando-se mais 3.295,2ha de novas áreas artificializadas e uma diminuição destas áreas em 1061,1ha.



Local de residência	2010	2015	2018
Portugal Continental	438,8	459,7	466,5
AML	223,3	228	226,7
Oeste	614,5	636,1	650,3
Médio Tejo	762,3	813,3	833,8
Lezíria do Tejo	693,9	723,6	740,8

Quadro 16 - Territórios artificializados per capita (m²/ hab.) - 2010, 2015 e 2018

Fonte: INE, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo

Figura 41 - Territórios artificializados per capita (m²/ hab.), 2018

Fonte: INE, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo

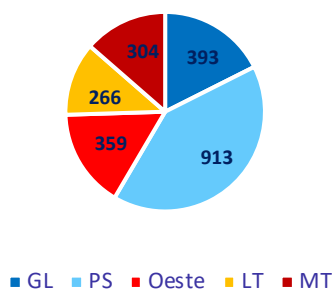


Gráfico 130 – Variação do Território Artificializado, por NUTS (ha), 2010-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2018

Com uma diminuição do território artificializado em mais de 20ha (em função da importante diminuição de áreas de Pedreiras e de Áreas em construção), encontram-se os concelhos de Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Mafra e Azambuja.

O **tecido edificado contínuo e descontínuo** é a tipologia que mais contribui para a artificialização do solo, com mais **921ha entre 2010 e 2018**, tendo maior expressão nos concelhos de Benavente, Sintra, Alcobaça, Óbidos e Palmela. O concelho de Sintra é o que mais contribui para a artificialização do solo destinado a atividades económicas, a par com Torres Vedras, Montijo e Loures.

Com respeito aos **equipamentos**, o concelho de Óbidos sobressai claramente, com mais **266ha de novas áreas** destinadas a estes usos, o que representa quase metade do total das novas áreas da região e que constituem maioritariamente campos de golfe. Em matéria de infraestruturas, regista-se um aumento de 329ha de novas áreas destinadas a este uso, e que se reportam quase totalmente a infraestruturas de produção de energia renovável. Estas novas áreas têm maior expressão nos concelhos de Montijo, Seixal, Loures e Coruche.

A **Península de Setúbal** foi a NUTS que mais aumentou o seu território artificializado, em cerca de 913ha, em particular os concelhos do Seixal, Montijo, Palmela e Setúbal, este último em menor dimensão.

No **Oeste**, os concelhos com maior aumento de território artificializado foram Óbidos e Alcobaça que, em conjunto, perfazem 78% do total da NUTS. Na **Lezíria do Tejo**, sobressaem os concelhos de Santarém e Coruche e no **Médio Tejo**, os concelhos de Ourém, Ferreira do Zêzere e Tomar.

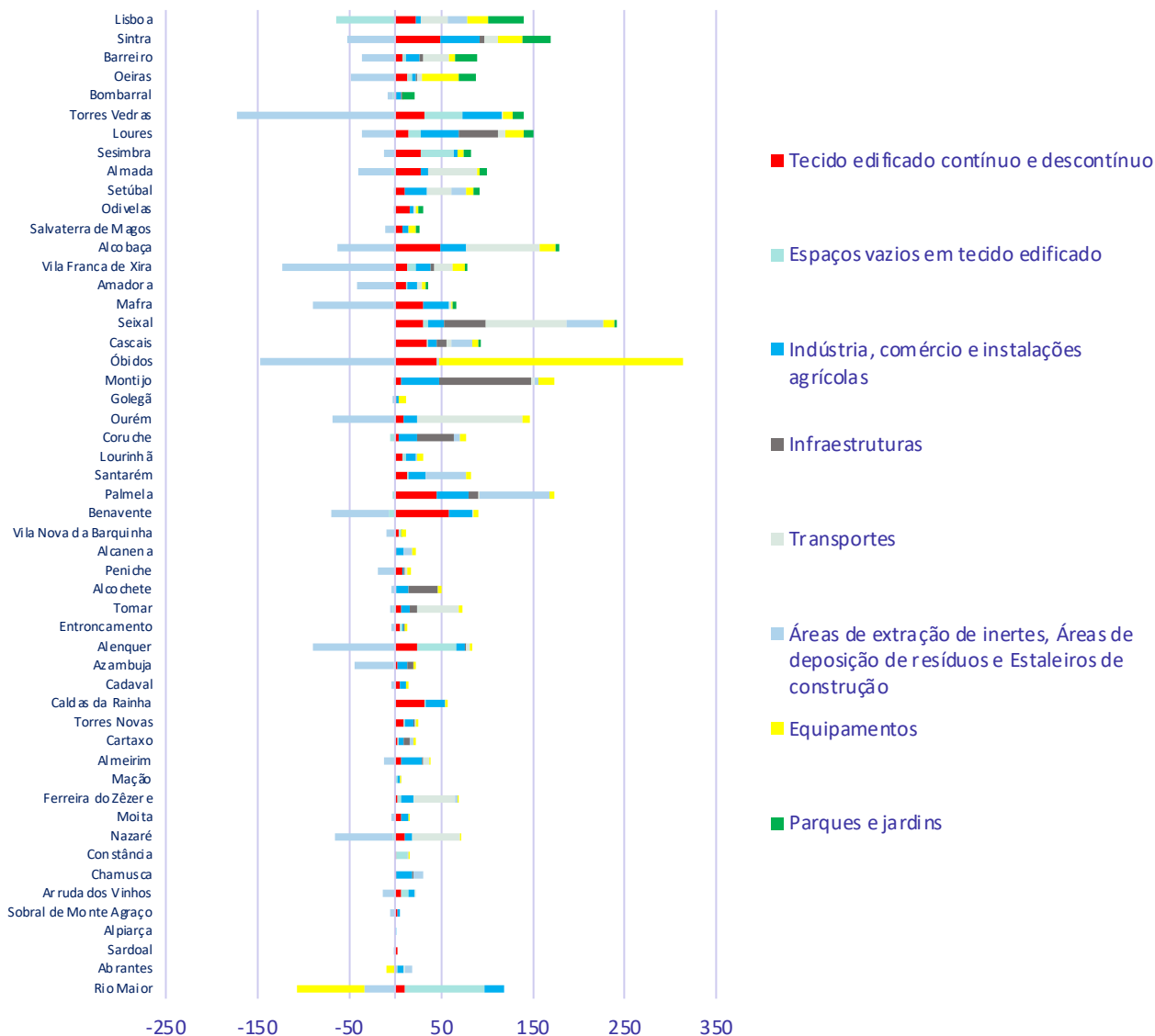


Gráfico 131 – Variação do Território Artificializado, por categoria, por concelho (ha), 2010-2018

Fonte: Cartas de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2010 e 2018

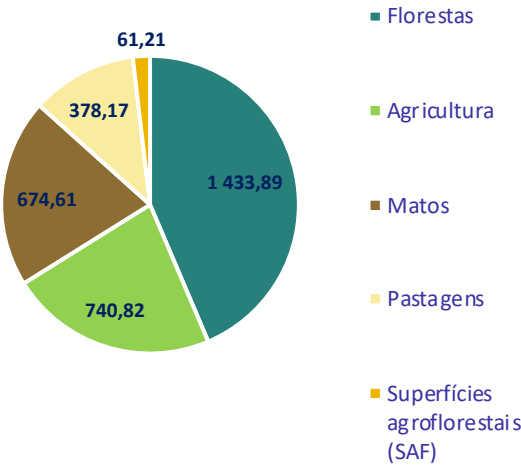
No que se refere a **áreas destinadas a parques e jardins**, registam-se mais **198ha na região**, neste período, com maior expressão em Lisboa, Sintra, Barreiro e Oeiras.

As **áreas de extração de inertes, de deposição de resíduos e estaleiros de construção** são a **tipologia que mais diminui** entre 2010 e 2018, com menos cerca de 1.050ha. Esta redução ocorreu na maioria dos concelhos da região, mas com mais expressão nos concelhos de Torres Vedras, Óbidos, Vila Franca de Xira, Alenquer e Mafra.

Entre 2010 e 2018, as **novas áreas artificializadas ocuparam sobretudo territórios florestais (43,5%), na maioria áreas de pinheiro-bravo e eucalipto, seguido das áreas agrícolas (22,5%), em particular áreas de culturas temporárias**. As restantes novas áreas artificializadas incidiram sobretudo em áreas que em 2010 eram ocupadas por matos (20,5%) e por pastagens (11,5%).

Gráfico 132- Classes de Uso e Ocupação do Solo substituídas por Territórios artificializados, 2010/2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2010 e 2018



EDIFÍCIOS COM NECESSIDADES PROFUNDAS DE REPARAÇÃO

Em 2021, cerca de **4% dos edifícios da região tinham necessidades profundas de reparação**, correspondendo a mais de **33.000 edifícios** sobretudo localizados na AML. Contudo, é no Médio Tejo que a proporção de edifícios com necessidade profundas de reparação é superior (5.6%, superior à média nacional).

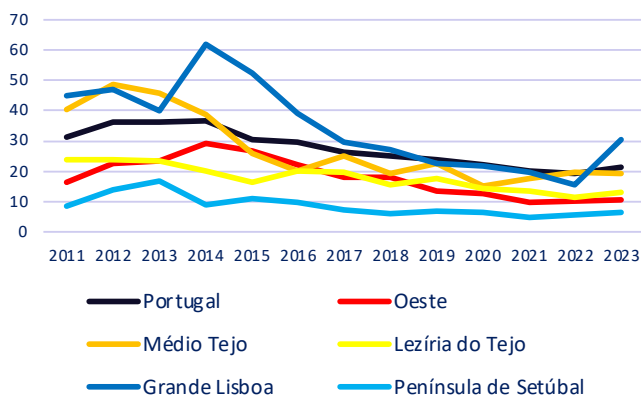
	Total de edifícios	Edifícios com necessidades profundas de reparação	Proporção de edifícios com necessidades profundas de reparação
Portugal	3 573 416	163 101	4,56
Oeste	162 358	7 106	4,38
Médio Tejo	126 531	7 141	5,64
Lezíria do Tejo	105 995	5 019	4,74
AML	452 582	13 876	3,07
RLVT	847 466	33 142	3,91

Quadro 17 – Edifícios com necessidades profundas de reparação, 2021

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

DINÂMICA DE REABILITAÇÃO

Entre 2014 e 2021, a tendência global é de **diminuição da reabilitação face à da construção nova**. Em 2022 inicia-se uma **trajetória de recuperação, mais expressiva na Grande Lisboa**. Esta NUTS regista valores sempre acima da média nacional, com exceção do período pandémico. A Península de Setúbal apresenta os níveis de reabilitação mais diminutos (abaixo de 10%). No Médio Tejo registam-se flutuações anuais nesta dinâmica.



Comparando a dinâmica da reabilitação entre a **década de 2003/13 e a década 2014/23**, verifica-se que, apesar da ligeira diminuição na região, existem diferenças municipais importantes. Os concelhos da Chamusca, Nazaré, Barreiro e Alcochete registaram o maior acréscimo relativo deste tipo obras, entre as duas décadas. No sentido oposto, destaca-se o concelho de Cascais, com a maior variação negativa, seguido dos concelhos de Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

Gráfico 133- Proporção das ampliações, alterações e reconstruções sobre o conjunto dos edifícios licenciados, 2011/2023

Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas

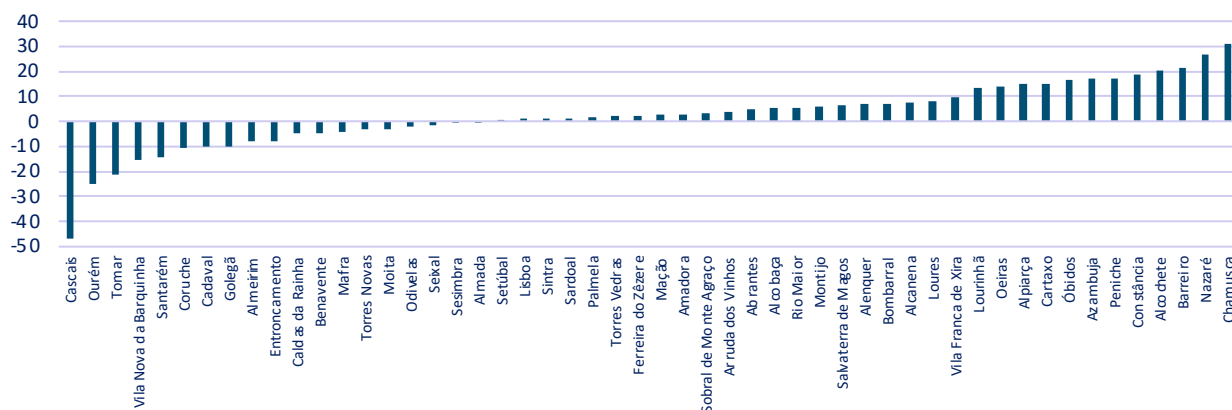
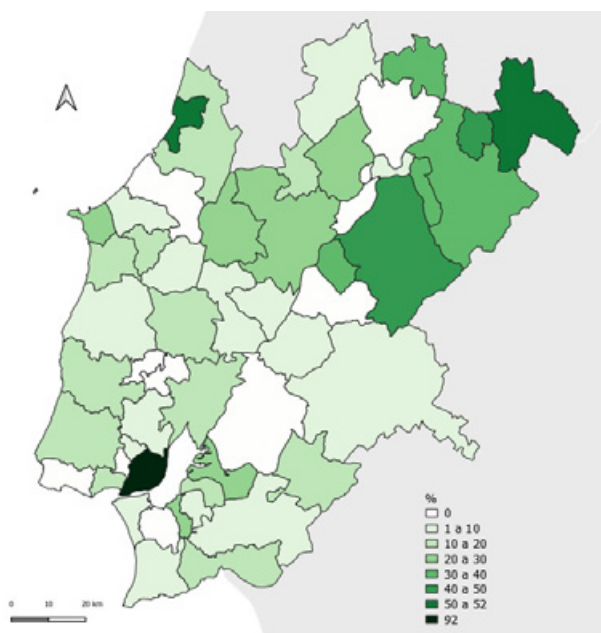


Gráfico 134- Variação da proporção das ampliações, alterações e reconstruções sobre o conjunto dos edifícios licenciados, entre as décadas 2003/13 e 2014/23

Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas



Na AML, **Lisboa** distingue-se claramente dos restantes municípios por quantitativos absolutos e relativos muito superiores, em termos da dinâmica da reabilitação. Em **2023, 92% das obras licenciadas seu edifício** prende-se com obras de ampliações, alterações ou reconstruções.

Em 11 concelhos da região não foram registadas obras de alteração, ampliação ou reconstrução, em 2023, apesar do número relativamente elevado de obras de construção licenciadas, particularmente em Cascais, Caldas da Rainha e no Seixal.

Figura 42 - Proporção das ampliações, alterações e reconstruções sobre o total de edifícios licenciados, 2023

Fonte: INE, Estatísticas das obras concluídas

5.2. Funções Urbanas

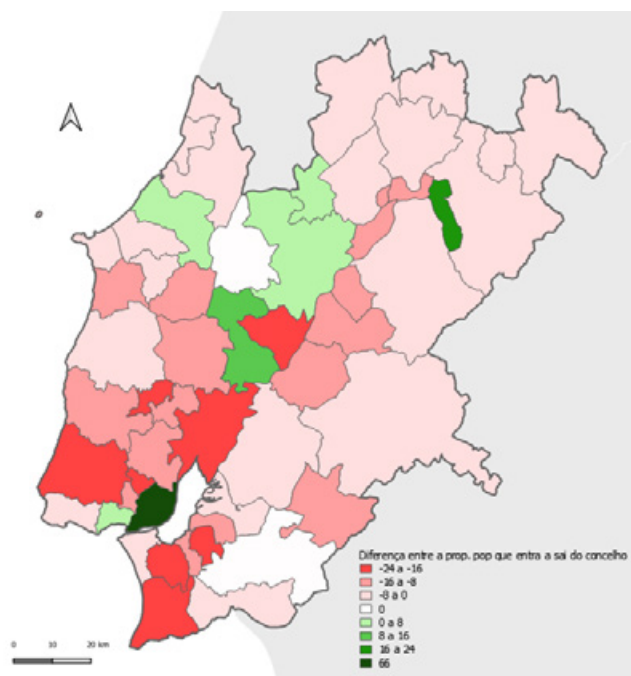
Os centros urbanos têm um papel essencial no suporte ao desenvolvimento territorial, o qual depende da disponibilização de serviços de interesse geral e de outras múltiplas funções, destacando-se o comércio e serviços e as oportunidades de emprego, associadas ao dinamismo das atividades económicas, condição essencial para a consolidação da população e o aumento da qualidade de vida.

Para avaliar a atratividade dos municípios e seus centros em termos de funções urbanas que presta e dinamismo do mercado de trabalho, considerou-se, por um lado, a proporção de entrada ou saída de população oriunda de outros municípios para trabalhar ou estudar, o qual reflete as relações de interdependência entre centros urbanos e entre estes e a sua envolvente periurbana e rural.

Ainda nesta perspetiva, apresenta-se informação com respeito à densidade das empresas não financeiras, cuja função principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros mercantis, bem como ao número de compras efetuadas através de Terminais de Pagamento Automático, incluindo a proporção das efetuadas com cartão estrangeiro, procurando aferir o dinamismo comercial.

No quadro da relevância das funções prestadas pelos vários municípios em termos do acesso à educação e à saúde, são ainda identificados os hospitais e estabelecimentos de ensino superior existentes.

Por último, e considerando que património cultural contribui significativamente para a atratividade dos territórios, promovendo a identidade local e regional e sendo um dos principais impulsionadores do turismo, são apresentados indicadores relativos aos bens imoveis culturais existentes e sua evolução no tempo, bem como ao número de museus.



POPULAÇÃO RESIDENTE QUE ENTRA / SAI DO CONCELHO

Analisada a proporção de população que entra ou sai de cada concelho (movimentos pendulares), face à sua população residente, verifica-se que, na RLVT, em 2021, **apenas Alcanena, Santarém, Azambuja, Caldas da Rainha, Constância, Lisboa e Oeiras têm um saldo positivo**, sendo, portanto, superior a população que entra no concelho face à que sai - a população diária de Lisboa aumenta 75% face aos seus residentes.

No sentido inverso, os concelhos de Entroncamento, Vila Franca de Xira, Seixal, Amadora, Moita, Arruda dos Vinhos, Vila Nova da Barquinha, Alcochete, Odivelas e Sobral de Monte Agraço são geradores de **fluxos de saída superiores a 30%** da sua população residente.

Figura 135 – Diferença entre a proporção da população que entra/sai no/do concelho, face à população residente (movimentos pendulares) (%) - 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

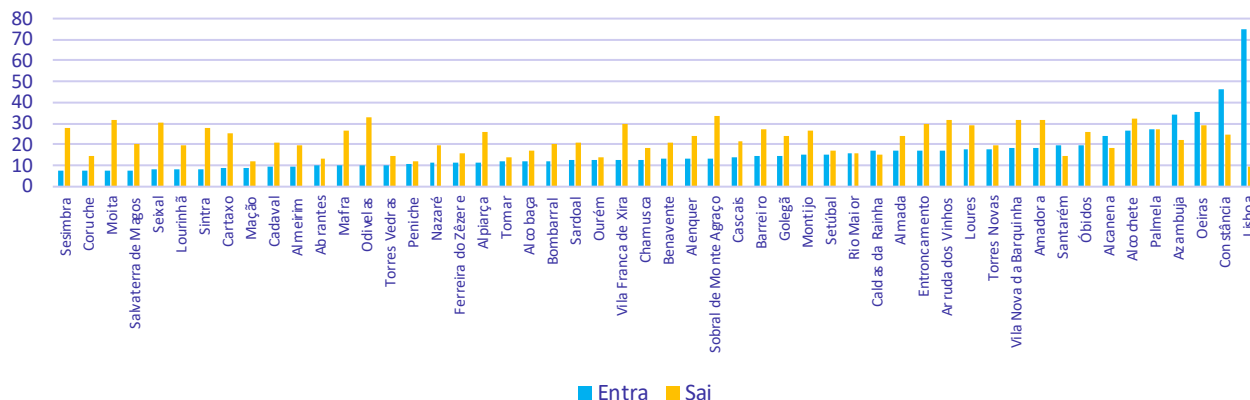


Gráfico 136 - Proporção da população que entra/sai no/do concelho, face à população residente (movimentos pendulares) (%), 2021

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

DENSIDADE DE EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS

Lisboa é o município com maior densidade de empresas não financeiras, registadas em 2022, uma densidade acima das 1.100 empresas por km². Todavia, destacam-se também os valores elevados de grande parte dos municípios da AML, bem como a densidade elevada registada nos concelhos de Entroncamento e Peniche.

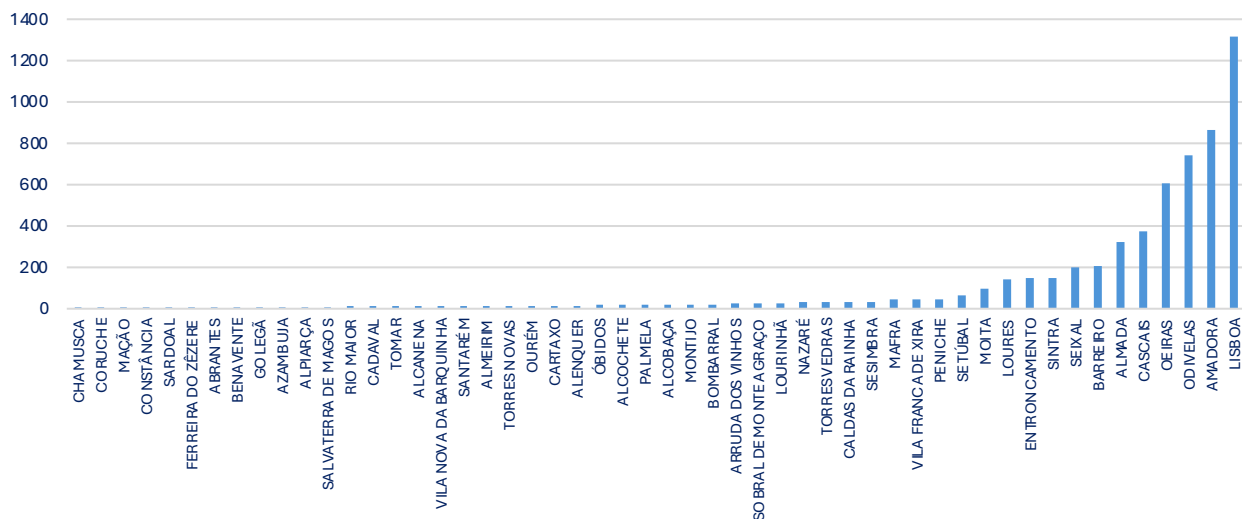


Gráfico 137- Densidade de empresas não financeiras, por município, 2022

Fonte: INE

COMPRAS ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

Em 2022 registou-se um total de **962.618 compras através de cartão bancário na RLVT**, sendo que a **AML regista 85%** do total, em particular na Grande Lisboa com 68%.

No Oeste, os concelhos de **Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça e Alenquer** registam 65% do total das compras efetuadas nesta NUTS. Na Lezíria do Tejo, o concelho de Santarém destaca-se claramente no contexto da NUTS com 39% do total. Por último, no Médio Tejo, são os concelhos de **Torres Novas, Ourém, Tomar e Abrantes** que registam os maiores volumes de compras.

Com respeito às compras efetuadas com cartão estrangeiro, no contexto da RLVT, destacam-se os concelhos de **Nazaré, Óbidos, Peniche e Lisboa**, todos com um valor de 20% ou mais, do total.

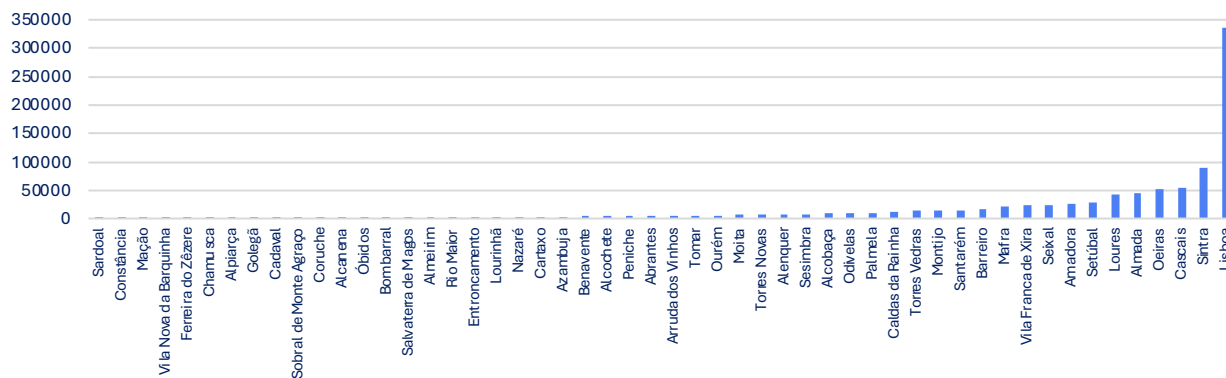


Gráfico 138 – N° de Compras através de Terminais de Pagamento Automático, 2022

Fonte: SIBS, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras

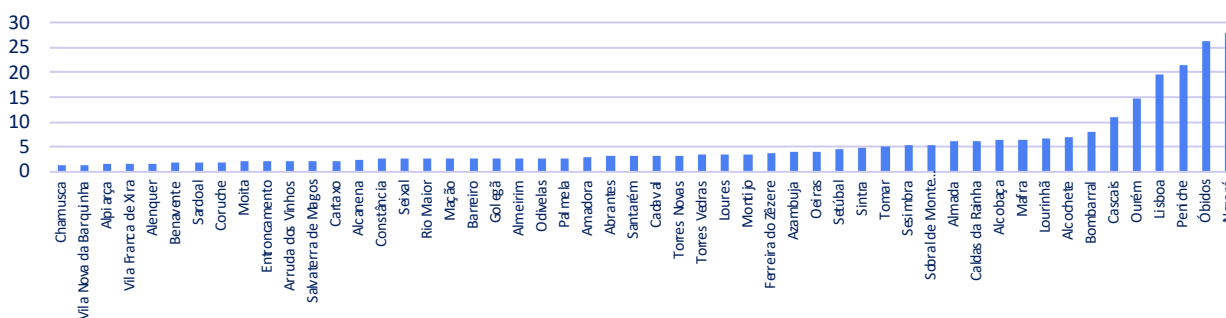


Gráfico 139 – Proporção de compras nos terminais de pagamento automático efetuadas com cartão bancário estrangeiro, 2022

Fonte: SIBS, Estatísticas das instituições de crédito e sociedades financeiras

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

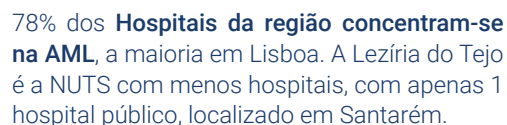
Em 2022/2023 existiam na **Região 102 estabelecimentos de ensino superior**, mais de metade de natureza pública, concentrando cerca de 37% dos estabelecimentos de ensino superior do país. O Oeste e o Médio Tejo são as sub-regiões com menos estabelecimentos. Os estabelecimentos encontram-se maioritariamente localizados na Grande Lisboa, sobretudo no concelho de Lisboa, com 64% do total.

Quadro 18 – Nº de Estabelecimentos de ensino superior por Natureza institucional por NUTS. 2022/2023



Em 2022, existiam na RLVT **78 hospitais - públicos, privados e em parceria público-privada**(32% dos hospitais do país), mais dois do que em 2013 (dois novos hospitais privados em Santarém e no Bombarral).

Quadro 19 - Hospitais (N.º) por NUTS e Natureza institucional, 2013-2022



Fonte: INE, Inquérito aos Hospitais

BENS IMÓVEIS CULTURAIS

Em 2023 existiam na Região **1.078 bens imóveis culturais**, a larga maioria do tipo Monumentos. Face a 2011, em 2023 existiam **mais 176 bens imóveis**, 148 dos quais na Grande Lisboa.

	2011				2023			
	Total	Monumentos	Conjuntos	Sítios	Total	Monumentos	Conjuntos	Sítios
Oeste	136	113	14	9	156	125	15	16
Médio Tejo	144	119	15	10	135	108	16	11
Lezíria do Tejo	77	60	11	6	86	66	12	8
Grande Lisboa	442	313	101	28	590	429	121	40
Península de Setúbal	103	77	18	8	111	89	14	8
RLVT	902	682	159	61	1078	817	178	83

Quadro 20 - Bens imóveis culturais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (bem imóvel cultural)

Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008859&contexto=bd&selTab=tab2

O concelho de **Lisboa foi o que registou maior incremento de bens imóveis culturais** classificados entre 2011 e 2023 (+75), reforçando ainda mais a sua posição de destaque na Região (com 307 bens imóveis), destacando-se também pelo número de bens imóveis os concelhos de Sintra (74), Cascais (61), Santarém (47) e Abrantes (45).

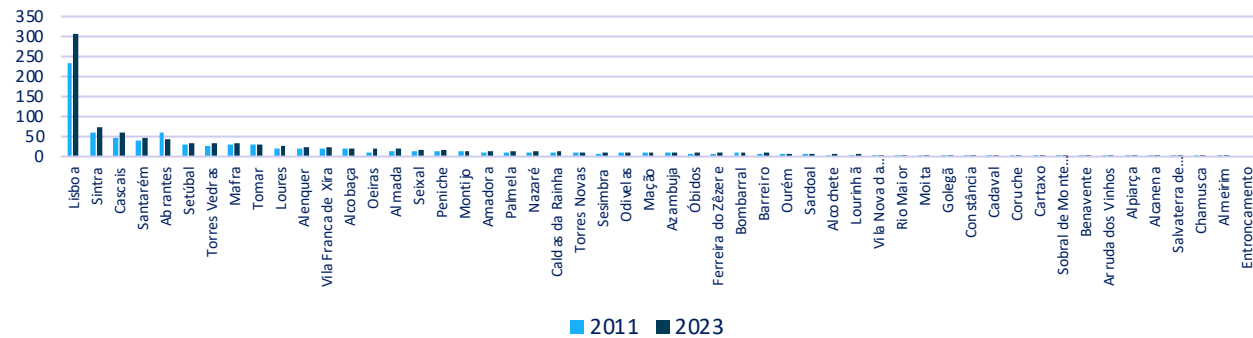
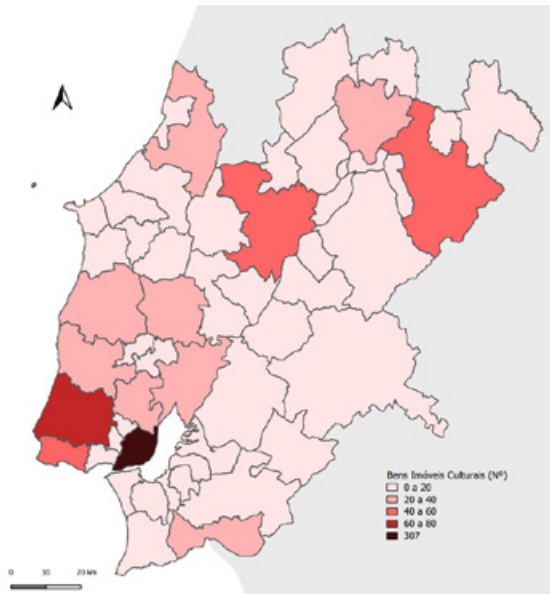
O concelho do Entroncamento não tem bens imóveis culturais.

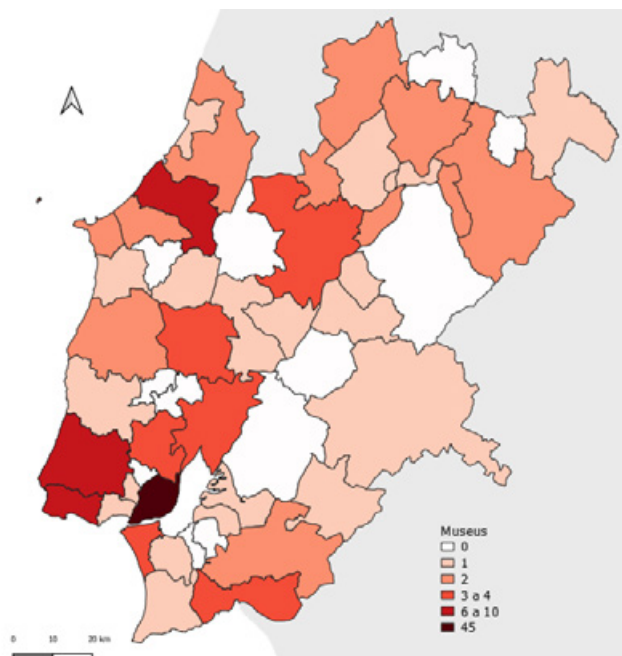
Figura 43 - Bens imóveis culturais (N.º) por concelho, em 2023

Fonte: INE, Inquérito aos museus

Gráfico 142 – Evolução dos Bens imóveis culturais (N.º) por concelho, entre 2011 e 2023

Fonte: Bens imóveis culturais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (bem imóvel cultural); Anual - Direção-Geral do Património Cultural, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008859&contexto=bd&selTab=tab2





MUSEUS

Em 2023 a **região dispunha de 129 museus, 45 localizados no concelho de Lisboa** e quase metade na Grande Lisboa.

No Oeste destaca-se o concelho das Caldas da Rainha com 6 museus, e na Lezíria do Tejo, **Santarém**, com 3 museus.

No Médio Tejo a maioria dos concelhos dispõe de 1 ou 2 museus.

Em 12 concelhos da região não existe qualquer espaço museológico.

Figura 44 - Museus (N.º) por concelho, em 2023

Fonte: INE, Inquérito aos museus



5.3. Ambiente Urbano

A qualidade do ambiente urbano constitui um imperativo constitucional e um compromisso internacional do País no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas (PNPOT).

Para além das questões relacionadas com a qualificação/reabilitação do edificado, já abordadas no ponto relativo à estrutura de povoamento, importa avaliar outros aspetos essenciais no quadro da qualidade dos espaços urbanos, nomeadamente os espaços verdes (assim qualificados nos PDM), a qualidade do ar, considerando os objetivos definidos legalmente para a proteção da saúde humana, e a qualidade do ambiente sonoro.

É ainda apresentada informação relativa ao serviço de drenagem e tratamento das águas residuais, nos concelhos da região, bem como relativa aos resíduos urbanos produzidos, recolha seletiva, destino final e respetiva capacidade das infraestruturas.

Por último, apresenta-se informação sobre as despesas municipais na gestão de águas residuais e de resíduos e na proteção da qualidade do ar e do ruído.

ESPAÇOS VERDES

Considerando a informação disponível para 2024, cerca de **383ha encontra-se qualificado nos PDM da região como espaços verdes em áreas urbanas**, sendo de relevar os concelhos de Santarém e Amadora, onde a proporção de espaços verdes no solo urbano é superior a 30%, bem como os concelhos de Lisboa, Vila Franca de Xira, Loures e Entroncamento, com valores entre 20% e 30%. A grande maioria dos concelhos da região (38) tem uma proporção inferior a 10%, sendo que em 15 concelhos os valores são nulos ou praticamente nulos.

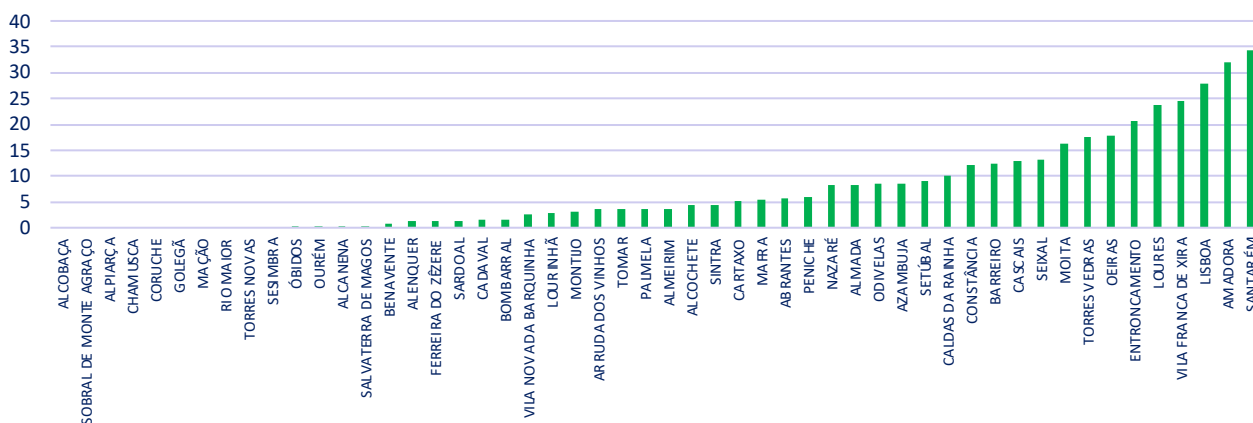


Gráfico 143- Proporção de espaços verdes em solo urbano, 2024

Fonte: DGT, Carta do Regime de Uso do Solo, 2024

QUALIDADE DO AR

Nas últimas décadas tem-se registado uma redução significativa das emissões de poluentes atmosféricos na região, o que resultou numa importante melhoria da qualidade do ar. No entanto, **as concentrações de poluentes são ainda elevadas em alguns locais, persistindo alguns problemas de qualidade do ar em zonas de maior densidade urbana**, sobretudo nas zonas de maior tráfego rodoviário da cidade de Lisboa.

As concentrações dos poluentes, partículas PM10, dióxido de azoto (NO₂), ozono (O₃) e dióxido de enxofre (SO₂), registadas nos últimos 20 anos nas estações da RMQA LVT evidenciam, em alguns anos e em algumas estações, problemas de conformidade com os objetivos de qualidade do ar (valores limite e valores alvo) para a proteção da saúde humana.

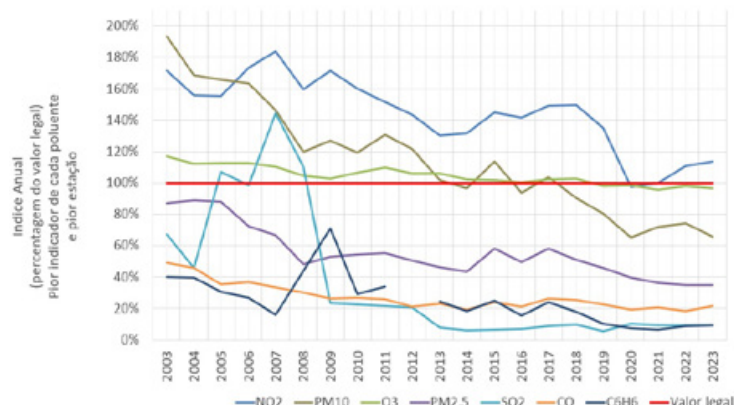


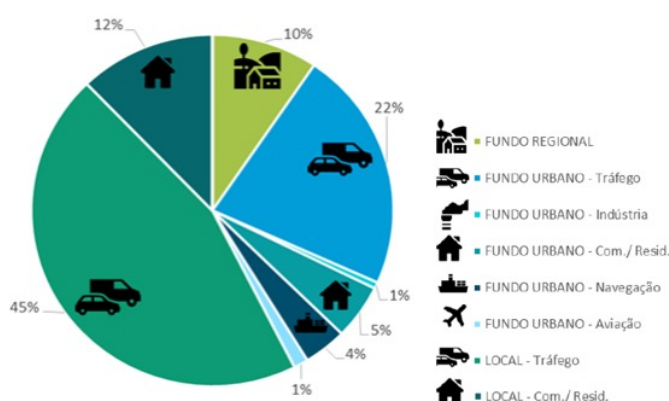
Gráfico 144 – Evolução da qualidade do ar na Região de Lisboa a Vale do Tejo (RLVT) durante o período de 2003 a 2023

Fonte: CCDD LVT

Contudo, deverá atender-se que os incumprimentos ao valor limite diário de **PM₁₀**, que se verificaram em zonas de maior influência de tráfego e na proximidade de algumas indústrias, não se registam desde 2017 e as excedências ao valor alvo de **O₃**, que ocorreram em zonas mais suburbanas e principalmente em zonas rurais (representadas pela estação da Chamusca), não se registam desde 2018. Em termos dos valores limite de **SO₂**, associados à atividade industrial na zona industrial do Barreiro, não se verificam incumprimentos desde 2008, sendo atualmente os níveis muito baixos em todas as estações.

Atualmente a única situação de incumprimento na região diz respeito ao valor limite anual de NO₂ em locais de maior tráfego da cidade de Lisboa (Av. da Liberdade). Nos últimos 5 anos destaca-se uma redução significativa das concentrações nas várias estações. A redução de 24% nas concentrações médias anuais de NO₂, registada entre 2018 e 2023, na estação da Av. da Liberdade, está relacionada com o conjunto de Políticas e Medidas (principalmente relacionadas com renovações de frota de pesados de passageiros e de promoção da mobilidade elétrica) que têm vindo a ser implementadas na região.

É de destacar que nos anos de 2020 e 2021, marcados pela Pandemia de Covid-19, não ocorreu nenhum incumprimento.



A estimativa da contribuição de cada fonte de emissão para as concentrações médias anuais de NO₂ no centro da cidade de Lisboa (Av. da Liberdade) em 2018 indica que a contribuição das emissões do tráfego rodoviário era de cerca de 67% e do setor residencial de cerca de 17%.

Gráfico 145 - Contribuição de fontes de emissão para as concentrações de NO₂, 2021

Fonte: CCDD LVT

AMBIENTE SONORO

O diagnóstico da qualidade do ambiente sonoro obriga à definição dos valores limite, pela classificação de zonas sensíveis e mistas, à elaboração de mapas municipais de ruído e à tradução dos conflitos acústicos em indicadores reportados à área e à população exposta.

Apesar do Regulamento Geral do Ruído (RGR), em vigor desde 2001, determinar que “a classificação de zonas sensíveis e de zonas mistas é realizada na elaboração de novos planos e implica a revisão ou alteração dos PMOT em vigor” (cf. n.º 3 do artigo 6.º), e não obstante o financiamento atribuído aos municípios para a elaboração de mapas de ruído, donde resultou um elevado número de mapas elaborados em 2005, verifica-se que o **esforço de diagnóstico deste indicador ao nível da região LVT tem sido muito reduzido**. Esta situação prende-se com a opção dos municípios, de proceder à classificação de zonas do concelho apenas na revisão do PDM, o que só teve início em 2015, com a revisão do RJGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).



A atual geração de PDM inclui os mapas de ruído como elemento de acompanhamento, embora, na maioria dos casos, estes se baseiem em informação que necessita de atualização. Os mapas identificam as áreas de conflito, indexadas ao diferencial de excedência relativo ao valor limite correspondente, mas não incluem a determinação da população exposta a ruído ambiente exterior.

Excetuam-se os municípios da região definidos como Aglomeração - Amadora, Odivelas, Oeiras e Lisboa - que, por via da aplicação do Regime de Avaliação e Gestão do Ruído Ambiente (RAGRA), estão obrigados ao tratamento e reporte desta informação.

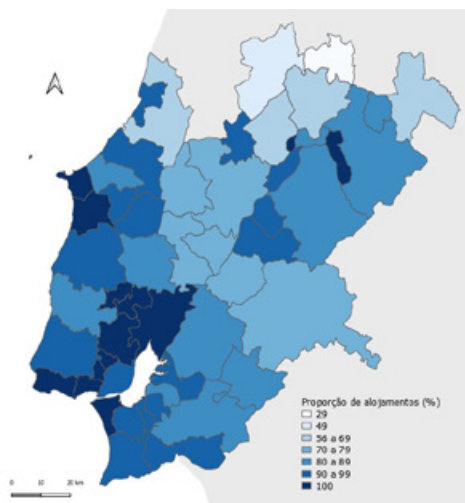
Figura 45– Municípios com classificação de zonas publicada, jan 2025

Fonte: SNIT



Figura 46 - Municípios com plano de ação e plano municipal de redução de ruído

Fonte: APA



ALOJAMENTOS SERVIDOS POR DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Ao nível do serviço de drenagem de águas residuais, a **AML é a sub-região que regista melhor desempenho**, com a maioria dos concelhos com mais de 90% dos alojamentos servidos.

Em contraponto, no Médio Tejo a proporção dos alojamentos servidos por drenagem das águas residuais é de apenas 64%. Os concelhos de Ferreira do Zêzere e de Ourém registam pior desempenho neste indicador, com 29% e 49% dos alojamentos servidos, respetivamente.

Figura 47 – Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%), 2022

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento

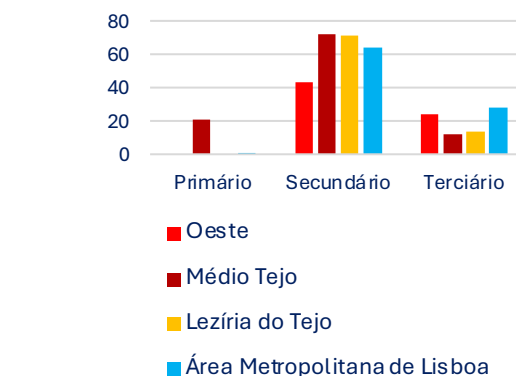
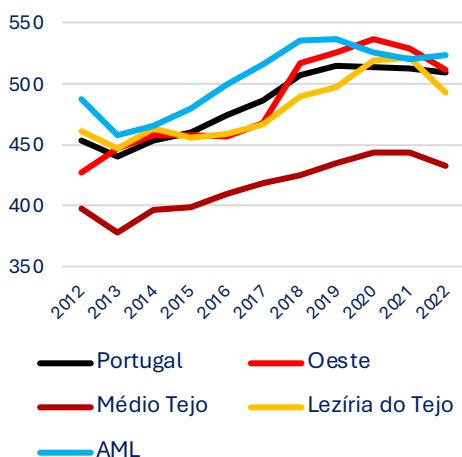
TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS

A região dispõe de 350 estações de tratamento de águas residuais, a maioria de nível secundário (250). A quase totalidade das estações de nível primário localizam-se no Médio Tejo.

Apenas 22% das estações têm tratamento terciário, não estando registada em 2022 qualquer estação com tratamento de nível quaternário.

Gráfico 146 - Estações de tratamento de águas residuais (N.º), 2022

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento



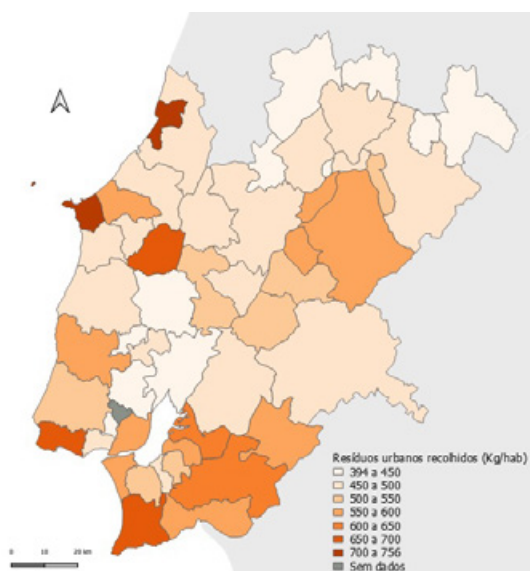
RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS POR HABITANTE

Em 2022 eram recolhidos cerca de **500kg de resíduos por habitante/ano na AML, Oeste e Lezíria do Tejo**, valores semelhantes à média nacional. Verifica-se uma tendência de **aumento dos resíduos recolhidos**, na última década, sendo que no Oeste esse acréscimo foi de 20%, valor bastante superior à média nacional (12%) e, nas restantes sub-regiões, situou-se entre os 7% e os 9%.

No **Médio Tejo os resíduos recolhidos por habitante têm sido sempre inferiores** às restantes sub-regiões e à média nacional, sendo que todos os concelhos têm valores inferiores a 450kg/hab por ano.

Gráfico 147 – Evolução dos Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), por NUTS, 2012-2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos



No Oeste, sobressaem os concelhos de Peniche, Nazaré e Cadaval, e na AML os concelhos de Sesimbra e Cascais, todos com mais de 650Kg de resíduos recolhidos por habitante, valor muito superior à média nacional.

Figura 48 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.), por concelho, 2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE

A quantidade de **resíduos recolhidos seletivamente tem vindo a aumentar na última década**, sendo a AML a sub-região que regista o melhor desempenho nesta variável, em particular a Península de Setúbal com uma recolha seletiva de quase 35% do total dos resíduos recolhidos.

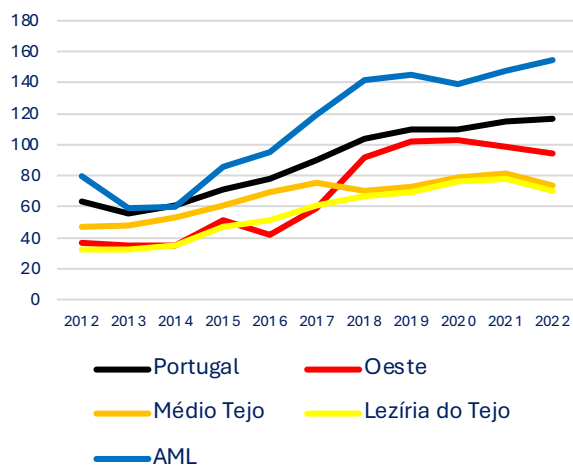


Gráfico 148 – Evolução dos Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab.), 2012-2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

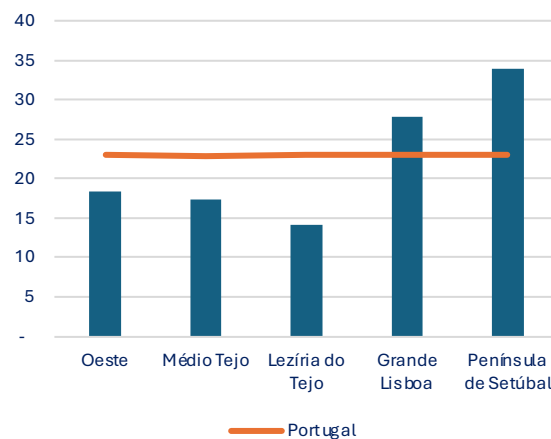
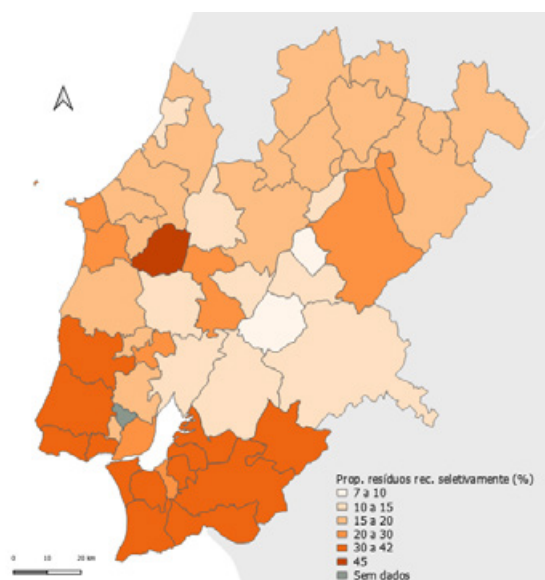


Gráfico 149 - Proporção (%) de Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/ hab.), 2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos



Na maioria dos concelhos da AML mais de 30% dos resíduos são recolhidos seletivamente, sendo, contudo, de assinalar o concelho de Vila Franca de Xira, com valores inferiores a 10%.

No Oeste sobressai o concelho de Cadaval, com 45% dos resíduos recolhidos seletivamente, a proporção mais elevada da região.

A Lezíria do Tejo é a sub-região com pior desempenho na região, sendo a proporção de recolha seletiva inferior a 10% do total em todos os concelhos, exceto Azambuja, Chamusca e Santarém.

Figura 49- Proporção (%) de Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/ hab.), 2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos

DESTINO DOS RESÍDUOS URBANOS

Entre 2015 e 2022, a **proporção dos resíduos depositados em aterro face aos resíduos valorizados, apenas diminuiu na sub-região do OVT**, tendo o Oeste registado uma diminuição significativa. A **AML aumentou** a proporção de resíduos depositados em aterro de 31% para quase metade do total de resíduos, verificando-se também um aumento a nível nacional.

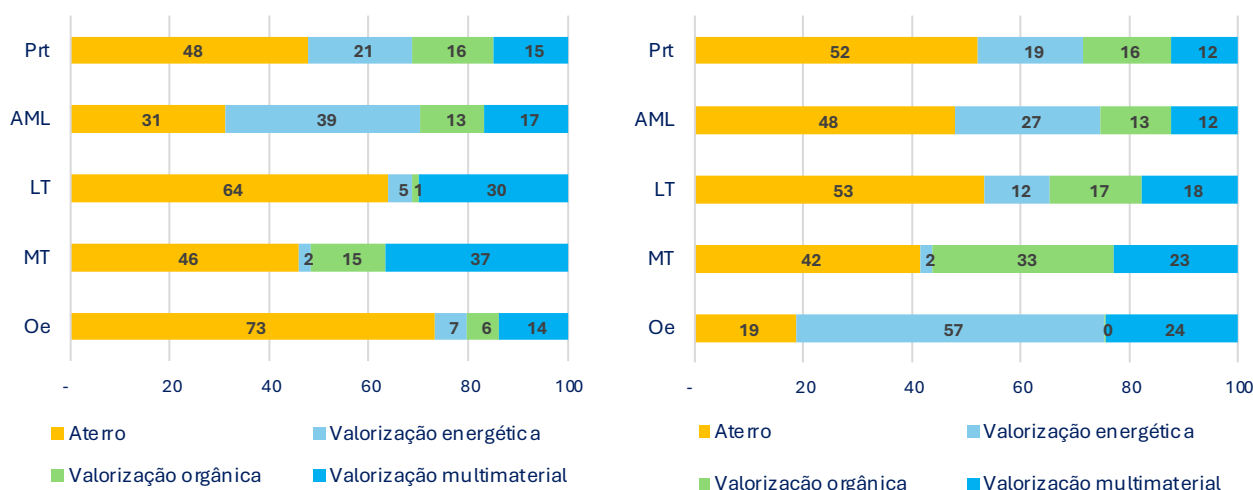
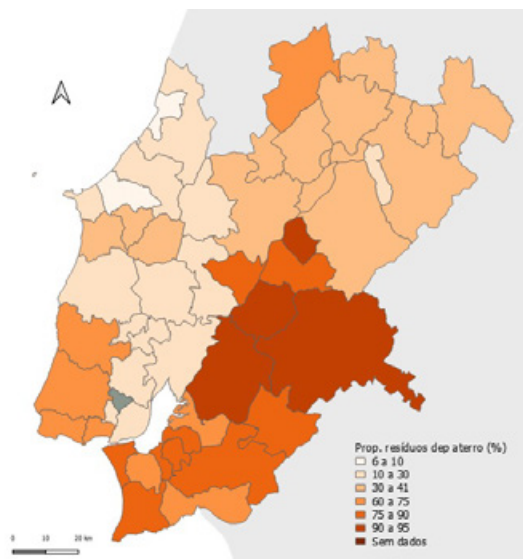


Gráfico 150 - Resíduos urbanos geridos (t) por tipo de destino, 2015 e 2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos



No quadro da AML, os concelhos da Península de Setúbal são os que apresentam maiores proporções de resíduos depositados em aterro, com valores sempre superiores a 60%.

Contudo, é na Lezíria do Tejo que se encontram os concelhos com o desempenho menos favorável da região a este nível, onde Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos e Alpiarça têm proporções superiores a 90%.

O Oeste é a sub-região onde a valorização de resíduos é mais significativa, sendo a proporção de resíduos depositados em aterro inferior a 10% na maioria dos concelhos.

Figura 50 - Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%), por concelho, 2022

Fonte: INE, Estatísticas dos resíduos urbanos



CAPACIDADE DAS INFRAESTRUTURAS DE ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS

Na RLVT existem **7 aterros**, geridos por 5 Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), que abrangem quase todo o território da RLVT. Os resíduos urbanos dos concelhos de Abrantes, Mação, Sardoal e Ourém são geridos por SGRU da região Centro.

Tendo em conta as metas estabelecidas para a deposição de resíduos em aterro, as características dos aterros existentes e a estimativa da produção de resíduos na RLVT cujo destino é a deposição em aterro, verifica-se, através dos dados disponíveis nos Relatórios Ambientais Anuais (RAA) elaborados pelos sistemas, que **as infraestruturas existentes estarão esgotadas no curto / médio prazo**:

Figura 51 - Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos

Fonte: CCDR LVT, nov 2024

SGRU	DESIGNAÇÃO ATERRO	VIDA ÚTIL
AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Ecoparque do Seixal	2026 (previsão RAA 2022)
AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Ecoparque de Palmela	2027 (previsão RAA 2022)
ECOLEZIRIA - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos	Aterro Sanitário da Raposa, Almeirim	2023 (previsão RAA 2022)
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA.	Ecoparque da Resitejo, Chamusca	2029 (previsão RAA 2022)
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, E.I.M., S.A.	Ecoparque da Abrunheira, Mafra	2026 (previsão RAA 2022)
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.	Centro de Tratamento de Resíduos do Oeste – CTRO, Cadaval	2029
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.	Aterro Sanitário de Mato da Cruz, Vila Franca de Xira	Em cálculo

Quadro 21 – Vida útil prevista dos aterros de deposição final de Resíduos Urbanos, na RLVT, 2024

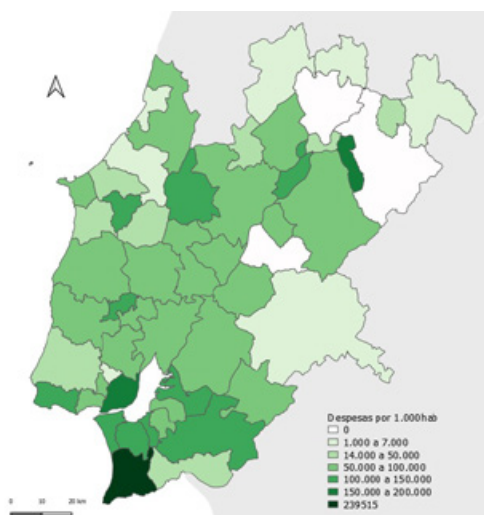
Fonte: CCDDR LVT



Gráfico 151 - Despesas em ambiente* dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.), por NUTS, 2012-2022

* inclui apenas as despesas na gestão de águas residuais e de resíduos e na proteção da qualidade do ar e do ruído

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa



DESPESAS MUNICIPAIS EM AMBIENTE

A **despesa média municipal, por 1.000 habitantes, na gestão de águas residuais e de resíduos** e na proteção da qualidade do ar e do ruído, no ano de 2022, foi de 75.000 euros em Portugal, sendo que, na RLVT, apenas a AML registou uma média superior à nacional (96.644 euros).

Entre os anos de 2012 e de 2022, a média das despesas municipais nestas áreas diminuiu cerca de 25% no Oeste e no Médio Tejo, tendo aumentado nas restantes sub-regiões, seguindo a tendência nacional.

Neste âmbito, **destaca-se o concelho de Sesimbra** que, em 2022, registou uma despesa média de quase 240.000 euros por 1.000 habitantes, sendo também de relevar os concelhos de Lisboa e Constância com mais de 150.000 euros/hab.

Os concelhos do **Médio Tejo foram os que registaram menor despesa** nestas áreas ambientais, em 2022, a maioria com valores inferiores a 50.000 euros.

Nos concelhos de Abrantes, Tomar e Almeirim não se registaram despesas na gestão de águas residuais e de resíduos e na proteção da qualidade do ar e do ruído.

Figura 52 - Despesas em ambiente* dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.), por concelho, 2022

* inclui apenas as despesas na gestão de águas residuais e de resíduos e na proteção da qualidade do ar e do ruído

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa

Parte I – Dinâmicas Territoriais

B. INDICADORES TRANSVERSAIS

1. Vulnerabilidades Face aos Riscos

- Riscos associados aos recursos hídricos
- Risco de Incêndios Rurais /florestais
- Riscos associados à geodinâmica
- Riscos tecnológicos



1.1. Riscos Associados aos Recursos Hídricos

No quadro dos riscos associados aos recursos hídricos encontram-se as cheias e inundações, os riscos associados à erosão do litoral e o perigo de degradação e contaminação dos aquíferos.

Na RLVT as cheias podem ser desencadeadas por: (i) períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, diminuindo drasticamente o efeito regularizador das barragens, que podem potenciar picos de cheia com as respetivas descargas; (ii) episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas. No primeiro caso, as cheias são do tipo progressivo e verificam-se no Rio Tejo. No segundo caso, ocorrem cheias rápidas, as quais afetam bacias hidrográficas com pequena e média dimensão e com tempo de concentração limitado. Deve ainda considerar-se as inundações de estuário, nos rios Tejo e Sado, bem como as lagoas e albufeiras como corpos de água permanente.

A erosão costeira tem sido reconhecida como um problema em Portugal desde finais do século XIX, em consequência da tendência regressiva da linha de costa. Atualmente, a zona costeira portuguesa enfrenta uma ameaça geomorfológica de primeira grandeza, que resulta do abastecimento deficiente de areia e se repercute na erosão acelerada, com destruição de praias e de sistemas dunares. A este respeito, Lira (2014) estimou uma taxa média de recuo da linha de costa de 0,23 m/ano, de 1958 a 2010, para toda a zona costeira baixa arenosa em Portugal Continental. Por outro lado, os sistemas costeiros de arriba e de praia-arriba, sendo, à partida, menos suscetíveis à erosão marinha que os anteriores (sistemas de praia ou de praia-duna), podem apresentar uma perigosidade de erosão elevada, dependendo da natureza e da disposição estrutural dos materiais em que a arriba é talhada.

O perigo de degradação e contaminação das águas subterrâneas e superficiais constitui uma ameaça ambiental, sendo que o elemento exposto primordial é o próprio recurso hídrico, que pode ser degradado e/ou contaminado por atividades antrópicas desajustadas, pelo que será importante avaliar as potenciais ameaças à sua qualidade.

Apresenta-se de seguida informação com respeito à exposição dos edifícios com uso residencial e das vias aos perigos cheias e inundações, erosão/galgamento em litoral arenoso e instabilidade e recuo das arribas. No que se refere aos edifícios a avaliação é efetuada para o ano de 2011 e de 2021, permitindo apresentar a evolução da exposição a este perigo.

No âmbito do perigo de degradação e contaminação dos aquíferos, apresenta-se informação com respeito à localização dos estabelecimentos PRTR (Registo Europeu de Emissões e Transferência de Poluentes) - que estão obrigados legalmente ao dever de comunicação, das quantidades de emissões e transferências de poluentes e resíduos-, bem como os solos e cursos de água contamináveis a partir dos mesmos. Considerando que o potencial de contaminação dos aquíferos é tanto maior quanto mais elevado for o potencial de recarga do aquífero, apresenta-se também informação relativa à distribuição das áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA) na região, e a sua relação com a localização dos estabelecimentos PRTR.

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS PERIGOSIDADE DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

Em 2021, foram identificados **29.445 edifícios com uso residencial situados em áreas de suscetibilidade a cheias e inundações, 63% dos quais em cheia rápida**. Em relação a 2011 registam-se **menos 791 edifícios**. Os municípios de Abrantes, Golegã, Benavente, Setúbal, Lisboa, Torres Vedras, Odivelas, Alenquer, Tomar, Almeirim, Loures e Vila Franca de Xira, são os que apresentam maior número de edifícios expostos, todos acima de 1.000 edifícios.

Na RLVT, todos os 52 municípios têm edifícios expostos a cheias. Na maioria dos concelhos verificou-se uma diminuição dos edifícios com uso residencial em áreas suscetíveis a cheias, entre 2011 e 2021, em particular Lisboa (-205) e Setúbal (-151), contudo em **alguns concelhos registou-se um aumento**, nomeadamente Cascais (+26), Caldas da Rainha (+20) e Mafra (+18), todos em área de cheia rápida.

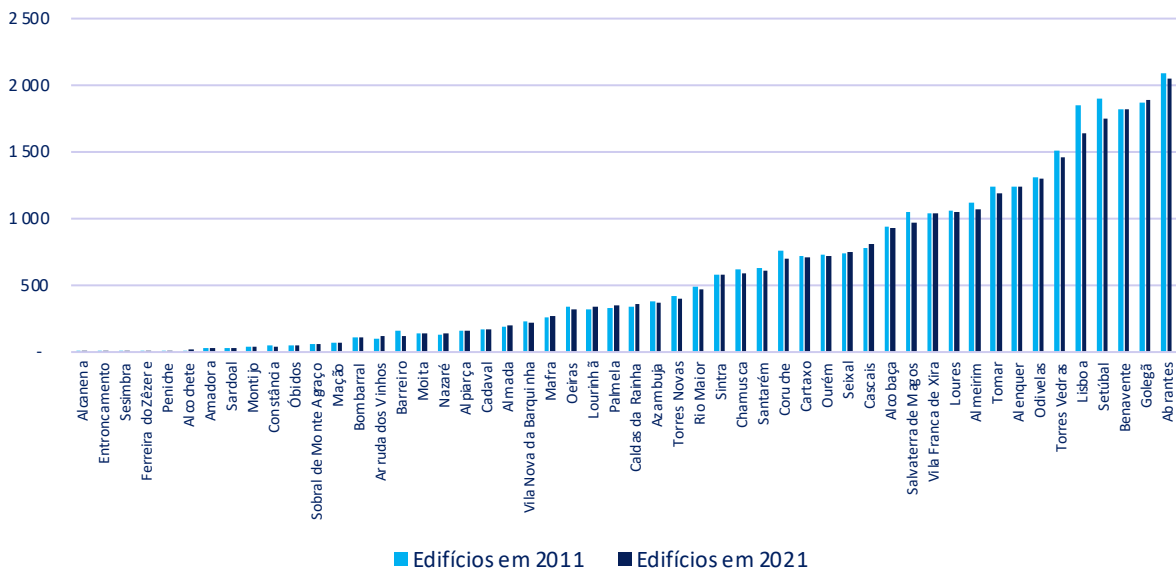


Gráfico 152 – Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade de cheias, 2011- 2021
Fonte: IGOT / CCDD LVT/ INE (BGE)

Tipos de vias	Km
Autoestrada e vias rápidas	86,9
Rede rodoviária primária	327,6
Rede rodoviária secundária	95,8
Rede rodoviária terciária	266,2
Total	776,5
RLVT	52 700

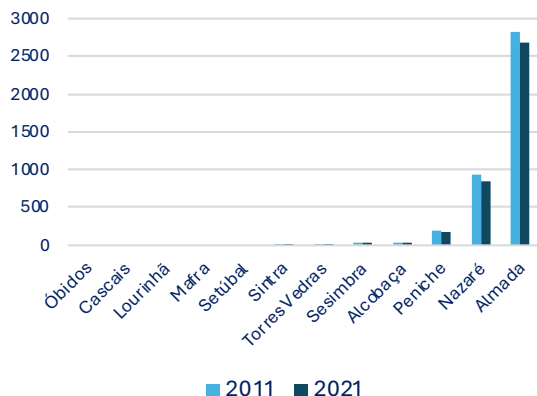
Quadro 22 –Vias expostas a perigosidade de cheia, por tipo de via
Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

Foram identificados cerca de **776,5 quilómetros de troços de vias em zonas suscetíveis a cheias**. Ao nível municipal a maior prevalência ocorre nos concelhos de Torres Vedras, Lisboa, Alenquer, Vila Franca de Xira, Santarém, Golegã, Loures e Chamusca, todos com mais de 30km de vias expostas.

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A PERIGOSIDADE DE EROSÃO/ GALGAMENTO EM LITORAL ARENOSO

Em 2021, foram identificados **3.771 edifícios com uso residencial situados em zonas de perigosidade muito elevada ou elevada de erosão/galgamento em litoral arenoso**, menos 250 do que em 2011.



O município de **Almada destaca-se** dos restantes com 2.677 edifícios expostos, ou seja, 71% do total. Na Nazaré foram reconhecidos 845 edifícios expostos, enquanto em Peniche o número é 178 edifícios. Em Alcobaça, Sesimbra e Torres Vedras, o número de edifícios expostos é mais reduzido (33, 25 e 11, respetivamente). Em Sintra existem 2 edifícios e nos restantes municípios litorais o número de edifícios expostos à perigosidade de erosão/galgamento em litoral arenoso é nulo. Em todos os concelhos verificou-se uma diminuição dos edifícios com uso residencial expostos, face a 2011, exceto Torres Vedras e Sintra onde o valor se manteve.

Gráfico 153– Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade de erosão/galgamento em litoral arenoso, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDR LVT/ INE (BGE)

Tipos de vias	(km)
Autoestrada e vias rápidas	0,2
Rede rodoviária primária	7,8
Rede rodoviária secundária	4,2
Rede rodoviária terciária	3,2
Total	15,4
RLVT	52 700

Quadro 23–Vias em risco de erosão/galgamento em litoral arenoso, por tipo de via

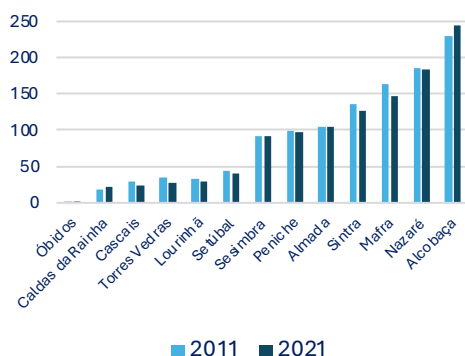
Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE DE EROSÃO/GALGAMENTO EM LITORAL ARENOSO

Foram identificados **15,4Km de vias em zonas perigosas** as quais pertencem predominantemente à rede viária primária (50,6% do total), seguidas pela rede viária secundária e terciária (27,3% e 20,8%, respetivamente). Regista-se ainda um segmento de via rápida com 200 metros de extensão exposto ao perigo considerado.

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A PERIGOSIDADE DE INSTABILIDADE E RECUO DAS ARRIBAS

Em 2021, foram identificados **1.139 edifícios com uso residencial situados em áreas de perigosidade de instabilidade e recuo das arribas** (999 no topo e 140 na base), **menos 32 que em 2011**. Destacam-se os concelhos de Alcobaça, Nazaré, Mafra, Sintra, Almada, Peniche e Sesimbra, com um número de edifícios expostos entre 91 e 244. Numa posição secundária encontram-se os municípios de Caldas da Rainha, Cascais, Setúbal, Torres Vedras e Lourinhã, onde o número de edifícios expostos varia entre 21 e 41.



Entre 2011 e 2021, a maior parte dos concelhos **diminuíram o número de edifícios com uso residencial em risco**, sobretudo em Mafra (-16) e Sintra (-10), contudo, em Alcobaça registou-se um aumento de 15 novos edifícios localizados em área de risco, mas também nas Caldas da Rainha (+3) e Almada (+1).

Gráfico 154– Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade de instabilidade e recuo das arribas, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDRLVT/ INE (BGE)

Tipos de vias	Km
Autoestrada e vias rápidas	0,0
Rede rodoviária primária	10,2
Rede rodoviária secundária	8,7
Rede rodoviária terciária	10,2
Total	29,1
RLVT	52 700

Quadro 24- Vias expostas a perigosidade de instabilidade e recuo das arribas (topo), por tipo de via

Fonte: IGOT, 2020

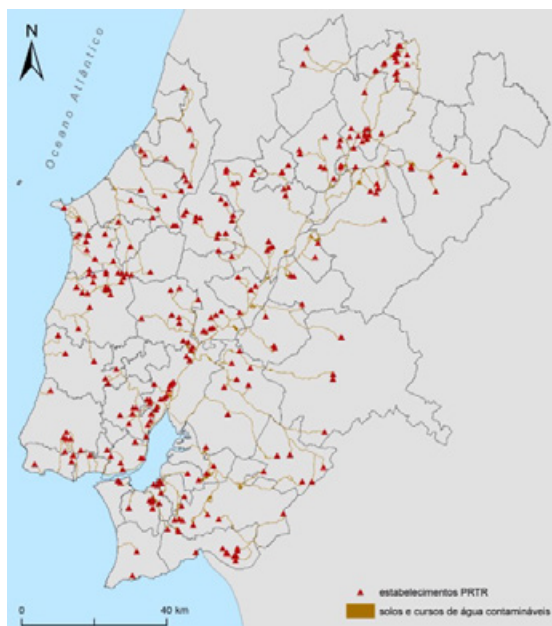


Figura 53 - Solos e cursos de água contamináveis a partir de estabelecimentos PRTR

Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE DE INSTABILIDADE E RECUO DAS ARRIBAS

No total, foram identificados **29,2 Km de vias em zonas perigosas no que respeita à instabilidade e recuo de arribas**. As vias em risco estão bastante distribuídas pelas redes viárias primária, secundária e terciária (35,1%, 29,8% e 35,1%, respetivamente), sendo de destacar que não existem autoestradas ou vias rápidas em risco. Na área de potencial impacto adjacente à base das arribas identificaram-se 4,3 km de vias expostas, com destaque para o município de Setúbal, com 2,4 km de vias expostas neste contexto, no litoral da Arrábida.

PERIGOSIDADE DE DEGRADAÇÃO E CONTAMINAÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS

Na RLVT, foram identificados **343 estabelecimentos PRTR**. Destacam-se os municípios de Ferreira do Zêzere, Setúbal, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, onde o número de estabelecimentos por município é superior a 2 dezenas. Numa posição secundária, com um número de estabelecimentos entre 10 e 20, estão os municípios de Abrantes, Alcobaça, Alenquer, Barreiro, Loures, Lourinhã, Palmela, Rio Maior, Santarém, Tomar, e Torres Novas.

Os solos e cursos de água potencialmente contamináveis por acidentes e/ou descargas verificadas em qualquer destes estabelecimentos PRTR, corresponde a mais de **5.100ha**.

Os concelhos de **Vila Franca de Xira e Palmela** destacam-se, com 481 e 469 hectares de área afetável, respetivamente. Numa posição secundária, com áreas potencialmente contamináveis entre 175 e 260 hectares encontram-se 9 municípios: Benavente, Azambuja, Abrantes, Santarém, Alcochete, Chamusca, Alpiarça, Montijo e Cartaxo.

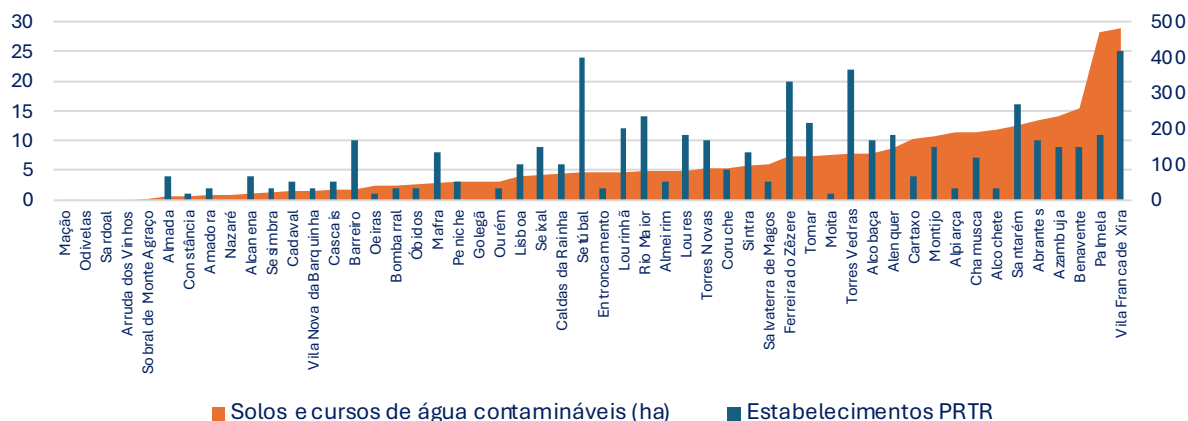
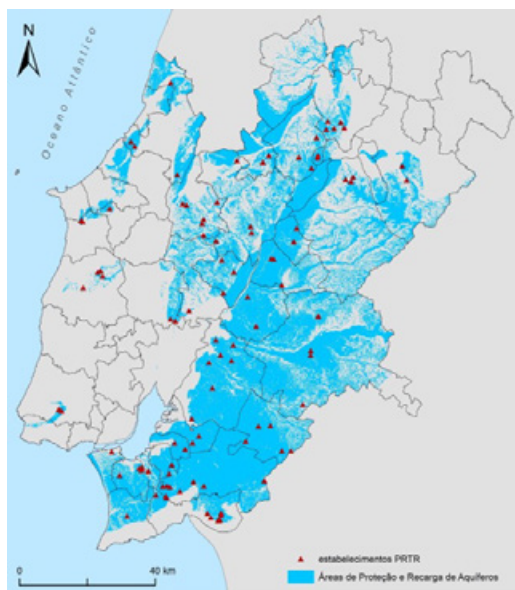


Gráfico 155 - Solos e cursos de água contamináveis (ha) e estabelecimentos PRTR (Nº), por concelho, 2020

Fonte: IGOT



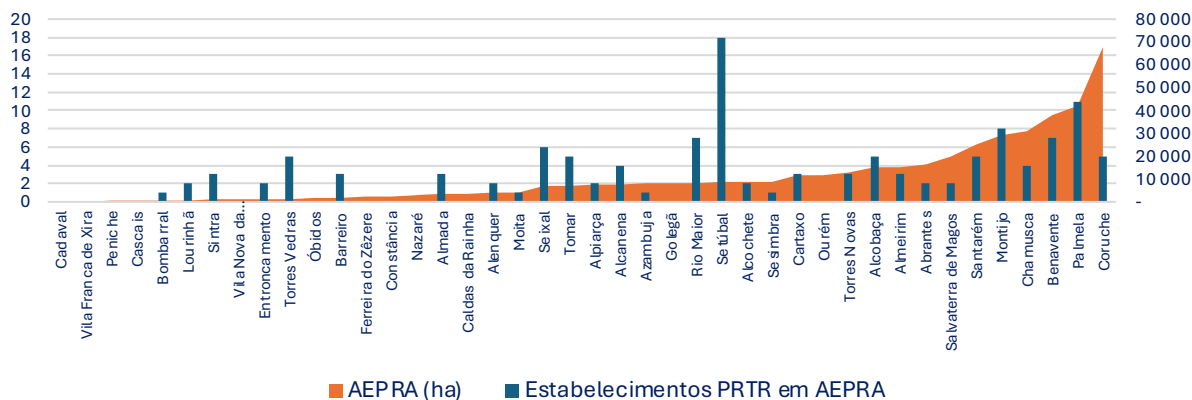
Do total de estabelecimentos PRTR existentes na RLVT, **126 localizam-se em AEPA**. As AEPA abrangem uma superfície de 4497,4 km² (36,8% da área total de LVT). Para além das manchas que correspondem aos aquíferos cársicos e porosos da Orla Ocidental, destaca-se os aquíferos do Vale do Tejo, em especial o correspondente à Margem Esquerda. Os municípios de Setúbal e Palmela destacam-se dos restantes com 18 e 11 estabelecimentos, respetivamente. Numa posição secundária, com número de estabelecimentos PRTR em AEPA entre 5 e 8 encontram-se 9 municípios: Alcobaca, Benavente, Coruche, Montijo, Rio Maior, Santarém, Seixal, Tomar e Torres Vedras.

Figura 54 - Áreas de Proteção e Recarga de Aquíferos contamináveis a partir de estabelecimentos PRTR

Fonte: IGOT, 2020

Gráfico 156 – Áreas estratégicas de proteção e recarga dos aquíferos (ha) e estabelecimentos PRTR (Nº), por concelho, 2020

Fonte: IGOT



1.2. Risco de Incêndios Rurais / Florestais

Os incêndios florestais são muito frequentes e causam grandes danos, ambientais, económicos e sociais em Portugal. Fustigam o território especialmente no verão, mas, como se verificou por exemplo em 2017, podem ocorrer em qualquer época do ano. O mapa de perigosidade de incêndio em Portugal continental, disponibilizado pelo ICNF, mostra que a RLVT apresenta fortes contrastes espaciais, por se encontrar na transição entre o Norte / Centro (de maior perigosidade) e o Sul do país (de menor perigosidade).

Apresenta-se de seguida informação com respeito à suscetibilidade de ocorrência de incêndios rurais / florestais na região, bem como proporção da área ardida nas NUTSIII, na última década.

Apresenta-se ainda informação com respeito à exposição dos edifícios com uso residencial, do perímetro edificado e das vias à perigosidade de incêndio. No que se refere aos edifícios a avaliação é efetuada para o ano de 2011 e de 2021, permitindo apresentar a evolução da exposição a este perigo.

PERIGOSIDADE DE INCÊNDIOS RURAIS / FLORESTAIS

Analisada a distribuição da perigosidade aos incêndios rurais / florestais na RLVT, verifica-se que as classes de perigosidade mais altas (muito elevada e elevada) têm uma expressão territorial mais reduzida do que a observada na escala nacional (5,6% e 10,1% da área total, respetivamente). A classe de perigosidade moderada abrange 12% da área e as duas classes de perigosidade mais baixas abrangem em conjunto 57,2% da superfície total.

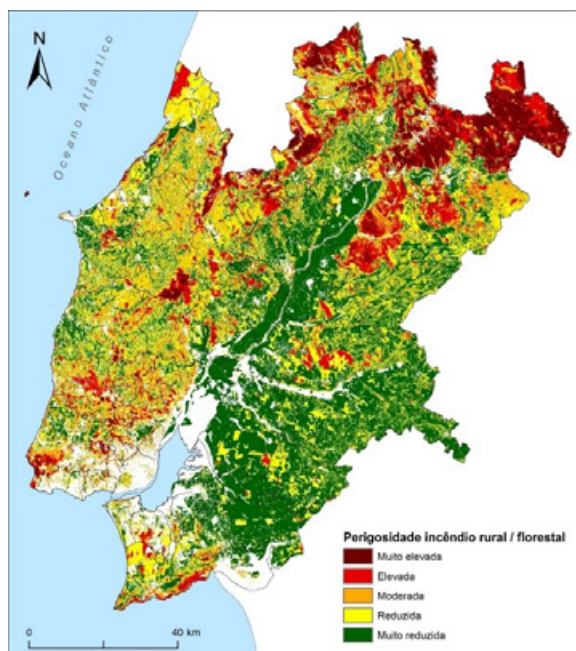


Figura 55 - Perigosidade de incêndio rural / florestal, na RLVT
Fonte: IGOT, 2024

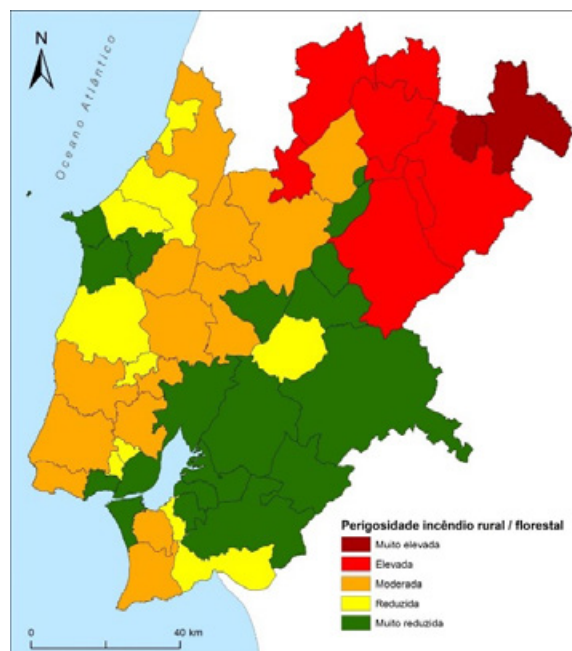
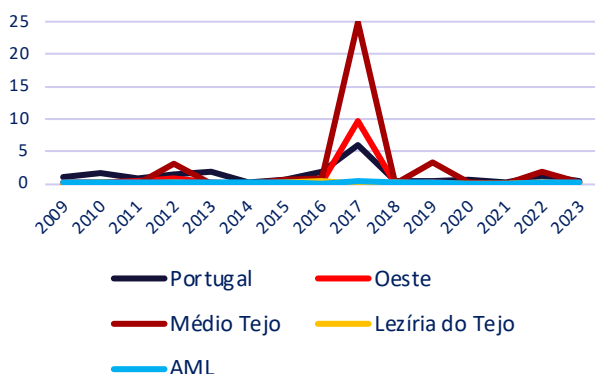


Figura 56 - Perigosidade de incêndio rural / florestal, por concelho
Fonte: IGOT, 2024

Os municípios de Mação e Sardoal destacam-se dos restantes, com 90% e 67% dos respetivos territórios integrados nas classes de perigosidade elevada ou muito elevada. Numa posição secundária, mas ainda muito relevante no que respeita à perigosidade de incêndio rural / florestal, encontram-se: **Abrantes, Alcanena, Chamusca, Constância, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha**. Nestes municípios, a expressão territorial das duas classes de perigosidade mais altas varia entre 20% e 40%. Nos restantes municípios, a expressão territorial das duas classes de perigosidade mais altas é inferior a 20% dos territórios municipais.



SUPERFÍCIE DE ÁREA ARDIDA

Entre 2009 e 2023, a proporção da área ardida na região foi sempre inferior à média nacional, exceto nos anos de 2012, 2017, 2019 e 2022 no Médio Tejo, e em 2017 também no Oeste. Este último ano foi, de longe, o mais devastador do período em análise, com quase 25% do território do Médio Tejo e 10% do Oeste consumidos pelo fogo.

Gráfico 157 – Evolução da Proporção de superfície ardida (da unidade territorial %), 2009-2023

Fonte: INE / ICNF, Estatísticas florestais

EXPOSIÇÃO DA EDIFICAÇÃO A PERIGOSIDADE DE INCÊNDIOS RURAIS / FLORESTAIS

Em 2021 foram identificados **2.907 edifícios com uso residencial situados em zonas de perigosidade elevada ou muito elevada aos incêndios rurais / florestais, menos 82 do que em 2011.**

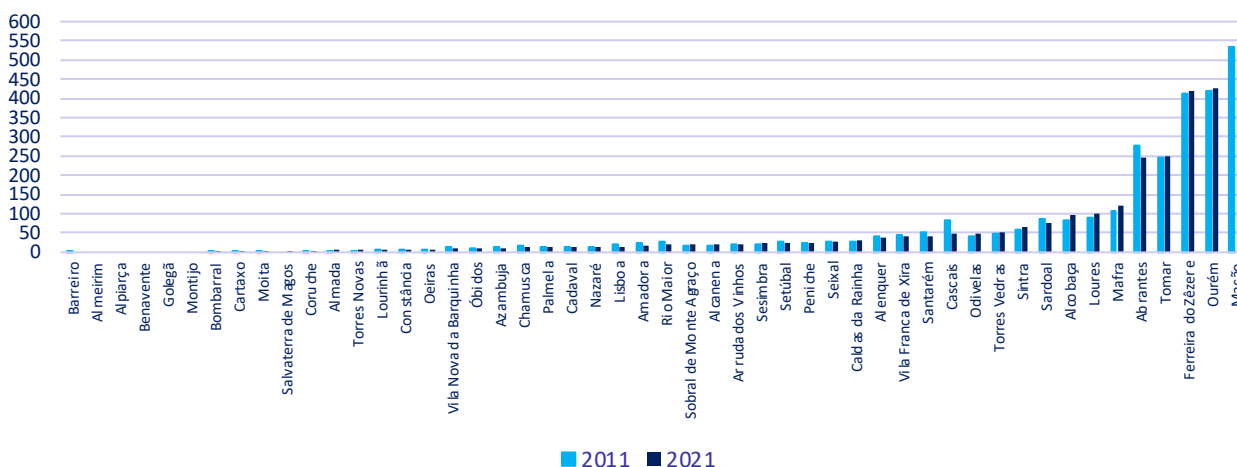


Gráfico 158 – Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade de incêndio rural / florestal, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDD LVT/ INE (BGE)

Destacam-se os municípios de **Mação, Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar e Abrantes**, cada um com mais de 200 edifícios expostos. Numa posição secundária encontram-se os municípios de Mafra, Loures, Alcobaça, Sardoal, Sintra e Torres Vedras, com número de edifícios expostos entre 50 e 122. A diminuição dos edifícios com uso residencial expostos, entre 2011 e 2021, foi mais significativa nos concelhos de Mação (-55), Abrantes (-32) e Cascais (-33), sendo que nos dois primeiros também se registou uma diminuição do número total de edifícios com uso residencial nos respetivos concelhos. Registou-se, contudo, um aumento do número de edifícios em área de perigosidade em alguns concelhos, em particular em Mafra (+16), Alcobaça (+16), Loures (+10), Ourém (+9), Ferreira do Zêzere (+9) e Odivelas (+8).

De referir ainda que, em 12 concelhos da Região, **40% do perímetro edificado em 2018 estava em contacto direto com o coberto combustível**, com destaque para Odivelas, onde essa proporção era superior a 60%.

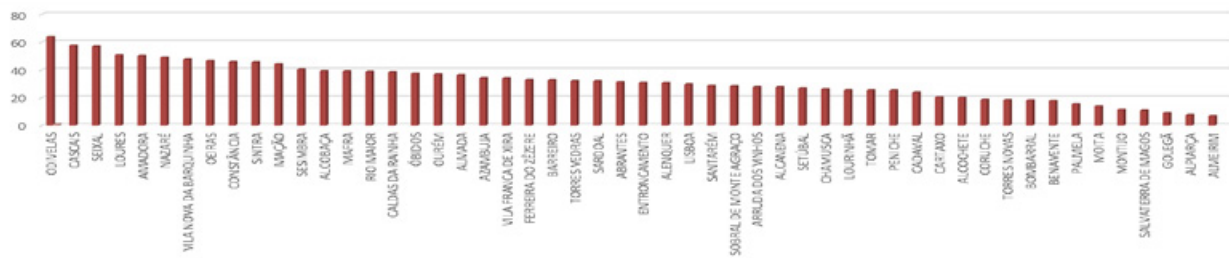


Gráfico 159 - Proporção do perímetro edificado em contacto direto com coberto combustível (% de interface direta)

A interface (estrutural) direta inclui todos os segmentos do perímetro de áreas edificadas que sejam adjacentes a coberto. Inclui florestas (exceto as de pinheiro manso e de azinheira), matos, vegetação esparsa e alguns sistemas agroflorestais (SAF), entre outras classes.

Fonte: DGT; INE, 2018

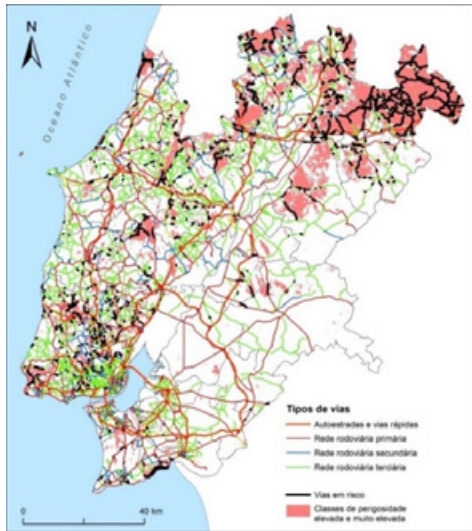


Figura 57 –Vias expostas à perigosidade de incêndio rural / florestal

Fonte: IGOT

Quadro 25- Vias expostas à perigosidade de incêndio rural / florestal, por tipo de via

Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE DE INCÊNDIOS RURAIS / FLORESTAIS

No total, foram identificados cerca de **670Km de vias em zonas caracterizadas por perigosidade de incêndio rural / florestal elevada ou muito elevada**. A maior parte destas vias (57%) corresponde a troços da rede viária terciária. No entanto, a extensão dos troços de rede viária primária e secundária em risco de incêndio é bastante significativa (137,5 km e 142,2 km, respetivamente), representando, em conjunto, 41,7% das vias expostas a este perigo. Existem ainda 9,5km de autoestrada e/ou via rápida expostos ao perigo de incêndio, essencialmente ao longo da A13, A23, A8 e IC2.

Tipos de vias	(km)
Autoestrada e vias rápidas	9,5
Rede rodoviária primária	137,5
Rede rodoviária secundária	142,2
Rede rodoviária terciária	382,7
Total	671,9
RLVT	52 700

1.3. Riscos Associados à Geodinâmica

No quadro dos riscos associados à geodinâmica encontram-se os sismos, os tsunamis e os movimentos de massa de vertentes.

A perigosidade sísmica na RLVI é tipicamente elevada devido, não só à proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais (Grácia et al., 2003), mas também à falha (ou zona de falhas) do vale inferior do Tejo (Carvalho et al., 2006). De acordo com o Eurocódigo 8, que estabelece as regras gerais, ações sísmicas e regras para os edifícios, no quadro de projetos de estruturas para resistência aos sismos, a RLVT integra-se nas zonas 1.3, 1.4 e 1.5 para ação sísmica Tipo 1 (sismo distante), e nas zonas 2.3 e 2.4 para ação sísmica Tipo 2 (sismo próximo).

A geração de maremotos (tsunamis) associados a eventos sísmicos com epicentro no mar, mas também a movimentos de vertente e erupções vulcânicas submarinas, pode ter consequências devastadoras nas áreas costeiras. Os principais focos potenciais geradores de maremotos correspondem a três zonas sísmicas regionais: Banco de Gorringe, a SW de Portugal continental; estruturas tectónicas ativas, de direcção N-S, na margem continental entre Setúbal e o Cabo de S. Vicente; e terminação oriental da falha Açores-Gibraltar, a sul do Algarve.

As tipologias de movimentos de massa em vertentes, fatores condicionantes e riscos associados são distintas nas 3 unidades morfoestruturais de Portugal Continental: Maciço Antigo, Orlas Mesocenozóicas e Bacia Cenozóica do Tejo e Sado (Zêzere, 2020). Estas três unidades estão presentes na RLVT. Os movimentos de vertente ocorridos num passado recente na região foram maioritariamente desencadeados pela precipitação. As chuvas intensas e concentradas desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada, e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água (Zêzere et al, 2006).

Apresenta-se de seguida informação relativa à exposição dos edifícios com uso residencial e das vias a perigosidade sísmica elevada e muito elevada, à inundação por tsunamis e à suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa de vertentes, na região e por concelho.

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A PERIGOSIDADE SÍSMICA

Em 2021 foram identificados mais de **445 mil edifícios com uso residencial situados em zonas de perigosidade sísmica elevada (355.638) e muito elevada (90.026)**, o que corresponde a mais de metade dos edifícios da região com este uso. Face a 2011, regista-se um **aumento de 205** edifícios expostos nas classes de maior perigosidade sísmica.

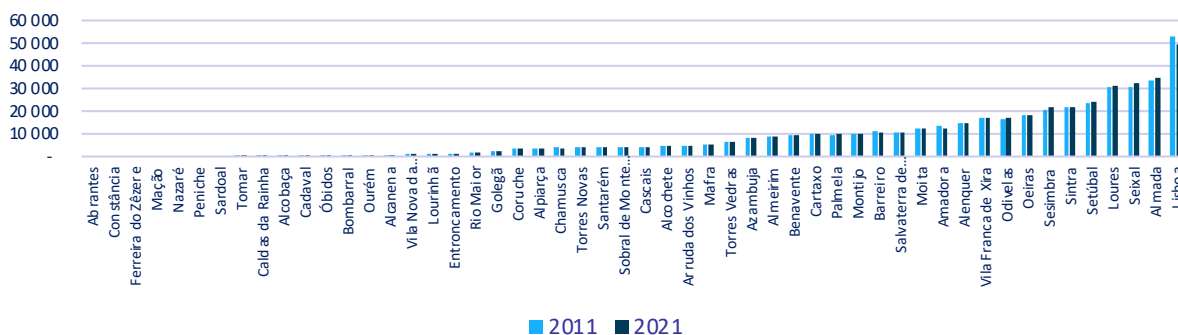


Gráfico 160 – Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade sísmica, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDR LVT/ INE (BGE)

Destacam-se os concelhos da **AML com a totalidade, ou quase totalidade, dos edifícios** expostos, com exceção do Montijo, Palmela, Sintra, Mafra e Cascais. Na mesma situação encontram-se os concelhos de **Salvaterra de Magos, Cartaxo, Arruda dos Vinhos, Benavente, Alpiarça, Almeirim e Sobral de Monte Agraço**. Sem qualquer edifício exposto às classes mais elevadas de risco sísmico encontram-se os concelhos de Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Nazaré, Peniche e Sardoal.

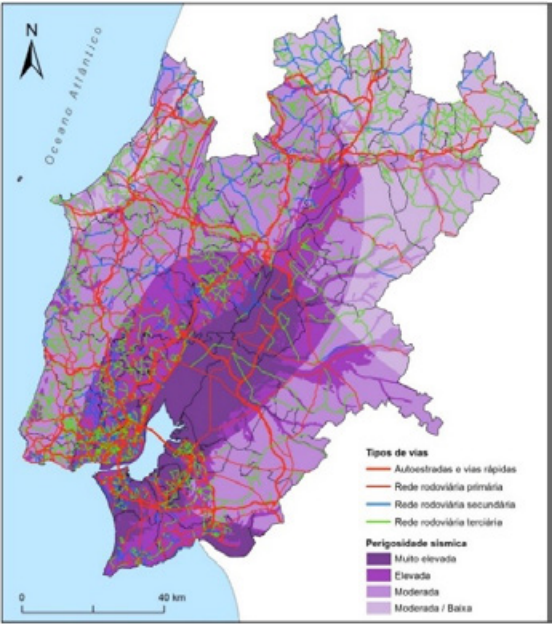


Figura 58 – Vias expostas à perigosidade sísmica
Fonte: IGOT

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE SÍSMICA

No total, foram identificados cerca de **4.900Km de vias em zonas de perigosidade sísmica elevada ou muito elevada**, o que corresponde a 45% do total de vias.

Tipo de vias	Perigosidade sísmica	
	Muito elevada (km)	Elevada (km)
Autoestrada e vias rápidas	337,6	901,6
Rede rodoviária primária	296,9	1050,9
Rede rodoviária secundária	97,4	555,2
Rede rodoviária terciária	278,8	1381,4
Total	1010,7	3889,1

Quadro 26 - Vias expostas à perigosidade sísmica, por tipo de via
Fonte: IGOT, 2020

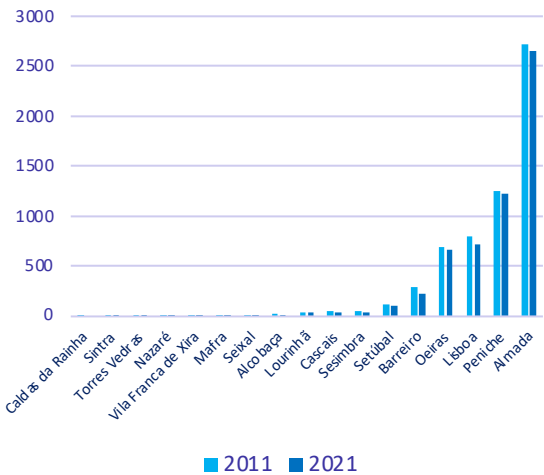


Gráfico 161 – Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade por inundação por tsunami, 2011-2021
Fonte: IGOT / CCCR LVT/ INE (BGE)

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A PERIGOSIDADE DE INUNDAÇÃO POR TSUNAMI

Em 2021 existiam **5.720 edifícios com uso residencial situados em zonas suscetíveis a inundação por tsunami**, menos 290 do que em 2011, os quais se localizam em 16 concelhos da região.

Quase metade destes edifícios encontram-se no concelho de Almada (2.658), sendo ainda de assinalar Peniche, com mais de 1.200 edifícios expostos, Lisboa e Oeiras com mais de 650 edifícios expostos e Barreiro e Setúbal com mais de 90. Na maior parte dos concelhos registou-se uma diminuição dos edifícios com uso residencial expostos, entre 2011 e 2021.

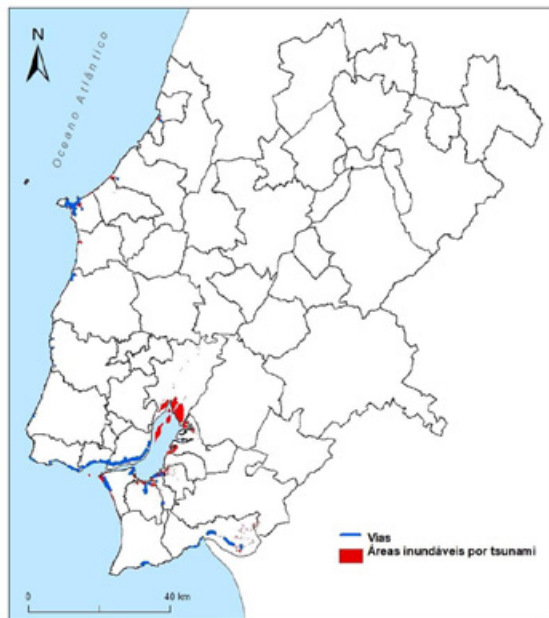


Figura 59 – Vias expostas à perigosidade de inundação por tsunami

Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE DE INUNDAÇÃO POR TSUNAMI

No total, foram identificados cerca de **148Km de vias em zonas suscetíveis a inundação por tsunami**.

Tipos de vias	(km)
Autoestradas e vias rápidas	7,4
Rede rodoviária primária	89,9
Rede rodoviária secundária	18,1
Rede rodoviária terciária	32,1
Total	147,5

Quadro 27 - Vias expostas a perigosidade de inundação por tsunami, por tipo de via

Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A PERIGOSIDADE DE MOVIMENTOS DE MASSA DE VERTENTES

Em 2021, foram identificados **18.726 edifícios com uso residencial situados em zonas de suscetibilidade elevada ou muito elevada, mais 858 edifícios que em 2011**. Destaca-se o município de **Mafra**, com **mais de 2.600** edifícios expostos, bem como os municípios de **Sintra**, **Vila Franca de Xira**, **Alenquer** e **Torres Vedras**, com um total compreendido entre 1.067 e 1.792 edifícios nas referidas classes de suscetibilidade. Merecem, ainda, referência os municípios de Caldas da Rainha, Oeiras, Sesimbra, Ourém, Cascais, Alcobaça, Odivelas, Arruda dos Vinhos, Loures e Lourinhã, com um total de edifícios expostos superior a 500.

De referir que nos concelhos de Mafra, Odivelas e Lourinhã registou-se um aumento de mais de 100 edifícios entre 2011 e 2021. Com um aumento de mais de 50 edifícios encontram-se os concelhos de Caldas da Rainha, Loures, Torres Vedras e Sintra. Os concelhos de Setúbal e Arruda dos Vinhos diminuíram os edifícios com uso residencial em áreas de risco.

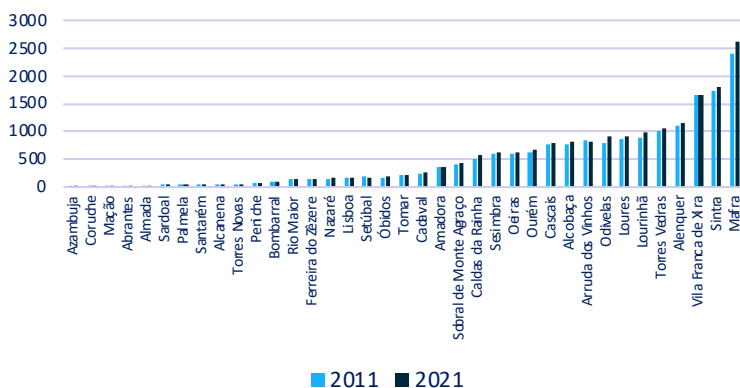


Gráfico 162– Evolução dos edifícios com uso residencial expostos à perigosidade de movimentos de massa de vertentes, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDR LVT/ INE (BGE)

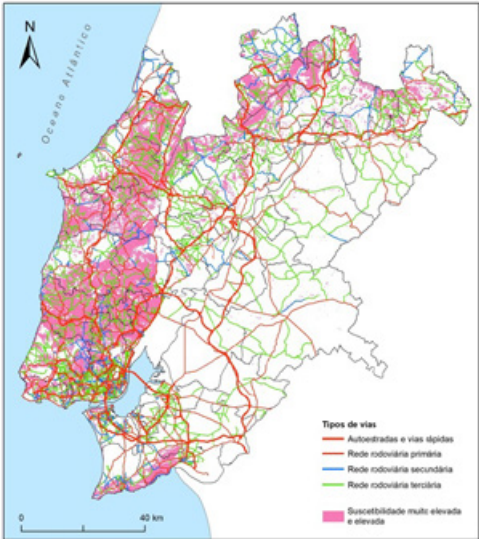


Figura 60 –Vias expostas à perigosidade de movimentos de massa de vertentes
Fonte: IGOT, 2020

EXPOSIÇÃO DAS VIAS A PERIGOSIDADE DE MOVIMENTOS DE MASSA DE VERTENTES

Foram identificados cerca de **685Km de troços de vias em zonas caracterizadas por suscetibilidade elevada** ou muito elevada à ocorrência de movimentos de vertente.

Tipos de vias	(km)
Autoestrada e vias rápidas	107
Rede rodoviária primária	161,2
Rede rodoviária secundária	89,1
Rede rodoviária terciária	327,5
Total	684,8

Quadro 28 - Vias expostas à perigosidade de movimentos de massa de vertentes, por tipo de via
Fonte: IGOT, 2020



1.4. Riscos Tecnológicos

O transporte de produtos perigosos em infraestruturas fixas é realizado em elevada pressão através de oleodutos e gasodutos, sendo a RLVTT atravessada por estas infraestruturas. Os perigos associados a acidentes que possam ocorrer em oleoduto incluem: libertações de gases inflamáveis e formação de misturas explosivas, derrame de substâncias perigosas, incêndios e explosões. Os perigos associados a acidentes que possam ocorrer no gasoduto incluem fugas de gás, incêndio, elevados níveis de radiação térmica e sobrepressão resultante da explosão, se esta ocorrer.

Por outro lado, o Decreto-Lei 150/2015, de 5 de agosto estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012. Na listagem de fevereiro de 2024 dos estabelecimentos com classificação Seveso III ao abrigo dessa diretiva estão identificados 54 estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves na área de Lisboa e Vale do Tejo.

Neste âmbito, apresenta-se de seguida informação com respeito à suscetibilidade de ocorrência acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos, bem como à exposição a este perigo dos edifícios com uso residencial, para o ano de 2011 e de 2021, permitindo apresentar a evolução da exposição.

Apresenta-se ainda informação relativa à perigosidade associada a acidentes que envolvam substâncias perigosas, considerando o nível de perigosidade superior ou inferior dos estabelecimentos com a classificação Seveso III, bem como a exposição a este perigo dos edifícios com uso residencial considerando um buffer de 1.500m em torno desses estabelecimentos.

PERIGOSIDADE DE ACIDENTES EM INFRAESTRUTURAS FIXAS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

No território de LVT o **oleoduto** atravessa no sentido sul-norte os municípios de Palmela, Montijo, Benavente, Salvaterra de Magos e Azambuja. O **gasoduto** da rede principal também atravessa o território de LVT no sentido norte-sul, entrando em Setúbal até Alcobaça, e no sentido sudeste-noroeste, entrando em Abrantes e seguindo até Ourém.



Figura 61 - Localização das infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos (oleoduto e gasoduto)

Fonte: IGOT, 2024



Figura 62 - Perigosidade a acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos (oleoduto e gasoduto)

Fonte: IGOT, 2024

No caso do **gasoduto existe em 21 municípios o perigo de acidente em infraestruturas fixas de transporte**, que correspondem aos municípios atravessados por esta infraestrutura e no caso do oleoduto estão identificados apenas 5 municípios onde pode existir esse perigo. Os municípios de Palmela, Benavente e Azambuja são os que acumulam a perigosidade pela presença simultânea do oleoduto e do gasoduto.

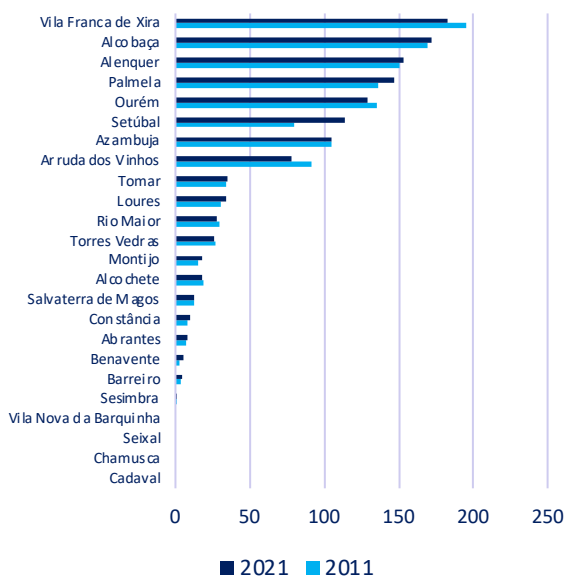
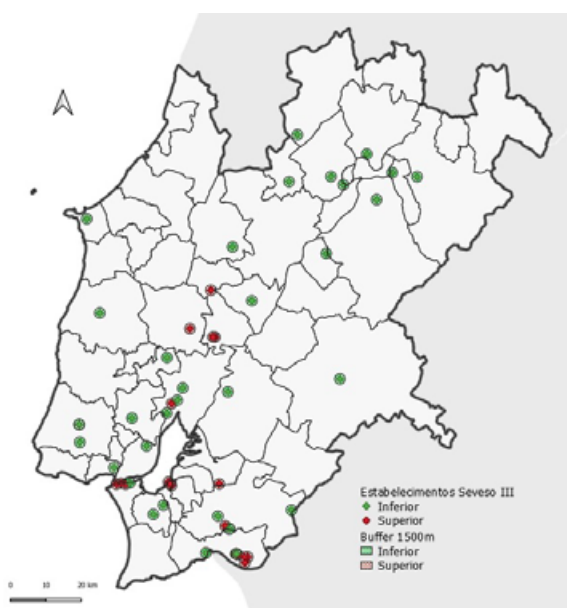


Gráfico 163 - Edifícios expostos a acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos (oleoduto e gasoduto)

Fonte: IGOT / CCDD LVT / INE (BGE)



EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A ACIDENTES EM INFRAESTRUTURAS FIXAS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

Em 2021 foram identificados **1.202 edifícios com uso residencial situados em zonas de perigosidade a acidentes com gasoduto e 81 edifícios com uso residencial relativamente a acidentes com oleoduto, num total de 1.283 edifícios**. Face a 2011 registou-se um aumento de 30 edifícios.

Destacam-se os municípios de Vila Franca de Xira, Alcobaça, Alenquer, Palmela, Ourém, Setúbal e Azambuja, que em conjunto abrangem 78% do total de edifícios expostos aos acidentes em gasoduto ou oleoduto.

O município da Azambuja destaca-se pelos valores mais elevados de exposição ao oleoduto, devido à localização da Companhia Logística de Combustíveis, SA no seu território.

Os concelhos do Cadaval, Chamusca, Seixal e Vila Nova da Barquinha, apesar de atravessados pelo gasoduto, não têm edifícios em risco.

PERIGOSIDADE DE ACIDENTES QUE ENVOLVAM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS (DIRETIVA SEVESO III)

Em 2024, existem na região **52 estabelecimentos classificados ao abrigo da Diretiva Seveso III**, sendo 20 de Nível Superior de Perigosidade e 32 de Nível inferior.

Os estabelecimentos de Nível superior têm atividades relacionadas com armazenamento de combustíveis, indústria química, fertilizantes, celulose e terminais marítimos, e localizam-se principalmente nos municípios de Setúbal, Almada, Barreiro e Azambuja. Nos estabelecimentos de Nível Inferior de Perigosidade destacam-se os municípios de Palmela e Vila Franca de Xira.

Figura 63 - Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva SEVESO III, por níveis de perigosidade, 2024

Fonte: APA / CCDD LVT

EXPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS A ACIDENTES QUE ENVOLVAM SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

Considerando os edifícios com uso residencial em 2021, identificam-se **34.986 situados em zonas de perigosidade**. Destaca-se o município de Vila Franca de Xira, com 5.580 edifícios expostos, seguido de Oeiras com 3.197. Os concelhos de Almada, Seixal, Sintra, Loures e Lisboa, têm todos mais de 2.000 edifícios expostos a este perigo.

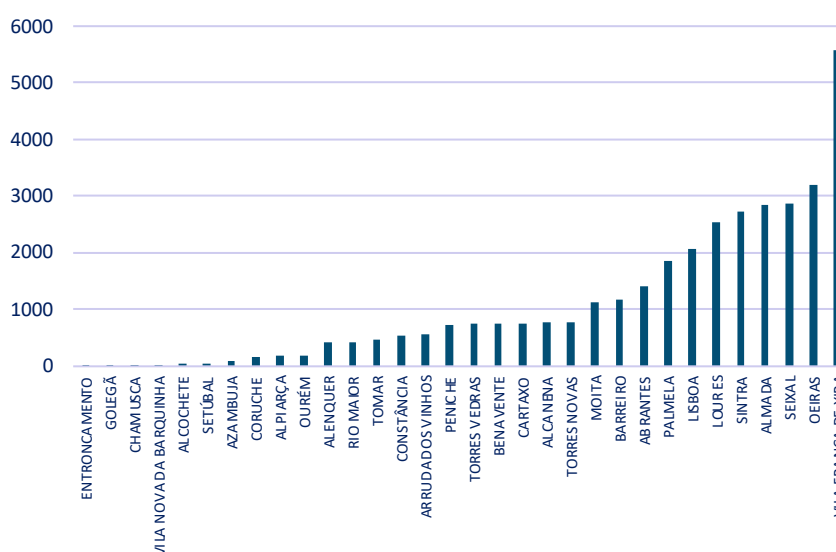
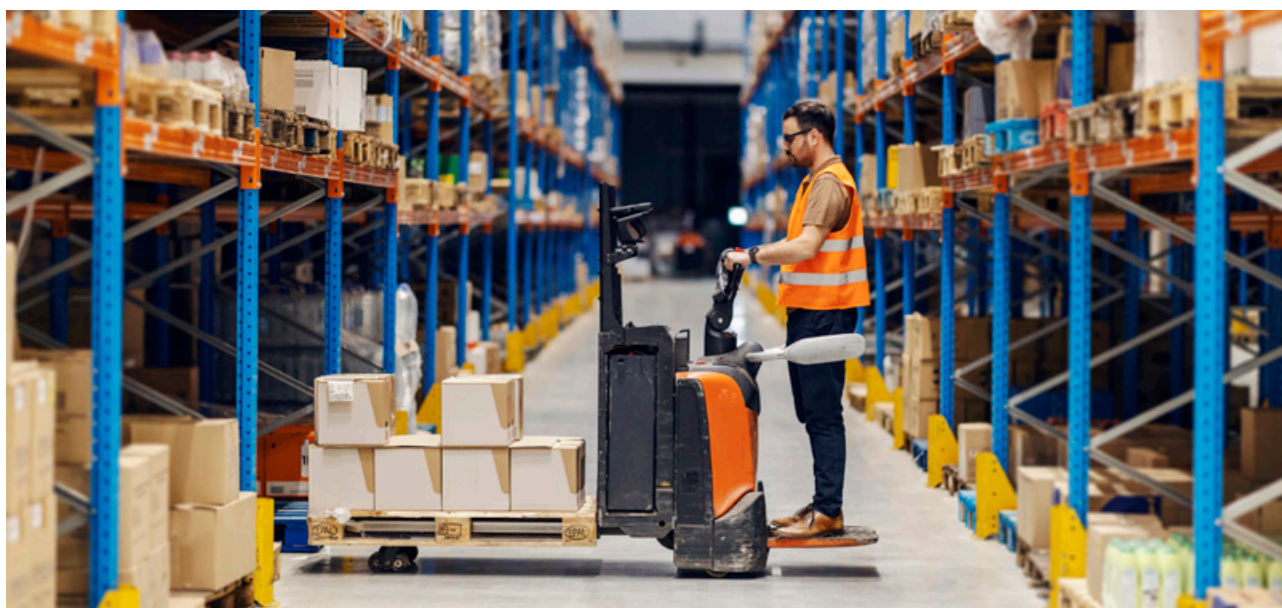


Gráfico 164 - Edifícios expostos a acidentes que envolvam substâncias perigosas

Fonte: APA / CCDR LVT/ INE (BGE)



Parte I – Dinâmicas Territoriais

B. INDICADORES TRANSVERSAIS

2. Alterações Climáticas

- Emissões de gases com efeito estufa
- Armazenamento de carbono
- Ação climática



2.1. Emissões de Gases com Efeito Estufa

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050) estabelece como objetivo a redução de emissões de Gases com Efeito Estufa (GEE) para Portugal entre 85% e 90% até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45% e 55% até 2030, e entre 65% e 75% até 2040, em relação a 2005.

Nesta perspetiva, apresenta-se informação relativa aos quantitativos de emissões de GEE, e a sua evolução entre 2015 e 2019, bem como peso dos gases emitidos por tipo e por grupos de atividades.

QUANTITATIVO DE GEE EMITIDOS (SEM LULUCF - Land Use, Land-Use Change and Forestry)

Os GEE emitidos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, **entre 2015 e 2019**, têm consistentemente um **peso a rondar os 30% no total nacional**. A tendência evolutiva é semelhante ao nível regional e nacional: **ligeiro crescimento entre 2015 e 2017 e redução para 2019**. As taxas de variação registam, no entanto, níveis de grandeza distintos: crescimento e diminuição mais acentuada na RLVT nos anos intermédios do período considerado; e redução mais significativa entre 2015 e 2019 no total nacional.

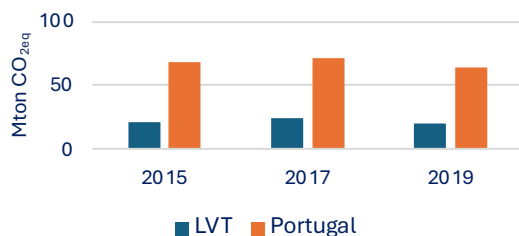
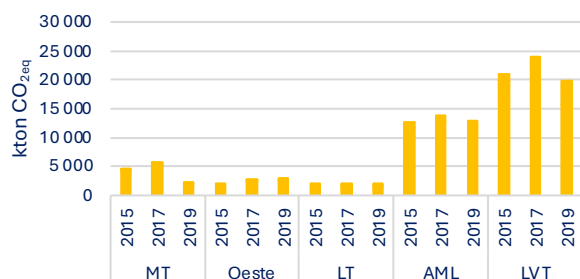


Gráfico 165 – Emissões de GEE (sem LULUCF) em Portugal e na RLVT, 2015, 2017 e 2019

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT



	2015-2017	2017-2019	2015-2019
LVT	12,8	-20,6	-5,2
Portugal	4,6	-11,6	-6,4

Quadro 29 – Taxa de variação (%) das emissões de GEE (sem LULUCF)

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

A **AML sobressai** claramente com os maiores quantitativos de GEE emitidos, reflexo da maior dimensão populacional e económica.

Em todas as NUTSIII se verifica uma dinâmica evolutiva semelhante à ocorrida à escala regional e nacional.

Gráfico 166 – Emissões de GEE (sem LULUCF) por NUTS, 2015, 2017 e 2019

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

TIPOS DE GEE EMITIDOS

O **dióxido de carbono (CO₂)** é o GEE com maior representatividade tanto a nível nacional (cerca de 71%) como na RLVT (80%), refletindo o peso da queima de combustíveis fósseis e da produção de energia.

Entre **2017 e 2019 o dióxido de carbono reduz o seu peso** no balanço global dos GEE, baixando dos 80%, enquanto os restantes três tipos de gases reforçam a sua relevância.

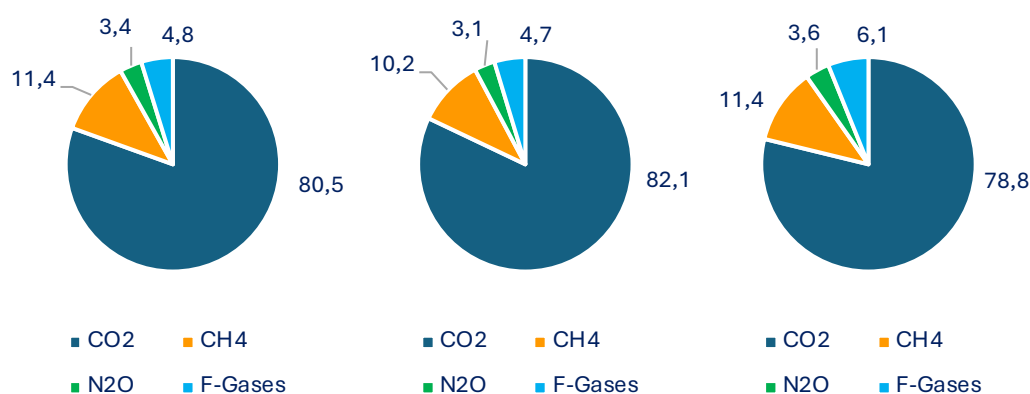


Gráfico 167 – Peso (%) dos GEE (sem LULUCF) por tipo de gás, 2015, 2017 e 2019

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

Os **maiores níveis de emissões de CO₂** registaram-se em concelhos com maior atividade relacionadas com a produção de energia (Central Termoelétrica do Pego, em Abrantes, Central Termoelétrica do Ribatejo em Alenquer, Central de Cogeração da Póvoa de Santa Iria, em Vila Franca de Xira, Central de Cogeração no Barreiro), a **indústria transformadora** (Lusical em Santarém, Navigator em Setúbal, Aduos de Alverca, Cimpor e Sidul em Vila Franca de Xira, Siderurgia Nacional no Seixal) e o **tráfego automóvel** (Lisboa e concelhos envolventes).

É de referenciar a **queda havida no Médio Tejo nas emissões de CO₂ no ano de 2019 face a 2017 e a 2015, sendo que a mesma resulta dos dados associados ao concelho de Abrantes** e resultado da redução da atividade na Central do Pego que acabou por cessar a sua atividade no ano de 2021. Por outro lado, destaca-se o **acréscimo registado em 2017 no concelho de Mação**, em resultado dos grandes incêndios ocorridos nesse ano.

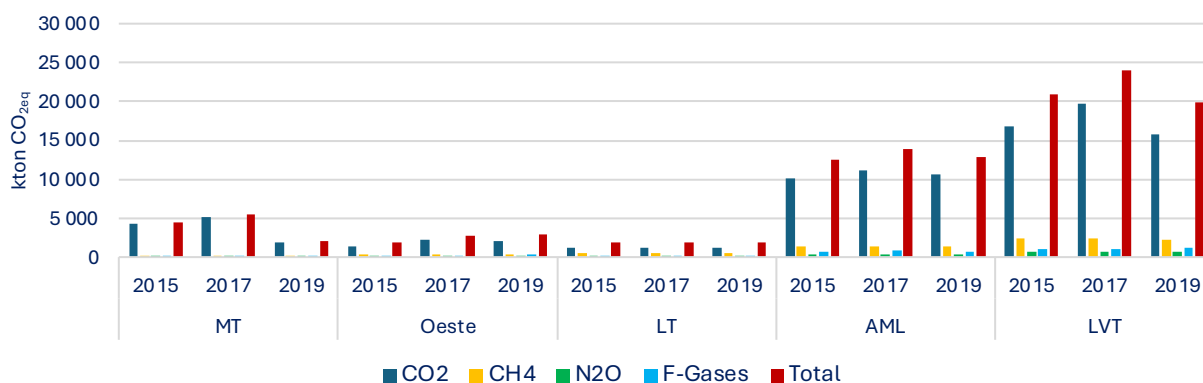


Gráfico 168 – Emissões (kton CO₂eq) de GEE (sem LULUCF) por NUTSIII

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

Relativamente ao **metano** (CH_4) que tem origem principalmente nos setores da agricultura e dos resíduos, destacam-se as emissões registadas nos concelhos de Palmela, Chamusca e Seixal. As emissões de **óxido nitroso** (N_2O) estão habitualmente relacionadas com combustão de combustíveis fósseis, processos industriais e com a agricultura (aplicação de fertilizantes), pelo que o padrão de emissão na RLVT é mais diverso e disperso. Na RLVT, em 2019, a emissão de **Gases Fluorados**, gases artificiais utilizados na indústria e que têm um elevado potencial de aquecimento global, destacou-se nos concelhos de Loures, Torres Vedras, Lisboa e Lourinhã.

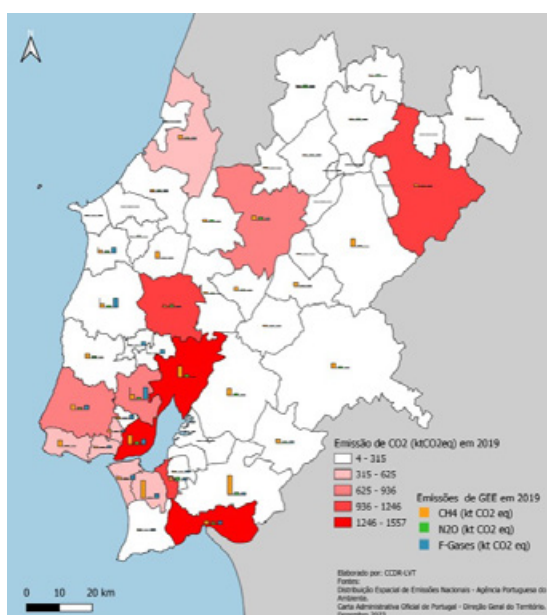


Figura 64 – Emissão de GEE na RLVT, por concelho, 2019

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

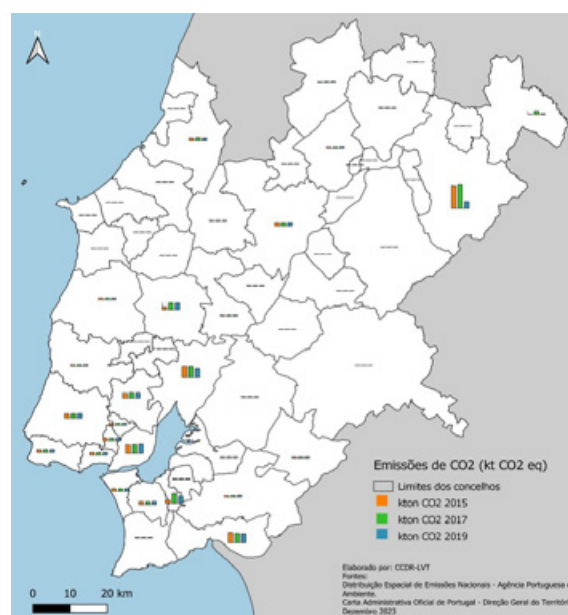
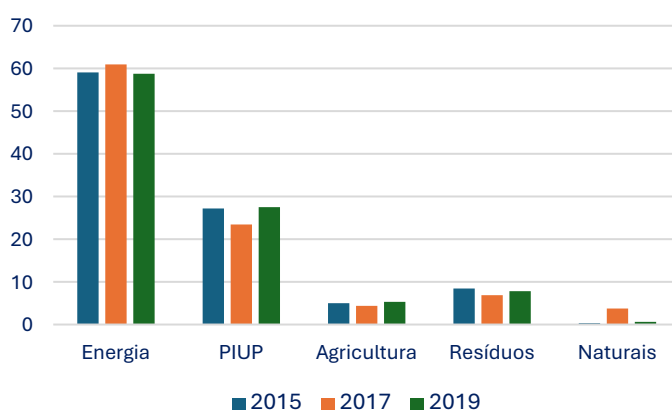


Figura 65 – Emissões de CO2, na RLVT, por concelho, 2015, 2017 e 2019

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

EMISSIONES DE GEE POR ATIVIDADES

As **atividades ligadas ao consumo e produção de energia** são as principais responsáveis pelas emissões de GEE, e em conjunto com as geradas pelos **processos industriais e usos de produtos** (PIUP) representam cerca de 90% do total, estas últimas com uma trajetória de incremento.



Apesar da importância da atividade agrícola em toda a RLVT, o setor ligado aos resíduos acaba por representar uma maior fonte emissora.

Por último, as emissões associadas às atividades naturais, em 2017, serão o reflexo dos grandes incêndios ocorridos nesse ano, afetando particularmente municípios do Médio Tejo.

Gráfico 169 – Peso (%) das emissões de GEE por grandes grupos de atividades em LVT

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

Considerando a repartição das emissões de GEE dos setores pelo tipo de gás, sobressai, desde logo, a **relevância do CO₂ nas atividades ligadas à energia (produção e consumo) e nos processos industriais** em termos globais, reflexo do peso dos combustíveis fósseis. Em termos evolutivos salienta-se a **quebra nas emissões de CO₂, entre 2017 e 2019**, único gás com um comportamento regressivo nos valores das emissões. As emissões de gases fluorados estão, essencialmente, ligadas aos processos industriais.

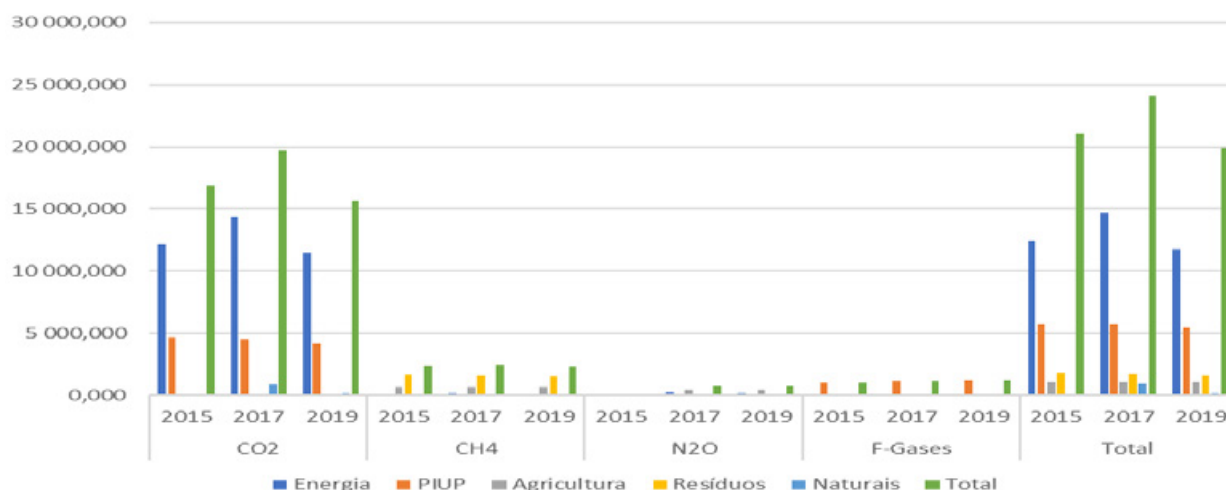
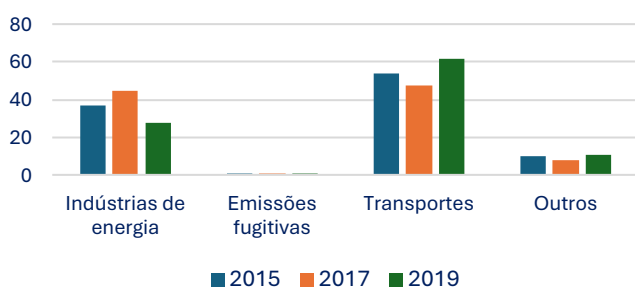


Gráfico 170 – Emissões dos GEE (kton CO₂eq) por grandes grupos de atividades e por tipo de gás em LVT

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

PESO DAS EMISSÕES DE CO₂ POR ATIVIDADES

Numa análise mais detalhada às emissões de CO₂ por parte do setor das atividades de consumo e produção de energia, constata-se que os **transportes são o fator determinante para o peso do desempenho (negativo)** deste setor, com um crescimento constante do valor absoluto e atingindo, em 2019, uma quota de 61% nas emissões associadas à Energia.



No ano de 2017 as emissões de CO₂ associadas à produção de energia registam um valor semelhante aos transportes, mas na evolução para 2019 resista-se uma quebra resultante do processo de encerramento das atividades na Central Termoelétrica do Pego.

Gráfico 171 – Peso (%) das emissões de CO₂ por usos na atividade Energia, em Lisboa e Vale do Tejo (sem LULUCF)

Fonte: APA, tratamento CCDR LVT

2.2. Armazenamento de Carbono

Os sistemas naturais, agrícolas, florestais e agroflorestais podem desempenhar um papel fundamental no sequestro e armazenamento de carbono, contribuindo significativamente para a mitigação das alterações climáticas.

Neste quadro, apresenta-se informação sobre o potencial de armazenamento de carbono na região, tendo como referência os resultados do projeto ASEBIO - Assessment of Ecosystem Services, Biodiversity, and Well-Being in Portugal, desenvolvido pela NOVA IMS, no que se refere em específico aos serviços de ecossistema “Regulação Climática” que estima o carbono armazenado por cada classe de ocupação do solo utilizando quatro reservatórios de carbono (biomassa acima e abaixo do solo, solo e matéria orgânica morta).

Não estão disponíveis dados que permitam calcular o potencial de sequestro de carbono da RLVT.

POTENCIAL DE ARMAZENAMENTO DE CARBONO

Cerca de **37% do território da região possui um potencial máximo ou elevado de armazenamento de carbono**, em particular nas áreas florestais, superfícies agroflorestais e matos, dominantes no Médio Tejo, sul da Lezíria do Tejo, Serras de Aire e Candeeiros, de Sintra, Arrábida e Montejunto. Os concelhos com maior potencial neste serviço de ecossistema são a Chamusca, Mação, Abrantes, Vila Nova da Barquinha, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere e Sardoal, com mais de 50% do território com potencial máximo ou elevado.

Entre 2000 e 2018, em resultado da evolução de ocupação do solo, o balanço global na região foi negativo, com perdas de potencial numa área superior, em cerca de 40.000ha, à área com ganhos de potencial. Destaca-se o concelho da Chamusca, com um balanço negativo de cerca de 11.000ha, bem como os concelhos de Abrantes, Palmela, Benavente, Tomar e Salvaterra de Magos. Com balanço positivo destacam-se os concelhos de Mação e Ourém.

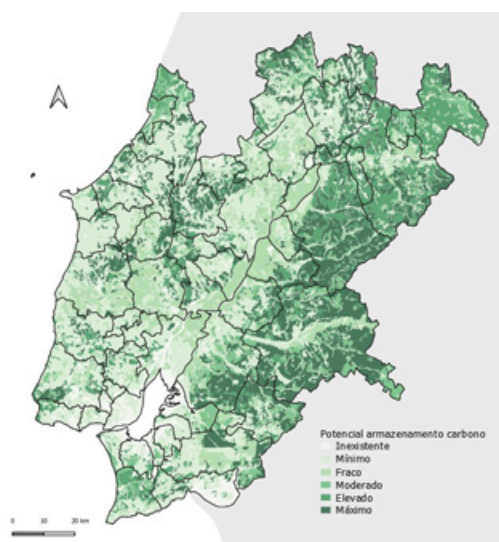


Figura 66 – Potencial de armazenamento de carbono, 2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. Ecological Indicators, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

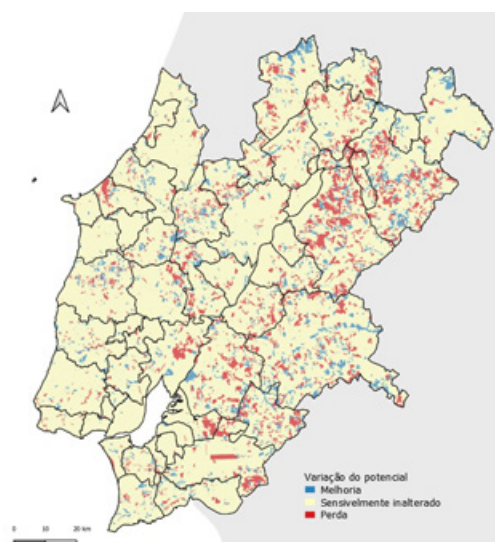


Figura 67 – Variação do potencial de armazenamento de carbono, 2010-2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. Ecological Indicators, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

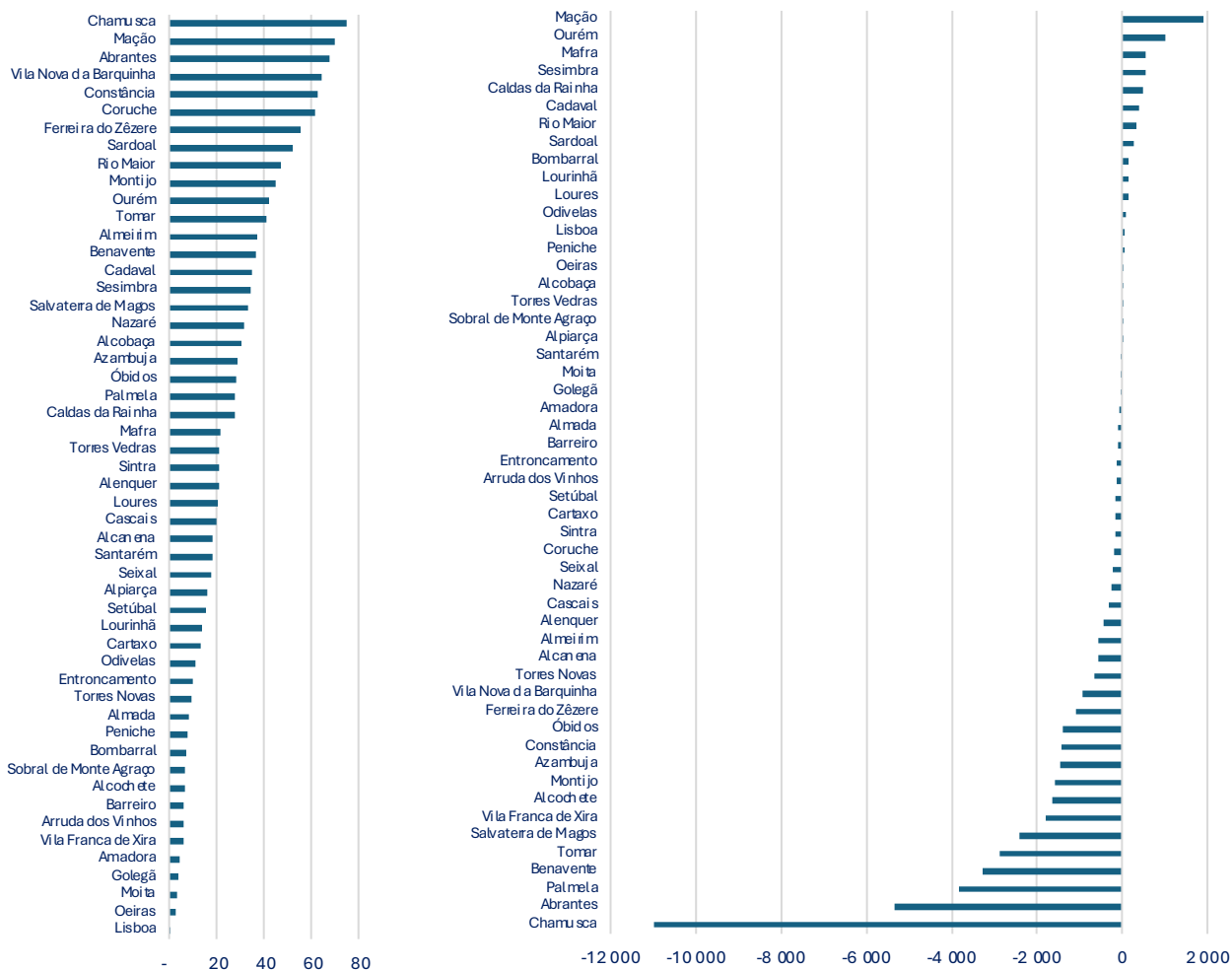


Gráfico 172 – Proporção do concelho com potencial máximo ou elevado de armazenamento de carbono, 2018

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

Gráfico 173 – Balanço entre a melhoria e perda de potencial de armazenamento de carbono, 2000-2018 (ha)

Fonte: Adaptado de: Cabral, P., Campos, F. S., David, J., & Caser, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

2.3. Ação Climática

A implementação de políticas e iniciativas a nível local é essencial para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, podendo ter um impacto significativo na redução das emissões de GEE e na resiliência dos territórios a eventos climáticos extremos.

Apresenta-se de seguida informação com respeito ao ponto de situação da região e do país no que se refere à ação climática intermunicipal, considerando o planeamento de adaptação naquela escala e a ação municipal, tendo como referência um estudo desenvolvido pela consultora Get2C, à escala nacional o qual considera cinco requisitos: 1 - tem uma Estratégia e/ou Plano de Adaptação às Alterações Climáticas; 2 - tem uma Estratégia de Energia; 3 - tem um Compromisso de Neutralidade Carbónica; 4 - Tem Estratégia e/ou Roteiro para a Neutralidade Carbónica; 5 - Tem um Plano Municipal de Ação Climática.

Dá-se nota dos projetos e membros da Rede AdaptLocal - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, criada em 2016, decorrente do projeto ClimAdaPT.Local, com a finalidade de dinamizar a adaptação local às alterações climáticas

Apresenta-se ainda a ação desenvolvida no âmbito da Plataforma ODSlocal, que assenta numa mobilização de decisores e técnicos municipais, agentes locais e cidadãos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pelas Nações Unidas na Agenda 2030, de onde se destaca o ODS 13 – Ação Climática.

AÇÃO CLIMÁTICA INTERMUNICIPAL

Ao nível da Região de Lisboa e Vale do Tejo, as **três Comunidades Intermunicipais e a Área Metropolitana de Lisboa desenvolveram os respetivos Planos de Adaptação às Alterações Climáticas**, sendo possível criar, a partir desses trabalhos, um quadro de cenarização para a globalidade da Região.

Variável	Síntese para a RLVLT
	Aumento da temperatura média anual
	Aumento significativo das temperaturas máximas particularmente no verão e outono no verão (até 5,3°C) no outono (até 4,1°C)
	Aumento da temperatura mínima, particularmente no verão e outono
	Agravamento do gradiente térmico litoral/interior, mais vincado no verão
	Maiores aumentos projetados nas Serras e Vales e Depressões Interiores
	Ondas de calor mais frequentes e persistentes:
	A alargamento do período de desconforto aos meses de abril, maio e outubro
	Aumento do número médio de dias de verão (entre 23 e 58 dias) e do número médio de dias muito quentes (entre 10 e 42 dias)
	Aumento generalizado da frequência de noites tropicais, particularmente nos Vales e Depressões Litorais e nas Colinas:
	Diminuição generalizada da precipitação anual:
	A alargamento e acentuação da estação seca no regime pluviométrico anual: diminuição em cerca de 25%, na Primavera e no Outono diminuição no Verão incerteza no Inverno:
	Secas mais frequentes e intensas: Diminuição significativa do número de dias com precipitação, até 16 dias por ano, aumentando a frequência e intensidade das secas
	Aumento da frequência de dias com precipitação muito intensa (≥ 20 mm): +1 a +2 dias por ano (Inverno)

Quadro 30 – Síntese das Alterações climáticas projetadas para a RLVLT

Fonte: Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da AML e Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste, da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, 201

AÇÃO CLIMÁTICA MUNICIPAL

A nível nacional, **apenas 43 municípios se comprometeram com a neutralidade carbónica** e destes somente 11 definiram uma estratégia para a atingir.

Na RLVT, apenas os concelhos de Azambuja, Cascais, Loures e Lisboa cumprem os 5 requisitos. Torres Vedras, cumpre 4 requisitos e Sintra, Tomar e Torres Novas cumprem 3 requisitos. **A grande maioria dos concelhos da região apenas cumpre 1 ou 2 requisitos.**

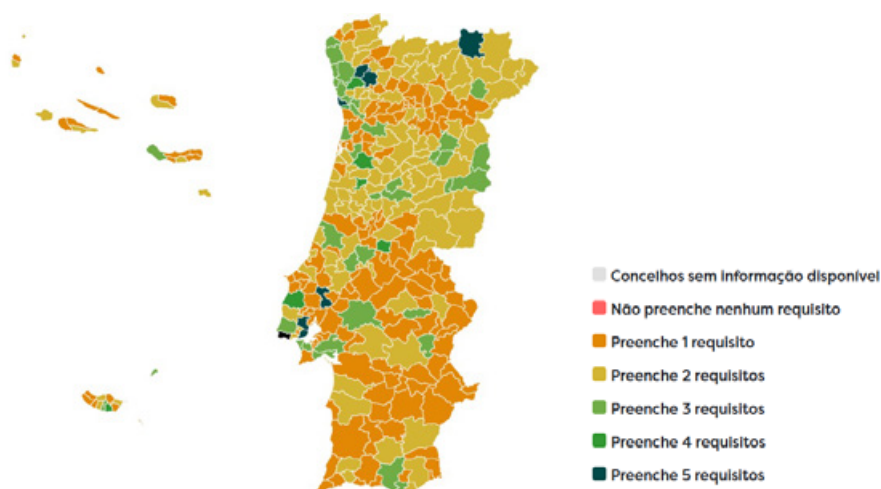


Figura 68 - Mapa da Ação Climática Municipal, 2023

Fonte: <https://www.get2c.pt/cooler-world/mapa-da-acao-climatica-municipal>

Em termos de ação climática municipal destaca-se ainda os trabalhos desenvolvidos no âmbito da **plataforma AdaptLocal** (<https://www.adapt-local.pt/>) da qual são membros efetivos oito concelhos da RLVT: Tomar, Coruche, Torres Vedras, Mafra, Sintra, Cascais, Almada e Lisboa.

A AdaptLocal visa: dinamizar a adaptação local às alterações climáticas; facilitar a troca de experiências entre municípios; promover a capacitação das autarquias; e gerir e ampliar o sistema de informação de apoio à capacitação.

Na Plataforma **ODSLocal** (<https://odslocal.pt/>) são publicados indicadores municipais, projetos e boas práticas municipais relacionadas com os 17 ODS. No que respeita ao **ODS13 – Ação Climática**, estão destacados na plataforma **boas práticas** de vários municípios da região: Seixal, Torres Vedras, Coruche, Cascais, Lourinhã, Cadaval, Oeiras, Lisboa, Caldas da Rainha, Setúbal, Sesimbra, Mafra e Loures (<https://odslocal.pt/boas-praticas>).

Parte II. Dinâmicas de Planeamento

1. ÂMBITO NACIONAL, SETORIAL E ESPECIAL

- Revisão do PNPOT e planeamento setorial
- Planos/Programas especiais



1.1. Revisão do PNPOT e planeamento setorial

As dinâmicas de planeamento a nível nacional incluem a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovada em 2019 pela Lei 99/2019, de 5 de setembro. Este programa estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia.

Devem ainda considerar-se os programas setoriais, como instrumentos programáticos ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território, nomeadamente os programas e as estratégias de desenvolvimento, respeitantes aos diversos setores da administração central, os regimes territoriais definidos ao abrigo de lei especial e as decisões sobre a localização de grandes empreendimentos públicos com incidência territorial.

Apresentam-se de seguida os principais instrumentos em vigor da política nacional, setorial e de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com relevância para o território da região, incluindo os respetivos objetivos.

REVISÃO DO PNPOT – DESAFIOS E ORIENTAÇÕES PARA OS PROT

A Estratégia de Ordenamento do Território do PNPOT, concebida para 2030 e com cenários prospetivos para 2050, é refletida no Modelo Territorial que propõe uma organização espacial estruturada em cinco Sistemas: **o Sistema Natural, o Sistema Social, o Sistema Económico, o Sistema de Conetividades e o Sistema Urbano**. Com algum caráter de inovação, o PNPOT considerou ainda um sexto elemento nos exercícios de planeamento - **as vulnerabilidades críticas** -, que vem conferir visibilidade às principais fragilidades com incidência sobre o território.

De forma a assegurar a coerência entre os vários níveis de instrumentos de gestão territorial, o PNPOT identificou **diretrizes de coordenação e articulação e de conteúdos** das quais se salientam apenas as mais relevantes relacionadas com os PROT.

Diretrizes de coordenação e articulação para os PROT:

- As mudanças críticas, os princípios da coesão territorial e os desafios territoriais identificados na Estratégia do PNPOT, assim como os Sistemas e o Modelo Territorial são desenvolvidos e objetivados nos PROT no âmbito da definição de um quadro de referência estratégico regional, e são orientadores para os planos territoriais e para os instrumentos de programação estratégica e operacional de âmbito regional;
- Reforço da articulação dos PROT com os programas operacionais regionais e da definição de indicadores de avaliação;
- Os programas de ação que acompanham os PROT devem incluir mecanismos de dinâmica que permitam adaptar-se à evolução dos ciclos e programas de financiamento comunitários;
- Enquanto instrumentos de desenvolvimento regional e quadro de referência para os planos territoriais, os PROT estabelecem orientações e diretrizes específicas para a definição dos regimes de ocupação, uso e transformação do solo, tendo em consideração preocupações relevantes de interesse nacional e regional, nomeadamente a minimização de vulnerabilidades e salvaguarda de riscos, o combate à edificação dispersa e isolada e à fragmentação da propriedade, a mobilidade sustentável, o uso eficiente dos recursos e a sua valorização;
- A área geográfica de incidência de cada um dos PROT não prejudica que os seus estudos e estratégias considerem territórios de racionalidade e coerência funcional, quer ao nível interno da região quer ao nível da articulação externa.

Diretrizes de conteúdo para os PROT:

- Estabelecer o modelo territorial de organização da macroestrutura de referência para as grandes opções económicas e sociais, garantindo níveis de coesão adequados, a suportar por uma matriz de atividades e redes, potenciadora dos recursos próprios e favorecedora da convergência regional, como resultado da aproximação conjunta dos diversos espaços sub-regionais;
- identificar as opções prioritárias de nível regional para as quais deve ser direcionado o investimento que contribuam para a implementação do modelo territorial e, em particular, para robustecer o sistema de centralidades e as relações funcionais de coesão e competitividade, dinamizar o alargamento da base económica, integrar as novas abordagens da sustentabilidade e mitigar vulnerabilidades territoriais, assim como para estruturar os subsistemas territoriais;
- Definir o sistema urbano regional, desenvolvendo e completando o modelo territorial do PNPOT com a identificação das centralidades mais relevantes para a potenciação das inter-relações funcionais e organização e suporte dos respetivos subsistemas territoriais;
- Identificar medidas e ações para robustecer as centralidades e as redes de colaboração nacionais e internacionais, alcançar uma maior equidade no acesso aos serviços de interesse geral, providenciar serviços de interesse para economia e potenciar as relações urbano-rurais, gerando economias locais e circuitos de proximidade com potencial de atratividade externa;
- Articular as políticas agrícolas, florestais e ambientais e densificar as diversas áreas de potencial e de sensibilidade, tendo em vista fomentar o adequado aproveitamento do solo e gestão das paisagens, garantindo sistemas sustentáveis e criação de capital natural, acautelando reconversões de usos adequadas, prevenindo e reduzindo vulnerabilidades e riscos e contribuindo para a descarbonização;
- Considerar no modelo territorial as especificidades do povoamento e da estrutura fundiária regional, estabelecendo diretrizes para o uso do solo e padrões de edificabilidade de suporte à habitação e atividades económicas que privilegiem a concentração do edificado e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos, contendo o desperdício inerente à fragmentação da urbanização e da edificação dispersa, promovendo a reabilitação e a regeneração urbana, a mobilidade sustentável a economia de partilha e os consumos de proximidade;
- Integrar dinâmicas de alteração demográfica e de envelhecimento da população, de evolução tecnológica e de transição digital e potenciais regionais de especialização e diversificação económica, criando quadros de atratividade e competitividade sustentáveis;
- Desenvolver à escala regional estratégias e abordagens integradas de sustentabilidade, designadamente nos domínios dos riscos e da adaptação às alterações climáticas, das estruturas ecológicas, da paisagem e da valorização dos serviços dos ecossistemas, da economia circular, da descarbonização, da mobilidade sustentável, das redes de energias renováveis, fornecendo quadros de referência para o planeamento de nível municipal e intermunicipal.

Para além destas diretrizes importa, igualmente, considerar os **cinco grandes Desafios Territoriais** que organizam as 15 opções estratégicas de base territorial a que a prática de ordenamento do território deverá dar resposta:

- Gerir os recursos naturais de forma sustentável;
- Promover um sistema urbano policêntrico;
- Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial;
- Reforçar a conectividade interna e externa;
- Promover a governança territorial.

A Agenda para o Território do PNPOT enunciam-se **10 compromissos para o território** que traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território e para o reforço da consideração das abordagens territoriais.

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade
9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos
10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

PLANEAMENTO SETORIAL COM RELEVÂNCIA NA RLVT

Apresentam-se de seguida os **programas setoriais** com incidência na RLVT, incluindo os respetivos objetivos, abrangendo os setores florestal, conservação da natureza, água/recursos hídricos, aquicultura e o setor rodoviário. Consideram-se ainda os instrumentos de planeamento desenvolvidos no âmbito da **Gestão Integrada de Fogos Rurais**.

Programa	Objetivos
Programa Regional de Ordenamento Florestal de LVT Portaria 52/2019, de 11/02	Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos
	Especialização do território
	Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos
	Internacionalização e aumento do valor dos produtos
	Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor
	Racionalização e simplificação dos instrumentos de política
Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Pinhal Interior Sul Em elaboração (Despacho 12735-B/2021, de 28/12)	Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
	Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
	Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
	Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem

Programa	Objetivos
Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais de LVT Aviso n.º 4211/2024 – DR n.º 38/2024, Série II de 2024-02-22	Procede à identificação das ações inscritas no Programa Nacional de Ação (PNA), convertendo-as em linhas de trabalho aplicáveis à Região, a transportar até à execução municipal, e, em sentido inverso, capturando da execução local as informações necessárias para suportar o planeamento nacional, sendo assim uma das peças de definição de prioridades e de ajuste da estratégia e visão contida no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais à passagem do tempo
Plano Setorial da Rede Natura 2000 RCM 115-A/2008, de 21/07	Salvaguarda e valorização das ZEC e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas
Plano Nacional da Água DL 76/2016, de 09/11	Define as grandes opções estratégicas da política nacional da água na decorrência da LA, a aplicar pelos PGRH para o período 2016 -2021 e PM que lhes estão associados Grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022 -2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da DQA
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) RCM 52/2016, de 20/09	Adequar a Administração Pública na gestão da água Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água Promover a sustentabilidade económica da gestão da água Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste (RH5) RCM 52/2016, de 20/09	Adequar a Administração Pública na gestão da água Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água Promover a sustentabilidade económica da gestão da água Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais Posicionar Portugal no contexto luso-espanhol
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) RCM 52/2016, de 20/09	Adequar a Administração Pública na gestão da água Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água Promover a sustentabilidade económica da gestão da água Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais

Programa	Objetivos
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) RCM 51/2016, de 20/09	Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) RCM 51/2016, de 20/09	Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água
Plano para a Aquicultura em Águas de Transição para Portugal Continental RCM 476/2022, de 12/09	Identificação espacial, existente e potencial, da utilização das águas de transição para fins aquícolas, estabelecendo os fundamentos normativos, técnicos e científicos, bem como as medidas de articulação com os planos e programas territoriais em vigor para as áreas, nomeadamente planos de gestão de região hidrográfica (PGRH)
Plano Rodoviário Nacional DL 222/98, de 17/07	Definir a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional
Definição da localização e promoção do Novo Aeroporto de Lisboa RCM n.º 66/2024	Aprovar o desenvolvimento do Novo Aeroporto de Lisboa e especificar que o mesmo se deve localizar no Campo de Tiro de Alcochete e substituir de forma integral o Aeroporto Humberto Delgado.
Decisão sobre os estudos necessários sobre a 3ª travessia do Tejo e a linha Alta Velocidade Lisboa-Poçoirão-Évora RCM n.º 68/2024	Determinar que a Infraestruturas de Portugal, S. A., antecipe a conclusão dos estudos necessários à tomada de decisão pelo Governo, relativamente às valências e às principais características topológicas da terceira travessia do Tejo, no eixo Chelas-Barreiro, até ao final de 2024. Determinar que a Infraestruturas de Portugal, S. A., promova, até ao final do primeiro trimestre de 2026, os estudos de procura, os estudos sobre a resiliência às alterações climáticas, as análises de custo-benefício, os estudos prévios e os estudos de impacto ambiental (a serem submetidos a processo de avaliação de impacto ambiental, durante o segundo trimestre de 2026) dos seguintes projetos, potencialmente integrados: a) A terceira travessia do Tejo; b) A linha de alta velocidade Lisboa-Poçoirão-Évora.

Quadro 31

Programas setoriais e de gestão de fogos rurais, com incidência na Região de Lisboa e Vale do Tejo

1.2. Programas/planos especiais

Os Programas Especiais de ordenamento do território abarcam os programas da orla costeira (POC), os programas das áreas protegidas (PAP), os programas de albufeiras de águas públicas (PAAP) e os programas dos estuários (PE), e constituem um meio de intervenção do Governo visando a prossecução de objetivos considerados indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial, estabelecendo exclusivamente regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de medidas que estabeleçam ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos de cada programa, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

Identificam-se de seguida os programas especiais de ordenamento do território em vigor na região, bem como o ponto de situação da transposição das suas normas para o planeamento municipal.

PLANOS/PROGRAMAS ESPECIAIS EM VIGOR NA RLVT

A RLVT, reflexo dos valores ambientais em presença, tem em vigor **13 Planos/Programas Especiais - 8 POAP** (sob responsabilidade do ICNF), **2 POC e 3 POAAP** (geridos pela APA).

Dos Planos especiais vigentes nesta região **apenas 3 estão já adequados ao novo quadro legal** - o Programa da Orla Costeira Alcobaça/Cabo Espichel (POCACE), o Programa da Orla Costeira Espichel/Odeceixe (POCEO) e o Programa Especial do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros (PEPNSAC).

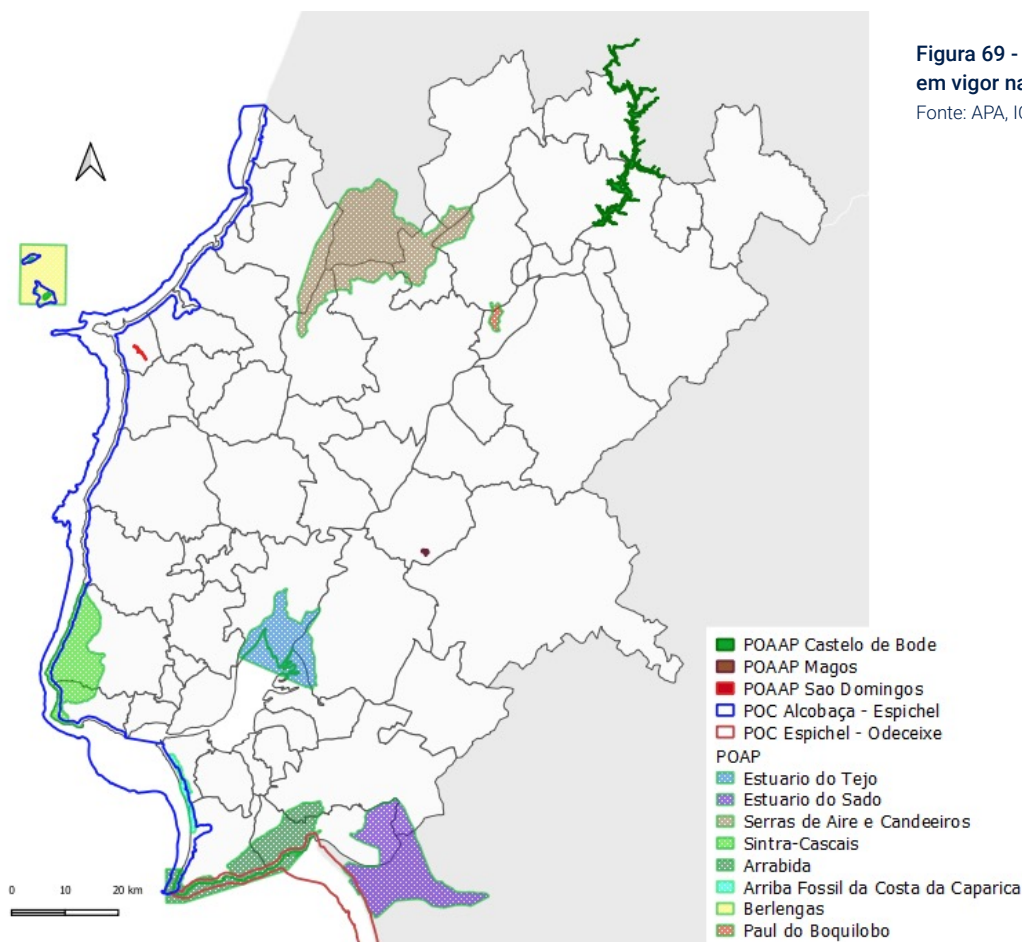


Figura 69 - Planos/Programas Especiais em vigor na RLVT

Fonte: APA, ICNF / CCDD LVT, jan 2025

TRANSPOSIÇÃO DAS NORMAS DOS PLANOS ESPECIAIS PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

A Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), no seu artigo 78º, estabelece que o **conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) em vigor deve ser vertido, nos termos da lei, para o plano diretor intermunicipal ou municipal e em outros planos intermunicipais ou municipais** aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, no prazo máximo de três anos, o qual terminaria a 29 de junho de 2017. A 16 de agosto de 2017 foi publicada a primeira alteração a esta lei de bases, através da Lei n.º 74/2017, que prorrogou aquele prazo para 13 de julho de 2020. Este prazo foi de novo prorrogado pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro, ficando estabelecida a **data-limite de 13 de julho de 2021**.

A CCDR LVT identificou as normas dos planos especiais de ordenamento do território vigentes à data na região, sendo que **todos os concelhos da RLVT efetuaram a sua transposição** para os respetivos PDM.

Posteriormente, com a **recondução do Plano Especial do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros e do Plano Especial de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado, a programas**, os mesmos sofreram algumas alterações as quais deverão ser integradas nos PDM dos concelhos abrangidos, nomeadamente Alcanena, Alcobaça, Ourém, Rio Maior, Santarém, Torres Novas e Setúbal.

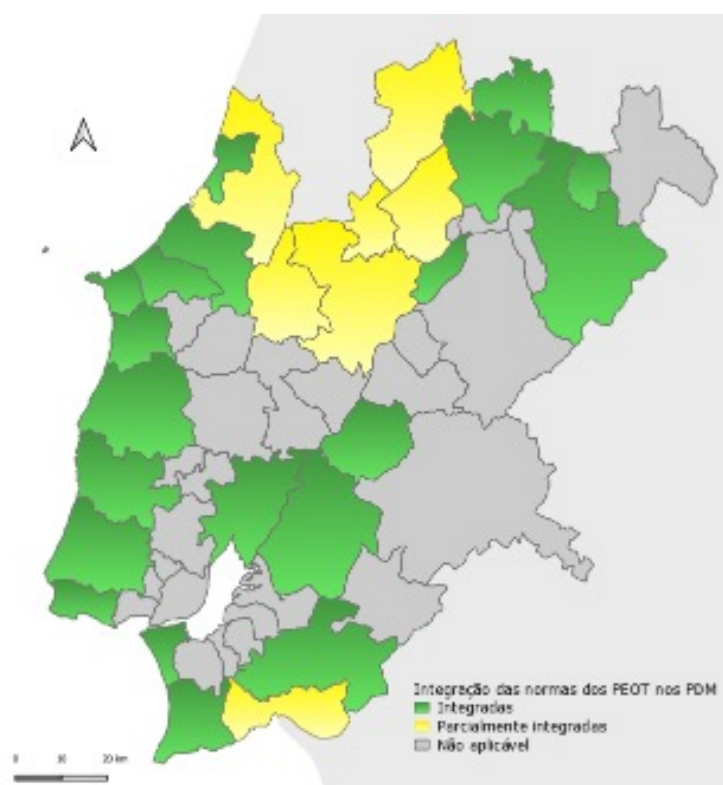


Figura 70 – Ponto de situação da integração das normas dos PEOT nos PDM, 2024

Fonte: DGT, Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo / CCDR LVT



2. ÂMBITO MUNICIPAL

- Dinâmica da revisão dos PDM
- Outras dinâmicas dos PDM e planos de urbanização e de pormenor
- Regime de uso do solo



2.1. Dinâmica da revisão dos PDM

O Plano Diretor Municipal (PDM), conforme assumido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial do município, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal. O PDM tem um papel central num município, quer por servir de referência ao planeamento de detalhe, quer pela importância na programação de ações de médio prazo.

Apresenta-se de seguida a dinâmica de elaboração / revisão dos PDM na região, incluindo as datas de publicação, o tempo de vigência, a duração dos processos de revisão e o ponto de situação da adequação dos PDM ao novo RJIGT.

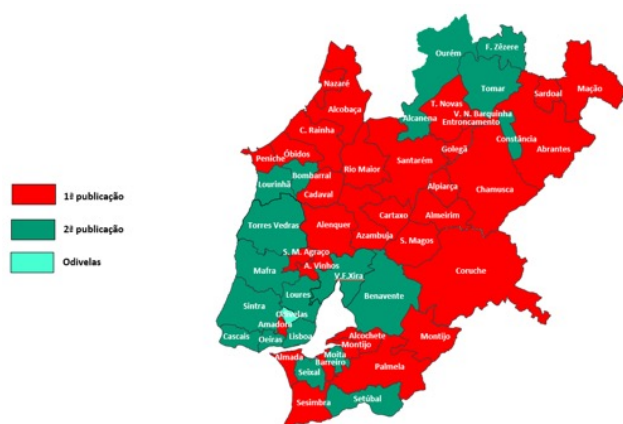


Figura 71 – PDM em vigor, janeiro 2025

Fonte: DGT, Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)/ CCDD LVT

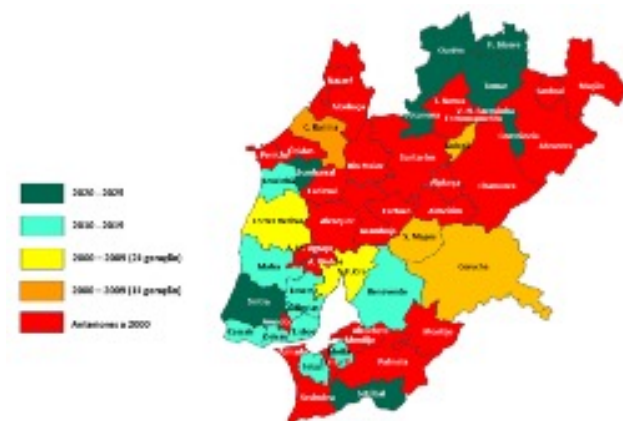


Figura 72 – PDM em vigor, segundo a data de publicação (elaboração e revisão), janeiro 2025

Fonte: DGT, Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)/ CCDD LVT

PDM EM VIGOR POR DATA DE PUBLICAÇÃO

Na RLVT **todos os municípios possuem um PDM eficaz**, mas à data da elaboração deste Relatório, apenas 20 dos 52 (cerca de 38,5%) têm a revisão do PDM publicada.

O município de Odivelas, criado no início do século XXI, teve o seu primeiro PDM publicado em 2015, sendo, para os efeitos do presente capítulo, equiparado aos municípios com PDM revisto. A dinâmica de publicação de revisões de PDM tem maior incidência na Grande Lisboa, com irradiação para o Oeste, existindo ainda um núcleo no Médio Tejo.

Tomando em conta a data de publicação dos PDM em vigor **sobressai o peso dos que ainda não foram revistos** e, em particular, dos que datam do século passado, ou seja, com pelo menos duas décadas e meia de vigência (28 dos 32 municípios sem PDM revisto).

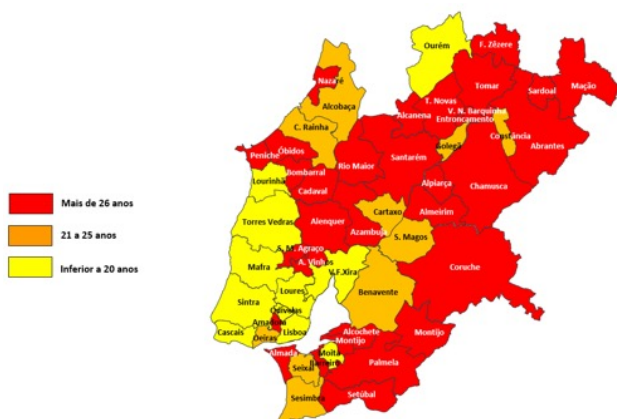


Figura 74 – Tempo de vigência da 1ª versão do PDM, a 31 dezembro 2024

Fonte: DGT, Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)/ CCDR LVT

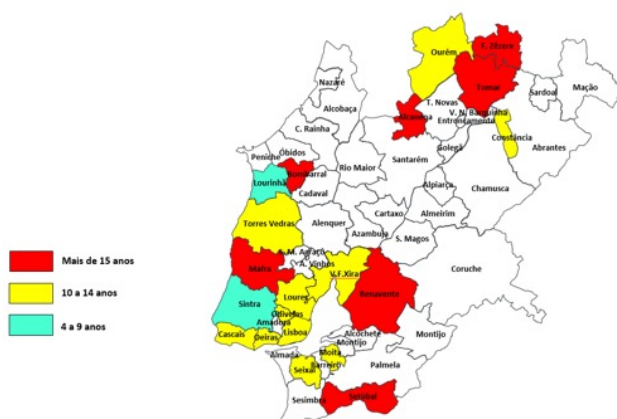


Figura 75 - Duração dos processos de 1ª revisão (entre a deliberação de início e a publicação)

Fonte: CCDR LVT

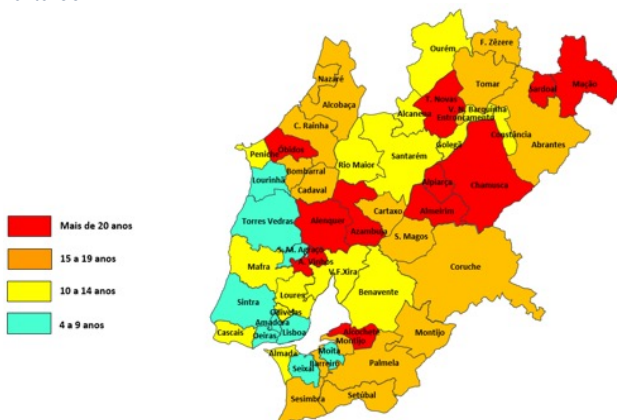


Figura 73 – Duração dos processos da 1ª revisão PDM (entre a deliberação de início e o parecer da CC/CA/CMC)

Fonte: CCDR LVT

A 1ª versão dos PDM da RLVT tem uma **vigência média de 25,9 anos**, ou seja, mais do dobro do que estava previsto em versões anteriores do RJGT para a vigência deste tipo de Planos – 10 anos. Refira-se que, à exceção de Odivelas, pelas razões já referenciadas atrás, não existe qualquer município que tenha um prazo de vigência do seu primeiro PDM abaixo dos 10 anos.

DURAÇÃO DOS PROCESSOS DE REVISÃO DE PDM

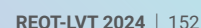
A revisão de um plano diretor municipal implica, de acordo com o RJGT, a reconsideração e a reapreciação global, com caráter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do programa ou do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos e valores territoriais.

Na RLVT o **tempo médio para o procedimento de revisão** dos planos diretores municipais de 1ª geração, medido entre a deliberação de revisão e a publicação, é de **15 anos**.

Se considerarmos o período entre a deliberação da Câmara Municipal para início do procedimento de revisão e a obtenção do parecer final por parte da Comissão Consultiva a média é de **12 anos**.



De referir que **todos os municípios da região deram cumprimento ao prazo** previsto no RJGT para inclusão das novas regras de classificação e qualificação, tendo realizado a conferência procedimental da revisão/alteração do PDM, para esses efeitos, antes de 31 de dezembro de 2024.



2.2. Outras dinâmicas dos PDM e planos de urbanização e de pormenor

Por forma a completar a análise da dinâmica de planeamento municipal, abordam-se as alterações de PDM que entraram em vigor após a sua 1.^a publicação ou revisão, e que envolveram uma decisão autónoma de planeamento, uma vez que constitui um importante indicador para avaliação da adequação dos PDM em vigor a novos dispositivos legais e às dinâmicas territoriais, nomeadamente às condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes.

Aborda-se ainda a dinâmica de elaboração e publicação de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) na RLVT, como importantes instrumentos de desenvolvimento e operacionalização de opções de ordenamento e gestão urbanística numa escala mais detalhada.

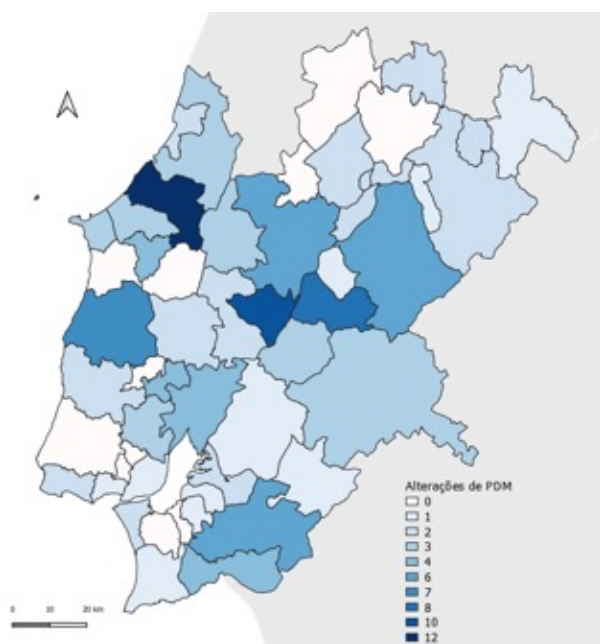


Figura 77 – Alterações de PDM publicadas posteriormente à sua última publicação ou revisão, envolvendo uma decisão autónoma de planeamento, 2023

Fonte: DGT, Observatório do ordenamento do território e Urbanismo

ALTERAÇÕES DE PDM

Relativamente a outras dinâmicas dos PDM sublinha-se o número de **alterações no total dos concelhos da região, 129**, destacando-se a Lezíria do Tejo com 45, e o Oeste com 40.

No Oeste, sobressai o município de Caldas da Rainha com 12 alterações, e Torres vedras com 7. Destacam-se ainda os concelhos do Cartaxo e Almeirim, na Lezíria do Tejo, com 10 e 8 alterações ao PDM, respetivamente.

A Grande Lisboa regista o menor número de alterações na região, com apenas 13, seguida do Médio Tejo com 14.

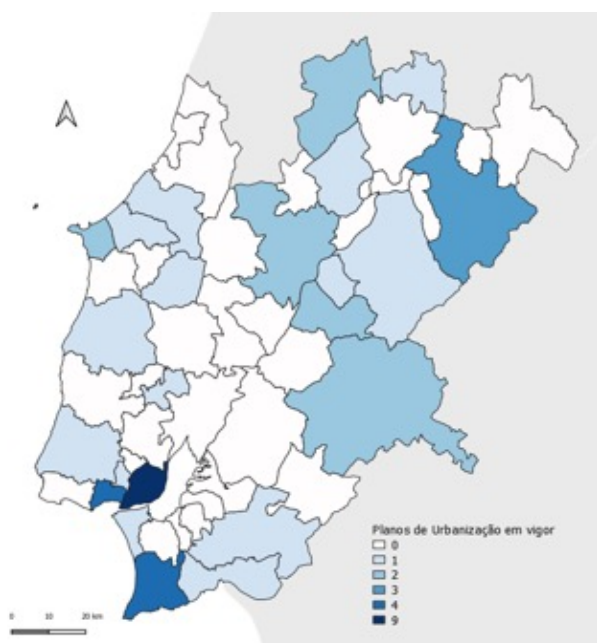


Figura 78 – Planos de Urbanização em vigor, 2023

Fonte: DGT, Observatório do ordenamento do território e Urbanismo

PLANOS DE URBANIZAÇÃO EM VIGOR

Em 2023, encontram-se em vigor na RLVT **44 Planos de urbanização (PU)**. A Grande Lisboa é a NUTS III com maior número de PU (15), em particular o concelho de Lisboa (9), sendo que as restantes NUTS têm entre 7 e 8 PU publicados. Destacam-se os concelhos de Sesimbra e Abrantes com 4 e 3 PU publicados, respetivamente.

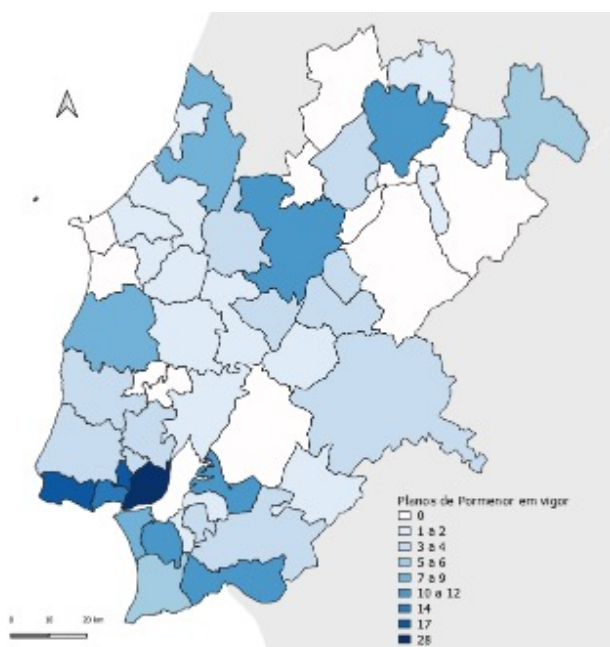


Figura 79 – Planos de Pormenor em vigor, 2023

Fonte: DGT, Observatório do ordenamento do território e Urbanismo

PLANOS DE PORMENOR EM VIGOR

Em 2023, encontram-se em vigor na RLVT **237 Planos de Pormenor (PP)**, sendo que sobressai igualmente a Grande Lisboa com 94 PP, em particular o concelho de Lisboa, com 28 PP, seguido de Cascais, Amadora e Oeiras. Relewa-se também a dinâmica da Península de Setúbal, com 59 PP, destacando-se Alcochete, Setúbal, Seixal e Almada.

No Oeste, são os concelhos de Alcobaça e Torres Vedras que revelam a maior dinâmica ao nível da elaboração e publicação de PP, e na Lezíria e Médio Tejo, os concelhos de Santarém e Tomar, respetivamente.

2.3. Regime de uso do solo

O regime de uso do solo estabelece as regras de ocupação, transformação e utilização do solo e é definido nos planos inter-municipais ou municipais, através da classificação e da qualificação do solo. A classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo urbano e solo rústico. O solo urbano é o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação. O solo rústico, é aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano.

Apresenta-se de seguida informação relativa às grandes classes (urbano e rústico) e categorias de uso do solo na região. É ainda avaliada a qualificação do solo urbano e do solo rústico nos diferentes concelhos, bem como o nível de artificialização do solo urbano e a edificação em solo rústico. Apresenta-se também informação sobre a evolução do solo urbano em áreas inundáveis.

CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Segundo a Carta do Regime do Uso do Solo elaborada pela DGT (com base nas cartas de ordenamento dos PDM), em junho de 2024, **a proporção de superfície de solo urbano na região é de 13%** (160.685,8ha).

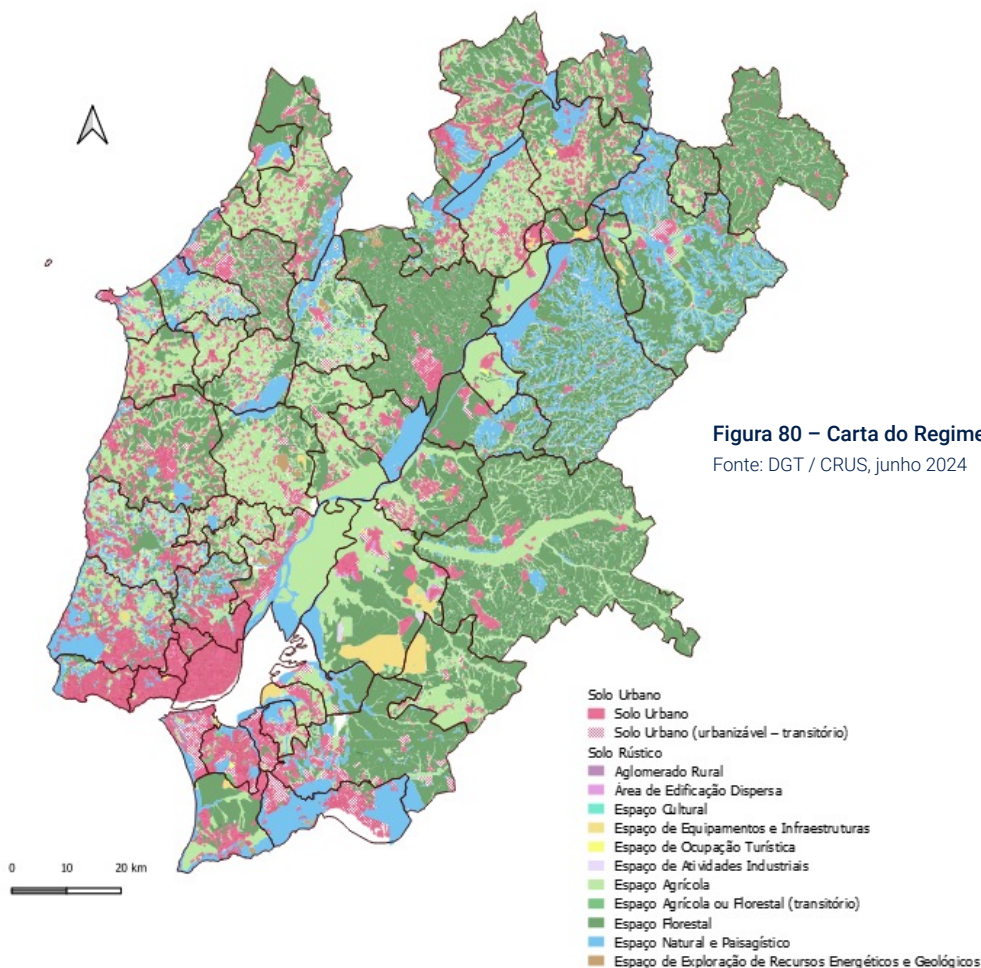


Figura 80 – Carta do Regime de Uso do Solo da RLVT, 2024

Fonte: DGT / CRUS, junho 2024

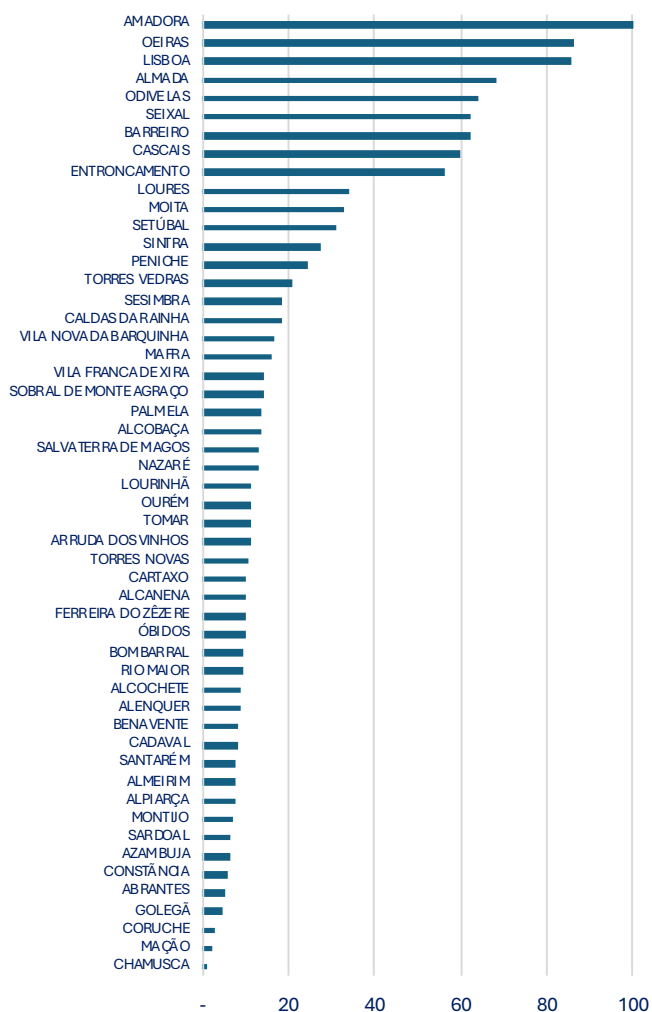
Do total das áreas classificadas como urbanas nos planos territoriais de âmbito municipal da região, em junho de 2024, **37.311,1ha correspondem à categoria operativa de solo urbanizável** (23% do solo urbano). Apesar de, à luz das novas regras de classificação e qualificação do solo, esta categoria de espaços dever ser eliminada, dispondo apenas de um regime transitório, ainda se encontra identificada em 36 dos 52 PDM dos municípios da RLVT.

Dos restantes 16 municípios, 12 já efetuaram a adequação do respetivo PDM ao novo RJIGT, seja através de uma alteração ou de uma revisão do mesmo (Alcanena, Bombarral, Cascais, Constância, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Ourém, Sintra e Tomar), e 4 não identificaram à partida a categoria de espaços urbanizável (Alpiarça, Chamusca, Coruche e Sesimbra).

No quadro do **solo rústico, predominam os espaços qualificados como florestais (50%), seguidos dos espaços agrícolas (29%) e dos espaços naturais e paisagísticos (18%)**. As áreas destinadas à edificação (aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e áreas de atividades industriais), representam menos de 1% do solo rústico da região.

QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO

A proporção de solo urbano (urbanizado e urbanizável) é superior nos PDM dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, sendo de 100% no município de Amadora e no município de Lisboa se excluída a área não classificada correspondente ao estuário. Destacam-se também os municípios de Oeiras, Almada, Odivelas, Seixal, Barreiro, Cascais e Entroncamento com valores superiores a 50%.



No Oeste e Vale do Tejo esta proporção é inferior a 20% em todos os PDM com exceção do Entroncamento, Peniche e Torres Vedras.

Os municípios com menor proporção de solo urbano identificada nos PDM são a Chamusca, Mação, Coruche e Golegã, todos com proporções inferiores a 5%.

As diferenças entre os vários municípios são expressivas.

Com respeito aos espaços urbanizáveis, nos PDM que à data de junho 2024, ainda não tinham efetuado a adequação ao RJIGT, a superfície é maior nos municípios de Torres Vedras, Setúbal, Palmela e Almada, em que cada PDM destina mais de 2.500ha a este uso.

Gráfico 175 - Solo classificado como urbano [%], 2024

Fonte: DGT / CRUS, junho 2024

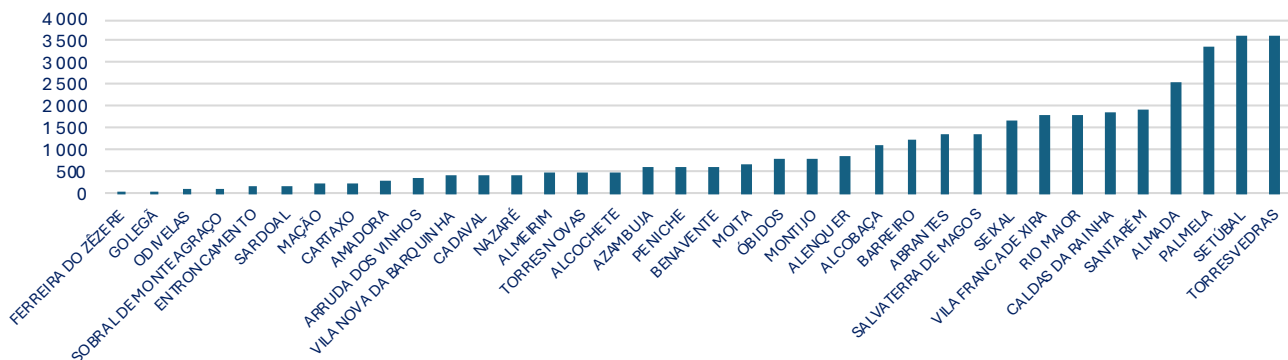


Gráfico 176 - Espaços qualificados como urbanizáveis [ha], 2024

Fonte: DGT/CRUS, junho 2024

Em 2024 (junho), Sintra é o município com maior quantitativo de área urbana destinada a atividades económicas no respetivo PDM (1.770ha), seguido de Palmela, Setúbal, Loures e Benavente, cada um com mais de 1.000ha destinados a estes usos. Destacam-se ainda os municípios de Seixal e Torres Vedras, cada um com mais de 800ha.

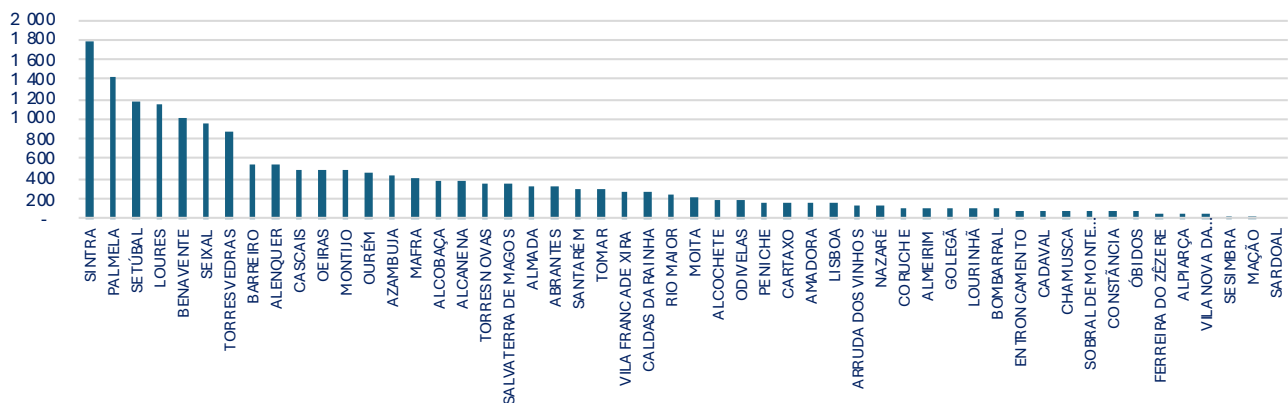


Gráfico 177 - Espaço Urbano de atividades económicas (ha), 2024

Fonte: DGT, CRUS, junho 2024

Tal como já referido na Parte I deste relatório (ponto A.5.3), a proporção de espaços verdes urbanos no total dos espaços urbanos é de 10% na RLVT, sendo esta proporção superior a 20% nos concelhos de Santarém, Amadora, Lisboa, Vila Franca de Xira, Loures e Entroncamento.

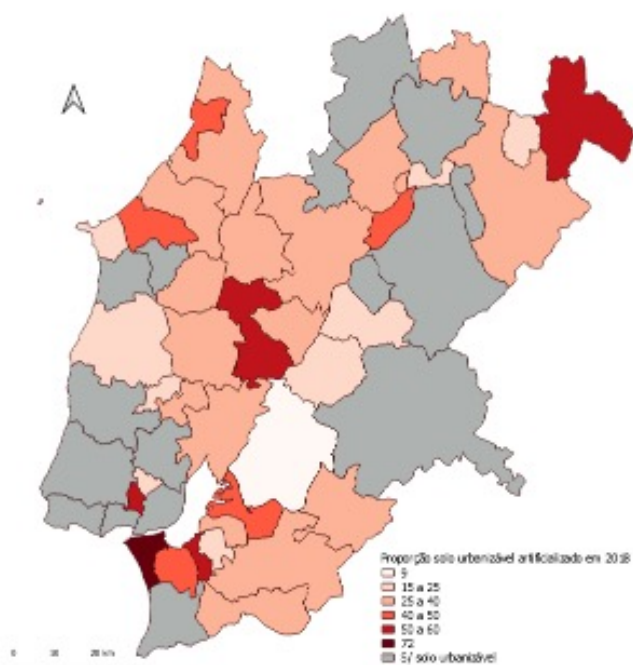


Figura 81 - Proporção de solo qualificado como urbanizável que se encontrava artificializado em 2018 [%]

Fonte: DGT/CRUS junho 2024; DGT/COS 2018

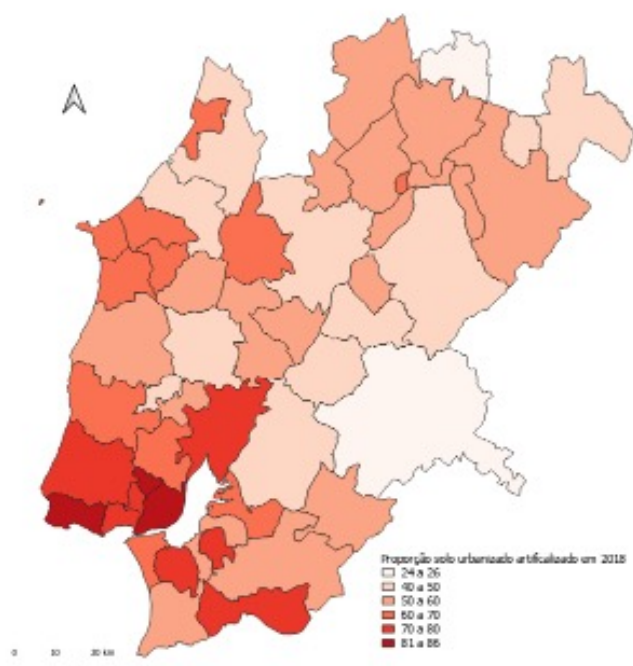


Figura 82 - Proporção de solo qualificado como urbanizado que se encontrava artificializado em 2018 [%]

Fonte: DGT/CRUS junho 2024; DGT/COS 2018

SOLO URBANO ARTIFICIALIZADO

Em 2018, apenas **35% do solo qualificado como urbanizável nos PDM da região, estava artificializado.**

A maior percentagem ocorria em Almada com mais de 70% do solo urbanizável já artificializado. Contudo, a maioria dos municípios apresentava taxas de artificialização do solo urbanizável inferiores a 50%, sendo inferior a 25% dos municípios de Almeirim, Salvaterra de Magos, Sardoal, Vila Nova da Barquinha, Sobral de Monte Agraço, Peniche, Torres Vedras, Moita, Odivelas e Benavente (este último com 9%).

Já no que respeita ao solo qualificado como urbanizado, a **taxa de artificialização em 2018 na RLVT é de 62%**, estando as restantes áreas qualificadas como urbanizadas integradas em usos agrícolas (20%), florestais (10%), de matos (4%) e pastagens (3%).

Esta taxa é inferior a 50% na maior parte dos municípios da Lezíria do Tejo (Salvaterra de Magos, Almeirim, Santarém, Chamusca, Benavente e Coruche), mas também em alguns municípios do Oeste (Caldas da Rainha, Alcobaça, Sobral de Monte Agraço e Alenquer) e do Médio Tejo (Sardoal, Mação e Ferreira do Zêzere).

De notar que **em todos os municípios que efetuaram a revisão do PDM até junho de 2024, com adequação ao novo RJIGT, a proporção de solo urbanizado artificializado é superior a 50%.**

A proporção da totalidade do solo classificado como urbano nos PDM que se encontrava artificializado em 2018 na RLVT é de 55%, sendo claramente superior na maioria dos concelhos da AML.

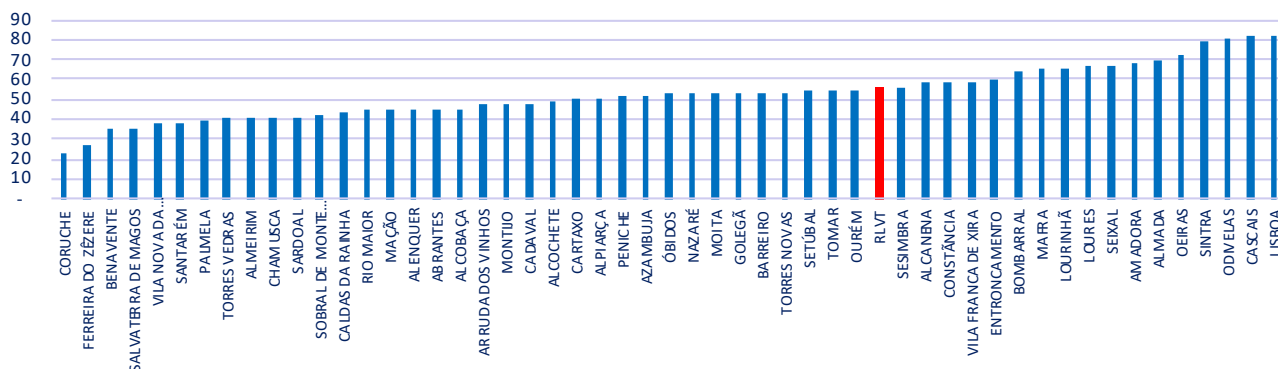


Gráfico 178 - Proporção de solo urbano total que se encontrava artificializado em 2018 [%]

Fonte: DGT/CRUS junho 2024; DGT/COS 2018

Analisando o solo urbano não artificializado em 2018, verifica-se que cerca de 13.402ha (9%) estão qualificados nos PDM em vigor como espaços verdes urbanos, equipamentos ou infraestruturas. **Assim, da totalidade do solo urbano da região, 36% (58.389ha) não se encontrava artificializado em 2018 e destina-se à edificação de habitação ou atividades económicas**, sendo esta proporção inferior a 15% nos concelhos de Lisboa, Cascais, Amadora, Oeiras e Odivelas e superior a 60% em Coruche, Ferreira do Zêzere, Salvaterra de Magos e Benavente.

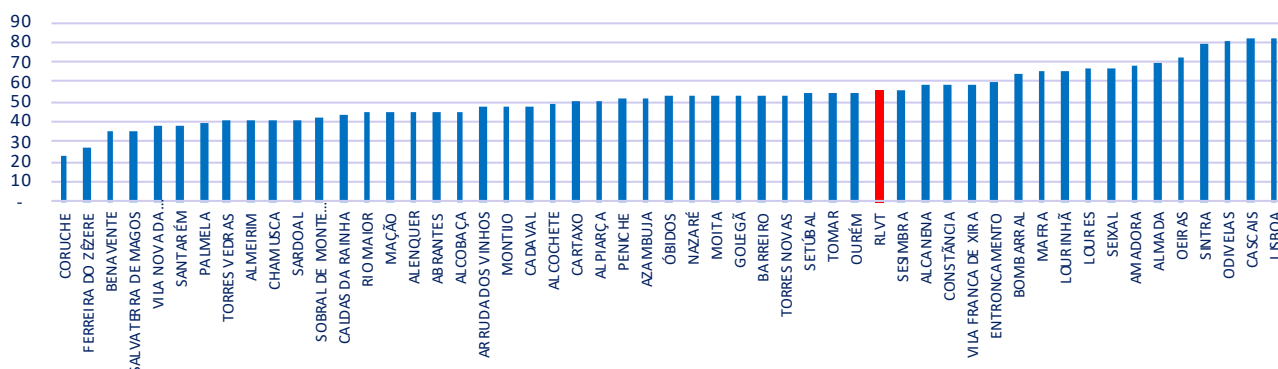


Gráfico 179 - Proporção de solo urbano não artificializado em 2018, excluídas as áreas destinadas nos PDM a espaços verdes urbanos, equipamentos e infraestruturas [%]

Fonte: DGT/CRUS junho 2024; DGT/COS 2018

Em termos absolutos, estas áreas **correspondem a cerca de 60.000ha do solo urbano da região**, sendo que os concelhos de Palmela e Setúbal, na Península de Setúbal, Torres Vedras, Alcobaça e Caldas da Rainha, no Oeste, Salvaterra de Magos, Benavente e Coruche, na Lezíria do Tejo e Ourém, no Médio Tejo, concentram mais de 40% destas áreas.

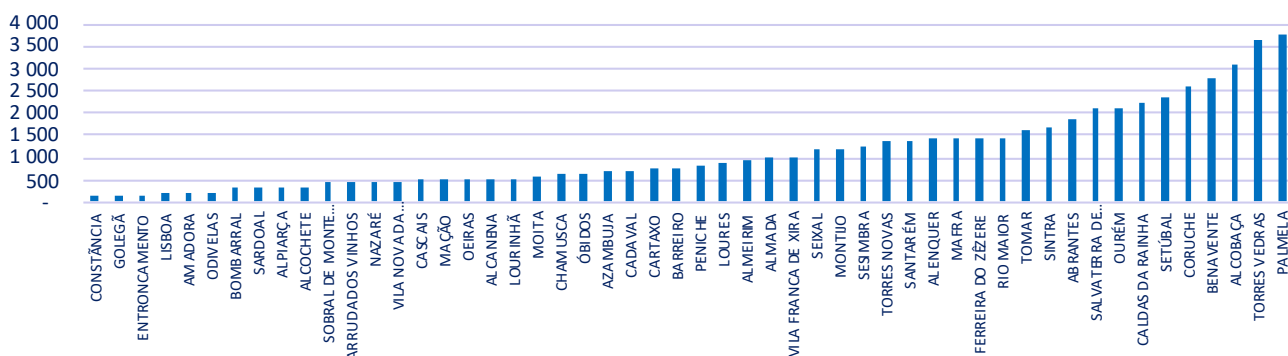
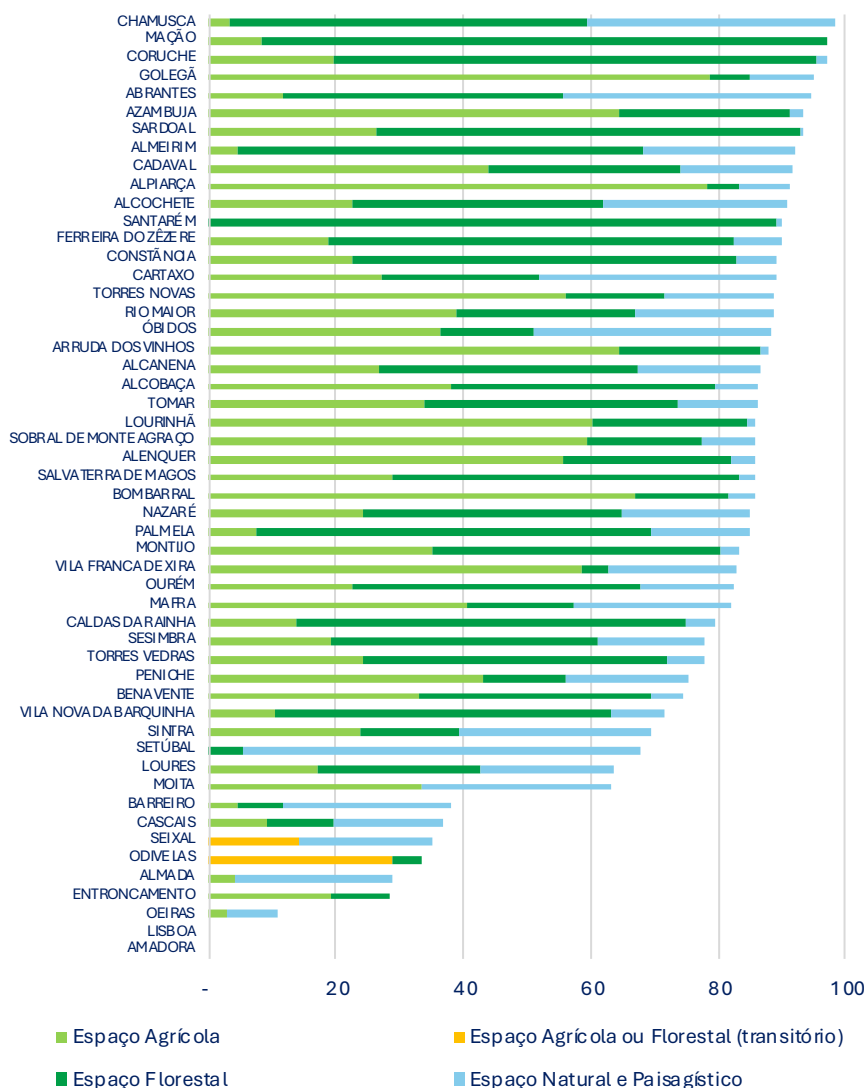


Gráfico 180 - Solo urbano não artificializado em 2018, excluindo as áreas destinadas nos PDM a espaços verdes urbanos, equipamentos e infraestruturas [ha]

Fonte: DGT/CRUS junho 2024; DGT/COS 2018



QUALIFICAÇÃO DO SOLO RÚSTICO

Com respeito ao solo rústico, a proporção de áreas integradas na categoria de **espaços agrícola, predomina na maioria dos concelhos do Oeste e em alguns concelhos da Lezíria do Tejo**, em particular na Golegã, Alpiarça, Bombarral, Arruda dos Vinhos e Azambuja, onde mais de 64% do território municipal está integrado nesta categoria.

Gráfico 181 - Proporção de espaços agrícolas, florestais e naturais [%], 2024

Fonte: DGT/CRUS, junho 2024

A maior proporção de áreas integradas em espaço florestal (mais de dois terços) encontra-se nos concelhos de **Mação, Santarém, Coruche e Sardoal**. Já no que se refere aos espaços qualificados como **naturais e paisagísticos, o concelho de Setúbal** tem a maior proporção de território integrado nesta categoria (63%), seguido dos concelhos de Abrantes, Chamusca, Óbidos e Cartaxo com pouco mais de um terço do território municipal. Em **metade dos concelhos da região esta categoria representa menos de 10%**. A categoria de espaços em que não é identificado um uso agrícola ou florestal predominante apenas surge nos concelhos do Seixal e Odiveelas.

EDIFICAÇÃO EM SOLO RÚSTICO

Tendo como referência a carta de 2018 das áreas edificadas da DGT, verifica-se que **27.108ha do território integrado nas categorias de espaço destinadas a usos agrícola, florestal e natural/paisagístico encontra-se edificado, o que corresponde a 3% da totalidade destas áreas**. Esta proporção é, contudo, de 6% ou superior nos concelhos de Alcobaça, Sintra, Cascais, Seixal, Moita e Entroncamento e superior a 10% nos concelhos de Oeiras, Almada e Odiveelas, sendo de 19% neste último.

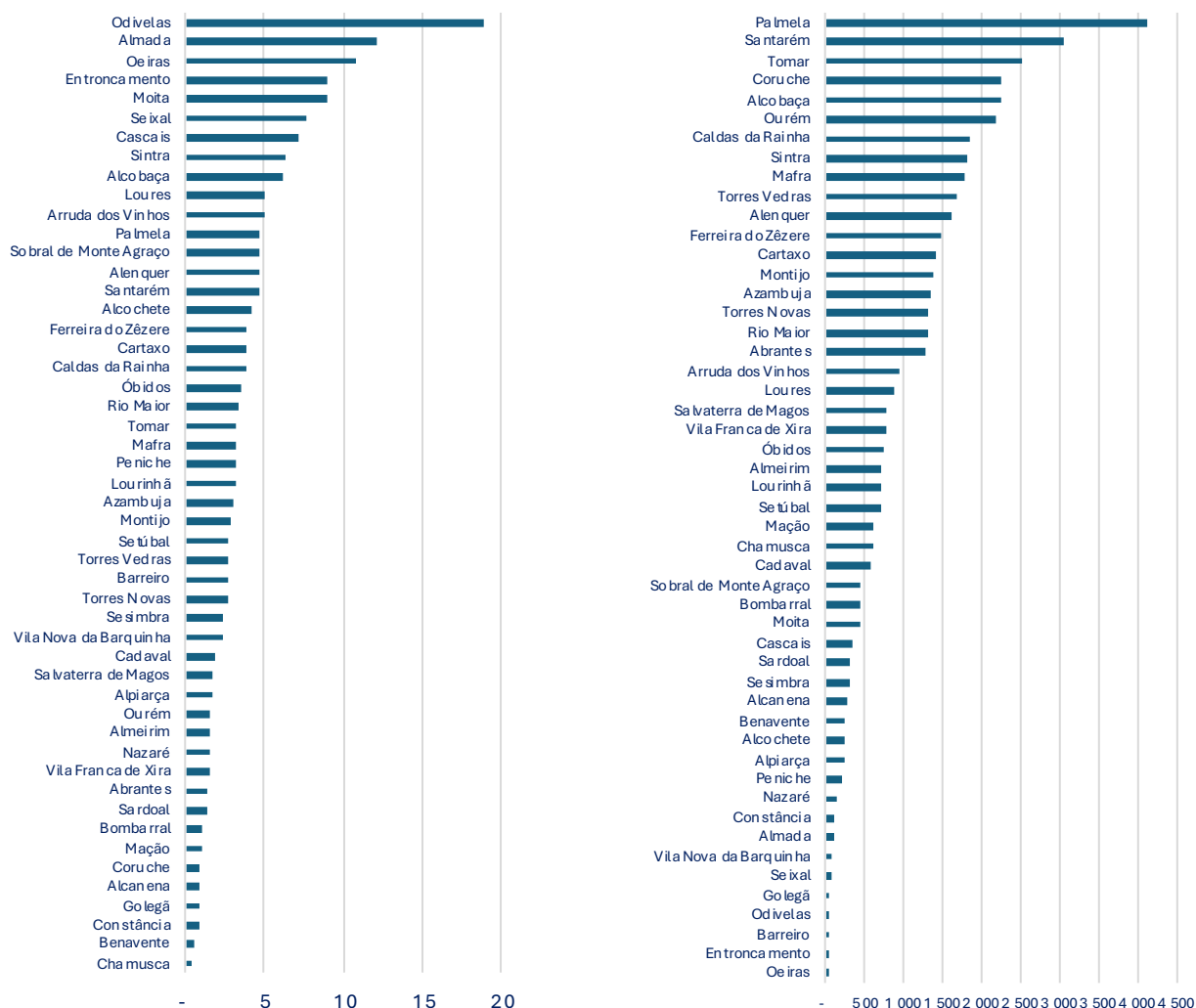


Gráfico 182 - Proporção de áreas edificadas em espaços agrícolas, florestais e naturais [%]

Fonte: DGT/CRUS, junho 2024 e Carta das áreas edificadas 2018

Gráfico 183 - Nº de áreas isoladas ou dispersas em espaços agrícolas, florestais e naturais

Fonte: DGT/CRUS, junho 2024 e Carta das áreas edificadas 2018

Verifica-se ainda que na RLVT existem **47.037 áreas edificadas isoladas ou dispersas com 1 a 9 edifícios com uso residencial, inseridas em espaços destinados a usos agrícolas, florestais ou naturais/paisagístico. O concelho de Palmela surge destacado, com 4.140 áreas com estas características.** Esta dispersão é também verificada nos concelhos de Santarém, Tomar, Coruche, Alcobaça e Ourém, cada um com mais de 2.000 áreas, sendo que a maioria dos concelhos da região tem mais de 500 áreas com estas características.

Em junho 2024, **apenas 13 PDM integram a identificação / qualificação de Espaços de Ocupação Turística** em solo rústico / rural, correspondendo a 1.160ha na RLVT. O município de Tomar é o que dispõe de maior área nesta categoria de espaço.

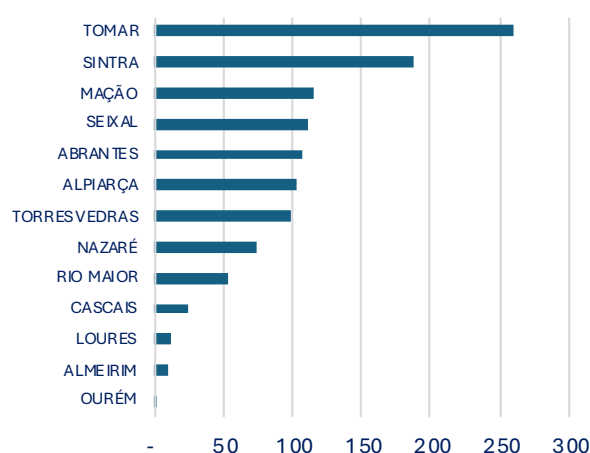


Gráfico 184 - Solo rústico qualificado como Espaço de Ocupação Turística, em hectares, 2024

Fonte: DGT/CRUS, junho 2024



1. OS PROT NO NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL



1. Os PROT no novo enquadramento legal

NOVOS RJIGT E LBPPSOTU

Em 2014 e 2015 foi revisto o quadro legal do ordenamento do território e do urbanismo, tendo entrado em vigor uma **nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo** (LBPPSOTU), a Lei nº 31/2014, de 30 de maio, e um **novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial** (RJIGT), aprovado pelo Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, que vieram introduzir alterações na estrutura do sistema de gestão territorial e na classificação dos seus instrumentos, nomeadamente, reclassificação da figura de Plano Regional de Ordenamento do Território para Programa Regional. Ao nível da definição dos objetivos e dos conteúdos material e documental, as **modificações dos PROT, decorrentes da sua mera recondução tipológica, são circunscritas** e visam, essencialmente, adaptar a terminologia a programa, clarificar e corrigir aspetos pontuais de forma e conteúdo, reforçar a articulação dos programas regionais com os programas operacionais e a definição de indicadores de avaliação.

A leitura das **implicações da nova legislação acima referenciada para os PROT** é apresentada no ponto 2.2 do REOT 2017, a qual se resume nos seguintes aspetos:

- São reforçados os **objetivos de articulação entre o programa regional e os programas operacionais regionais e setoriais**, aspeto que já estava presente no quadro legal anterior, embora de forma mais implícita. Este objetivo foi prosseguido na elaboração e na implementação do PROT OVT, embora se encontre desatualizado. No caso do PROT AML, as opções estratégicas de base territorial do plano em vigor foram estabelecidas a partir do Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo 2000-2010, tendo, entretanto, sido desenvolvidas nos estudos da proposta de alteração do PROT AML em 2008/2010 e tidas em consideração na elaboração do plano de ação regional e no exercício de programação dos fundos estruturais e de investimento 2014-2020, nos trabalhos conduzidos e acompanhados pela CCDR LVT. A recondução dos planos a programa regional abre a oportunidade de realizar este trabalho com maior amplitude e profundidade.
- É reforçada a importância da **especialização de políticas ao nível regional**, dando corpo à territorialização de políticas nacionais e à construção de referenciais para a territorialização de políticas ao nível local. Para este efeito, no quadro da recondução dos planos a programa regional, será determinante trabalhar os novos referenciais estratégicos de políticas nacionais e setoriais, entretanto alterados.
- São **eliminadas as normas que previam que os PROT estabelecessem “diretrizes relativas aos regimes territoriais definidos ao abrigo de lei especial**, designadamente áreas de reserva agrícola, domínio hídrico, reserva ecológica e zonas de risco” e as “medidas específicas de proteção e conservação do património histórico e cultural”. A eliminação destas indicações de conteúdo material pode levar a induzir, em abstrato, a reformulações futuras nas orientações dos PROT, no âmbito da sua recondução a programa regional, todavia, não se afigura à partida a existência de discrepâncias legais profundas entre os conteúdos atuais e futuros uma vez que planos regionais em vigor não estabeleceram propriamente diretrizes para os regimes territoriais especiais (REN, RAN, DH) mas sim orientações de organização e de sustentabilidade territorial dirigidas a unidades territoriais, sem particularizar áreas sujeitas a restrições de utilidade pública que nelas se incluam e sem interferir no respetivo regime legal.
- É estabelecida a **obrigatoriedade de definição de indicadores quantitativos e qualitativos de suporte à avaliação dos PROT**, para além da obrigação de avaliação dos instrumentos de gestão territorial que já decorria do quadro legal anterior. O PROT OVT integrou indicadores de realização e resultado da implementação do plano e de contexto e, também, um conjunto de indicadores específicos para o controle e seguimento ambiental, decorrentes do processo de avaliação ambiental. O PROT AML integrou um conjunto de indicadores, mas não foi efetuado um exercício de monitorização contínua e de reponderação dos mesmos. No âmbito dos trabalhos da alteração 2008/2010 foram construídos novos indi-

cadres para monitorização e avaliação do desempenho do plano e das dinâmicas territoriais, bem como para seguimento ambiental. No quadro da recondução dos planos a programa regional perspectiva-se a necessidade de reajustar todo o sistema de indicadores, em articulação com aqueles definidos nos novos referenciais (PNPOT, REOT nacional e REOT LVT).

- Em alinhamento com a natureza das alterações introduzidas pelo novo RJGT, o Decreto Regulamentar 15/2015, de 19 de agosto, **mantém no essencial o mesmo tipo de conteúdos relativos ao desenvolvimento de critérios de classificação e qualificação do solo** - atualmente constantes do PROT OVT, mas que o PROT AML não chegou a contemplar em plenitude - e reforça-os em alguns aspetos. Neste novo quadro legal, mantém-se que **cabe aos PROT desenvolver os critérios de classificação e reclassificação do solo nele regulamentados** e que os programas regionais constituem o quadro estratégico da definição do regime de uso do solo a efetuar pelos planos territoriais. **São introduzidos alguns critérios adicionais**, nomeadamente a **necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial**, bem como critérios relacionados com **orientações para a edificação em solo rústico (nova habitação e empreendimentos turísticos)**, a estabelecer nos programas regionais. No quadro da recondução dos planos a programa, deve assim considerar-se este novo enquadramento legal, para a definição dos critérios em matéria de classificação e qualificação do solo.

ALTERAÇÕES PÓS 2017

Posteriormente a 2017, a **LBPPSOTU e o RJGT foram objeto de várias alterações** (2020, 2021, 2022 e 2024), as quais incidiram principalmente nos seguintes aspetos:

- Alterações relacionadas com a **atualização dos planos intermunicipais e municipais para adequação** às novas regras de classificação e qualificação do solo, incluindo a prorrogação, por 4 vezes, do prazo previsto para inclusão dessas novas regras nos planos municipais e intermunicipais, tendo sido fixado o passado dia 31 de dezembro de 2024.
- Alterações relacionadas com a **simplificação dos procedimentos de reclassificação do solo rústico em urbano**, quando o solo se destine **à instalação de atividades industriais, de armazenagem ou logística e serviços de apoio, ou a portos secos e sempre que a finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares**, sujeito ao cumprimento cumulativo de um conjunto de requisitos.
- Outras alterações relacionadas com a **simplificação, clarificação e agilização dos procedimentos**, nomeadamente no que se refere aos planos de urbanização, planos de pormenor e alterações simplificadas, entre outras. Neste âmbito importa referir a alteração que vem **equiparar os planos regionais de ordenamento do território** e os planos setoriais para os tipos de instrumentos de gestão territorial que atualmente lhes dão continuidade, designadamente, os programas regionais e os programas setoriais.

Este conjunto de alterações **devem** ser considerados no quadro da recondução **do PROT OVT e do PROT AML** a programas, em particular os aspetos relacionados com a classificação e reclassificação do solo.

De notar ainda que o RJGT em vigor equipara os PROT aos novos programas, já não sendo estabelecido um prazo para a sua recondução.

Contudo, a 3 de maio de 2023, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2023, o **governo determinou a alteração dos dois planos regionais em vigor na RLVT, passando os mesmos a adotar a forma de programa regional de ordenamento do território de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PROT LOVT)**. Mais determinou que este programa obedece a uma abordagem estratégica e um modelo funcional que, abrangendo a totalidade da região de Lisboa e Vale do Tejo, assenta em duas unidades de planeamento, autónomas nos seus conteúdos e programas de execução, correspondentes à Área Metropolitana de Lisboa e ao Oeste e Vale do Tejo, as quais são suscetíveis de elaboração faseada.

2. OS PROT NO QUADRO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

- Opções estratégicas
- Estrutura Ecológica Regional
- Disponibilidade de solo urbano e contenção da fragmentação
- Edificação em solo rústico
- Edificação em áreas de risco



2.1. Opções estratégicas dos PROT

Os programas regionais definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias sub-regionais e municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos programas e dos planos intermunicipais e dos planos municipais.

Por forma a aferir os níveis de convergência dos resultados obtidos (apresentados por domínio na Parte I) com as estratégias definidas nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, recordam-se aqui as **opções estratégicas dos PROT em vigor na região, e apresenta-se uma leitura das tendências verificadas.**

PROT AML SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Na Área Metropolitana de Lisboa uma das prioridades essenciais é a sustentabilidade ambiental. Encarando a preservação e a valorização como premissas fundamentais de criação de oportunidades, adota-se uma visão sistémica, propondo-se que a “Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental” constitua a rede fundamental de áreas, corredores e ligações ecológicas, de valorização ambiental do sistema territorial.

Pretende-se a (re)valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem, e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano.

- Apesar da presença de áreas muito urbanizadas, particularmente no seu núcleo mais central, a AML acolhe, igualmente, **espaços de grande interesse e valia para a conservação da natureza e biodiversidade**: tanto integradas em áreas classificadas, como áreas da Rede Natura 2000 e outras com estatuto de proteção internacional, de que são exemplo o Vale/Estuário do Tejo e do Sado e as Serras da Arrábida e de Sintra. As áreas protegidas e áreas da Rede Natura 2000 ocupam uma parte significativa do território da AML (acima dos 15% e dos 19.5%, respetivamente).
- Essas áreas classificadas, em conjunto com outras áreas territoriais e corredores de grande valor natural e ou sensibilidade ecológica constituem **a estrutura ecológica definida no PROT AML**, visando a proteção desses recursos e valores, de modo articulado entre si e com os territórios envolventes, garantindo o funcionamento global dos sistemas no território numa lógica funcional e integradora dos processos humanos.
- A Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental apenas se encontra transposta nos dez Planos Diretores Municipais elaborados/revistos após a publicação do PROT AML – Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, **o que coloca em causa a concretização dos objetivos de conectividade ecológica na região.**
- O uso e ocupação do solo nas áreas que integram a Rede Ecológica Metropolitana (REM), no período 2007-2018, revela uma **tendência para a artificialização**, o que poderá comprometer a efetividade desta estrutura na proteção de recursos naturais e na promoção de conectividade ecológica. Nas áreas da REM, o acréscimo de território artificializado foi de 1.120ha, tendo sido tanto maior quanto mais baixo o nível hierárquico. As áreas vitais, identificadas no PROT AML como

áreas de desafogo e descompressão de um sistema urbano denso, foram as mais afetadas (+649ha). O processo de “artificialização” das áreas secundárias da REM parece ser mais intenso em áreas próximas de territórios mais urbanizados, uma vez que foram a Várzea de Loures/Vialonga, a Serra da Carregueira e a Mata da Machada.

- Analisando os **indicadores disponíveis relativos à água**, concretamente às perdas reais de água, verifica-se que a qualidade do serviço é insatisfatória em grande parte dos concelhos da AML (Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Moita, Montijo, Setúbal e Sesimbra). Quanto à percentagem de água entrada nos sistemas em baixa que não é faturada, dos 18 concelhos, apenas 6 dispõem de boa qualidade de serviços (Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra), com níveis de água não faturada inferiores a 20%, sendo que, os restantes têm taxas de água não faturada superiores a 30%, o que é preocupante na gestão de um recurso tão escasso, sobretudo em contexto de alterações climáticas. O estado das massas de água em termos de qualidade, na AML, registou quebras em 2015 e 2018, mas recuperou em 2021. Nos concelhos da AML, em 2021, mais de 99% da água para consumo humano era controlada e de boa qualidade.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O PROT aponta como prioridade para a AML a qualificação metropolitana, realizada através da contenção da expansão urbana e de um modelo/estrutura territorial que visa:

- a recentragem e o ordenamento da AML, em articulação com o Estuário do Tejo, salvaguardando os recursos naturais e as áreas protegidas;
- o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas;
- o complemento e a consolidação de uma estrutura de acessibilidades em rede;
- o ordenamento da logística.

- A urbanização na AML tem sido alastrada a partir de Lisboa por eixos de estruturação territorial que as acessibilidades fluviais, ferroviárias e as rodoviárias, ajudaram a definir e a consolidar, prolongando a área urbana para além dos limites administrativos da cidade e para o interior das margens Norte e Sul do rio Tejo.
- Na **margem Norte**, sobressaem cinco grandes eixos territoriais: Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Loures e Ericeira-Mafra, Malveira – Venda do Pinheiro (com menor densidade). Os três primeiros apoiados em acessibilidades ferro e rodoviárias e, certamente por isso, consolidados primeiramente, com maior expressão territorial, e amarrando diversas centralidades urbanas que contribuem mais significativamente para a realidade sistémica da AML, polinucleada.
- Na **Península de Setúbal**, a maior concentração populacional surge associada à cidade de Setúbal e às nucleações que emergiram e se consolidaram ao longo e a partir do Arco Ribeirinho. Neste último caso destacam-se: o contínuo que abarca Almada, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó e Corroios; o contínuo Costa de Caparica até à Fonte da Telha, o contínuo Amora, Fogueteiro, Arrentela; o contínuo Barreiro, Lavradio, Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Santo André; e as nucleações de Alcochete, da Moita e do Montijo. Destaca-se ainda o aglomerado Fernão Ferro/Quinta do Conde / Vale de Milhaços.
- Apesar do **decréscimo populacional** de 6 904 residentes registado na cidade de Lisboa, entre 2011 e 2021, a capital mantém uma posição dominante (500mil habitantes), face às restantes cidades /concelhos da área metropolitana. A coroa central da área metropolitana (Lisboa, Amadora, Oeiras e Barreiro) está a perder dinamismo populacional em favor da coroa urbana periférica. Mafra, Alcochete, Montijo e Palmela registaram os maiores acréscimos populacionais em termos relativos, entre 2011 e 2021. Em termos absolutos destaca-se o crescimento de Mafra (+9830 hab), Seixal (+8238), Sintra (+7771), Palmela (+6021) e Montijo (+4460).
- Em termos de ocupação do solo, em 2018, os **territórios artificializados** ocupavam cerca de 29% do território da Grande Lisboa (39 286ha), e 16% da Península de Setúbal (24 773ha) o que corresponde a um aumento face a 2010 (1 e 4% respetivamente). A Península de Setúbal foi a NUTSIII que mais aumentou o seu território artificializado, em cerca de

913ha, em particular os concelhos do Seixal, Montijo, Palmela e Setúbal, este último em menor dimensão. A edificação dispersa intensificou-se de 2010 para 2018, representando o tecido edificado descontinuo no ano mais recente cerca de 34% do território artificializado da Área Metropolitana de Lisboa.

- Onze dos dezoito concelhos da AML têm **Plano Diretor Municipal revisto** – Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Nos PDM revistos – por comparação com a 1.ª publicação - Oeiras (15%), Seixal (10%) e Cascais (7%) foram os que registaram maiores acréscimos de solo urbano face ao total do concelho.
- A grande maioria dos concelhos da região tem uma **capitação de áreas verdes no solo urbano** de 10% ou inferior, sendo que há concelhos com valores nulos ou praticamente nulos. Relevam-se os concelhos de Amadora, onde a proporção de espaços verde no solo urbano é superior a 30%, bem como os concelhos de Lisboa, Vila Franca de Xira e Loures, com valores entre 20% e 30%.
- O **sistema urbano é policêntrico, hierarquizado a partir do centro metropolitano** onde se concentram grandes equipamentos e serviços de nível regional e nacional e constituído por uma rede polinucleada de centralidades urbanas de vários níveis, articuladas entre si, segundo eixos e coroas, que organizam a região funcional.
- A AML concentra uma **grande oferta de espaços de logística, com um caráter dispersivo bastante elevado**, mas nem sempre dimensionados para uma resposta eficaz às necessidades (escassas zonas de armazenagem e falta de capacidade para a gestão de stocks). Dentro deste território destacam-se seis espaços organizados e estruturados: Plataforma Logística Lisboa Norte (Castanheira do Ribatejo/Bobadela); Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL); Centro de Carga do Aeroporto General Humberto Delgado; Porto de Lisboa; AutoEuropa; e Porto de Setúbal.

COESÃO SÓCIO TERRITORIAL

O reforço da coesão social ao nível dos territórios, constitui uma prioridade para a AML, e exige determinação, inovação, partilha de responsabilidades e coordenação de esforços entre a administração pública e os setores sociais, tendo em vista:

- a requalificação socio urbanística das áreas degradadas;
- a implementação de uma política urbana e habitacional de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços;
- a implementação de políticas de valorização dos recursos humanos, de emprego e empregabilidade.

- No domínio da requalificação urbanística, o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana introduziu medidas que **dinamizaram e agilizaram a reabilitação urbana**. Este regime teve resultados positivos na AML. A dinâmica de reabilitação do edificado, regista um desempenho positivo na AML, muito influenciado pelo incremento do turismo na capital. Entre 2014 e 2021, a tendência global é de diminuição da reabilitação face à da construção nova. Em 2022 inicia-se uma trajetória de recuperação, mais expressiva na Grande Lisboa. Esta NUTS regista valores sempre acima da média nacional, com exceção do período pandémico. A Península de Setúbal apresenta os níveis de reabilitação mais diminutos (abaixo de 10%).
- De 2017 a 2023 a área metropolitana registou **um forte incremento na oferta turística e de alojamento local** com consequência na sua ocupação territorial, na reabilitação do edificado e na dinâmica do mercado imobiliário, que tem vindo a ser inflacionado, sobretudo na cidade de Lisboa. Neste período a oferta de alojamento na AML aumentou 25%, com cerca de 100mil camas, 77mil destas em hotelaria.
- Entre 2011 e 2021, registou-se na AML um **decréscimo da proporção dos alojamentos não clássicos**, que passou de 289 para 148. Em 2021, 1866 pessoas residiam neste tipo de alojamentos. Em 2022 existiam na região 5.167 pessoas sem abrigo, em particular no concelho de Lisboa, com 3.138 pessoas (394 sem teto e 2.744 sem casa), o que corresponde a 61% do total da RLV

- Em termos de equipamentos destaque para as carências nas respostas sociais - Odivelas (33%), Sintra (30%) e Seixal (48%) apresentavam uma cobertura de respostas para a **1ª infância** abaixo dos 50%; as taxas de cobertura de respostas para **idosos** são inferiores a 50% em diversas valências em Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Seixal e Sintra (2021).
- Nos **níveis de escolarização do ensino superior** da população entre os 18 e 22 anos registam-se positivos na AML, que no ano letivo 2020/2021, apresentava uma taxa de escolarização de 52%, superior à média do país em 9 pontos percentuais. Em 2021, mais de 35% da população empregada por conta de outrem residente na AML tinha o ensino superior completo. Estes valores são superiores à média nacional e têm registado um comportamento crescente desde 2001.
- Relativamente ao rendimento a análise da evolução aponta a **perda relativa de poder de compra per capita**, da AML, face à média nacional, mantendo-se ainda assim 20 pontos acima do índice nacional de 100. Em termos absolutos, importa referir os rendimentos, em 2021, substancialmente superiores de Alcochete (2.006€), Oeiras (1.901€) e Lisboa (1.752€). Na AML, Odivelas (1.055€) e Moita (1.051€) correspondem aos concelhos com rendimentos médios mais baixos. A taxa de desemprego apresenta uma tendência geral decrescente desde 2023, que na AML se situava nos 8%. A taxa de desemprego jovem assume grande expressão, cifrando-se em 22% em 2023.

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA METROPOLITANO DE TRANSPORTES

O PROT AML assume como prioridade para a estratégia de ordenamento do território a organização do sistema metropolitano de transportes, preconizando:

- O reforço do sistema de infraestruturas e equipamentos de transportes existente, através da promoção da coordenação intermodal e desincentivo do uso do transporte individual, com consequências nocivas no funcionamento da AML, na qualidade de vida das pessoas e no ordenamento do território.
- A melhoria no sistema de transportes de mercadorias ultrapassando as debilidades existentes
- A criação da “Autoridade Metropolitana de Transportes”, enquanto instância de coordenação intermodal.
- O reforço progressivo do transporte coletivo, privilegiando o transporte ferroviário e fluvial, e completando uma coerente e consolidável estrutura rádio concêntrica de acessibilidades.

- Ao nível da infraestrutura aeroportuária, a procura do **aeroporto General Humberto Delgado** (Lisboa) tem aumentado no segmento de passageiros, tendo atingido 20 milhões de passageiros desembarcados, o que representa um aumento de 40% face a 2022 e de 27% face a 2019. No que respeita ao movimento de mercadorias, o volume tem sido crescente, atingindo as 164 000 toneladas em 2022.
- A região dispõe de um **elevado potencial portuário e de acostagem**, que abarca o transporte de mercadorias, o turismo, o recreio e lazer e o desporto náutico, com capacidade de marcação de posição em rotas mundiais. O porto de Setúbal assume uma função de apoio ao setor exportador da região e, desde 2009 até 2017, que a mercadoria carregada tem sido sempre superior à mercadoria descarregada, com ligeira inversão desde 2018. Em matéria de passageiros, o Porto de Lisboa, com uma forte representação ao nível de Portugal Continental, tem registado desde 2012 cerca de 500mil passageiros de cruzeiros em trânsito na capital, com um pico em 2018, de 515 mil passageiros. Em 2020, a pandemia da Covid-19 foi impactante neste setor, registando-se apenas cerca de 50 mil passageiros, valor que já duplicou em 2021, registando-se mais de 400mil passageiros em trânsito em 2022
- Quanto ao **movimento de passageiros entre as duas margens do Tejo**, a dinâmica é distinta: as ligações fluviais mais usadas são entre o Terreiro do Paço - Barreiro e Cais do Sodré - Cacilhas, que antes da pandemia da Covid-19 (2019) registavam mais de 7 milhões de passageiros em cada ligação, notando-se um decréscimo significativo na ligação entre Cais do Sodré - Cacilhas, que em 2010 movimentava mais de 12 milhões de passageiros.
- No **transporte de passageiros e de mercadorias, o peso do sector rodoviário** tem vindo a crescer tirando partido dos investimentos na rede rodoviária nacional.

- Na AML localizam-se importantes **áreas de logística** que articulam as cadeias de distribuição nacionais, e mesmo internacionais, com o nível regional e local.
- Em 2021, quanto à **proporção de população que entra ou sai** de cada concelho (movimentos pendulares), face à sua população residente, na AML, apenas Lisboa e Oeiras têm um saldo positivo, sendo, portanto, superior a população que entra no concelho - a população diária de Lisboa aumenta 75% face aos seus residentes.
- Num contexto metropolitano com maior oferta de transportes coletivos, a **opção pelo transporte individual** para percorrer as maiores distâncias das deslocações pendulares é ainda expressiva. O meio de transporte mais utilizado nestes movimentos continua a ser o transporte individual, usado em 58% das deslocações (43% em 2001).
- O sistema de transportes da AML, em particular da cidade de Lisboa deve ajustar-se à procura resultante do acréscimo de turistas, acompanhando o aumento da capacidade de alojamento turístico e alojamento local disponível. Note-se que, em 2023 os estabelecimentos hoteleiros localizados na AML registaram 20 milhões de dormidas.
- Relativamente à “**Autoridade Metropolitana de Transportes**”, cuja criação foi considerada prioritária no PROT AML, a mesma foi extinta com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, sucedendo-lhe a Área Metropolitana de Lisboa que passa a dispor, no domínio do transporte público de passageiros, das atribuições e competências estabelecidas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. Atualmente constituem atribuições das Autoridades de Transportes a definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados.

PROT OVT

GANHAR A APOSTA DA INOVAÇÃO, DA COMPETITIVIDADE E DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A estratégia de valorização da inovação, competitividade e internacionalização do Oeste e Vale do Tejo assenta no crescimento a partir da valorização dos recursos endógenos e na aposta em segmentos industriais e de serviços que permitam cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado.

A estratégia de desenvolvimento regional releva também a aposta em formas inovadoras de turismo sustentável centradas na valorização do património, nos nichos da agricultura estimulada pela distribuição em mercados exigentes e intensiva em conhecimento; percebendo a importância decisiva na obtenção de massa crítica de serviços empresariais avançados.

Ganhar a batalha da inovação, competitividade e internacionalização exige, igualmente, uma aposta na mobilidade externa e intrarregional, bem como o fomento da formação de novas competências, e na intensificação do esforço de Investigação e desenvolvimento tecnológico, procurando uma maior cooperação entre as empresas e os centros de saber.

- Entre 2011 e 2021 a estrutura do **VAB** revela uma região com uma especialização económica centrada nos serviços nas três NUTS III, com um aumento do VAB do setor secundário no Oeste e Lezíria do Tejo. O VAB no setor primário é bastante superior à média do país, sobretudo na Lezíria do Tejo, onde é responsável por cerca de 10% do VAB. No OVT destaca-se o VAB das empresas associadas às atividades da Energia (Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio) no Oeste e Médio Tejo, e atividades de informação e comunicação (nas 3 NUTS a que corresponde uma proporção de pessoal ao serviço bastante reduzida. Nesta variável sobressaem ainda a indústria transformadora, agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca com maiores proporções de pessoas ao serviço.

- A **atividade agrícola** no OVT ocupa uma posição relevante, em particular na Lezíria do Tejo e no Oeste onde valor da produção padrão total médio por unidade de trabalho ano (€/UTA) das explorações agrícolas, é superior à média nacional e aumentou, entre 2009 e 2019.
- Aumento ligeiro do número de **novas empresas**, mas com uma boa **taxa de sobrevivência** (cerca de 60% das empresas continua ativa nos dois anos subsequentes à sua criação).
- Nos sectores de **alta e média-alta tecnologia**, regista-se alguma variabilidade, contudo o nascimento de empresas neste sector é sempre inferior à média nacional. O emprego em **serviços intensivos em conhecimento** posiciona-se em valores muito abaixo da média nacional. O emprego em setores **industriais de elevada tecnologia** demonstra um comportamento positivo, com a Lezíria do Tejo (22%) a apresentar, em 2021, valores acima da média nacional (18,5). Crescimento, entre 2011 e 2021, do **investimento em investigação e desenvolvimento tecnológico** no Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo encetado essencialmente pelas empresas. O Investimento em I&D pelo Ensino Superior, mantém-se estagnado,
- Quanto à **mobilidade externa**, regista-se a **necessidade de melhoria** da Linha Ferroviária do Oeste, e das ligações viárias no Vale do Tejo previstas no PRN.
- No **turismo verifica-se uma dinâmica de crescimento**, que poderá estar também associada à forte dinâmica registada na capital. Do ponto de vista da atratividade, refira-se que, a taxa líquida de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros tem vindo a aumentar, apesar disso os valores são inferiores a 50% e com estadias de curta duração (< 2 dias). Os estabelecimentos hoteleiros do OVT registaram, em 2023, cerca de 3,5 milhões de dormidas, maioritariamente no Oeste e Médio Tejo (mais de 3 milhões)

POTENCIAR VOCAÇÕES TERRITORIAIS NUM QUADRO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em termos de vocações territoriais o PROT destaca o recreio, lazer e turismo integrados nos valores naturais, patrimoniais e paisagísticos como uma oportunidade para o Oeste e Vale do Tejo, em complementaridade com o “destino Lisboa”. O turismo e o lazer poderão contribuir, para a minimização de desequilíbrios entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo. É, pois, prioritário promover a qualificação, valorização e a promoção do território e das pessoas com vista ao garante da identidade e ao acréscimo da competitividade territorial. Neste sentido a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) constitui uma das estruturas centrais da competitividade e sustentabilidade da região.

Num contexto de valorização dos recursos regionais, os objetivos para a região pautam-se pela inovação nos domínios da prevenção e gestão de riscos, e por adotar ações estratégicas e pró-ativas no domínio da energia, nas vertentes da oferta e do consumo.

- Não sendo possível identificar uma alteração de tendência de comportamento que seja imputável ao PROT, será de assinalar o **acréscimo (21%), entre 2017 e 2023, na capacidade de alojamento turístico** instalada nos estabelecimentos hoteleiros do OVT, sobretudo no Oeste (9 674 para 12 953 camas). A Lezíria do Tejo regista um desempenho ainda pouco expressivo. Os hotéis são a tipologia turística dominante na capacidade de oferta de alojamento, destacando-se também no Oeste os alojamentos locais. Desde 2009, as tipologias de empreendimentos de turismo em espaço rural assumiram relevância em toda a região, conferindo diversidade na oferta, sobretudo no Oeste. Sublinha-se de igual modo o forte incremento das unidades de alojamento local, que em 2017 já passavam as 7.000 unidades registadas no OVT, sendo 4 000 no Oeste.
- A **Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA)** do PROT OVT tem vindo a ser reforçada, através a constituição de áreas protegidas de âmbito regional e local. No Oeste, entre 2012 e 2022, registou-se um acréscimo de cerca de 1.191 hectares. Esta dinâmica revela uma maior valorização e reconhecimento do património natural. No OVT com 33 municípios, a ERPVA encontra-se transposta apenas para oito (PDM revistos - Alcanena, Benavente, Bombarral, Constância, Ferreira do Zêzere, Lourinhã, Ourém e Tomar).

- Nas **questões energéticas** os padrões de consumo de combustível automóvel, no Médio Tejo e Lezíria do Tejo são bastante superiores aos da média nacional e aos do Oeste e AML. A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis regista no OVT entre 2013 e 2022, um peso decrescente no total da produção de energia elétrica (de 39% para 19%). A produção renovável fotovoltaica registou um incremento acentuado (1415%), passou de 2 407tep, em 2013, para 36 462tep em 2022. O contributo das fontes de energia renováveis no consumo de total de eletricidade é bastante expressivo no Oeste e Vale do Tejo, mantendo-se sempre acima dos 40% desde 2013. No balanço entre produção e consumo de energia, toda a região apresenta uma variação negativa (com ligeira tendência de melhoria), ou seja, as necessidades de consumos superam a energia produzida internamente.
- A eficiência do **sistema de abastecimento de água** apresenta dados díspares, consoante a área territorial e o respetivo sistema de gestão em análise. No OVT, a qualidade do serviço é insatisfatória em 5 concelhos (SM Agraço, Óbidos, Nazaré, Rio Maior e Golegã), sendo que na maioria dos concelhos do Médio Tejo a qualidade do serviço é mediana. A Lezíria do Tejo, é a sub-região com melhor qualidade do serviço em matéria de perdas reais água nos sistemas em baixa. Relativamente à percentagem de água entrada nos sistemas em baixa que não é faturada, dos 33 concelhos, apenas Alcobaça dispõe de boa qualidade de serviços com níveis de água não faturada inferiores a 20%, os restantes municípios têm taxas de água não faturada superiores a 30%, o que é preocupante na gestão de um recurso tão escasso, sobretudo em contexto de alterações climáticas.
- O território regional está exposto a **um leque muito amplo de perigos naturais, tecnológicos e ambientais**, com distinta incidência territorial. Entre 2011 e 2021 regista-se uma tendência de redução do número de edifícios expostos a riscos ambientais, com exceção da instabilidade de vertentes, que registou um aumento. Os concelhos que mais contribuíram para o aumento da exposição ao risco de instabilidade de vertente no OVT são Lourinhã, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Alcobaça, Ourém e Nazaré. Apesar da diminuição global do número de edifícios expostos a cheias e inundações, aumentou nos concelhos de Arruda do Vinhos, Caldas da Rainha, Golegã, Lourinhã e Nazaré. Apesar da diminuição global, a exposição a risco de incêndios florestais aumenta nos concelhos de Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Nazaré, Alcobaça, entre outros. Destaca-se a necessidade urgente de adotar medidas eficazes, com o objetivo de proteger a segurança de pessoas e bens.
- Dos municípios do OVT, desde a entrada em vigor do PROT, apenas 8 têm o seu **processo de revisão de PDM** concluído e, conseqüentemente, a larga maioria ainda não incluiu normas específicas relacionadas com o risco.

CONCRETIZAR A VISÃO POLICÊNTRICA E VALORIZAR A QUALIDADE DE VIDA URBANA

No Oeste e Vale do Tejo pretende-se a consolidação da rede urbana (municipal, supramunicipal e suprarregional) através da estruturação e reforço funcional de subsistemas e eixos polinucleados, formados por centros de média e pequena dimensão, complementares e articulados, destinados ao acolhimento de pessoas e atividades e à prestação de serviços qualificados nos espaços sub-regionais.

As apostas neste eixo versam também sobre a qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e naturais, da regeneração e da reabilitação urbanas, da promoção da habitação, da dotação de infraestruturas e equipamentos e da mobilidade urbana.

- Desde 2018 que deixou de estar disponível informação sobre a **população residente** em cidades. Considerando a população por concelho, Torres Vedras é o mais populoso do OVT, seguido de Santarém, Alcobaça e Caldas da Rainha, todos com mais de 50mil habitantes. Entre 2011 e 2021 maioria dos concelhos com cidades do OVT, não registou reforço do crescimento populacional, com exceção de Torres Vedras.
- O **modelo de povoamento** faz realçar um conjunto de aglomerados urbanos e a pulverização de diferentes estruturas de povoamento, com morfologias e densidades muito diferenciadas. No Oeste destacam-se os aglomerados populacionais de Torres Vedras e Caldas da Rainha, seguidos de Peniche e Nazaré, no Médio Tejo sobretudo Entroncamento e Abrantes, seguidos de Tomar, Torres Novas, Ourém-Fátima, e na Lezíria do Tejo demarcam-se Santarém, Almeirim, Cartaxo e Porto Alto / Benavente / Samora Correia.

- Mais de metade da população do Oeste e do Médio Tejo residia, em 2021, em **lugares com menos de 2.000 habitantes**, refletindo a dominância da edificação dispersa. Em 2018 (carta das áreas edificadas, DGT) verifica-se que, na Lezíria do Tejo, 33% do total das áreas edificadas com usos residenciais têm carácter isolado ou disperso, sendo esta proporção de 22% no Médio Tejo e 21% no Oeste.
- Em 2021, os **alojamentos clássicos vagos**, tinham uma representatividade superior à média nacional (12%) no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo (17%),
- Comparando a **dinâmica da reabilitação** entre a década de 2003/13 e a década 2014/23, verifica-se que, apesar da ligeira diminuição na região, existem diferenças municipais importantes. Os concelhos da Chamusca, Nazaré, registaram o maior acréscimo relativo deste tipo obras, entre as duas décadas. No sentido oposto, destaca-se Ourém, Tomar e Vila Nova da Barquinha.
- Os movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes mostram a existência de **fortes interdependências intrar-regionais**, quer as que se desenvolvem entre o núcleo metropolitano e a coroa envolvente dos territórios do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, quer as que se desenvolvem dentro dessa mesma coroa envolvente.
- Crescimento significativo do peso relativo do transporte individual enquanto meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no Oeste e Vale do Tejo, correspondendo a cerca de 70% dessas deslocações em 2021. Fragilidades nas redes viárias de conexão intrarregional, designadamente no Vale do Tejo

DESCOBRIR AS NOVAS RURALIDADES

O PROT OVT aposta na convergência da multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respetivos sistemas de agricultura de forma a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agroflorestal, quer das zonas rurais do Oeste e Vale do Tejo. Neste eixo a visão estratégica do tipo multifuncional visa a concretização de três objetivos:

- Promover sistemas de produção agrícolas e florestais economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- Viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que valorizem os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais;
- Incentivar a diversificação e reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

- Numa perspetiva global da atratividade do território importa referenciar a **dinâmica de crescimento populacional**, salientando a especial atratividade do Oeste, e simultaneamente os níveis de envelhecimento populacional registados na região que seguem e excedem, a tendência do país, sendo que no Médio Tejo o índice é superior a 250. O índice de renovação da população ativa no Médio Tejo apresenta o pior desempenho com a maioria dos concelhos com valores inferiores a 70.
- A **ocupação do solo** no OVT é dominada por áreas florestais (35%) e áreas agrícolas (24%), ocupando os territórios artificializados, em 2018, cerca de 5% da sub-região. As áreas agrícolas dominam a ocupação do solo no Oeste (41%) e as áreas florestais prevalecem na Lezíria do Tejo (48%) e no Médio Tejo (55%).
- As características rurais do OVT, refletem-se na proporção de **população a residir em lugares com menos de 2000 habitantes** que ultrapassa os 45% em Todas as NUTS III. No contexto deste eixo estratégico, importa relevar que, este padrão de ocupação poderá constituir uma oportunidade para o desenvolvimento das relações urbano-rurais.
- No que respeita à **distribuição das áreas edificadas**, o OVT registou um aumento de 1.251 novos edifícios com uso residencial fora das áreas artificializadas. Considerando a interdição de construção de habitação em parcelas inferiores a 4ha, que vigora no OVT a partir de 2009/2010, os novos edifícios com uso residencial estarão, maioritariamente, associados a territórios que nos PDM se encontram integrados em solo destinado à edificação, mas ainda não artificializado, ou foram edificados em parcelas maiores ou iguais a 4ha.

- Neste quadro, considera-se relevante salientar uma evolução positiva na utilização das **tecnologias de informação e comunicação**, em particular num território onde os níveis de dispersão do edificado são muito expressivos. Contudo, quanto à cobertura de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (banda larga), destacam-se carências nos níveis de cobertura dos alojamentos, sobretudo nos territórios mais interiores da região, nomeadamente no Médio Tejo (13.837 alojamentos) e na Lezíria do Tejo (12.537), mas também no Oeste (7.030), com maior incidência nos concelhos de Ourém, Abrantes, Tomar, Santarém, Coruche e Rio Maior, onde existem mais de 2.000 alojamentos sem cobertura.
- Relativamente à diversificação e reforço do tecido económico das zonas rurais na perspetiva da multifuncionalidade importa relevar as recentes dinâmicas de licenciamento de **empreendimentos de turismo em espaço rural**.
- A **atividade agrícola no Oeste e Vale do Tejo ocupa uma posição relevante**, sendo de salientar a produtividade económica dos sistemas de produção do Oeste onde se pratica uma agricultura intensiva, evidenciando-se por outro lado os níveis de produtividade das explorações agrícolas da Lezíria do Tejo, onde dominam propriedades de maior dimensão.
- Em 2022 o **volume de negócios das empresas ligadas ao setor agroalimentar, florestal e pescas / aquacultura** é muito relevante em alguns concelhos da região. Destaca-se Constância, onde o volume de negócio resultante das atividades de fabricação de pasta de papel, de cartão e seus artigos representa metade da dinâmica económica do concelho. No Médio Tejo destaca-se ainda o concelho de Ferreira do Zêzere e, no Oeste e Lezíria do Tejo, os concelhos da Golegã, Alpiarça, Lourinhã, Peniche, Almeirim, Rio Maior, Cadaval e Coruche, com níveis elevados de volume de negócios das empresas ligadas ao setor agroalimentar, florestal e pescas / aquacultura. Destaque para o VAB das empresas associadas às atividades da energia, e também as da agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca, com maiores proporções de pessoas ao serviço.
- Considerando os habitats dominantes no OVT os **serviços dos ecossistemas** poderão ser encarados como instrumento para descobrir novas ruralidades e percecionar os benefícios destes territórios, tais como: i) a produção de madeira, fibras, alimento, inertes, minérios, vinho, mel, azeite, culturas forrageiras, cereais, hortícolas e frutícolas; ii) a função de regulação e suporte da biodiversidade; iii) a regulação climática, sequestro de carbono, controle de erosão, mitigação de riscos naturais; iv) o enquadramento paisagístico, turismo, recreio, lazer, caça e identidade com o meio rural.



2.2. Estrutura ecológica regional

As áreas da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), do PROT OVT, e da Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental (EMPVA), do PROT AML, são assumidas em ambos estes instrumentos como componentes fundamentais para a sustentabilidade dos respetivos Modelos Territoriais. Estas estruturas integram um conjunto de áreas e corredores organizados de acordo com os objetivos e valores que lhes estão subjacentes, e são hierarquizadas em três níveis: Rede Primária, Rede Secundária e Rede Complementar/Vital.

Para estas áreas os PROT estabelecem um conjunto de normas orientadoras, consubstanciadas em várias orientações e diretrizes, as quais vinculam as entidades públicas da administração central e local e enquadram e orientam os instrumentos de gestão territorial, designadamente ao nível municipal. Neste âmbito são estabelecidas orientações com respeito à transposição destas áreas para os instrumentos de planeamento municipal, bem como ao estabelecimento de modelos de uso e ocupação consonantes com os seus objetivos.

No quadro da definição da estrutura ecológica municipal pelos PMOT, o PROT OVT estabelece que a ERPVA deverá ser transposta para a escala municipal, com as devidas adaptações de conteúdo e de escala (diretriz 1.1 relativa à EEM e urbanas e diretrizes 1 e 2 da ERPVA). No caso do PROT AML, dispõe-se que a EMPVA é constituída pelos espaços integrantes da Rede Ecológica Metropolitana (REM), entre outros (norma 1.2.2.1) e que esta rede concretiza os espaços e territórios essenciais para a EMPVA, incluindo as áreas e corredores estruturantes primários e secundários e as áreas e corredores vitais para a AML, que devem ser integrados nos instrumentos de planeamento territorial (norma 1.2.2.2).

O PROT OVT estabelece que deve ser estabelecida regulamentação da ocupação do solo em consonância com os objetivos inerentes à ERPVA (diretriz 1 da ERPVA). O PROT AML estabelece a necessidade de compatibilizar o ordenamento do uso do solo com a REM, através das necessárias revisões, alterações ou ajustamentos (norma 2.2.1.1). Estabelece ainda que os terrenos periurbanos (...) importantes contribuintes da REM, devem ser salvaguardados do crescimento urbano ou de outros usos que reduzam ou retirem o seu carácter e potencialidade (norma 1.2.2.4).

Assim, procede-se à análise da forma como estas orientações e diretrizes foram consideradas a nível municipal, nos processos de revisão de PDM concluídos após a aprovação dos PROT, até outubro de 2024 (data de realização do estudo), sendo que:

- Após a publicação do PROT AML, em 2002, apenas 11 dos 18 concelhos concluíram a revisão dos respetivos PDM, nomeadamente Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal (não considerado na análise que se segue dada a sua publicação após outubro de 2024), Sintra e Vila Franca de Xira.
- No OVT, desde a data de publicação do PROT OVT, em 2009, apenas 8 dos 33 concelhos concluíram a revisão dos respetivos PDM, nomeadamente Alcanena, Benavente, Bombarral, Constância, Lourinhã, Ourém, Tomar e Ferreira do Zêzere (este último não é considerado na análise que se segue dada a sua publicação após outubro de 2024).
- De referir que o concelho de Mação não é abrangido pelo PROT OVT.

Apresenta-se ainda uma análise das dinâmicas territoriais procurando aferir o grau de convergência com as orientações dos PROT para estas áreas, nomeadamente em matéria da evolução da ocupação do solo. Note-se que na análise efetuada na Parte I se concluiu que, entre 2007 e 2018, registou-se um aumento dos espaços artificializados nas áreas da ERPVA de 860ha, tendo sido mais expressivo nas Áreas Nucleares Secundárias (ANS) e nas Áreas Ecológicas Complementares (AEC) – Paisagens Florestais, e de 1.120ha nas áreas da REM, sendo que mais de metade desta artificialização ocorreu nas áreas vitais. Neste capítulo é efetuada uma análise mais aprofundada sobre esta matéria.

FORMA DE TRANSPOSIÇÃO DA ERPVA E DA EMPVA/REM PARA OS PDM REVISTOS

ERPVA do PROTOVT

Na transposição da ERPVA para os PDM revistos após a publicação do PROT OVT, até outubro de 2024, verifica-se que, apenas o PDM de Alcanena estabelece, a **nível regulamentar**, uma rede de áreas e corredores organizada e hierarquizada segundo os três níveis desta estrutura. Nos restantes PDM verificam-se duas situações: nos PDM de Benavente e Constância são identificados áreas e corredores que integram a estrutura ecológica municipal (EEM), mas sem hierarquização; nos PDM do Bombarral, Lourinhã, Ourém e Tomar, foi considerada no Regulamento uma organização hierárquica da EEM distinta da definida pelo PROT.

Ao **nível da cartografia**, a delimitação das áreas e corredores organizados em três níveis encontra-se transposta para a maioria das respetivas plantas dos PDM. Em alguns PDM verifica-se que, apesar de no regulamento não estar estabelecida uma rede hierarquizada em diferentes níveis, a hierarquização está presente na cartografia associada.

EMPVA/REM do PROTAML

A constituição da EEM tendo em conta o modelo da REM foi explicitada no regulamento dos PDM de Lisboa, Loures, Mafra, Oeiras, Seixal e Sintra. Nestes PDM foram identificados os elementos da REM que integram a EEM em artigo próprio. Já os PDM de Cascais, Moita, Odivelas e V.F. de Xira, não definem, no Regulamento, quais as estruturas da REM que foram incorporadas na EEM.

No caso do PDM de Odivelas estas estruturas são mencionadas na definição das UOPG e não no artigo da EEM. O PDM de Vila Franca de Xira refere apenas a Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET). Nos PDM dos municípios de Cascais e da Moita não existe qualquer referência à REM no artigo da EEM.

Relativamente à **hierarquização e estrutura da EEM**, os PDM de Loures e do Seixal seguiram a lógica hierárquica definida no PROT utilizando a mesma estrutura e nomenclatura. No caso do PDM de Vila Franca de Xira, foram identificados áreas e corredores que integram a EEM, porém sem hierarquização. Nos PDM de Cascais, Lisboa, Mafra e Oeiras foi considerada no Regulamento uma organização hierárquica da EEM distinta da definida pelo PROT. No PDM da Moita não foram identificadas, no Regulamento, as áreas e corredores que integram a EEM.

Cartograficamente, a delimitação das áreas e corredores organizados em diferentes níveis hierárquicos encontra-se transposta para a maioria das respetivas plantas da EEM dos PDM. Em alguns PDM verifica-se que, apesar de no regulamento não estar estabelecida uma rede hierárquica igual à definida no PROT, esta rede está presente na cartografia. Importa referir que a planta da EEM do PDM da Moita apenas destaca as categorias de espaço que em regulamento foram descritas como integrantes da EEM.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA ERPVA DO PROTOVT – ÁREAS NUCLEARES ESTRUTURANTES (ANE)

As **ANE registaram alterações no uso e ocupação do solo em 11% do território** (5.927ha dos 55.884ha definidos como ANE). A alteração mais expressiva resulta do **decréscimo da superfície ocupada por Matos e por Pastagens**. Em contrapartida, a superfície ocupada por **Florestas, Agricultura e Território artificializado aumentou** a sua área de representação.

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Variação (Hectares)	Taxa de Variação (%)
		2007	2018		
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	1 693,14	1 728,08	34,94	2,1
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	340,87	354,16	13,29	3,9
	1.3 Infraestruturas	6,83	6,83	0	0
	1.4 Transportes	61,75	76,98	15,23	24,7
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	689,83	781,24	91,41	13,3
	1.6 Equipamentos	155,27	157,32	2,05	1,3
	1.7 Parques e jardins	7,91	7,86	-0,04	-0,6
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	7 052,06	7 214,49	162,43	2,3
	2.2 Culturas permanentes	4 650,55	4 672,32	21,78	0,5
	2.3 Áreas agrícolas heterogéneas	2 237,89	2 223,57	-14,32	-0,6
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	62,78	63,69	0,91	1,4
3. Pastagens	3.1 Pastagens	2 450,23	2 234,74	-215,49	-8,8
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	2 976,19	2 953,62	-22,57	-0,8
5. Florestas	5.1 Florestas	16 742,69	17 040,66	297,98	1,8
6. Matos	6.1 Matos	13 794,20	13 409,15	-385,05	-2,8
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	793,42	794,65	1,23	0,20
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	964,82	964,72	-0,11	0
9. Massas de água superficiais	9.1 Massas de água interiores	334,05	330,39	-3,66	-1,1
	9.3 Massas de água de transição e costeiras	869,95	869,95	0	0

Quadro 32- Evolução do uso e ocupação do solo nas ANE do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

O decréscimo das áreas da **Matos deve-se sobretudo à sua transformação em Florestas e em “Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção”**. Esta última subclasse é a que regista maior acréscimo, no quadro do aumento de território artificializado, não tendo a superfície ocupada por Tecido edificado sofrido um acréscimo significativo. Destaca-se ainda a transformação de 217,16ha de Pastagens em Culturas temporárias.

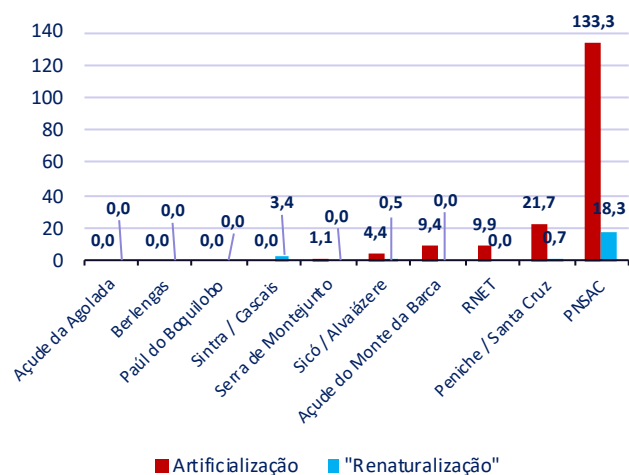


Gráfico 185 - Perdas e ganhos globais (em ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas ANE (2007-2018)

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

O processo de **“artificialização”**, entendido aqui como a transformação de áreas não artificializadas em áreas artificializadas (classes da COS), **afetou 179,8ha das ANE sendo mais expressivo na ANE do Parque natural da Serra d’Aire e Candeeiros (PNSAC) com mais 133,3ha, sendo 112,2ha relativos a novas pedreiras**. No Sítio de Importância Comunitária (SIC) Peniche-Santa Cruz ocorreram alterações em 21,7ha devido ao processo de “artificialização”. Além destas, a “artificialização” ocorreu nas ANE da Serra de Montejunto (1,1 ha), de Sicó / Alvaiázere (4,4 ha), do Açude do Monte da Barca (9,4 ha) e na RNET (9,9 ha). As restantes ANE não apresentam nova superfície artificializada. A subclasse Tecido edificado descontinuo surge a seguir à subclasse Pedreiras, como aquela que mais aumentou a sua área de representação.



A “renaturalização”, entendida aqui como a transformação de áreas artificializadas em áreas não artificializadas (classes da COS), ocorreu em 22,9ha das ANE, estando presente em quatro das 10 ANE, destacando-se, mais uma vez, o PNSAC com um total de 18,3ha de superfície “renaturalizada”. Além do PNSAC os processos de “renaturalização” estão presentes nos SIC de Sicó – Alvaiázere, de Peniche – Santa Cruz e de Sintra-Cascais. Foi a superfície ocupada por Pedreiras que mais expressão perdeu nas ANE devido ao processo de “renaturalização” (17,63ha).

Gráfico 186 - “Artificialização” e “Renaturalização” (em ha), por ANE do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA ERPVA DO PROTOVT – ÁREAS NUCLEARES SECUNDÁRIAS (ANS)

Nos 90.129ha definidos como ANS, **7.019ha registaram alterações no uso e ocupação do solo**, de 2007 a 2018. Verifica-se a diminuição de áreas de ocupadas por pastagens e por matos. A superfície ocupada por **Território artificializado (+ 323,83ha) e Agricultura (+ 284,81ha) foi a que mais aumentou** a sua área de representação. Com respeito à agricultura, verifica-se que o aumento das áreas de culturas temporárias, resulta em parte da substituição de áreas de culturas permanentes e de pastagens.

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Variação (Hectares)	Taxa de Variação (%)
		2007	2018		
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	1589,75	1709,59	119,84	7,5
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	548,09	570,95	22,87	4,2
	1.3 Infraestruturas	83,16	89,58	6,43	7,7
	1.4 Transportes	439,4	476,49	37,09	8,4
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	357,95	438,36	80,4	22,5
	1.6 Equipamentos	93,53	147,44	53,91	57,6
	1.7 Parques e jardins	9,45	12,74	3,29	34,8
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	40948,88	41605,15	656,27	1,6
	2.2 Culturas permanentes	7610,56	7284,39	-326,17	-4,3
	2.3 Áreas agrícolas heterogéneas	2756,73	2699,7	-57,03	-2,1
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	17,19	28,93	11,74	68,3
3. Pastagens	3.1 Pastagens	4414,71	4036,86	-377,85	-8,6
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	548,93	548,39	-0,55	-0,1
5. Florestas	5.1 Florestas	17264,09	17254,84	-9,25	-0,1
6. Matos	6.1 Matos	11635,68	11406,5	-229,18	-2
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	410,8	411,5	0,7	0,2
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	441,81	442,06	0,25	0,1
9. Massas de água superficiais	9.1 Massas de água interiores	339,3	346,3	7	2,1
	9.2 Aquicultura	4,33	4,33	0	0
	9.3 Massas de água de transição e costeiras	615,49	615,73	0,24	0

Quadro 33 - Evolução do uso e ocupação do solo nas ANS do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

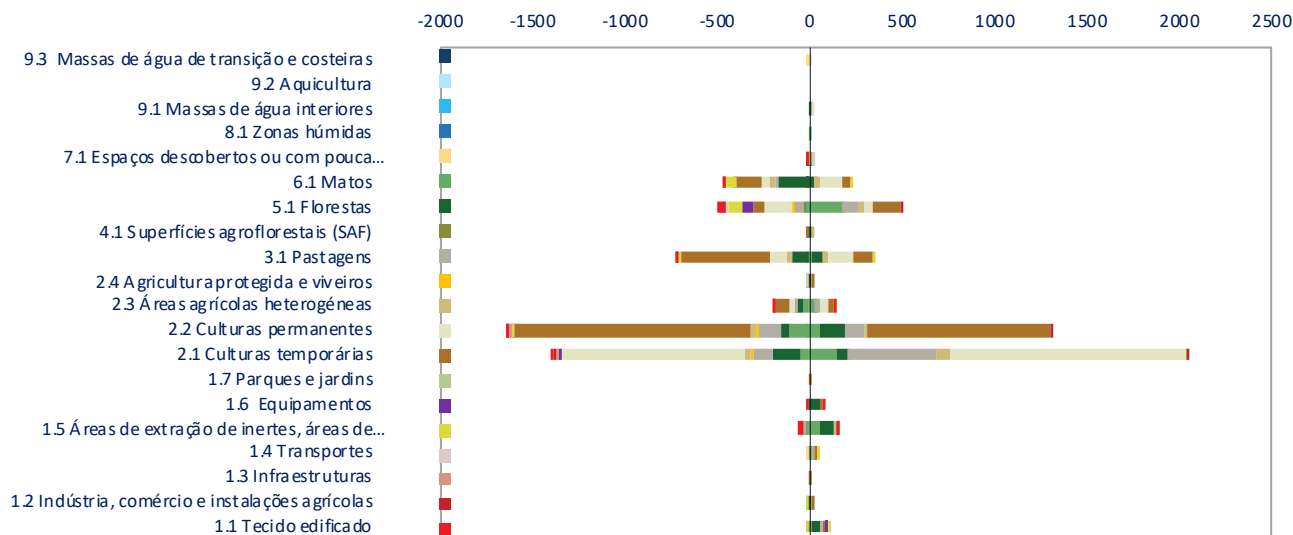
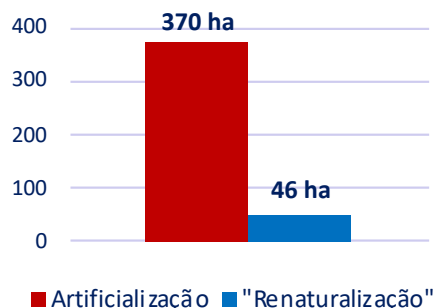


Gráfico 187 - Perdas e ganhos globais (em ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas ANS (2007-2018)

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.



No que se refere ao território artificializado, a sua variação resulta, maioritariamente, do aumento da superfície ocupada por Tecido edificado e "Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção", esta última derivada, quase totalmente, pelo aumento das áreas de pedreiras. De notar ainda o aumento de 54ha de Equipamentos, a qual ocorre maioritariamente no concelho de Óbidos onde se verifica a transformação de Florestas de Pinheiro Bravo em Campos de Golfe.

No total foram "renaturalizados" 46ha em ANS, devido, em parte, à transformação de Pedreiras em Matos.

Gráfico 188 - "Artificialização" e "Renaturalização" (ha), nas ANS do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA ERPVA DO PROTOVT – PAISAGENS AGRÍCOLAS DE ELEVADO INTERESSE

Nos 29 892ha definidos como paisagens agrícolas, **3.100ha registaram alterações no uso e ocupação do solo de 2007 a 2018**. Nestas áreas dominam, como expectável, as subclasses de natureza agrícola, em particular as Culturas temporárias.

Apesar de serem áreas com especificidade agrícola, a maior variação registou-se na superfície ocupada por Florestas, totalizando um aumento de 448,98ha. Apesar de ter perdido superfície para subclasses florestais as Culturas temporárias tiveram uma variação positiva (+ 208,6ha) no período em questão. A subclasse Áreas agrícolas heterogêneas foi a que mais expressão perdeu no território (-372,5ha).

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Varição	Taxa de Varição (%)
		2007	2018	(Hectares)	(%)
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	2714,07	2794,23	80,16	3
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	402,25	474,3	72,05	17,9
	1.3 Infraestruturas	20,19	22,2	2,02	10
	1.4 Transportes	76,7	76,7	0	0
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	95,17	69,92	-25,25	-26,5
	1.6 Equipamentos	70,97	84,67	13,71	19,3
	1.7 Parques e jardins	0,14	0,39	0,25	180,4
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	13322,05	13530,65	208,6	1,6
	2.2 Culturas permanentes	2334,81	2138,13	-196,68	-8,4
	2.3 Áreas agrícolas heterogêneas	1828,94	1456,44	-372,5	-20,4
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	263,63	346,61	82,98	31,5
3. Pastagens	3.1 Pastagens	2608,61	2358,64	-249,96	-9,6
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	16,29	16,29	0	0
5. Florestas	5.1 Florestas	4710,86	5159,84	448,98	9,5
6. Matos	6.1 Matos	1358,43	1282,14	-76,29	-5,6
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	4,57	4,63	0,07	1,5
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	21,61	21,61	0	0
9. Massas de água superficiais	9.1 água interiores	42,88	54,76	11,88	27,7

Quadro 34- Evolução do uso e ocupação do solo nas Paisagens agrícolas do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

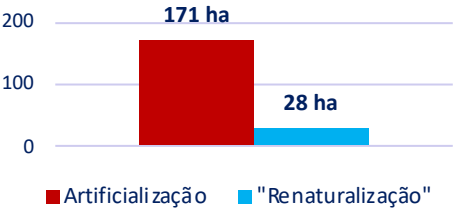


Gráfico 189 - Perdas e ganhos globais (ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas AEC – Paisagens Agrícolas (2007-2018)

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020)

Fonte: : Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

O processo de “artificialização” nas áreas de paisagem agrícola resultou no aumento de 39,2ha de Tecido edificado des-continuo e de 36,17ha de superfície ocupada por Indústria. Foram estes os principais acréscimos relacionados com o processo de “artificialização”, sendo que a subclasse **Culturas temporárias de sequeiro e regadio foi aquela que mais expressão perdeu no território (-66,75ha)**. O processo de “artificialização” foi responsável pela transformação de 171ha.



O processo de “renaturalização” foi máximo na superfície ocupada por Pedreiras (20,82ha), tendo estas sido transformadas, principalmente, em Matos (9,4ha) e Lagos e lagoas interiores artificiais (6,17ha). Nas áreas de paisagem agrícola apenas 28ha sofreram “renaturalização”.

Gráfico 190 - “Artificialização” e “Renaturalização” (ha), nas Paisagens Agrícolas do PROT OVT, 2007-2018
Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA ERPVA DO PROTOVT – PAISAGENS FLORESTAIS DE ELEVADO INTERESSE

Nos 225.778ha definidos como paisagens florestais, **8.572ha registaram alterações no uso e ocupação do solo de 2007 a 2018**. Nestas áreas da ERPVA domina a subclasse Florestas, a qual registou um acréscimo de 1.508ha. Este aumento é, em grande parte, resultante da transformação de 1.117ha de Matos, tendo sido a subclasse que mais expressão perdeu no território.

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Variação (Hectares)	Taxa de Variação (%)
		2007	2018		
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	2015,35	2055,53	40,17	2
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	614,98	710,46	95,49	15,5
	1.3 Infraestruturas	60,27	65,52	5,25	8,7
	1.4 Transportes	494,41	587,19	92,78	18,8
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	360,9	359,3	-1,6	-0,4
	1.6 Equipamentos	143,91	147,37	3,46	2,4
	1.7 Parques e jardins	4,12	4,12	0	0
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	6622,62	7001,89	379,27	5,7
	2.2 Culturas permanentes	4327,71	4155,84	-171,87	-4
	2.3 Áreas agrícolas heterogêneas	3795,52	3786,89	-8,63	-0,2
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	18,65	26,36	7,71	41,3
3. Pastagens	3.1 Pastagens	8578,06	8040,23	-537,83	-6,3
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	22650,11	22225,94	-424,16	-1,9
5. Florestas	5.1 Florestas	169130,87	170639,06	1508,19	0,9
6. Matos	6.1 Matos	5169,07	4157,81	-1011,26	-19,6
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	32,81	30,41	-2,39	-7,3
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	29,17	28,62	-0,55	-1,9
9. Massas de água superficiais	9.1 água interiores	1729,99	1755,97	25,98	1,5

Quadro 35 - Evolução do uso e ocupação do solo nas paisagens florestais do PROT OVT, 2007-2018
Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.



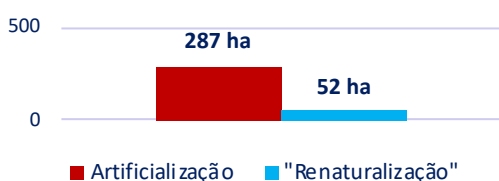
Gráfico 191 - Perdas e ganhos globais (ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas AEC – Paisagens florestais (2007-2018)

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

No quadro dos usos florestais, a **espécie que mais aumentou a sua área de representação foi o eucalipto, com um acréscimo de 4.648ha**, proveniente, maioritariamente de Florestas de pinheiro-bravo (2.154ha), Matos (981ha) e Florestas de sobreiro (829ha). As **Florestas de sobreiro seguem-se às Florestas de eucalipto como aquelas que mais aumentaram** a sua área de representação, totalizando um acréscimo de 868ha. Esta alteração deve-se, sobretudo, à transformação de 350ha de SAF de sobreiro e 153ha de Pastagens melhoradas.

A subclasse **Rede viária e espaços associados** foi a que **mais aumentou** a sua representatividade devido ao processo de “artificialização”, totalizando um acréscimo de 88ha, sobretudo, resultado da transformação de Florestas de pinheiro-bravo (76ha). Estas florestas foram as que perderam mais representatividade neste território, devido ao processo de “artificialização” (142ha), tendo sido transformadas principalmente em Rede viária e espaços associados, Pedreiras (22ha), Áreas em construção (19ha) e Indústria (13ha). O processo de “artificialização” afetou **287ha de paisagens florestais**.



Relativamente ao processo de “renaturalização” foi a subclasse Pedreiras (39ha) aquela que perdeu mais representatividade no território devido, sobretudo, à transformação em Florestas de pinheiro-bravo (14ha) e Florestas de eucalipto (13ha). Estas áreas encontram-se distribuídas, maioritariamente pelos concelhos de Alcobaça e Nazaré. Foram “renaturalizados” 52ha de paisagem florestal.

Gráfico 192 - “Artificialização” e “Renaturalização” (ha), nas Paisagens florestais do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA EMPVA DO PROTAML - ÁREAS ESTRUTURANTES PRIMÁRIAS (AEP)

No período 2007-2018, verifica-se que não existiram alterações do uso e ocupação do solo em 97,5% da superfície definida como AEP (63.781ha). Nas áreas que sofreram alteração, destaca-se o **aumento de Território Artificializado (+ 209,06ha)** e, por oposição, o **decréscimo das Pastagens (-146,89ha) e das Florestas (- 177,57ha)**.

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Variação	Taxa de
		2007	2018	(Hectares)	Variação (%)
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	4 903,14	5 056,90	153,78	3,1
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	339,97	360,6	20,63	6,1
	1.3 Infraestruturas	21,66	25,012	3,35	15,5
	1.4 Transportes	263,56	271,96	8,4	3,2
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	610,15	571,1	-39,05	-6,4
	1.6 Equipamentos	775,84	807,85	32	4,1
	1.7 Parques e jardins	26,56	56,495	29,94	112,7
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	4 963,13	5 000,60	37,52	0,8
	2.2 Culturas permanentes	1 420,28	1 418,50	-1,77	-0,1
	2.3 Áreas agrícolas heterogéneas	3 222,43	3 183,30	-39,16	-1,2
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	18,54	25,889	7,34	39,6
3. Pastagens	3.1 Pastagens	2 062,45	1 915,60	-146,89	-7,1
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	729,23	697,2	-32,03	-4,4
5. Florestas	5.1 Florestas	19 934,03	19 756	-177,57	-0,9
6. Matos	6.1 Matos	7 748,87	7 812,60	63,76	0,8
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	604,55	609,39	4,84	0,80
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	3 781,51	3 781,50	0	0
9. Massas de água superficiais	9.1 Massas de água interiores	44,67	121,61	76,94	172,2
	9.3 Massas de água de transição e costeiras	12 310,68	12 309	-2,05	0

Quadro 36 - Evolução do uso e ocupação do solo nas AEP do PROT AML, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

No quadro do território artificializado, o **Tecido edificado surge como a subclasse que sofreu o maior acréscimo (+ 153,8ha)**. Analisando com mais detalhe, o Tecido edificado descontínuo sofreu um acréscimo de 68,5ha, sobretudo devido à transformação de Florestas de pinheiro-bravo (14,7ha) e Mosaicos culturais e parcelares complexos (12,6ha). O Tecido edificado descontínuo esparsos regista um acréscimo de 59,2ha, dos quais 19,7ha resultam da transformação de Áreas em construção e 15,1ha de Florestas de pinheiro-bravo, sendo estas as transformações mais expressivas.

As **“Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção”**, apesar de não terem tido uma variação significativa quando comparada com algumas das outras subclasses, registou um decréscimo de 39ha. Este deve-se, maioritariamente, à transformação de Áreas em construção em Tecido edificado. Os parques e jardins mais do que

duplicaram a sua área de representação (+112,7%). Esta subclasse aumentou a sua área de representação, sobretudo pela ocupação de áreas de Florestas de pinheiro-bravo (9ha), Florestas de outras resinosas (8,7ha) e Florestas de outras folhosas (8,2ha).

A subclasse Florestas sofreu um decréscimo de 177,6ha. Este decréscimo é em grande parte explicado pela sua transformação em Matos e em Tecido Edificado. De notar que as **Florestas de pinheiro manso sofreram um acréscimo de 78,91ha**, ocupando áreas anteriormente classificadas como Florestas de pinheiro-bravo. **As Pastagens apresentam um decréscimo significativo na sua área de representação (-146,9ha).** Este deve-se sobretudo à transformação de Pastagens melhoradas em Culturas temporárias de sequeiro e regadio e arrozais.

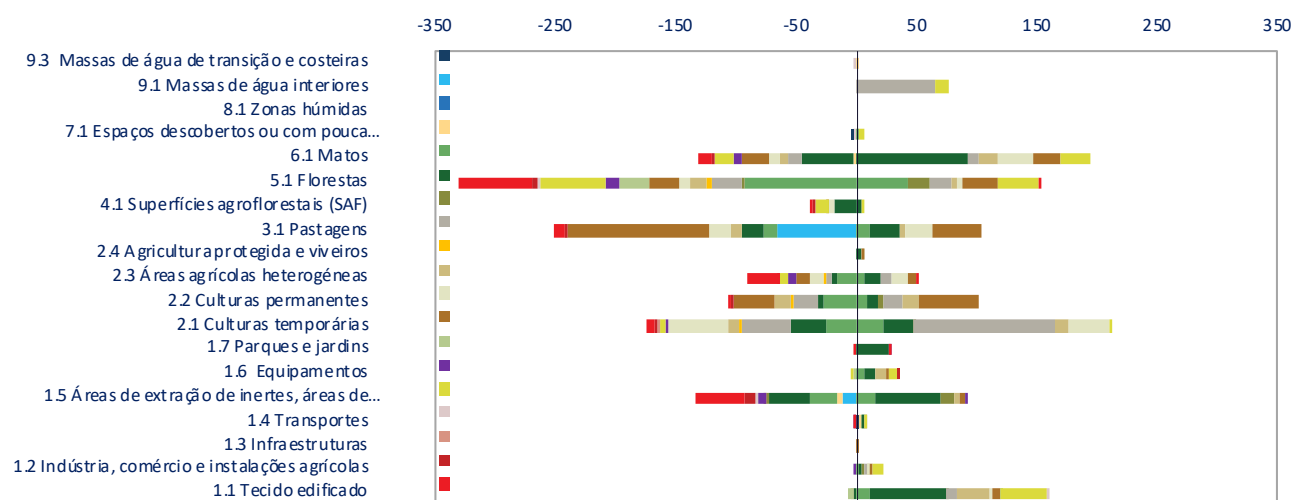
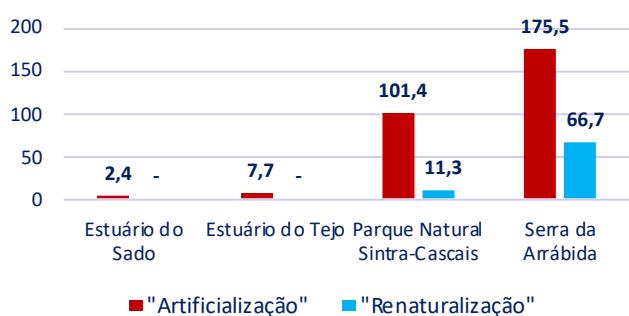


Gráfico 193- Perdas e ganhos globais (ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas AEP (2007-2018).

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.



No período 2007-2018 verificou-se um acréscimo de território artificializado, em todas as AEP do PROT AML. A variação foi maior na AEP da Serra da Arrábida, ligeiramente inferior no PNSC e com valores pouco expressivos no Estuário do Sado e no Estuário do Tejo.

O Tecido edificado descontínuo foi a subclasse que sofreu o maior aumento total de superfície, somando um acréscimo total de 54,97ha, provenientes sobretudo de Florestas de pinheiro-bravo (14,7ha). Verifica-se também a transformação de 25,4ha de Florestas de pinheiro-bravo em Pedreiras.

Gráfico 194 – “Artificialização” e “Renaturalização” (ha), por AEP do PROT AML, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

A “renaturalização” de territórios artificializados registou-se nas AEP do PNSC e da Serra da Arrábida. A Serra da Arrábida destaca-se como a AEP em que este processo de conversão foi mais expressivo (66,7ha que eram artificializados em 2007 e deixaram de ser em 2018), seguida do PNSC (11,3ha). A subclasse Pedreiras foi aquela que mais perdeu expressão perdeu no território devido a processos de “renaturalização”, evidenciando-se os 21,94ha transformados em Matos.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA EMPVA DO PROTAML - ÁREAS ESTRUTURANTES SECUNDÁRIAS (AES)

Dos 25.787ha abrangidos por AES registou-se uma alteração do uso e ocupação do solo em 1.382ha. As alterações mais expressivas resultam do **aumento da superfície ocupada por Território artificializado (+ 261,41ha) e Agricultura (+ 128,57ha)**, evidenciando-se também uma **diminuição da superfície ocupada por Florestas (- 176,97ha) e por Matos (- 93,11ha)**. Os solos ocupados por SAF (- 28,27ha) e Pastagens (- 91,63ha) diminuíram igualmente a sua área de ocupação nas AES.

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Variação (Hectares)	Taxa de Variação (%)
		2007	2018		
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	1 883,40	1 973,40	90	4,8
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	410,1	453,1	43	10,5
	1.3 Infraestruturas	23,4	43,6	20,2	86,3
	1.4 Transportes	187,9	291,8	103,9	55,3
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	189,8	100,9	-89	-46,9
	1.6 Equipamentos	369,3	383,5	14,2	3,8
	1.7 Parques e jardins	46,2	125,3	79,1	171,4
	2.1 Culturas temporárias	4 000,40	3 968,60	-31,8	-0,8
2. Agricultura	2.2 Culturas permanentes	1 259,80	1 407,10	147,3	11,7
	2.3 Áreas agrícolas heterogêneas	1 357,80	1 354,80	-3	-0,2
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	33,1	49,1	16	48,4
3. Pastagens	3.1 Pastagens	1 501,80	1 410,10	-91,6	-6,1
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	266,8	238,5	-28,3	-10,6
5. Florestas	5.1 Florestas	11 376,60	11 199,70	-177	-1,6
6. Matos	6.1 Matos	2 610,70	2 517,60	-93,1	-3,6
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	122,73	122,73	0,00	0,00
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	61,223	61,223	0	0
9. Massas de água superficiais	9.1 Massas de água interiores	80,62	80,62	0	0
	9.2 Aquicultura	5,108	5,108	0	0
	9.3 Massas de água de transição e costeiras	122,725	122,725	0	4,8

Quadro 37 - Evolução do uso e ocupação do solo nas AES do PROT AML, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

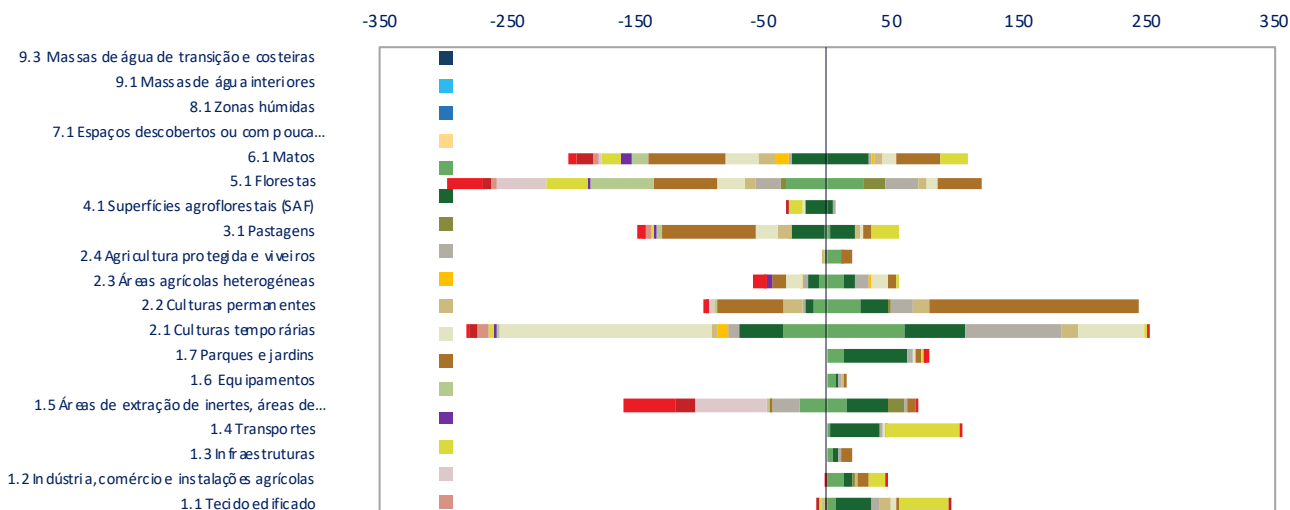


Gráfico 195- Perdas e ganhos globais (ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas AES (2007-2018)

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020) / Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

Do total da área das AES onde se registou uma “artificialização” (308ha), verifica-se que esta teve maior dimensão na **Várzea de Loures (57,64ha)**, seguida da **Serra da Carregueira (50,154ha)** e da **Mata da Machada (42,86ha)**. O processo de “artificialização” está presente em catorze das 15 AES definidas no PROT AML, sendo a AES da Ribeira de Bolelas a única que não possui novas áreas artificializadas.

Dos 308ha que sofreram “artificialização”, **105,59ha (34,25%) eram florestas de pinheiro-bravo**. A subclasse “**Redes viárias e ferroviárias e espaços associados**” é a que mais aumentou a sua área de representação **(+103,49ha)**. A subclasse **Parques e jardins** sofreu um **acréscimo de 73,29ha** e as Áreas em construção aumentaram 58,41ha.

A “**renaturalização**” afetou **46,88ha das AES**, estando presente em seis das AES. Destacam-se neste, as AES do Vale do Rio do Cuco e da Terra dos Caramelos. A Ribeira de Bolelas, para além de não ter sofrido “artificialização”, soma 5,93ha que sofreram renaturalização, devido à transformação de Pedreiras em Matos.

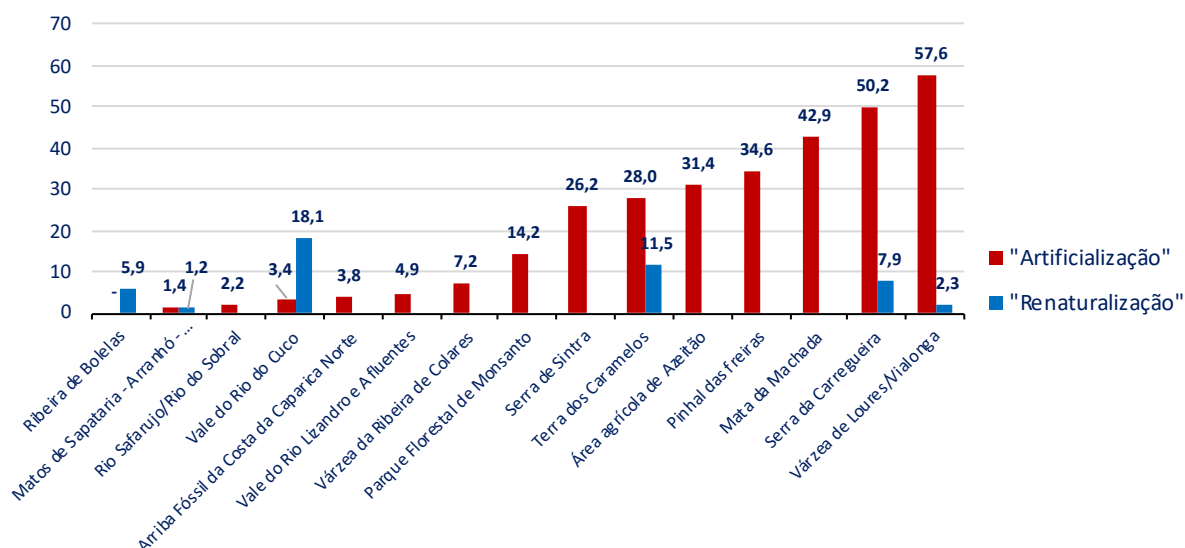


Gráfico 196 - “Artificialização” e “Renaturalização” (ha), por AES do PROT AML, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

A subclasse **Matos foi a que sofreu o maior acréscimo (+21,9ha)**, maioritariamente através da transformação de Pedreiras (18,82ha), seguida da transformação de **Áreas em construção em Pastagens espontâneas** (13,1ha). A “renaturalização” em AES, foi ainda menos expressiva que nas AEP, havendo apenas pequenas alterações que, apesar de relevantes, se tornam residuais na análise global.

EDIFICAÇÃO EM ÁREAS DA EMPVA DO PROTAML - ÁREAS VITAIS (AV)

As áreas vitais distribuem-se, sobretudo, em torno do Estuário do Tejo. Os concelhos de Alcochete e Mafra não são abrangidos por estas áreas, estando os **25.912ha de áreas vitais distribuídos pelos restantes dezasseis concelhos**.

Ao longo dos 11 anos analisados, destaca-se a **variação positiva dos Território artificializado (+649,95ha)**, sendo que as restantes classes mantiveram ou **perderam expressão nas áreas vitais**, em particular os Matos, as “Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção”, as Pastagens e as Florestas.

Os **280,59ha de novo Tecido edificado** devem-se, maioritariamente à transformação de superfície ocupada por “Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção” (137,97ha) e Matos (88,28ha). De referir que 99% (136,76ha) das “Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção” que foram substituídas por tecido edificado eram, em 2007, classificadas como Áreas em construção. O crescimento da superfície ocupada pela subclasse Transportes deve-se, sobretudo, à substituição de 49,30ha de “Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção” e 40,61ha de Pastagens.

Classe de uso e ocupação		Área (Hectares)		Variação	Taxa de
		2007	2018	(Hectares)	Variação (%)
1. Território Artificializado	1.1 Tecido edificado	3 424,40	3 704,99	280,59	8,2
	1.2 Indústria, comércio e instalações agrícolas	893,4	1 025,94	132,54	14,8
	1.3 Infraestruturas	34,63	58,26	23,63	68,2
	1.4 Transportes	914,74	1 105,83	191,09	20,9
	1.5 Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	809,16	590,55	-218,61	-27
	1.6 Equipamentos	1 096,57	1 239,74	143,17	13,1
	1.7 Parques e jardins	362,22	459,76	97,54	26,9
2. Agricultura	2.1 Culturas temporárias	2876,05	2916,01	39,96	1,4
	2.2 Culturas permanentes	762,99	679,28	-83,7	-11
	2.3 Áreas agrícolas heterogêneas	1 211,64	1 227,22	15,58	1,3
	2.4 Agricultura protegida e viveiros	8,95	14,22	5,26	58,8
3. Pastagens	3.1 Pastagens	2 064,16	1 891,35	-172,82	-8,4
4. SAF	4.1 Superfícies agroflorestais (SAF)	295,78	279,67	-16,11	-5,4
5. Florestas	5.1 Florestas	5 914,34	5 743,26	-171,08	-2,9
6. Matos	6.1 Matos	4 149,78	3 882,17	-267,61	-6,4
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	7.1 Espaços descobertos ou com pouca vegetação	72,49	72,49	0,00	0,00
8. Zonas húmidas	8.1 Zonas húmidas	548,43	547,62	-0,8	-0,1
9. Massas de água superficiais	9.1 Massas de água interiores	10,6	11,82	1,22	11,5
	9.2 Aquicultura	5,19	5,19	0	0
	9.3 Massas de água de transição e costeiras	457,03	457,17	0,15	0

Quadro 38 - Evolução do uso e ocupação do solo nas AV do PROT AML, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

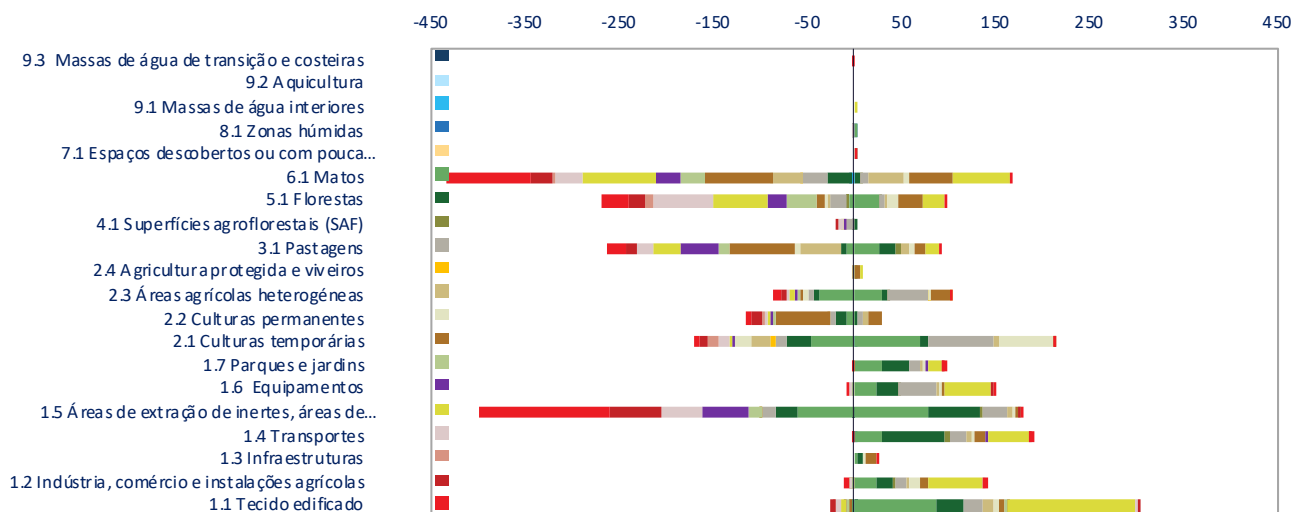


Gráfico 197 - Perdas e ganhos globais (ha) por classe (Nível 2) de Uso e Ocupação do Solo da COS, nas AV (2007-2018)

Nota: A magnitude da perda e do ganho para cada classe é apresentada, juntamente com as classes correspondentes que a substituíram ou foram substituídas por ela (Adaptado de: Homer et al., 2020)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

Por não terem designações autónomas para cada área vital, como as áreas primárias e secundárias, a análise relativa à localização geográfica das principais alterações relativas aos conceitos de "artificialização" e "renaturalização", foi dividida pelas duas margens do Rio Tejo.

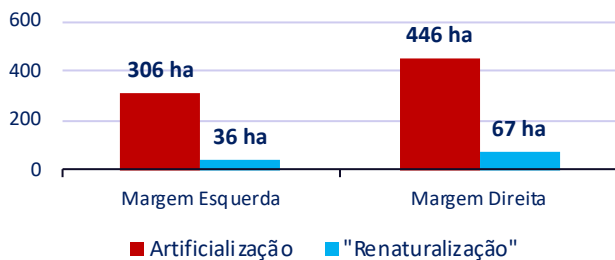


Gráfico 198 - "Artificialização" e "Renaturalização" (ha), nas Áreas vitais do PROT AML, 2007-2018 (Margem direita e esquerda do Tejo)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.

O processo de "artificialização" foi responsável pela transformação de **752ha das áreas vitais do PROT AML**, tendo sido mais elevado na Margem direita do Tejo. De um modo geral foram as subclasses Matos (275,45ha) e Florestas de pinheiro-bravo (159,26ha) que sofreram maior "artificialização".

No processo de "artificialização" a subclasse Rede viária e espaços associados foi aquela que mais aumentou a sua representatividade (+139,67ha), estando associada em parte à construção da A33.

As Áreas em construção apesar de terem perdido bastante da sua superfície (-348,08ha), ganharam através do processo de "artificialização" + 121,89ha, principalmente a partir da subclasse Matos (61,35ha). Estas novas áreas encontram-se distribuídas por ambas as margens do Tejo.

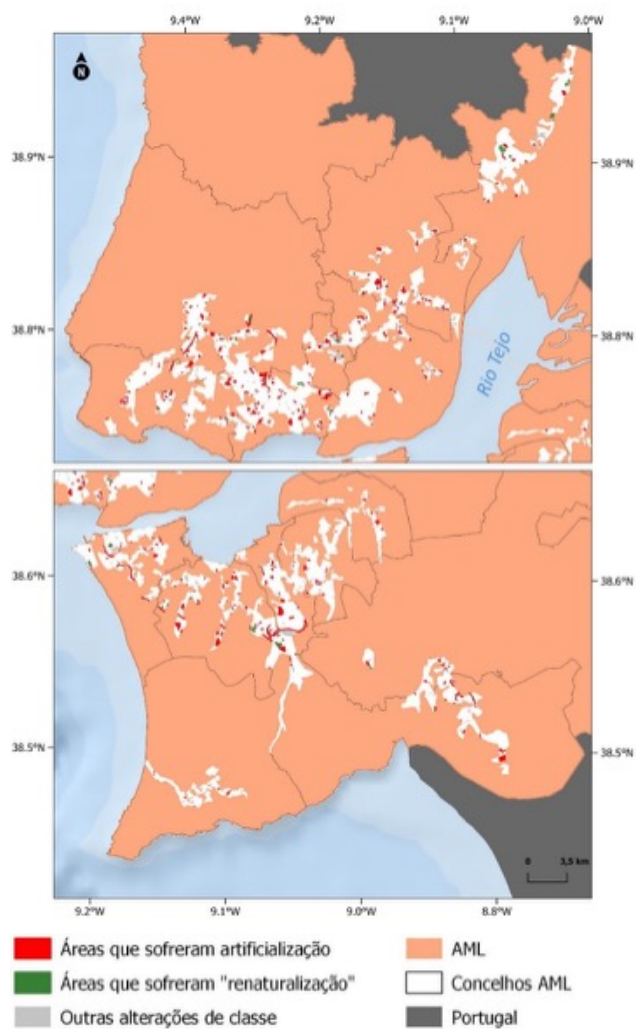


Figura 83- Alterações de classe de Uso e Ocupação do Solo nas AV do PROT AML (2007-2018)

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018 (elaboração própria).

No processo de **"renaturalização"** a superfície ocupada por **Matos** foi a que mais aumentou a sua representatividade (+59,43ha) devido, maioritariamente à transformação de 30,62ha de Áreas em construção e 27,16ha de Pedreiras. As áreas que sofreram "renaturalização" são visíveis, sobretudo, no concelho de Vila Franca de Xira e do Seixal.



ANÁLISE GLOBAL DA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA EER DOS PROT

A análise da evolução do uso e ocupação do solo na EER definida nos PROT, no período 2007-2018, revela **uma tendência para a artificialização**, o que poderá comprometer a efetividade desta estrutura na proteção de recursos naturais e na promoção de conectividade ecológica. Inclusivamente, apesar da proporção de território artificializado ser maior fora das áreas das respetivas estruturas ecológicas, verifica-se que, quer no OVT, quer na AML, a **taxa de artificialização no período 2007-2018, foi superior dentro dessas áreas**.

Para estes resultados contribui com certeza o facto da maior parte dos PDM desta sub-região ainda não ter concluído a sua revisão, com a inerente incorporação das orientações e diretrizes dos PROT para estas áreas, ou esta revisão ter sido concluída muito recentemente.

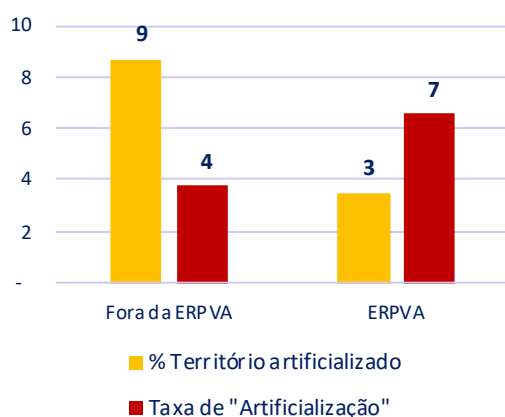


Gráfico 199 – Percentagem de Território artificializado e Taxa de “Artificialização”, dentro e fora da ERPVA do PROT OVT, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018

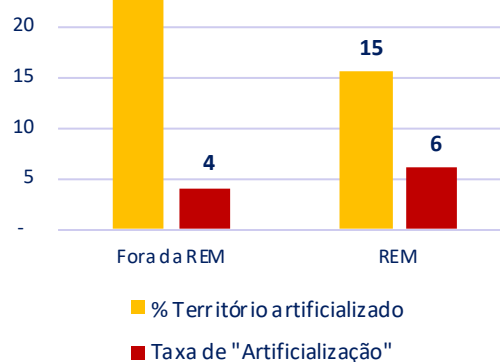


Gráfico 200 – Percentagem de Território artificializado e Taxa de “Artificialização”, dentro e fora da REM do PROT AML, 2007-2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018

A comparação entre as duas sub-regiões evidencia diferenças importantes na intensidade e padrões de alteração do uso do solo, refletindo as especificidades territoriais. Na AML a artificialização do território foi mais intensa do que no OVT, com um acréscimo de 2.863ha de áreas artificializadas em 2018 face a 2007. Nas **áreas da REM, o acréscimo de território artificializado foi de 1.120ha**, tendo sido tanto maior quanto mais baixo o nível hierárquico. As **áreas vitais**, identificadas no PROT AML como áreas de desfogo e descompressão de um sistema urbano denso, **foram as mais afetadas (+649ha)**, evidenciando a vulnerabilidade destas áreas à expansão da edificação. **O processo de “artificialização” das áreas secundárias da REM parece ser mais intenso em áreas próximas de territórios mais urbanizados**, uma vez que foram a Várzea de Loures/Vialonga, a Serra da Carregueira e a Mata da Machada, que registaram mais “artificialização”. Verifica-se ainda a **diminuição das áreas de Florestas** de 526ha, reduzindo cerca de 170/180ha em cada nível hierárquico da REM. A superfície ocupada por territórios **agrícolas em áreas da REM** aumentou 129ha nas Áreas Estruturantes Secundárias (AES), mas também nas AEP (+ 4ha), e decresceu nas Áreas Vitais (-23ha).

Nas áreas da ERPVA do OVT o acréscimo de Território artificializado entre 2007 e 2018, foi de 860ha, tendo sido mais expressivo nas ANS e nas AEC – Paisagens Florestais. A taxa de “artificialização” observada nas áreas da ERPVA deve-se em parte ao acréscimo de 256,7ha de pedreiras (25% do total de superfície que sofreu “artificialização”). No PNSAC foram transformados 112ha para este uso, o equivalente a 44% dos 256ha de novas Pedreiras. As subclasses mais afetadas pela “artificialização”, nas áreas da ERPVA, são as Florestas de pinheiro-bravo (-250ha) e os Matos (-186ha).

Apesar da artificialização, a Rede Primária também apresentou um aumento das Florestas, com um **acréscimo de 297,98ha**, em parte explicado pela “renaturalização” e pela transformação de terrenos agrícolas, matos e pastagens em Florestas de eucalipto. A análise da evolução da ocupação do solo nas ANS revela também um **aumento significativo da Agricultura, com um acréscimo de 1.033,57ha**.

Ao nível municipal, verifica-se que nos 2 concelhos com maior proporção de área integrada na EER – Sesimbra e Golegã (mais de 80%) – a dimensão da área artificializada dessa estrutura, entre 2007 e 2018, encontra-se nos valores mais reduzidos da região (inferior a 15ha por município). Esta artificialização teve uma dimensão superior nos concelhos de Alcobaça (204ha), Sintra (181ha), Santarém (155ha) e Seixal (130ha), todos com menos de 55% do território municipal integrado nesta estrutura.

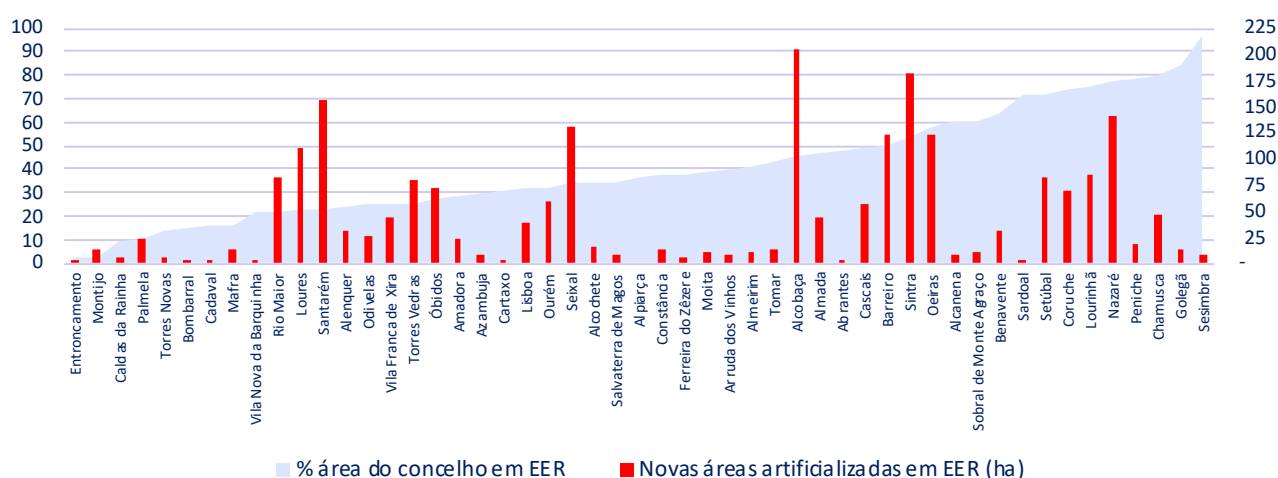


Gráfico 201 – Proporção da área municipal integrada na Estrutura Ecológica Regional (EER - ERPVA do PROT OVT e REM do PROT AML) e respetiva artificialização entre 2007 e 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.



Em termos relativos, verifica-se que as maiores taxas de artificialização da EER definida nos PROT ocorreram em concelhos mais urbanizados, com maior relevância no Barreiro, seguido de Oeiras, Entroncamento, Seixal, Odivelas e Amadora.

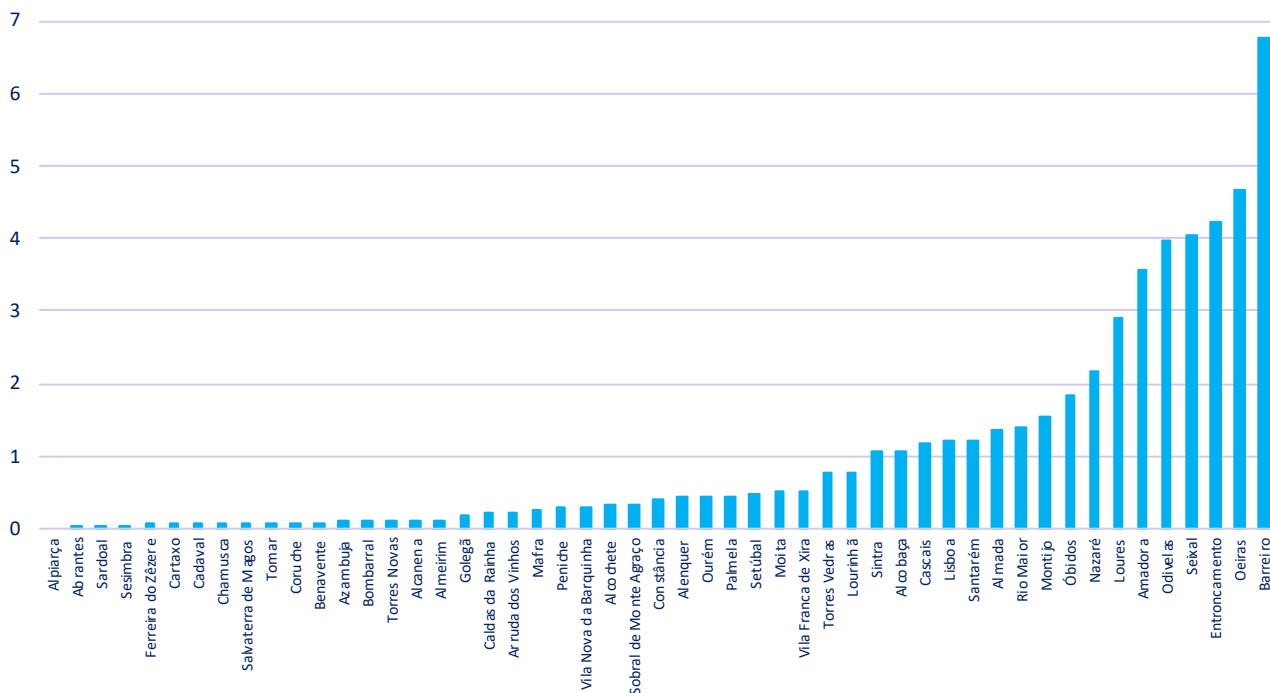


Gráfico 202 – Proporção de área da Estrutura Ecológica Regional (EER - ERPVA do PROT OVT e REM do PROT AML) artificializada entre 2007 e 2018

Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo, DGT, 2007 e 2018.



2.3. Disponibilidade de solo urbano e contenção da fragmentação

Ambos os PROT em vigor na região consideram um conjunto de normativos relacionados com o solo urbano nomeadamente em termos da sua disponibilidade para os vários tipos de procura, bem como com respeito à necessidade de estabilização dos seus limites e contenção da fragmentação urbana.

O PROT OVT aponta para a necessidade de contrariar a expansão difusa e extensiva dos aglomerados urbanos, privilegiando a reconversão, reestruturação, reabilitação ou requalificação dos espaços edificados existentes já servidos por infraestruturas e equipamentos, face à proposta de novas áreas de expansão (norma 3.1.2). Estabelece ainda a necessidade de adequar o dimensionamento e estruturação do solo urbano com as necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, atividades económicas e outras funções urbanas e assegurando a sua execução programada (norma 3.1.3).

Por sua vez, o PROT AML estabelece a necessidade de um efetivo controlo urbanístico nas áreas de fronteira do solo urbano, no sentido da sua estabilização e qualificação (norma 1.2.1.2) e ainda, que os IPT devem assegurar a identificação e disponibilidade de solos urbanos e ou urbanizáveis que cubram os diversos tipos de procura em termos de habitação, equipamentos e infraestruturas, no respeito pela lógica do esquema do modelo territorial, libertando desse modo da pressão urbanística os melhores solos para a agricultura, floresta e funcionamento do sistema hidrológico (norma 2.1.3.c.).

Da análise efetuada na Parte II, verifica-se que o **solo classificado como urbano nos PDM em vigor na região é de 13% e corresponde a 160.685,8ha**. Do total das áreas classificadas como urbanas, 37.311,1ha correspondem à categoria operativa de solo urbanizável (23% do solo urbano), verificando-se que, em 2018, apenas 35% se encontrava artificializado. Já no que respeita ao solo qualificado como urbanizado, a taxa de artificialização em 2018 na RLVT era de 62%. Da globalidade do solo classificado como urbano na RLVT, apenas 55% se encontrava artificializado em 2018, o que corresponde a um total de 88.894ha.

Analisando o solo urbano não artificializado em 2018, verifica-se que cerca de 13.402ha (9%) estão qualificados nos PDM em vigor como espaços verdes urbanos, equipamentos ou infraestruturas. **Assim, da totalidade do solo urbano da região, 36% (58.389ha) não se encontrava artificializado em 2018 e destina-se à edificação de habitação ou atividades económicas. Esta proporção é sempre inferior a 20% nos concelhos da Grande Lisboa** com exceção de Vila Franca de Xira (22%) e Mafra (30%), sendo que em Lisboa, Cascais e Amadora a proporção é inferior a 10%. Já na **Península de Setúbal a proporção é superior a 20%** em todos os concelhos, sendo superior a 40% nos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela. No **OVT, esta proporção é também sempre superior a 40%**, com exceção de Santarém (31%) na Lezíria do Tejo, Entroncamento (23%) e Constância (33%) no Médio Tejo e Lourinhã (32%) e Bombarral (34%) no Oeste. Os concelhos de Benavente, Salvaterra de Magos, Ferreira do Zêzere e Coruche têm mais de 60% do solo urbano nestas condições.

Em termos absolutos, **todos os concelhos da RLVT possuem mais de 150ha de solo urbano com estas características, sendo que alguns concelhos possuem mais de 1.500ha**, nomeadamente: Sintra na Grande Lisboa; Setúbal e Palmela na Península de Setúbal; Tomar, Abrantes e Ourém, no Médio Tejo; Benavente, Coruche e Salvaterra de Magos, na Lezíria do Tejo; e Torres Vedras, Alcobça e Caldas da Rainha no Oeste.

Apesar deste indicador permitir ter uma **ideia da disponibilidade de solo para a urbanização nos concelhos da RLVT, não pode ser efetuada uma relação totalmente direta**, uma vez que os parâmetros de edificação estabelecidos nos PDM para algumas destas áreas não permitem a sua densificação.

Em termos evolutivos, apesar da disponibilidade de solo urbano, verifica-se que, entre 2010 e 2018, **cerca de 37% do acréscimo de novas áreas de tecido edificado ocorreram em solo rústico**, existindo concelhos em que esta proporção é de 75% ou superior, nomeadamente: Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Tomar, no Médio Tejo; Chamusca, Cartaxo, Coruche e Azambuja, na Lezíria do Tejo; Alenquer, Lourinhã e Bombarral, no Oeste; e Montijo na Península de Setúbal. De referir que, com exceção da Lourinhã e do Bombarral, em todos estes concelhos mais **de 40% do solo urbano destinado à edificação de habitação e atividades económicas não estava artificializado**.

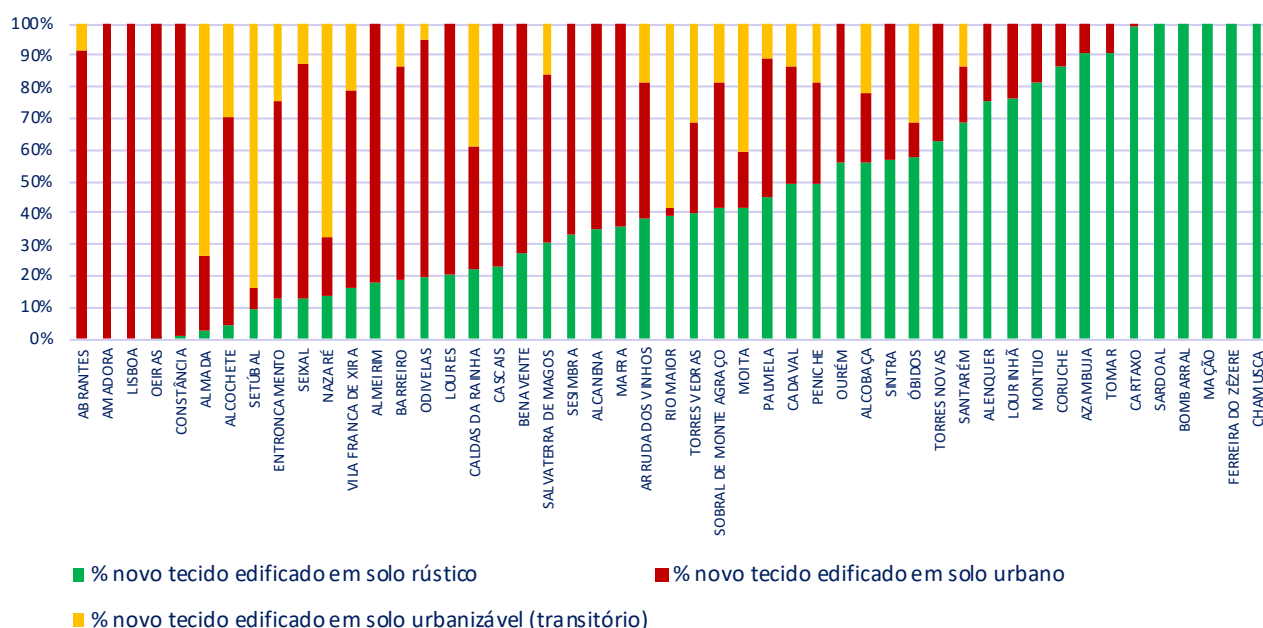


Gráfico 203 – Proporção de novo tecido edificado entre 2010 e 2018, por categoria de uso do solo no PDM

(apenas os concelhos com variação do tecido edificado de 2ha ou superior)

Fonte: DGT, COS2010, COS2018, CRUS 2018

Da análise efetuada na Parte I do presente relatório verifica-se **ainda que o tecido edificado descontínuo predomina na maior parte dos concelhos da região, em particular no OVT, mas também em alguns concelhos da AML**, com maior expressão em Palmela, Sintra e Mafra. Nos concelhos de Ferreira do Zêzere, Alpiarça, Sardoal e Salvaterra de Magos, mais de 80% do tecido edificado tem caráter descontínuo.

Comparando os anos de 2010 e 2018, verifica-se que **a proporção da tipologia de tecido edificado descontínuo no total das áreas edificadas tem vindo a aumentar na maior parte dos concelhos da região**, com maior relevância para Óbidos (+3,6%). Em termos absolutos, entre 2010 e 2018, as áreas edificadas descontínuas aumentaram 577ha na região, tendo este acréscimo tido maior significado em Benavente (+56ha), Alcobaça (+46ha), Sintra (+45ha), Óbidos (+38ha) e Palmela (+30ha) o que se afigura não ir ao encontro das diretrizes estabelecidas nos PROT, que visam a estabilização dos limites do perímetro urbano e a contenção da fragmentação do território.

De uma análise estrita dos acréscimos de tecido edificado na RLVT, verifica-se que **63% tem características descontínuas, sendo que esta proporção ultrapassa os 80%** nos concelhos de Sintra, Mafra e Odivelas, na Grande Lisboa; Montijo e Setúbal, na Península de Setúbal; Alcobaça, Nazaré, Peniche e Óbidos, no Oeste; Benavente, Almeirim e Santarém, na Lezíria do Tejo e Torres Novas, no Médio Tejo, o que evidencia uma tendência de dispersão urbana, em desacordo com os objetivos e orientações dos PROT.

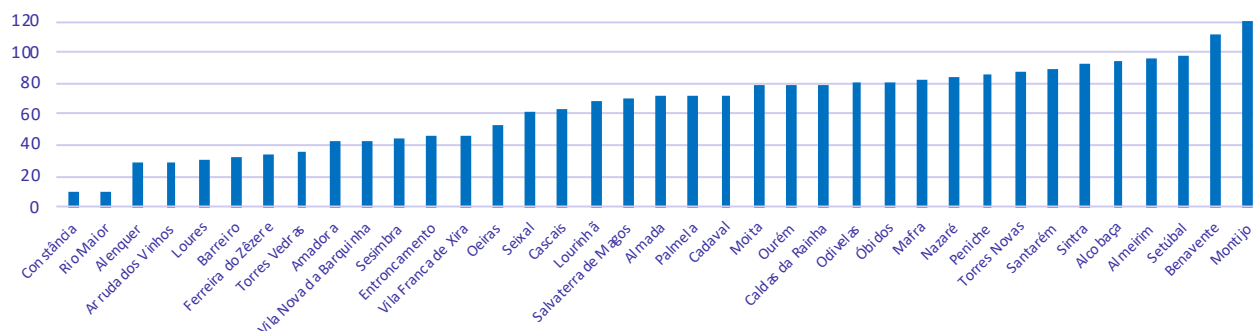


Gráfico 204 – Proporção de tecido edificado descontínuo no total do acréscimo do tecido edificado, entre 2010 e 2018

concelhos com variação do tecido edificado de 5ha ou superior).

Fonte: DGT, COS2010 e COS2018.

2.4. Edificação em solo rústico

Uma das preocupações mais pertinentes em ambos os PROT é a necessidade de regar e conter a edificação dispersa em solo rústico, numa perspetiva de qualificação do território rural e racionalização dos recursos, sendo estabelecidas orientações e diretrizes nesse sentido.

O PROT OVT estabelece que as áreas de edificação dispersa em solo rural, devem ser identificadas e estudadas, diferenciando-as em função das densidades do edificado (norma 2.3 dos padrões de ocupação, classificação e qualificação do solo). Mais estabelece a proibição da edificação isolada para fins habitacionais em solo rural, exceto para residência própria e permanente dos agricultores e desde que o prédio tenha uma área mínima de 4ha, entre outros requisitos (norma 1 e seguintes da qualificação do solo rural). Estas diretrizes motivaram a obrigatoriedade de alteração por adaptação dos PDM em vigor para a sua integração nos respetivos regulamentos.

Também o PROT AML, estabelece a necessidade de se promover a contenção da edificação dispersa seja em termos gerais (norma 2.1.3.j), seja no quadro das preocupações relacionadas com a EMPVA, estabelecendo que os IPT devem acautelar a proliferação da edificação dispersa nestas áreas (norma 2.27.1). Mais reforça que o alojamento em áreas rurais e outras formas de ocupação emergentes nos espaços agrícola, florestal ou silvestre devem ser avaliados e enquadrados nos IPT, nomeadamente através da definição de parâmetros e critérios (norma 1.2.2.5).

EDIFICAÇÃO EM SOLO RÚSTICO

Da análise efetuada na Parte I, relativa aos edifícios com uso residencial localizados em áreas destinadas nos PDM a usos agrícolas, florestais ou naturais/paisagísticos, à data de junho de 2024 (data da CRUS), verifica-se que na RLVT 97.905 edifícios com uso residencial localizam-se nestas áreas, o que corresponde a 12% do total dos edifícios com uso residencial. No OVT destacam-se os concelhos de Santarém e Ferreira do Zêzere com mais de 45%, bem como os concelhos de Alenquer, Alcobaça, Arruda dos Vinhos, Coruche, Mação, Azambuja, Rio Maior, Cartaxo, Chamusca e Óbidos, todos com mais de 20% dos edifícios residenciais localizados naquelas áreas. Na AML, destaca-se o concelho de Palmela, com 35%, seguido do Montijo e Alcochete, com 20% e 15%, respetivamente. Todos os restantes concelhos da AML têm 8% ou menos dos edifícios nestas condições, sendo que nos concelhos da AML Norte o valor é de 6% ou inferior.

Efetuada a análise da dispersão dos edifícios com uso residencial face à ocupação efetiva do solo, considerando a informação constante da Carta de Uso e Ocupação do Solo (2018), verificou-se que em 2021, existiam 74.134 edifícios com usos residenciais fora das áreas artificializadas e, portanto, em áreas com usos dominantes agrícolas, florestais, agroflorestais, de pastagens ou matos, entre outros, o que corresponde a 9% do total dos edifícios com uso residencial. No OVT, destacam-se os concelhos de Ferreira do Zêzere e Coruche, com mais de 30% de edifícios com uso residencial nestas condições, seguidos dos concelhos de Arruda dos Vinhos e Salvaterra de Magos, com 20% ou mais. Na AML, destaca-se o concelho de Palmela, com 28%, seguido do Montijo com 15%. Todos os restantes concelhos da AML têm valores de 8% ou inferiores.

Efetuada a comparação destes dois indicadores, mesmo considerando a diferença temporal, é possível retirar alguns resultados que importa analisar. Por um lado, verifica-se que, na RLVT, o número de edifícios com uso residencial fora das áreas destinadas à edificação nos PDM (fora das áreas urbanas, dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa) é muito superior aos edifícios com uso residencial localizados fora das áreas artificializadas, o que pode ser indicativo da desatualização dos PDM. Destacam-se nesta situação os concelhos de Santarém, Alcobaça, Alenquer e Abrantes, com diferenças bastante significativas, mas também os concelhos de Palmela, Rio Maior, Almada, Azambuja, Mação, Óbidos, Ferreira do Zêzere, Montijo e Torres Novas. Em todos estes concelhos o PDM em vigor tem data de publicação anterior ao ano de 2000, não tendo sido concluída a sua revisão à data de junho 2024.

Em contrapartida, num grupo restrito de concelhos, o número de edifícios em territórios não artificializados é superior aos edifícios localizados em áreas não destinadas à edificação nos PDM. Destacam-se os concelhos de Ourém, Benavente, Salvaterra de Magos, Torres Vedras, Bombarral, Mafra, Setúbal, Vila Franca de Xira, Alcanena e Constância, todos com a revisão do PDM já concluída e publicada, exceto o município de Salvaterra de Magos, bem como Setúbal, que concluiu muito recentemente, sendo os dados utilizados do PDM anterior.

Esta análise pode ser indicativa que os PDM de 2ª geração têm vindo a enquadrar os fenómenos de edificação dispersa, dando espaço para os vários tipos de procura de habitação nos diferentes territórios, **em consonância com as orientações e normativos de ambos os PROT sobre esta matéria. No caso dos concelhos de Salvaterra de Magos e Setúbal, onde este fenómeno se verifica, mas que ainda não concluíram a revisão do PDM (ou que concluiu muito recentemente, no caso de Setúbal), a razão subjacente pode estar na dimensão dos** espaços urbanizáveis, a qual é muito superior à das áreas realmente artificializadas.

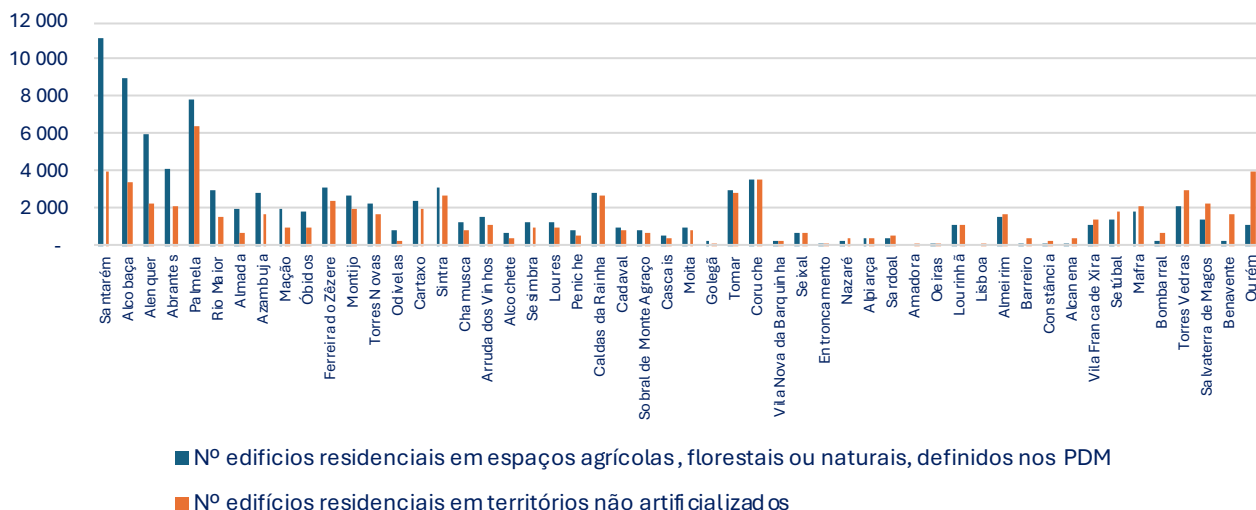


Gráfico 205 - Edifícios com uso residencial localizados fora das áreas artificializadas em 2018 e edifícios com uso residencial localizados em áreas destinadas nos PDM a usos agrícolas, florestais ou naturais/paisagísticos (2024)

Fonte: DGT: CRUS, junho 2024, Carta de Uso e Ocupação do Solo, 2018; INE: BGE, 2021.

Já com respeito à análise da evolução da edificação em áreas não artificializadas na RLVT, entre 2011 e 2021, verificou-se que **houve um aumento de 2.238 edifícios com uso residencial nestas áreas (+3%)**.

Na AML, os concelhos de **Palmela, Mafra e Sintra**, contemplam 40% (905) do número total de novos edifícios com uso residencial dispersos. Em relação a estes municípios, deverá considerar-se três situações distintas. O concelho de **Palmela** destaca-se pela grande extensão do fenómeno de edificação dispersa, a qual tem vindo a crescer de forma substancial. Não tendo a revisão do PDM sido concluída, ainda não foram incorporadas as orientações do PROT AML, no que se refere à gestão e contenção deste fenómeno. No concelho de **Mafra**, a revisão do PDM foi publicada em 2015, e, como tal, as preocupações do PROT AML relacionadas com o fenómeno de edificação dispersa já foram contempladas neste instrumento de planeamento (dimensão mínima do prédio para construção de habitação entre 2ha e 4ha). No entanto, Mafra é um dos concelhos em que as áreas destinadas à edificação no PDM — incluindo áreas urbanas, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa — apresentam uma dimensão superior à das áreas já artificializadas. Como resultado, muitos dos novos edifícios que surgiram fora das áreas artificializadas estão, na prática, localizados em áreas designadas para edificação no próprio PDM. De referir, contudo o surgimento de alguns novos edifícios fora dessas áreas, o que poderá ser motivado pela existência de direitos anteriores à data de publicação do PDM, ou pelo facto da dimensão mínima do prédio para a edificação

ser de 2ha em algumas áreas. No concelho de **Sintra**, a revisão do PDM apenas foi publicada em 2020, não sendo, portanto, possível verificar em que medida a incorporação, neste instrumento, das preocupações do PROTAML em relação à edificação dispersa, tiveram consequências no território, entre 2011 e 2021.

Na AML é relevante ainda destacar os concelhos da **Moita e de Cascais**, que, entre 2011 e 2021, registaram uma **diminuição no número de edifícios com uso residencial localizados fora das áreas artificializadas**, com reduções de 94 e 77 edifícios, respetivamente. No caso de Cascais, esta redução pode ser atribuída, em grande parte, ao aumento das áreas artificializadas durante este período. Já no concelho da Moita, a conclusão da revisão do PDM em 2010 — sendo este o primeiro concelho da AML a concluir tal revisão — parece ter desempenhado um papel fundamental nesta diminuição, com o estabelecimento de orientações mais rigorosas para a contenção da edificação dispersa, em consonância com o definido no PROT AML.

No OVT, registou-se um **aumento de 1.251 novos edifícios com uso residencial** fora das áreas artificializadas, entre 2011 e 2021. Destacam-se os concelhos de **Torres vedras, Alcobaça e Ourém** que, em conjunto, somam 667 novos edifícios dispersos, correspondendo a mais de metade do aumento total nesta sub-região. Considerando a **interdição de construção de habitação em parcelas inferiores a 4ha, que vigora no OVT a partir de 2009/2010**, os novos edifícios com uso residencial estarão, maioritariamente, associados a territórios que nos PDM se encontram integrados em solo destinado à edificação, mas ainda não artificializado. Note-se que os municípios de Ourém e Torres Vedras ainda não concluíram a revisão do PDM, e inerente adequação ao novo RJIGT, e no município de Ourém esta revisão apenas foi publicada em 2020. De referir que **alguns concelhos registaram uma diminuição no número de edifícios com uso residencial dispersos**, como é o caso de Coruche, com uma queda de 305 edificações. Também se observou uma redução em outros concelhos como Chamusca, Abrantes, Mação, Arruda dos Vinhos e Rio Maior. Essa diminuição pode ser explicada, em parte, pela própria diminuição populacional nestas áreas durante o período em questão, o que reflete uma redução na procura por novas construções residenciais.



2.5. Edificação em áreas de risco

A delimitação e cartografia das áreas mais vulneráveis aos diversos tipos de risco na região e o estabelecimento de orientações e diretrizes para a ocupação e transformação do solo nessas áreas, incluindo interdições à construção de novas edificações em algumas situações, é uma preocupação assumida como vital em ambos os PROT, assumindo-se na atualidade como uma matéria crucial, em função das alterações climáticas.

O PROT OVT apresenta a delimitação das áreas mais vulneráveis aos diversos tipos de risco na região e estabelece orientações e diretrizes para a ocupação e transformação do solo nessas áreas, incluindo interdições à construção de novas edificações em algumas situações, nomeadamente nas áreas inundáveis, nas áreas com perigo de erosão costeiro elevado e nas áreas com perigo de instabilidade de vertentes elevado (normas relativas aos riscos e norma 2.3 da classificação do solo urbano).

Também o PROT AML, estabelece que as edificações e as atividades localizadas em áreas de risco, em especial em áreas de risco geomorfológico, geotécnico e hídrico devem ser avaliadas no âmbito dos PMOT, no sentido da sua eventual relocação e do realojamento dos seus habitantes (norma 1.2.2.6). Mais estabelece que as zonas de risco devem ser cartografadas e sujeitas a medidas específicas no âmbito dos IGT, que determinem a proibição da construção nestas zonas (norma 2.3.2.a)

Assim, será importante verificar em que medida as dinâmicas territoriais estão em convergência com estas orientações e diretrizes, nomeadamente em matéria da evolução da ocupação do solo e edificação. De referi que na Parte I, já foi efetuada a análise global em matéria de dinâmicas territoriais com respeito à edificação dispersa e edificação em áreas de risco, pretendendo-se neste capítulo aprofundar alguns aspetos e incluir algumas conclusões.

Na parte I efetuou-se a análise dos edifícios com uso residencial e das vias expostos aos vários perigos presentes na RLVT, incluindo a evolução da exposição dos edifícios, entre 2011 e 2021, para cada um dos perigos.

A análise realizada indicou que, com exceção do **risco sísmico elevado e muito elevado, que afeta mais de metade dos edifícios com uso residencial** na RLVT, os riscos relacionados com cheias e inundações, assim como a instabilidade de vertentes, são os mais significativos em termos de exposição do património edificado. Estima-se que cerca de **29 mil edifícios com uso residencial estejam vulneráveis ao risco de cheias e inundações**, enquanto aproximadamente **19 mil enfrentam o risco de instabilidade de vertentes**.

No que se refere aos riscos associados ao litoral, cerca de **6 mil edifícios estão expostos ao risco de tsunamis**, cerca de **4 mil ao risco de galgamento costeiro** e **cerca de mil à instabilidade e recuo das arribas**. Além disso, cerca de **3 mil edifícios com uso residencial encontram-se em áreas vulneráveis ao risco de incêndios florestais**, nomeadamente em áreas rurais.

Estes dados revelam a diversidade e a magnitude dos riscos ambientais que afetam os edifícios com uso residencial na RLVT, sublinhando a necessidade urgente de adotar medidas eficazes, com o objetivo de proteger a segurança das populações e assegurar a preservação do património construído face a essas ameaças, tal como preconizado em ambos os PROT.

Todavia, também se verifica uma **tendência de redução do número de edifícios expostos a riscos ambientais entre 2011 e 2021**, com exceção da instabilidade de vertentes, na qual se registou um **aumento de 858 edifícios expostos (+5%)**. Contudo, **o número de edifícios expostos a cheias e inundações diminuiu em cerca de 800**, assim como a **exposição ao risco de tsunamis reduziu-se em aproximadamente 300 edifícios (-5%)**. O número de edifícios expostos a **galgamento costeiro e à instabilidade das arribas também diminuiu em 250 (-6%) e 32 (-3%) unidades**, respetivamente. Quanto aos **incêndios florestais**, em 2021 existiam **menos 82 edifícios** com uso residencial expostos na região.

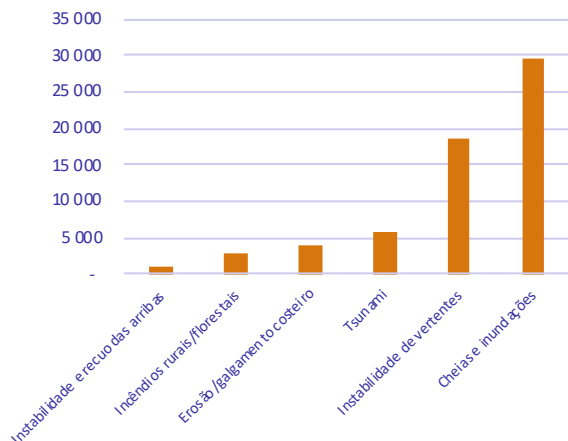


Gráfico 206 – N° de edifícios com uso residencial expostos a riscos naturais, 2021

Fonte: IGOT / CCDD LVT.

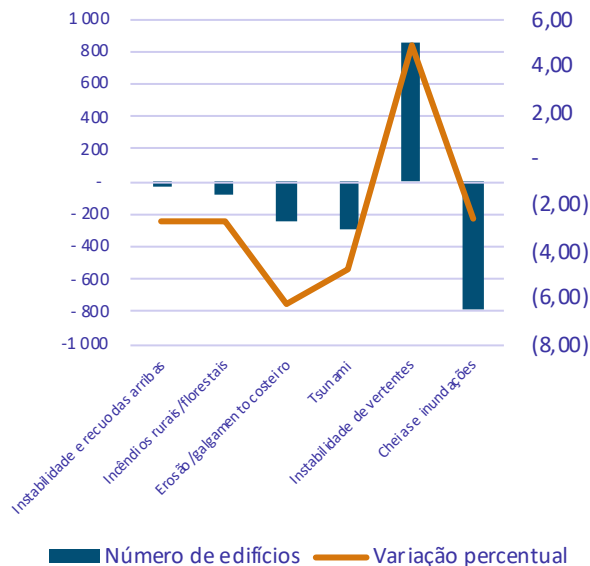


Gráfico 207 – Evolução dos edifícios com uso residencial expostos a riscos naturais, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDD LVT.

Analisada a situação ao nível da região, no que se refere aos riscos do litoral destaca-se o município de **Almada com a maior redução** do número de edifícios expostos, mantendo-se, no entanto, como o concelho com maior exposição a tsunamis e erosão/galgamento costeiro (+ de 2.500 expostos). De destacar também os concelhos da **Nazaré, Lisboa e Barreiro**, com reduções superiores a 50 edifícios expostos a erosão/galgamento costeiro (Nazaré) e a Tsunamis (Lisboa e Barreiro). No sentido oposto, são de referenciar os concelhos de **Alcobaça e Caldas da Rainha com mais 15 e 3 edifícios com uso residencial** em áreas de instabilidade e recuo das arribas, respetivamente.

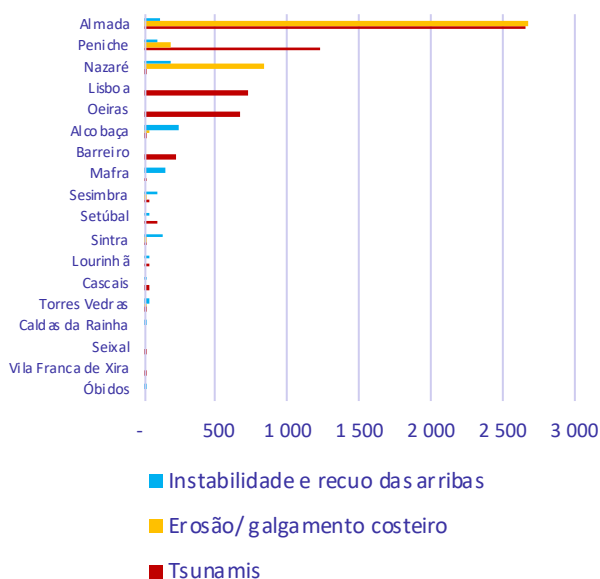


Gráfico 208 – N° de edifícios com uso residencial expostos a riscos do litoral, 2021

Fonte: IGOT / CCDD LVT

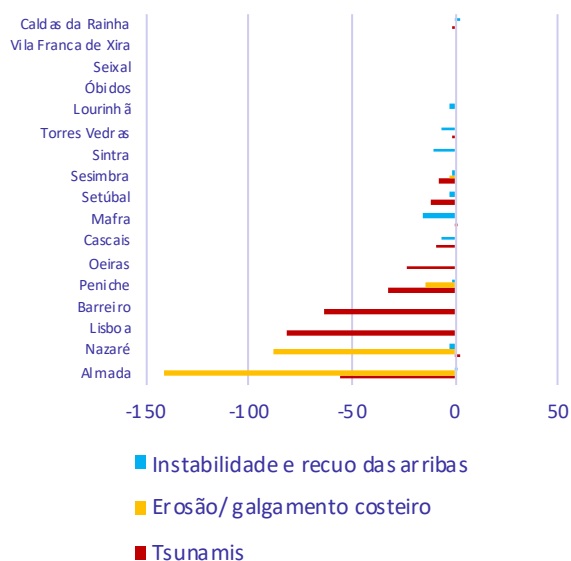
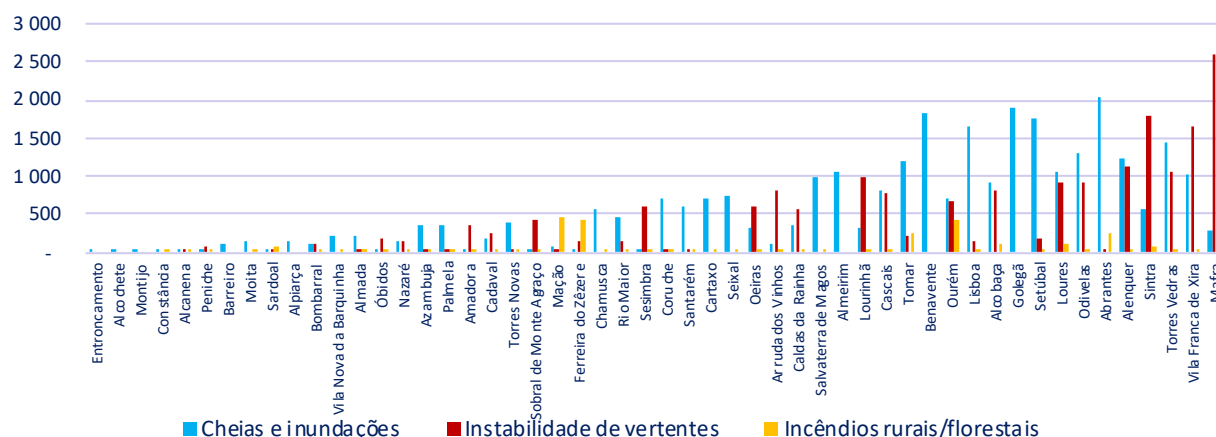


Gráfico 209 – Variação do nº de edifícios com uso residencial expostos a riscos do litoral, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDD LVT

Quanto aos restantes perigos identificados, verifica-se que, **na AML**, os concelhos de **Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira**, são os que têm maior exposição a risco de **instabilidade de vertentes** (cada um com mais de 1.500 edifícios expostos) e os concelhos de **Setúbal, Lisboa, Odivelas e Vila Franca de Xira**, os que têm maior exposição a **cheias e inundações** (cada um com mais de 1.000 edifícios expostos). Quanto ao risco de **incêndios florestais**, a maior exposição está nos concelhos de **Mafra e Loures** (cada um com mais de 100 edifícios expostos).



Os concelhos **que mais contribuíram para o aumento da exposição ao risco de instabilidade de vertente**, na AML, são **Mafra, Odivelas, Sintra e Loures**, todos com um aumento de mais 50 edifícios expostos. Os concelhos de **Mafra e Sintra**, registam um aumento do número de edifícios expostos em todos os três tipos de riscos acima identificados e os concelhos de **Palmela e Cascais** aumentam os edifícios expostos a **cheias e inundações e a instabilidade de vertentes**. A par com estes concelhos, estão também **Almada, Seixal, Alcochete, Vila Franca de Xira e Sesimbra** com aumento dos edifícios expostos a cheias e inundações.

No sentido oposto, destacam-se os concelhos de **Lisboa e Setúbal**, dado que diminuem o número de edifícios expostos a todos estes três tipos de riscos, inclusivamente em áreas de instabilidade de vertentes.

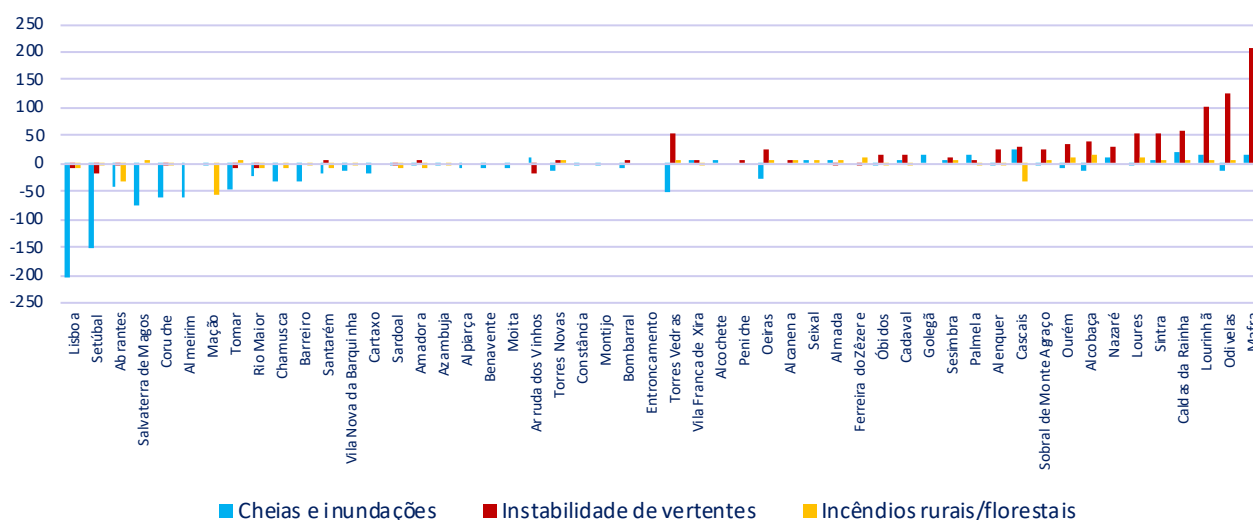


Gráfico 211– Variação do nº de edifícios com uso residencial expostos a riscos de cheias e inundações, instabilidade de vertentes e incêndios rurais/florestais, 2011-2021

Fonte: IGOT / CCDD LVT

No OVT, os concelhos com maior exposição a riscos de cheias e inundações são **Abrantes, Golegã, Benavente, Torres Vedras, Alenquer, Tomar e Almeirim**, todos com mais de 1.000 edifícios com uso residencial expostos. Já no que se refere à exposição a instabilidade de vertentes, destacam-se os concelhos de **Alenquer e Torres Vedras**, também com mais de 1.000 edifícios com uso residencial localizados nestas áreas. Em termos de incêndios florestais, são os concelhos do Médio Tejo que têm a maior exposição, dadas o uso dominante florestal, designadamente **Mação, Ourém e Ferreira do Zêzere**.

Os concelhos que mais contribuíram para o aumento global dos edifícios expostos a instabilidade de vertentes foram a **Lourinhã, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Alcobaça, Ourém e Nazaré**. Em termos de cheias e inundações, apesar da diminuição global do número de edifícios expostos na RLVT, os concelhos da **Caldas da Rainha, Arruda do Vinhos, Nazaré, Lourinhã e Golegã** aumentam a exposição a este risco. Também a exposição a risco de incêndios florestais aumenta nos concelhos de **Alcobaça, Ourém, Ferreira do Zêzere e Tomar**, entre outros, apesar da diminuição global.

Em contrapartida, destaca-se o concelho de **Arruda do Vinhos** com uma importante diminuição dos edifícios expostos a risco de instabilidade de vertentes, bem como os concelhos de **Salvaterra de Magos, Corucha, Almeirim, Torres vedras, Tomar e Abrantes** como os que mais contribuíram no OVT para a diminuição da exposição a risco de cheias e inundações. Os concelhos que mais contribuíram para a diminuição de edifícios expostos a risco de incêndio florestal são **Mação e Abrantes**.



Parte IV. Problemáticas e desafios do Ordenamento do Território

1. AUSCULTAÇÃO DOS ATORES
2. DESAFIOS PARA O FUTURO
- NOVO PROT LOVT



1. Auscultação dos atores

No âmbito dos trabalhos de elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território na Região de Lisboa e Vale do Tejo a CCDR LVT elaborou um **questionário online para aferir a perceção dos atores regionais acerca da relevância dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), e perspectivas de futuro.**

O questionário **visou auscultar os parceiros na implementação do PROT AML e do PROT OVT, bem como os diversos utilizadores e interessados nestes programas**, no sentido de obter contributos para o processo de monitorização e avaliação e sua recondução no futuro Programa Regional de Ordenamento do Território de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PROT LOVT).

O questionário estava **estruturado em quatro partes**:

- I. Avaliação da relevância dos PROT na articulação com os instrumentos de gestão territorial e de programação estratégica e operacional (resposta de preenchimento obrigatório);
- II. Avaliação Global do PROT AML (resposta de preenchimento facultativo consoante o conhecimento do Plano);
- III. Avaliação Global do PROT OVT (resposta de preenchimento facultativo consoante o conhecimento do Plano);
- IV. Desafios para o futuro PROT LOVT (resposta de preenchimento obrigatório).

O questionário foi aplicado via eletrónica de 23 de outubro a 10 de novembro de 2024, tendo sido registadas 93 respostas válidas.

Importa assim sistematizar e analisar os contributos remetidos, no quadro da perceção sobre a relevância e avaliação dos PROT em vigor e da identificação dos problemas e desafios de ordenamento do território para o futuro na RLVT.

PERFIL DOS INQUIRIDOS

A maioria dos indivíduos que respondeu ao questionário tem entre **46 e 65 anos**, sendo também bastante representado o grupo etário dos 26 aos 45 anos. Em termos de profissão, predominam **claramente os técnicos superiores**, em particular os arquitetos (32%).

A participação das **câmaras municipais nesta iniciativa foi mais significativa na AML e no Oeste**, em que mais de metade responderam ao inquérito. Na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo apenas responderam 2 das 11 Câmaras Municipais.

De registar a grande diversidade do grupo profissional inquiridos, pertencendo a **maioria das respostas a técnicos da administração local (34%) e da administração central (24%)**, sendo também de notar a participação dos dirigentes da administração local (23%).

RELEVÂNCIA DOS PROT NA ARTICULAÇÃO COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E DE PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL

Neste ponto foi avaliada a perceção dos inquiridos sobre a importância dos PROT no sistema de gestão territorial e no desenvolvimento regional.

Os resultados evidenciam que é na **revisão dos PDM** que o PROT assume maior relevância, sendo que 54% dos inquiridos consideram muito ou extremamente relevante o papel que o PROT tem desempenhado na revisão dos PDM e apenas 4% o consideram nada relevante. Já na elaboração e dinâmica de **Planos de Urbanização e Planos de Pormenor**, 26% dos inquiridos consideram pouco ou nada relevante o papel que o PROT tem desempenhado na dinâmica daqueles IGT.

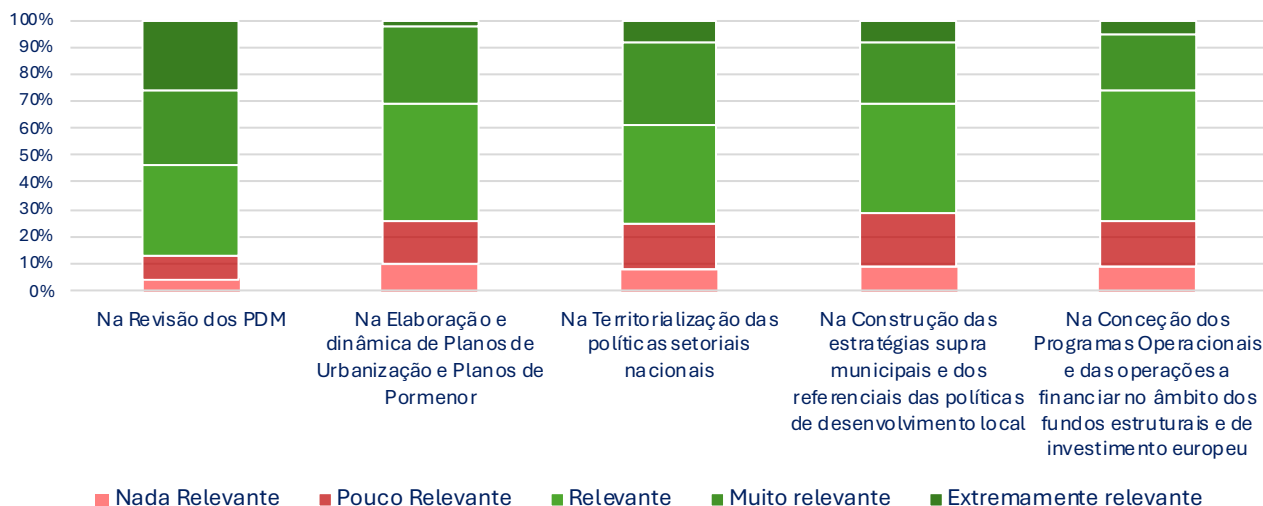


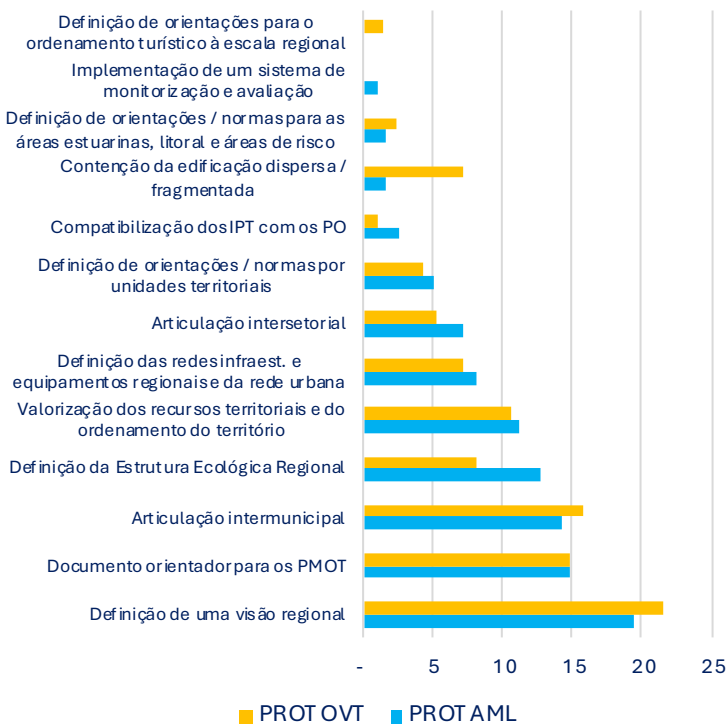
Gráfico 212– Avaliação do papel que os PROT (AML e OVT) têm desempenhado

Fonte: Inquérito da CCDR LVT, 2024

Quanto às **políticas setoriais** os PROT foram considerados pouco ou nada relevante para 25% dos inquiridos, ainda que 39% o considerem muito ou extremamente relevante.

A avaliação realizada evidencia, ainda, um papel importante dos PROT **na construção das estratégias supramunicipais e dos referenciais das políticas de desenvolvimento local**. Esta relevância é um pouco menos reconhecida na conceção e construção das operações a financiar no âmbito dos **fundos estruturais e de investimento europeu**.

VANTAGENS DA EXISTÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROT



Questionados sobre as principais vantagens resultantes da existência e implementação dos PROT, a maior parte dos inquiridos destacou a sua **importância na definição de uma visão regional**, considerando também relevante o seu papel como documento orientador para os PMOT e para a articulação intermunicipal.

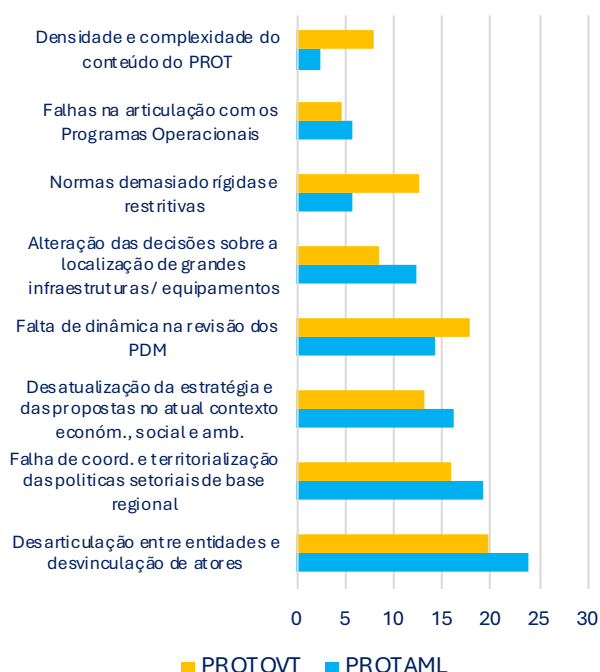
Gráfico 213 – Avaliação das vantagens resultantes da existência e implementação dos PROT (% respostas)

Fonte: Inquérito da CCDR LVT, 2024

A definição de uma **estrutura ecológica regional e a valorização dos recursos territoriais e do ordenamento do território**, são outras das vantagens identificadas como mais relevantes em ambos os PROT, sendo, contudo, mais expressiva para o PROT AML, no caso da estrutura ecológica.

A definição de **orientações / normas para as áreas estuarinas, litoral, áreas de risco e para o ordenamento turístico**, bem como a implementação de um **sistema de monitorização e avaliação** não foram identificadas, pela maior parte dos inquiridos, como as vantagens mais importantes dos PROT. Com algum destaque surge o papel relevante do PROT OVT na contenção da **edificação dispersa/fragmentada**, o que não se verifica no caso do PROT AML.

CONSTRANGIMENTOS OU FATORES DE BLOQUEIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS PROT



Relativamente aos constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação dos PROT, a maior parte dos inquiridos destaca sobretudo **fatores que não estão diretamente relacionados com o seu conteúdo**, nomeadamente a desarticulação entre entidades e desvinculação dos atores, bem como a falha na coordenação e territorialização das políticas setoriais de base regional.

A **desatualização da estratégia e das propostas face ao atual contexto** é também destacado em ambos os PROT, com maior relevância para o PROT AML, dado o seu período de vigência mais alargado. Em contrapartida, no PROT OVT, uma maior proporção dos inquiridos identifica como constrangimento a densidade e complexidade do seu conteúdo e o facto das normas serem demasiado rígidas e restritivas, o que evidencia a diferença que existe nos dois instrumentos quanto a estes aspetos.

Gráfico 214– Avaliação dos constrangimentos ou fatores de bloqueio à implementação dos PROT (% respostas)

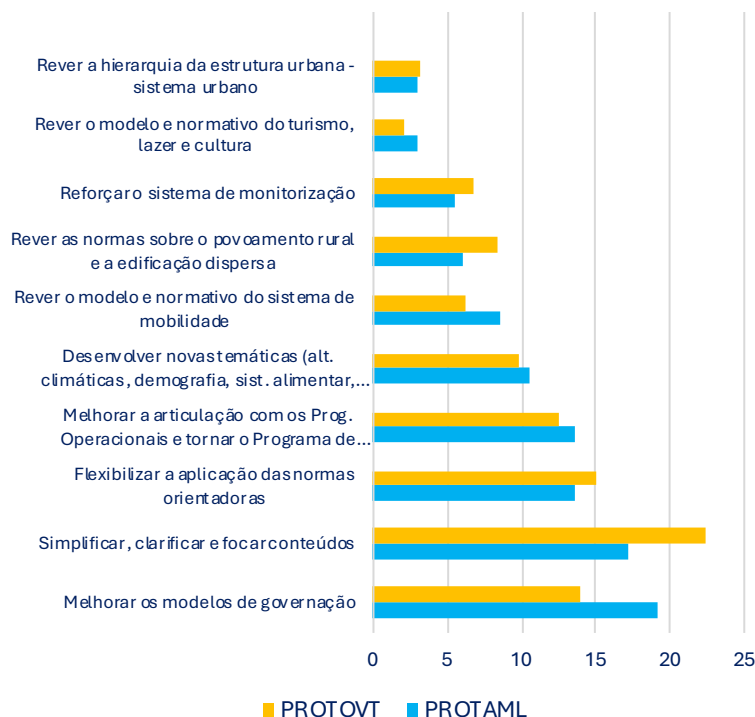
Fonte: Inquérito da CCDR LVT, 2024

A **falta de dinâmica da revisão dos PDM**, é também identificado em ambos os PROT como fator de bloqueio à sua implementação, com especial destaque para o PROT OVT, onde esta revisão se encontra mais atrasada.

ASPETOS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS NA ATUALIZAÇÃO AOS PROT

Na avaliação global dos PROT, os inquiridos apresentaram propostas sobre os aspetos que consideravam prioritários na sua atualização, tendo os resultados revelado algumas diferenças entre os dois PROT.

No PROT AML, as propostas incidiram maioritariamente sobre a necessidade de **melhorar os modelos de governação**, em linha com os constrangimentos identificados, bem como na necessidade de **simplificar, clarificar e focar conteúdos**. No caso do PROT OVT, foi dada maior relevância a esta última proposta, seguida da necessidade de **flexibilizar a aplicação das normas orientadoras**, apesar das matérias relacionadas com a governação também terem sido identificadas por muito dos inquiridos.



Um segundo conjunto de propostas identificadas tem que ver com a **melhoria da sua articulação com os programas operacionais**, identificados em ambos os PROT por muitos dos inquiridos, com maior relevância para o PROT AML.

A necessidade de **desenvolver novas temáticas nos PROT, em linha com os problemas e desafios da atualidade**, não surge como uma questão prioritária para a maioria dos inquiridos, apesar de ter sido considerado no top 3 enquanto fator de bloqueio ou constrangimento para a implementação dos PROT.

Gráfico 215– Avaliação dos aspetos considerados prioritários na atualização dos PROT (% respostas)
Fonte: Inquérito da CCDR LVT, 2024

Alguns inquiridos identificam como prioritária a **revisão do modelo e normativo do sistema de mobilidade**, em particular para o PROT AML, bem como a importância de **rever as normas sobre o povoamento rural e a edificação dispersa**, em especial para o PROT OVT. O **reforço do sistema de monitorização** é também identificado como prioritário por alguns dos inquiridos, para ambos os PROT.

Não é dada especial relevância, no quadro das propostas prioritárias, à revisão do modelo e normativo do turismo, lazer e cultura e à revisão da hierarquia da estrutura urbana - sistema urbano.

PROBLEMAS E DESAFIOS QUE O FUTURO PROT LOVT DEVE DAR RESPOSTA

Na quarta e última parte do questionário, relativa aos problemas e desafios que devem ser considerados no novo PROT LOVT, deu-se oportunidade aos inquiridos para apresentação de respostas individuais abertas, não balizadas por tipologias predeterminadas. O tratamento do conjunto das respostas permitiu sistematizar o seu conteúdo em 15 problemáticas e desafios, que se apresentam de seguida, por ordem de relevância manifestada:

- **Gestão de recursos / valores naturais, biodiversidade, conectividade ecológica** – utilização não sustentada dos recursos naturais, que tem contribuído para a perda de biodiversidade e fragmentação das áreas naturais e estruturas ecológicas, apontando-se para a necessidade de substituir o atual modelo de crescimento económico por uma economia verde que respeite os limites de resiliência dos ecossistemas
- **Mobilidade, acessibilidade e transportes** - falta de articulação intrarregional e multimodal, com forte dependência do automóvel e escassez de soluções de transporte público eficazes e integradas.
- **Governança / Coordenação / Articulação** - dificuldades de articulação entre entidades e atores, falta de mecanismos para a concretização efetiva das medidas propostas, e sua monitorização e avaliação, e necessidade de criação de um modelo de governação eficiente

- **Riscos e alterações climáticas** - crescente vulnerabilidade do território e a necessidade de medidas de prevenção, adaptação e mitigação
- **Procedimentos associados ao processo de planeamento e dinâmica de gestão territorial** - complexidade, rigidez e falta de transparência da legislação, dos normativos e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial e a falta de dinamismo dos instrumentos de gestão territorial
- **Coesão social e territorial** - necessidade de correção das assimetrias sociais e territoriais e de garantir oportunidades equivalentes para os municípios de diferentes dimensões e realidades, respeitando as especificidades regionais
- **Fragmentação urbana, dispersão e pressão da artificialização** - crescimento urbano desordenado com aumento dos perímetros urbanos, sem uma colmatação adequada do existente, e a edificação dispersa em áreas naturais e rurais, bem como a construção clandestina.
- **Habitação** - normas excessivamente rígidas que dificultam a adaptação às atuais necessidades habitacionais, carência de políticas públicas efetivas de acesso à habitação e de solo urbano disponível, incluindo os impactos do turismo
- **Desenvolvimento rural e articulação urbano-rural** - necessidade de promover a valorização territorial dos espaços rurais e uma maior articulação entre o mundo rural e o urbano e de incentivar a fixação da população no interior, preservando a autenticidade e os traços identitários dos aglomerados rurais
- **Reabilitação / regeneração Urbana** - promover políticas eficazes que incentivem a recuperação e qualificação dos espaços urbanos existentes, com foco na regeneração de áreas degradadas, priorizando-os em relação à nova edificação
- **Impactes da localização de grandes infraestruturas e equipamentos** - considerar os impactos do novo aeroporto e da 3ª travessia do Tejo no ordenamento do território da região, designadamente as pressões e conflitos de uso do solo, que podem comprometer o equilíbrio territorial e a identidade dos espaços afetados
- **Estruturação urbana e Competitividade** - necessidade de uma visão estratégica e integrada para a região, que alinhe a competitividade das cidades a nível internacional com a coesão social e territorial, promovendo territórios policêntricos e conectados
- **Turismo** – necessidade de equilibrar a procura turística com a proteção dos recursos naturais e gerir os impactos nas populações locais, nomeadamente ao nível do acesso à habitação
- **Acesso a equipamentos e serviços de interesse geral** - desigualdades na distribuição territorial dos mesmos, com uma concentração nos concelhos metropolitanos e do litoral, enquanto os concelhos do interior enfrentam carência de serviços, como saúde sendo necessária uma política de complementaridade intermunicipal
- **Demografia** - considerar as alterações demográficas, com foco no acentuado envelhecimento da população, e promover políticas que incentivem a fixação da população jovem, além de criar e implementar estruturas sociais de apoio que respondam às novas realidades sociais e demográficas.

Este conjunto de temáticas permite desde logo ter uma leitura dos aspetos que mais preocupam os atores da região e que devem vir a ser abordados e devidamente desenvolvidos no novo PROT LOVT.

No Capítulo seguinte far-se-á a abordagem dos desafios que se colocam para o futuro e que devem ser tidos em consideração no novo PROT LOVT, tendo em consideração os aspetos identificados pelos atores, bem como o que resulta da análise das dinâmicas territoriais e de planeamento (Parte I e Parte II) e da avaliação dos PROT (Parte III).

2. Desafios para o futuro - novo PROT LOVT

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo – 2024, dá sequência e atualiza as reflexões vertidas no REOT LVT 2017 e constitui o suporte para uma reflexão sobre a situação e as dinâmicas territoriais regionais, sobre a dinâmica de planeamento e sobre a implementação e futura dinâmica dos planos regionais de ordenamento do território.

Este Relatório é produzido num período marcado pela atualização do quadro legal do ordenamento do território, da revisão do PNPOT, da decisão sobre localização de grandes infraestruturas e equipamentos na região, e publicação de novos referenciais estratégicos, que corresponde a um momento de charneira relevante para enquadrar o novo PROT de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo.

Num balanço sobre os conteúdos deste documento, sistematizam-se os principais desafios que se colocam ao ordenamento do território e que devem enquadrar o novo PROT LOVT, organizados em cinco temáticas: 1) Transição demográfica e coesão social; 2) Sistema urbano e integração territorial; 3) Sistema produtivo e transição digital; 4) Sustentabilidade ambiental e resiliência socio ecológica e 5) Governança territorial.

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E COESÃO SOCIAL

As mudanças demográficas são um dos principais desafios atuais e futuros e a sociedade portuguesa tem vindo a sentir as suas repercussões, nos últimos anos, tanto aos níveis social, económico e político, como territorial. As dinâmicas demográficas são um dos principais modeladores da sociedade, assumindo um importante papel na configuração dos territórios e, por isso, devem estar no centro da reflexão das políticas públicas.

No contexto europeu, Portugal manifesta uma situação preocupante devido à tendência de perda de população em resultado dos saldos naturais, pelo que as implicações da evolução da população nas próximas décadas têm de ser entendidas numa perspetiva global, de modo a identificar-se todas as tendências que lhe são inerentes e responder aos diferentes fatores críticos que se vão colocar, nomeadamente em termos territoriais.

As tendências mostram que o crescimento natural continuará em quebra, as estruturas demográficas e familiares estarão em mutação, os padrões de vida e as dinâmicas profissionais irão alterar-se e os movimentos migratórios possivelmente vão-se intensificar. Estes fatores terão implicações ao nível das necessidades de equipamentos e serviços, na oferta e procura de habitação, no mercado de trabalho, na pressão sobre os sistemas sociais e nos modelos de ocupação do território devido sobretudo à perda de população, ao envelhecimento e à diminuição dos ativos.

Na RLVT, a situação mais preocupante em termos de dinâmica populacional encontra-se na Lezíria do Tejo e no Médio Tejo, que, entre 2011 e 2021, registaram perdas superiores a 4%. No entanto, a partir de 2021, observa-se uma tendência de recuperação, com crescimento populacional em todas as NUTS da região. Por outro lado, -se que nenhum município da região tem assegurada a renovação da população ativa, o que revela fragilidades generalizadas neste aspeto. Contudo, é importante destacar que alguns concelhos têm registado um forte crescimento populacional, bem como a relevância da população estrangeira residente, que representava 11,5% do total em 2022, desempenhando um papel crucial na renovação geracional e da população ativa.

Por outro lado, persistem dinâmicas diferenciadas na região que desafiam a **coesão social**, económica e territorial, podendo também comprometer o desenvolvimento sustentável, sendo fundamental encontrar respostas na política pública adequadas às diferentes realidades locais. Nesta perspetiva, é **essencial garantir o acesso à habitação condigna a custos acessí-**

¹ PNPOT disponível em: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pcat/ficheiros/SQ_Vconc_PNPOT_1.pdf

veis e a serviços de interesse geral, de acordo com os diferentes padrões de povoamento, desenvolvendo o capital social e melhorando as condições de bem-estar da população. Os serviços públicos e de interesse geral constituem um importante pilar do Modelo Social Europeu, sendo um fator de coesão social, económica e territorial¹.

Esta problemática / desafio foi identificada por alguns dos atores da região que responderam ao inquérito, alertando que será fundamental que o **novo PROT LOVT considere as alterações demográficas em curso**, com foco no acentuado envelhecimento da população, e promova políticas que incentivem a fixação da população jovem, além de criar e implementar estruturas sociais de apoio que respondam às novas realidades sociais e demográficas, **garantindo a coesão social e o bem-estar das comunidades em todo o território da região**. Neste quadro, alertam para a existência de desigualdades na distribuição territorial do acesso aos equipamentos e serviços de interesse geral, com uma concentração nos concelhos metropolitanos e do litoral, enquanto os concelhos do interior enfrentam perda de população e carência de serviços, como saúde e educação, sendo necessária uma política de complementaridade intermunicipal e um maior acesso a serviços sociais essenciais para promover a equidade e a coesão.

Nos dados apresentados no presente relatório é possível confirmar esta situação, verificando-se a existência de **fortes disparidades no tempo de acesso aos equipamentos de educação e saúde**, sendo que os municípios do OVT registam as maiores dificuldades, com níveis inferiores à média nacional. A AML regista, contudo, situações mais críticas **com respeito às respostas sociais na 1ª infância e para idosos**.

Os atores inquiridos identificaram também que o **acesso à habitação** é um dos principais problemas / desafios que a região enfrenta, existindo a perceção de uma série de dificuldades estruturais e normativas que precisam ser abordadas de forma integrada. Alerta-se para normas excessivamente rígidas, dificultando a adaptação às atuais necessidades, bem como para a carência de políticas públicas efetivas de acesso à habitação. São ainda levantados problemas relacionados com os impactos do turismo e as dinâmicas macro e microeconómicas, que condicionam ainda mais o acesso à habitação, resultando numa oferta insuficiente para a população, a custos acessíveis. Refere-se a necessidade de uma política integrada de habitação que considere as diferentes realidades regionais, tendo como base uma abordagem mais flexível e adaptável, sendo este também apontado como um fator importante para o estímulo da natalidade.

Esta problemática é tanto mais relevante se considerarmos os dados apresentados neste relatório com respeito à quebra da dinâmica construtiva a partir de 2011, com recuperação ainda muito recente, e apenas na AML, verificando-se ainda que o número agregado familiares tem tido uma tendência de crescimento superior ao número de alojamentos, em particular na AML e no Oeste. De referir ainda o crescente aumento do valor das vendas e das rendas para habitação, bem como da importância relativa dos encargos das famílias em habitação e a perda de poder de compra, sobretudo nos concelhos da AML. Por outro lado, verifica-se a persistência de dificuldades no acesso a habitação digna, com valores muito significativos da população a residir em alojamentos não clássicos (3.099) e de população sem abrigo (5.167), em particular no concelho de Lisboa.

O **PROT AML** em vigor integra as preocupações com a política de habitação, de valorização de recursos humanos e de equidade territorial nas Opções Estratégicas, nomeadamente na Estratégia de Coesão Socio-territorial. No **PROT OVT** a temática da habitação não assumia relevância naquele contexto temporal e geográfico, sendo que a coesão social, a dimensão populacional e o envelhecimento foram assumidos como fundamentais para o desenvolvimento daquele território. **O PROT LOVT constitui uma oportunidade para desenvolver e aprofundar estes desafios**.

SISTEMA URBANO E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

O **sistema urbano é um dos elementos mais estruturantes na organização do território**. Nos termos do PNPOT (DGT, 2018, Diagnóstico do PNPOT²), o sistema urbano reflete as dinâmicas de urbanização, identifica as centralidades funcionais, cons-trói comunidades interurbanas e regiões funcionais e projeta os centros urbanos em matéria das redes regionais, nacionais ou internacionais. As centralidades urbanas são construídas pela dimensão da oferta funcional, pela diversidade de equipamentos, comércio e serviços e pela força polarizadora desenvolvida e traduzida nas atratividades urbanas conseguidas. Os **sistemas de mobilidade** (casa-estudo, casa-trabalho, casa-comércio e serviços) definem áreas/regiões funcionais, espaços de relacionamento intraurbano, interurbano e urbano-rurais. Estas comunidades configuram subsistemas capazes de estruturar processos de governança de base territorial.

² https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PNPOT_Diagnostico_6Julho2018.pdf

As **cidades** constituem polos de atração e nós de amarração do sistema urbano e por concentrarem populações e atividades são geralmente grandes motores de mudanças, mas simultaneamente é nestes territórios de maior dinamismo que também se sentem com maior intensidade os impactos das crises económicas, sociais ou sanitárias.

Na **Nova Agenda Urbana** valoriza-se o urbanismo sustentável que impulsiona a transição energética para um modelo menos dependente do carbono e mais eficaz contra as alterações climáticas ao diminuir as emissões de CO2. Essa forma de conceber as cidades favorece a biodiversidade, o aproveitamento da água, a conservação do solo e dos aquíferos, o uso do transporte público e a mobilidade sustentável, entre outras iniciativas. A **Nova Carta de Leipzig**³, apresenta um quadro abrangente de desafios e objetivos de política urbana, orientados para o 'bem comum', estruturados em três dimensões da cidade: 'Cidade Justa', 'Cidade Verde' e 'Cidade Produtiva'.

Por sua vez a **Agenda Territorial 2030**⁴, destaca a importância da coesão territorial na União Europeia, baseada nos objetivos de desenvolvimento sustentável e na cooperação, para promoção de um futuro sustentável e inclusivo de todos os lugares.

No quadro dos desafios para o novo PROT LOVT, os diversos atores da região destacam a necessidade de uma visão estratégica e integrada, que alinhe a **competitividade das cidades no cenário internacional com a coesão territorial regional**. Essa abordagem deve promover territórios policêntricos e conectados, redefinindo os centros urbanos e as cidades médias, além de valorizar a dimensão metropolitana como base para um novo modelo de desenvolvimento regional. Salienta-se que o novo PROT deve integrar a **correção das assimetrias territoriais**, promovendo a coesão entre a AML e o OVT, assegurando oportunidades equivalentes para municípios de diferentes dimensões e realidades, sem perder de vista as especificidades regionais. Para tanto, é essencial conciliar políticas regionais e urbanas que favoreçam a integração e o equilíbrio entre territórios urbanos e rurais, de modo a permitir o crescimento dos pequenos municípios sem que as desigualdades aumentem.

Destaca-se ainda a necessidade de uma **maior articulação rural-urbano**, sendo fundamental criar condições políticas e económicas para fortalecer a conexão entre as cidades e os territórios rurais, incentivando a fixação da população no interior, nomeadamente através do apoio ao teletrabalho e a construção de infraestruturas essenciais, como redes de internet, transportes públicos e equipamentos. A importância de promover os traços identitários dos aglomerados rurais também merece atenção, incentivando a qualificação urbanística e a reabilitação do património edificado, além da valorização e gestão sustentável da paisagem.

Os atores envolvidos identificam ainda a urgência de promover políticas eficazes para a **recuperação e qualificação dos espaços urbanos existentes**, com ênfase na disponibilização de espaços públicos acessíveis e na valorização do património cultural e dos centros históricos. É salientada a importância da reabilitação urbana, a qual deve ser priorizada em relação à nova construção, focando os esforços na ocupação de áreas subutilizadas e na regeneração de áreas degradadas. Refere-se ainda a importância de gerir adequadamente a expansão urbana, quando necessária, evitando o crescimento desordenado e fomentando o desenvolvimento sustentável.

A este respeito é importante referir que, o **tecido edificado descontínuo domina na RLVT**, sendo que em 2018, correspondia a 59% das áreas de tecido edificado do Oeste e Vale do Tejo, e a 52% da AML. Entre 2010 e 2018 esta tipologia de povoamento intensificou-se, em particular o descontínuo esparso, tendo-se registado também uma **diminuição da população a residir em lugares com mais de 2.000 habitantes**. Por outro lado, na região, entre 2014 e 2021, a tendência global foi de diminuição das obras de reabilitação de construções existentes face à da construção nova, verificando-se alguma recuperação a partir de 2022, mas apenas com algum significado na Grande Lisboa.

Com respeito à **qualidade do ambiente urbano na RLVT**, embora tenha ocorrido uma evolução positiva nos últimos anos, ainda existem amplas oportunidades de melhoria. Se atendermos por exemplo à captação dos espaços verdes urbanos, verifica-se que na grande maioria dos concelhos da região é de 10% ou menos do total de solo urbano, sendo que em 15 concelhos estes valores são nulos ou quase nulos. Por outro lado, persistem alguns problemas de qualidade do ar, sobretudo nas zonas de maior tráfego rodoviário da cidade de Lisboa, e em termos de qualidade do ambiente sonoro, tem sido muito reduzido o esforço de diagnóstico, indispensável à definição de medidas de prevenção e redução sonora. De referir ainda que existem muitas áreas não servidas por sistemas de drenagem de águas residuais e de recolha seletiva dos resíduos e que os resíduos depositados em aterro têm ainda uma proporção significativa, sendo que as infraestruturas de deposição existentes estarão esgotadas no curto / médio prazo.

³ https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_carta_de_leipzig_draft_16_nov_2020.pdf

⁴ <https://pnpot.dgterritorio.pt/node/646>

No que se refere à **acessibilidade e mobilidade, a qual é determinante para a eficiência do sistema urbano e promoção de equidade territorial**, os atores consultados apontam para a falta de articulação intrarregional e multimodal como um problema central, bem como a forte dependência do automóvel e a escassez de soluções de transporte público eficazes e integradas. Os desafios apontados incluem a necessidade de revisitar o modelo normativo, ajustando os planos rodoviários às necessidades atuais de circulação e definindo políticas regionais de mobilidade integradas. A promoção de uma mobilidade mais sustentável é vista como crucial, com foco em soluções multimodais, mobilidade suave e transporte público.

Sobre esta matéria será de referir que, no OVT, mais de 70% das deslocações pendulares utilizam o transporte individual, sendo que na AML, num contexto com maior oferta de transportes coletivos, a opção pelo transporte individual para as deslocações pendulares é ainda expressiva (58%).

Aumentar os **investimentos em infraestrutura ferroviária e rodoviária**, com maior regularidade e novas ligações, é identificado pelos atores como essencial para reduzir a dependência do transporte individual. Também se destaca a necessidade de promover a interconexão entre centros urbanos, criando soluções de mobilidade intermunicipal, visando melhorar a integração regional. Além disso, considera-se urgente adaptar a rede logística aos novos paradigmas e adequar o modelo territorial aos grandes investimentos previstos. Neste quadro, foram identificados alguns problemas e desafios relacionados com a **localização do novo aeroporto de Lisboa e a 3ª travessia do Tejo**, nomeadamente as pressões e conflitos no uso do solo, que podem comprometer o equilíbrio territorial e a identidade dos espaços afetados. Destaca-se a importância de considerar os impactos desses projetos no ordenamento do território da região, assegurando que sejam desenvolvidos de forma integrada, respeitando as especificidades locais e promovendo o bem-estar das comunidades afetadas.

O sistema urbano e o sistema de mobilidades são estruturadores do território e do desenvolvimento regional, cabendo aos PROT a definição do sistema urbano regional, desenvolvendo e completando o modelo territorial do PNPOT com a identificação das centralidades mais relevantes para a potenciação das inter-relações funcionais e organização e suporte dos respetivos subsistemas territoriais. O **PROT AML** identifica Lisboa como centralidade de 1º nível e Setúbal como centro sub-regional, sendo as restantes aglomerações distinguidas pela sua funcionalidade. No modelo territorial são também identificadas áreas destinadas a determinadas “ações urbanísticas” de contenção, estruturação, qualificação etc. A contenção da fragmentação urbana constitui também uma preocupação presente no PROT AML. O modelo territorial necessita ser avaliado e atualizado em função das dinâmicas ocorridas em duas décadas.

O PROT OVT define um sistema urbano regional, estabelece uma hierarquia e subsistemas associados, nos quais devem ser desenvolvidas inter-relações funcionais. Nem todas as centralidades do OVT têm conseguido manter essa função, registando-se declínio demográfico em muitas delas, nomeadamente em Santarém, que deveria assumir um papel estruturador na sub-região.

O PROT LOVT constitui uma oportunidade para desenvolver uma visão conjunta do sistema urbano regional, avaliar o policentrismo e definir estratégias para o reforçar, considerando as diversas relações funcionais e o papel que cada centralidade desempenha na região e no país.

SISTEMA PRODUTIVO E TRANSIÇÃO DIGITAL

Nos últimos anos, o modelo de crescimento económico tem sido colocado em causa por muitos académicos e decisores políticos. Este debate está relacionado com vários fatores, nomeadamente, a falta de produtividade, a crescente escassez de recursos naturais finitos (pois o crescimento da riqueza económica tem-se baseado no aumento sistemático do consumo) e uma maior consciencialização de que o crescimento económico não gera necessariamente nem mais emprego nem uma distribuição mais justa da riqueza.

Também há argumentos para se perspetivar um futuro mais local, pois a globalização constrói-se localmente. As áreas (urbanas e não urbanas) com maiores níveis de empreendedorismo, competitividade e com economias abertas e uma população diversificada e qualificada podem vir a ter vantagens, num contexto de criação de valor através da mobilização dos ativos locais.

As próximas décadas serão amplamente condicionadas pelas mudanças tecnológicas. Os fluxos globais estão a interligar mercados, bancos, empresas, escolas, comunidades e indivíduos. O mundo estará mais inovador, interconectado e interde-

pendente. No futuro, as mudanças tecnológicas terão repercussões em todos os setores da sociedade. Importa, assim, apostar na valorização das suas potencialidades em prol do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida de todos.

As regiões metropolitanas e as principais cidades, onde se concentram empresas, investidores, empreendedores e outras entidades do sistema de investigação e inovação, evidenciam um melhor potencial de conhecimento e inovação e de acesso a novas tecnologias. No entanto, com a revolução tecnológica, cada vez mais pessoas, em mais lugares, têm mais oportunidades de se conectar e colaborar com maior facilidade, o que cria oportunidades, nomeadamente nas áreas rurais. Contudo, as tecnologias também estão a potenciar e a intensificar as desigualdades sociais com expressões territoriais⁵.

A Estratégia AML 2030 destaca a importância de favorecer e acelerar a digitalização da economia e da sociedade como uma oportunidade para prestar melhores serviços públicos aos cidadãos, com a ajuda de ferramentas digitais, apoiar os municípios a gerir melhor os espaços e os serviços urbanos e apoiar as empresas a inovar, a criar oportunidades de negócios para os mercados globais e a chegarem a novos mercados.

Numa lógica de especialização inteligente, de aposta em domínios com capacidade emergente de produção de riqueza, importa reconhecer os sectores que podem alavancar a economia regional. Recordam-se aqui os setores / domínios de especialização inteligente apontados para o território da RLVT nas diferentes Estratégias Regionais de especialização inteligente:

- AML: Saúde; Turismo, Criativos, Mar, Mobilidade, Agroalimentar e a Transição digital e ensino superior como domínios transversais.
- Centro (Oeste e Médio Tejo)⁶: Recursos naturais e Bio economia (água, minerais, floresta, agroalimentar); Saúde e Bem-estar, Turismo e Criatividade; Tecnologias digitais e Espaço; Materiais, Tooling e Tecnologia de produção; e Energia e Clima
- Alentejo (Lezíria do Tejo)⁷: Digitalização da economia, Circularidade da Economia, Bio economia Sustentável, Energia Sustentável, Mobilidade e Logística, Serviços de Turismo e Hospitalidade, Ecossistemas Culturais e Criativos, Inovação Social e Cidadania.

Apostar na especialização inteligente significa **investir nos ativos locais**, através de estratégias que assentam num quadro adaptável aos contextos e às especificidades de cada região. No futuro as áreas menos desenvolvidas têm de ter mais possibilidades de recuperar tanto no plano social como económico. Simultaneamente, as regiões e as cidades mais desenvolvidas vão competir com as suas congéneres externas.

Nesta perspetiva a AML encontra-se numa posição mais favorável, apresentando um PIB per capita superior ao valor nacional e da UE, sendo que o **OVT** tem um desempenho inferior. Em 2023, 55% do investimento direto estrangeiro em Portugal ocorreu na Grande Lisboa, sendo os valores bastante mais reduzidos no OVT e na Península de Setúbal, com tendência global de redução.

Se considerarmos a proporção de nascimentos de **empresas em setores de alta e média-alta tecnologia**, ou a proporção do VAB e do emprego de **indústrias intensivas em tecnologia e de serviços intensivos em conhecimento**, verifica-se que estas são sempre superiores à média nacional na AML, ao contrário do que sucede nas restantes sub-regiões, com exceção da Lezíria do Tejo em alguns setores. Verifica-se ainda que, na AML, as despesas em ID não alcançam os 2% do PIB, sendo, contudo, o melhor desempenho do país.

Por outro lado, considerando que a **conectividade digital** é um fator determinante para a inovação e o desenvolvimento tecnológico, sendo essencial para impulsionar a competitividade e a sustentabilidade económica, é crucial atentar para as disparidades existentes entre os concelhos da região nesse aspeto, com a existência de carências significativas em alguns territórios mais interiores do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, mas também no Oeste.

No quadro da valorização dos ativos locais, o modelo territorial a desenvolver deve ter em consideração a capacidade instalada e a concentração de massa crítica que a região tem no **sector agroalimentar, florestal, pescas e turismo**. O volume de negócios das empresas ligadas ao setor agroalimentar, florestal e pescas / aquacultura é muito relevante em alguns concelhos da região. De referir que, das principais culturas agrícolas produzidas em Portugal, 35% têm origem na região, tendo também uma representatividade nacional importante ao nível da pecuária.

⁵ PNPOT disponível em: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pcat/ficheiros/SQ_Vconc_PNPOT_1.pdf

⁶ http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5334-revisao-ris3-centro-documento-de-trabalho&category_slug=192&Itemid=739

⁷ <https://www.ccdra-a.gov.pt/docs/ccdra/gestao/EREI2030.pdf>

De registar ainda que, a região dispõe de uma capacidade de alojamento turístico de 128.185 camas que correspondem a 27% do total nacional, sendo que a cidade de Lisboa concentra metade da capacidade da região. Em 2023, o alojamento local correspondeu a 22% da capacidade e alojamento da AML. Nesse ano, o alojamento turístico na AML gerou proveitos superiores a 1.9 milhões de euros, sendo os valores do OVT mais reduzidos - 108 mil no Oeste e 75 mil no Médio Tejo e 13 mil euros na Lezíria do Tejo.

No quadro do inquérito efetuado, os atores da região apontam, contudo, alguns problemas com respeito a este setor. Alerta-se para a pressão turística crescente, e os impactos que gera ao nível da especulação imobiliária, da substituição de habitação tradicional por alojamento turístico e da descaracterização de bairros históricos, o que resulta na perda de residentes locais e no aumento dos preços imobiliários.

É assim identificada a **necessidade de equilibrar a procura turística com a proteção dos recursos naturais e promover a sustentabilidade ambiental e social**. A preservação dos valores naturais, culturais e paisagísticos, além da valorização da autenticidade dos territórios, deve ser o alicerce para o crescimento do setor, sem comprometer as identidades locais. Identifica-se a importância de prever a requalificação dos núcleos urbanos que concentram funções turísticas e residenciais, integrando equipamentos de apoio que atendam tanto turistas quanto residentes. Para além disso, refere-se a importância do incentivo à reabilitação de edifícios existentes para empreendimentos turísticos, o qual deve ser orientado para a preservação de sua autenticidade, sem desvirtuar o património arquitetónico.

Com respeito ao acolhimento de empreendimentos turísticos, em solo rústico, refere-se que o mesmo deve orientar-se, prioritariamente, para a valorização das identidades cultural e natural, potenciando sinergias com a proteção e valorização ambiental e com a revitalização económica e social locais e assegurando a implementação de sistemas de eficiência ambiental e de responsabilidade social. Paralelamente, alerta-se para a importância de melhorar as infraestruturas de apoio ao setor, como áreas de serviço para autocaravanas e estruturas de lazer, além de qualificar os acessos rodoviários e ferroviários aos destinos turísticos, especialmente os mais visitados. A promoção da mobilidade sustentável, incluindo a mobilidade suave, e a melhoria da navegação fluvial também são apontados como eixos prioritários para garantir uma oferta turística mais integrada e acessível.

Aponta-se por último, para a necessidade de revisão das normas do PROT OVT com respeito a este domínio, já que os mecanismos de definição e monitorização da capacidade de camas turísticas se têm mostrado ineficazes.

A utilização sustentável dos recursos naturais na RLVT, seja no aproveitamento turístico, como destacado pelos diversos atores, seja nos setores da agricultura, florestas, extração de inertes e energia, assume uma importância crucial para o desenvolvimento equilibrado da região. Esta abordagem não se limita apenas à preservação ambiental, mas também visa um aproveitamento estratégico e eficiente dos recursos existentes, **alinhando o desenvolvimento económico às necessidades de sustentabilidade a longo prazo**. A transição para uma economia verde e circular, o fomento da bio economia e a implementação de práticas de baixo carbono tornam-se fundamentais para assegurar que o desenvolvimento da região seja sustentável, competitivo e socialmente inclusivo.

O **PROT AML** em vigor, nas Opções Estratégicas, atribui especial destaque à Estratégia Económica para a região, sinalizando a importância de: escolhas seletivas, desenvolvimento sustentado em competências qualificadas, construir vantagens competitivas na concorrência internacional, aprofundar a especialização em atividades centradas na diferenciação etc. Todavia, no restante conteúdo do PROT a estratégia Económica vai-se dissipando focando-se sobretudo na Estratégia Territorial, Sócio territorial e Ambiental. No PROT OVT a relevância em torno do Sistema Produtivo surge destacada no primeiro Eixo Estratégico - Ganhar a aposta da inovação, da competitividade e da internacionalização. No Modelo Territorial estas temáticas surgem associadas ao Sistema Urbano, enquanto base estruturadora do desenvolvimento territorial, com especial destaque para as Áreas de Desenvolvimento Agrícola e Florestal, Áreas de Localização Empresarial, Portas Logísticas e Tipologias associadas ao Turismo, com respetivo normativo. Os PROT pela sua natureza têm verificado limitações no desenvolvimento e implementação das opções estratégicas de natureza económica, com exceção do turismo.

No **PROT LOVT será necessário rever, aprofundar e atualizar as estratégias económicas definidas**, tendo em vista o incremento da competitividade da região LVT.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E RESILIÊNCIA SOCIO ECOLÓGICA

A revisão do PNPOT vem acolher os novos conceitos e preocupações da atualidade, como a resposta às alterações climáticas, os serviços dos ecossistemas ou a transição alimentar e, no primeiro dos cinco grandes desafios territoriais, destaca a **sustentabilidade ambiental** - Gerir os recursos naturais de forma sustentável.

As **alterações climáticas** são uma realidade abordada e sublinhada por inúmeros relatórios científicos e instituições internacionais, sendo cada vez mais uma prioridade dos países, das organizações e das empresas face aos impactos esperados sobre a sociedade, economia e ecossistemas. Variados estudos enquadram Portugal entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas. Na Região de Lisboa e Vale do Tejo os cenários apontam para a subida do nível médio do mar, o aumento da temperatura média, alterações nos padrões de precipitação e ocorrência de fenómenos extremos. Estes impactos poderão incrementar a vulnerabilidade dos territórios ao risco de: cheias e inundações; galgamentos costeiros; destruição de praias e sistemas dunares; recuo e instabilidade de arribas; secas; ondas de calor; incêndios florestais; poluição atmosférica; diminuição da disponibilidade hídrica e degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas; e degradação e contaminação de solos.

Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo da “**neutralidade carbónica**”, com redução das suas emissões de gases com efeito de estufa por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera seja nulo em 2050⁸. Este objetivo está em linha com o Acordo de Paris, no âmbito do qual Portugal se comprometeu a contribuir para limitar o aumento da temperatura média global do planeta a 2°C. e a fazer esforços para que esta não ultrapasse os 1,5°C. O compromisso da neutralidade carbónica confirma o posicionamento de Portugal entre aqueles que assumem a liderança no combate às alterações climáticas.

Em junho 2024 o Conselho Europeu adotou a primeira **Lei do Restauro da Natureza** que tem como objetivo estabelecer metas vinculativas para restaurar os ecossistemas degradados, sobretudo os que têm maior potencial para capturar e armazenar carbono, assim como para prevenir e minimizar o impacto de catástrofes naturais. São definidas metas para o restauro de: habitats terrestres e marinhos degradados; insetos polinizadores; ecossistemas agrícolas; ecossistemas florestais; ecossistemas urbanos e conectividade dos rios.

Neste quadro, o planeamento territorial à escala regional deve traduzir em termos espaciais os grandes objetivos de desenvolvimento económico, ambiental e social sustentável, tendo presente o nexus solo, água, biodiversidade e energia.

Nesta perspetiva, quer o PROT AML, quer o PROT OVT, identificam e delimitam as áreas da estrutura ecológica regional, e estabelecem orientações no sentido da sua salvaguarda, as quais integram, além das áreas classificadas, outras áreas e corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e da estruturação do território. Da análise das dinâmicas territoriais na região apresentadas neste relatório, verifica-se, contudo, que estas estruturas regionais **apenas se encontram transpostas para o nível municipal em 19 dos 52** concelhos da RLVT, verificando-se que, entre 2007 e 2018, se registou um aumento dos espaços artificializados de quase 2.000ha nestas áreas.

Verifica-se ainda que a área suscetível à desertificação na região ampliou-se de forma evidente, com progressão das áreas semiáridas e semi-húmidas secas para a quase totalidade do território a sul do Tejo, e algumas áreas a norte do Tejo, sendo a situação mais preocupante na Lezíria do Tejo (90% do seu território é suscetível à desertificação). De registar também que o estado ecológico das massas de água na região é inferior ao padrão nacional, com exceção do Médio Tejo, existindo também níveis elevados de perdas de água. Na energia, o balanço produção/consumo é negativo em toda a região.

Os problemas e desafios relacionados com os recursos naturais, conectividade ecológica e biodiversidade, foram identificados pela maioria dos atores da região que responderam ao inquérito. Alerta-se para a **utilização não sustentada dos recursos naturais, a qual tem contribuído para a perda de biodiversidade e para o agravamento das condições de conservação da natureza**, em particular nas últimas quatro décadas. A diminuição da floresta autóctone, a ocupação descontrolada do litoral, a fragmentação de áreas naturais e a pressão sobre os ecossistemas e áreas protegidas, como o Parque Natural da Arrábida e o Estuário do Tejo, são algumas das consequências apontadas do desenvolvimento desordenado. Refere-se ainda que a construção de infraestruturas de transporte e energia e a exploração excessiva de recursos tem exacerbado a fragmentação dos ecossistemas e das áreas naturais.

⁸ <https://descarbonizar2050.apambiente.pt/roteiro/>

A prioridade dada aos aspetos económicos em detrimento da sustentabilidade ambiental, a fraca articulação intermunicipal e a ausência de uma estratégia robusta para um desempenho ambiental eficaz foram apontadas como algumas das causas no quadro desta problemática. Em particular, destaca-se a falta de respostas concretas sobre o papel dos serviços dos ecossistemas na sociedade e seu valor para o crescimento urbano sustentável.

Os desafios identificados pelos atores incluem a necessidade de **substituir o atual modelo de crescimento económico por uma economia verde que respeite os limites de resiliência dos ecossistemas**, e a promoção de políticas eficazes de conservação dos recursos naturais. Para isso, identifica-se como fundamental garantir a conectividade ecológica por meio da efetiva salvaguarda das estruturas ecológica regional e da implementação de infraestruturas verdes e azuis, promovendo a criação de redes ecológicas com sistemas de mobilidade pedonal e ciclável interligados. A gestão sustentável dos recursos hídricos, a otimização da utilização da água, a preservação das florestas, a utilização de soluções baseadas na natureza para mitigar os impactos das infraestruturas, a necessidade de mitigar os impactos ambientais de infraestruturas como as energias renováveis, incluindo maior clareza quanto à sua localização e instalação em áreas naturais, são também apontados como desafios chave.

Outro desafio crucial identificado envolve a **valorização dos serviços dos ecossistemas** através da **criação de mecanismos de remuneração para os titulares de áreas** naturais que promovam a sua manutenção, conservação e gestão, incorporando um modelo compensatório para a biodiversidade.

Por outro lado, e ainda neste quadro, as questões da **crescente vulnerabilidade do território face aos efeitos das alterações climáticas e os riscos associados**, foi outro dos problemas/desafios identificados pelos atores da região. Entre estes, foram referenciadas em particular as áreas densamente edificadas junto à costa e estuários, onde há risco significativo de cheias, tempestades e galgamentos oceânicos, bem como as ilhas de calor nas cidades, que resultam em problemas de saúde para a população. Além disso, referenciou-se a escassez de recursos hídricos e a insegurança alimentar como questões prementes, agravadas pelos impactos das alterações climáticas, que afetam diretamente a segurança e a qualidade de vida das populações.

Neste quadro, é de salientar que o risco sísmico elevado e muito elevado afeta mais de metade dos edifícios com uso residencial na RLVT. Por outro lado, estima-se que mais de 29 mil edifícios com uso residencial estejam vulneráveis ao risco de cheias e inundações, enquanto aproximadamente 19 mil enfrentam o risco de instabilidade de vertentes. No que se refere aos riscos associados ao litoral, cerca de 6 mil edifícios estão expostos ao risco de tsunamis, cerca de 4 mil ao risco de galgamento costeiro e cerca de mil à instabilidade e recuo das arribas. Além disso, cerca de 3 mil edifícios com uso residencial encontram-se em áreas vulneráveis ao risco de incêndios florestais. Estes dados revelam a diversidade e a magnitude dos riscos ambientais que afetam os edifícios com uso residencial na RLVT, sublinhando a necessidade urgente de adotar medidas eficazes, com o objetivo de proteger a segurança das populações e assegurar a preservação do património construído face a essas ameaças, tal como preconizado em ambos os PROT.

A análise efetuada revela uma tendência geral de redução do número de edifícios com uso residencial expostos a riscos naturais entre 2011 e 2021, com exceção do risco sísmico, pela sua natureza e extensão no território, mas também do risco de instabilidade de vertentes. Em 2021, registou-se um aumento de 858 edifícios expostos a este risco, o que representa um crescimento de cerca de 5% em comparação com 2011. Nos restantes riscos, apesar da redução global do número de edifícios com uso residencial expostos, existem diferenças importantes ao nível municipal, com alguns concelhos que aumentaram a exposição.

Nas respostas ao inquérito efetuado, identifica-se a necessidade de preparar o território para lidar com esses efeitos, através da implementação de estratégias que promovam a **sua adaptação e resiliência**, incluindo uma adequada gestão da escassez de recursos, especialmente a água e medidas para reduzir a vulnerabilidade das populações aos riscos naturais e para aumentar a capacidade de resposta aos fenómenos extremos e catástrofes naturais. Além disso, refere-se ser crucial reforçar a cultura de segurança e resiliência, garantindo que as normas relacionadas com a proteção de pessoas, bens e recursos sejam cumpridas para enfrentar os desafios climáticos futuros.

Outro aspeto em linha com as preocupações dos atores da região é a **transição energética e a neutralidade carbónica a ser alcançada até 2030**, identificando-se a necessidade de implementação de políticas de mitigação e de sustentabilidade energética. A este respeito refira-se que os GEE emitidos na RLVT entre 2015 e 2019, representam 30% do total nacional,

sendo que a tendência evolutiva é semelhante ao nível regional e nacional: ligeiro crescimento entre 2015 e 2017 e redução para 2019. Os transportes são o fator determinante para o desempenho das emissões associadas à Energia, com um crescimento constante do valor absoluto e atingindo, em 2019, uma quota de 61% emissões da Energia. Por outro lado, cerca de 37% do território da região possui um potencial máximo ou elevado de armazenamento de carbono, em particular nas áreas florestais, superfícies agroflorestais e matos, dominantes no Médio Tejo, sul da Lezíria do Tejo e nas serras. Contudo, entre 2000 e 2018 em resultado da evolução da ocupação do solo, o balanço global na região foi negativo, com perdas de potencial numa área superior, em cerca de 40.000ha, à área com ganhos de potencial.

São ainda apontados desafios como a importância do fortalecimento da **economia circular** e do desenvolvimento de cidades inteligentes, numa perspetiva de impulsionar a inovação e a adaptação das áreas urbanas às mudanças climáticas, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e energéticos. A segurança alimentar também é apontada como uma prioridade, alertando-se para a necessidade de serem promovidas soluções de abastecimento alimentar local.

Por último, e também no quadro da sustentabilidade ambiental, foram identificados problemas relacionados com a **fragmentação urbana, a dispersão e a pressão da artificialização do solo**. Refere-se que a edificação desordenada e fragmentada e o aumento dos perímetros urbanos, sem uma colmatação adequada do existente, bem como a construção clandestina e a construção dispersa em áreas rurais e naturais, têm causado a **degradação da paisagem e o consumo excessivo de solo**, além de gerarem dificuldades na mobilidade, nos serviços públicos e na gestão dos recursos.

Com respeito à fragmentação e expansão urbana desordenada, os atores envolvidos destacam a necessidade de promover um urbanismo de contenção, com ênfase na requalificação das áreas urbanas existentes. Já no que se refere à dispersão da edificação em solo rústico, o reforço das medidas de contenção do fenómeno é também apontado por alguns dos inquiridos, numa perspetiva de salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos e valorização sustentada do solo rústico. Contudo, alerta-se também para a importância de garantir a articulação das regras de edificação nestas áreas com a problemática da falta de habitação e despovoamento do interior, destacando-se a necessidade de revisão das normas dos PROT, por serem demasiado rígidas.

A este respeito importa referir os resultados da análise efetuada donde se verifica que, na RLVT, 19% do total das áreas edificadas com usos residenciais têm carácter isolado ou disperso, sendo esta proporção de 33% na Lezíria do Tejo. Em 2021, 74.134 edifícios com usos residenciais localizavam-se fora das áreas artificializadas, o que corresponde a 8,9% do total. Em relação a 2011, registou-se um aumento de 2.238 edifícios com uso residencial dispersos (+3%).

O **PROT AML** foi inovador na definição de uma Estrutura Ecológica Metropolitana e na sinalização de preocupações com as áreas de risco, com a contenção da fragmentação urbanística e contenção da dispersão, distinguindo a água e a natureza como valores estratégicos estruturantes da AML. No **PROT OVT** a definição da Estrutura Ecológica Regional, reforçou a sustentabilidade ambiental da estratégia para a sub-região, acrescentando as preocupações com a contenção da edificação dispersa, as energias renováveis, com o litoral e com as áreas expostas aos riscos, que neste PROT, mais recente, foram mais desenvolvidas do que na AML. **Todavia, as preocupações com as alterações climáticas, neutralidade carbónica ou valorização e restauro dos ecossistemas assumem atualmente uma premência que necessariamente terá de ser vertida no PROT LOVT.**

GOVERNANÇA TERRITORIAL

Segundo o Fórum das Cidades, a governança territorial é um conceito global que caracteriza a forma como as várias políticas públicas territorialmente relevantes, consideradas conjuntamente, são aplicadas. A governança territorial é avaliada em função do seu contributo para a concretização dos objetivos das políticas de desenvolvimento territorial e resulta da qualidade das relações multinível e trans setoriais estabelecidas no contexto das políticas públicas. Refere-se ao papel da cooperação horizontal e vertical na definição e concretização dessas políticas.⁹

A necessidade de adoção de modelos de governança mais eficazes, eficientes, transparentes e responsáveis resulta da crescente importância dos seguintes aspetos:

- Complexidade dos problemas e respetivas soluções;
- Necessidade de cooperação entre Estado, setor privado, sociedade civil e terceiro setor;

⁹ <https://www.forumdascidades.pt/content/governanca-territorial>

- Necessidade de coordenação entre políticas e respetivos instrumentos, sobretudo quando territorializados;
- Exigência decorrente de uma nova geração de instrumentos de programação financeira de base territorial que não se enquadram funcionalmente nas circunscrições administrativas existentes;
- Articulação com um quadro legislativo em mutação no que diz respeito à administração do território: descentralização, funções das Comunidades Intermunicipais (CIM), Área Metropolitana de Lisboa, entre outros.
- Necessidade de incrementar uma melhor liderança e de responder às exigências de uma sociedade civil mais informada, mobilizada e interventiva.

Neste quadro, um dos desafios territoriais estabelecidos no PNPOT é, precisamente, promover a governança territorial, sendo para tal apontados 3 desafios:

- Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível;
- Promover redes colaborativas de base territorial;
- Aumentar a Cultura Territorial.

É cada vez mais consensual que a concretização das opções estratégicas de Planos ou Programas de carácter territorial, como são os PROT, carece de um intenso trabalho de Governança Territorial. Este desafio é particularmente relevante numa região como Lisboa e Vale do Tejo, onde se cruzam dois PROT e três instrumentos regionais de financiamento europeu / programas operacionais – Centro, Alentejo e Lisboa.

Os atores da região identificam no inquérito, como um dos maiores desafios do PROT LOVT, a **necessidade de aprimorar os modelos de governação**, promovendo uma articulação mais eficaz entre as entidades e atores com competências territoriais. Refere-se como fundamental a transição de uma cultura de competição para uma de complementaridade, baseada na partilha e integração de soluções para questões sistémicas e no fortalecimento da cooperação entre os vários níveis de governação, possibilitando uma maior eficiência na gestão de recursos. Neste quadro, identificou-se a necessidade de criar uma estrutura dinâmica que operacionalize uma visão territorial supramunicipal, conciliando estratégias adaptadas às realidades regionais e integrando escalas territoriais nos eixos de ação do PROT, alinhando-os com os objetivos da Agenda 2030 (ODS) e outras estratégias nacionais e europeias.

Para garantir a implementação das medidas nos territórios, identificou-se como crucial manter o compromisso dos atores ao longo de todo o processo de execução dos PROT, através de um modelo de governança eficiente, que envolva o elevado número de entidades participantes.

Ainda neste quadro, outro dos problemas identificados pelos atores da região relaciona-se com a **concretização efetiva das medidas propostas e a sua monitorização**. Identificou-se a persistência de restrições operacionais nos PROT sem prazos definidos, e pendentes de implementação. Refere-se ser fundamental o acompanhamento eficaz das políticas em implementação e das dinâmicas territoriais, em articulação com os PMOT, propondo-se a criação de um sistema robusto de monitorização e avaliação, com base na recolha e sistematização da informação existente **e no conhecimento efetivo dos territórios**. Além disso, considerou-se necessário alinhar as estratégias do PROT com a disponibilização de fundos comunitários e nacionais e incentivar mecanismos de apoio e alternativas de financiamento para a sua implementação, promovendo a articulação entre políticas públicas setoriais e o ordenamento do território. A superação da desarticulação entre políticas setoriais, **através da integração dos programas setoriais e dos programas operacionais de desenvolvimento regional, com o PROT** foi apontada como uma prioridade.

Nesta perspetiva, importa sublinhar o facto de o PROT OVT ter definido um modelo de governação ancorado na Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão, que desenvolveu trabalhos de monitorização durante cinco anos consecutivos, tornando-os públicos em relatório anuais. Reconhecendo a importância de alargar o exercício de monitorização ao território da AML, a CCDR decidiu canalizar o exercício de análise para o REOT LVT 2017, exercício inovador, tornado público em 2018. Desde essa data têm sido desenvolvidos trabalhos contínuos de análise e monitorização das dinâmicas territoriais e de planeamento que agora se sistematizam neste REOT LVT 2024.

De referir ainda as preocupações levantadas pelos atores regionais com respeito à **falta de dinamismo dos instrumentos de gestão territorial**, especialmente na revisão dos PDM e com a **complexidade, rigidez e falta de transparência da legislação, dos normativos e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial**, que dificultam a sua eficiência e representam um obstáculo ao desenvolvimento do território. Destaca-se o excesso de legislação e a falta de clareza, objetividade e flexibilidade normativa, o que exige ajustes para tornar o sistema mais ágil e eficaz. Refere-se ser essencial flexibilizar o normativo-legal para garantir maior adaptabilidade às realidades locais e facilitar o desenvolvimento territorial, com normas claras e objetivas que orientem eficazmente as práticas de planeamento. A simplificação dos procedimentos, compatibilizada com o novo Simplex urbanístico, é também identificada como crucial, assim como a importância de focar nos conteúdos essenciais, salvaguardando as questões fundamentais. Acresce que o **PROT deve prever metodologias adaptáveis às dinâmicas ambientais, sociais e económicas de curto prazo, permitindo alterações ágeis que considerem as especificidades de cada sub-região** e alerta-se para a importância de criar uma visão estratégica com conceitos adaptados aos diferentes territórios e possibilite a sua reinterpretação face à realidade presente.

Anexo I - Organização dos Indicadores do REOT LVT

Indicadores Temáticos e indicadores transversais – variáveis por domínio e subdomínio

Tipo	Domínio	Subdomínio	Variável
CONTEXTO	PERFIL DA REGIÃO	PERFIL DA REGIÃO	População residente 2011/2021
			População residente 2021/2023
			Valor acrescentado bruto
			Emprego (indivíduos)
			Produto interno bruto a preços correntes
			Importações de bens
			Exportações de bens
			Empresas
			Pessoal ao serviços Empresas
			Despesas em I&D
			Índice Sintético Desenvolvimento Regional 2011-2021
A - INDICADORES TEMÁTICOS / DOMÍNIOS TERRITORIAIS	NATURAL / AMBIENTAL	ÁGUA	Estado das reservas hídricas
			Índice de escassez (stress hídrico)
			Requerimentos para exploração dos recursos
			Água distribuída
			Perdas de água
			Estado das massas de água
			Qualidade da água consumida
		SOLO	Utilização agrícola dos solos da RAN
			Solos de elevado valor pedológico e ecológico não artificializados
			Erosão hídrica do solo
			Índice de aridez e suscetibilidade à desertificação
		CONETIVIDADE ECOLÓGICA E BIODIVERSIDADE	Áreas da rede nacional de áreas protegidas e da rede natura 2000
			Ocupação das áreas integradas na estrutura ecológica regional
			Áreas integradas na REN
			Vegetação arbórea com interesse para a conservação da natureza
			Qualidade dos habitats
			Polinização das culturas
			Despesas dos municípios na proteção da biodiversidade e paisagem
		ENERGIA	Produção de eletricidade
			Produção de eletricidade a partir de fontes renovável
			Consumo de eletricidade
			Contributo das fontes de energia renováveis no consumo final de eletricidade
			Saldo energético
			Consumo de combustível automóvel
			Intensidade energética da economia
			Vulnerabilidade energética

Tipo	Domínio	Subdomínio	Variável
	SOCIAL	HABITAÇÃO	Variação de agregados familiares vs alojamentos
			Alojamentos familiares vagos
			Lotação dos alojamentos
			Dinâmica de construção de fogos
			Entidade promotora na construção de fogos
			Valor de venda de alojamentos familiares
			Renda contratada
		CAPITAL HUMANO E EMPREGO	Índice de renovação da população ativa
			Proporção da população estrangeira com estatuto de residente
			Perfil de qualificações
			Taxa de escolarização no ensino superior
			Diplomados no ensino superior em área científica e tecnológica
			Competências digitais
			Ganho médio mensal
			Poder de compra
		SERVIÇOS, EQUIDADE E COESÃO	Acessibilidade física aos equipamentos de educação e saúde
			Nº de camas dos hospitais
			Taxa de cobertura das respostas sociais
			Despesas municipais por habitante em atividades culturais e criativas
			Despesas municipais em cultura e desporto no total de despesas
		GRUPOS VULNERÁVEIS	Coeficiente de Gini
			População desempregada
			População em risco de pobreza ou exclusão social
			Beneficiários do rendimento social de inserção
			População residente em alojamentos não clássicos
	ECONÓMICO	ESPECIALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	População em situação de sem abrigo
			Variação do PIB
			Variação do VAB por setor de atividade
			Produtividade no trabalho
			Concentração do volume de negócios
			Investimento direto estrangeiro
			Peso e variação das exportações
		EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	Taxa de cobertura das importações pelas exportações
			Taxa de natalidade e sobrevivência das empresas
			Nascimentos de empresas de alta e média tecnologia
			VAB e emprego nas indústrias de alta e média-alta tecnologia
			VAB e emprego dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia
			Transição digital das empresas
			Despesas em I&D

Tipo	Domínio	Subdomínio	Variável
		AGRICULTURA, FLORESTAS, PESCAS E AQUACULTURA	Volume negócios dos setores agroalimentar, florestal e pescas e aquacultura
			Explorações agrícolas
			Superfície agrícola utilizada
			Principais culturas agrícolas produzidas
			Valor da produção agrícola padrão
			Modo de produção agrícola
			Áreas agrícolas regadas / regadios
			Produção pecuária
			Superfície florestal e agroflorestal
			Regime florestal e zonas de intervenção florestal
			Pescadores registados
			Capacidade das embarcações de pesca
			Capturas de pescado
			Produção dos estabelecimentos de aquacultura
		TURISMO	Capacidade de alojamentos turístico
			Procura turística
			Permanência nos alojamentos turísticos
			Proveitos totais nos alojamentos turísticos
			Volume de negócios das empresas
	CONETIVIDADES	INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE	Rendimento médio/quarto
			Extensão e densidade da rede rodoviária
			Extensão e densidade da rede ferroviária
			Repartição modal do transporte ferroviário e rodoviário
			Passageiro desembarcados no aeroporto de Lisboa
			Movimento de mercadoria no aeroporto de Lisboa
			Movimento de mercadoria nos portos
			Nº de passageiros de cruzeiros em trânsito no porto de Lisboa
		MOBILIDADE	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares
			Duração média dos movimentos pendulares
			Movimento de passageiros em vias navegáveis interiores
			Tráfego médio diário nas pontes sobre o rio Tejo
		CONET. DIGITAL	Acesso à internet de banda larga
			Áreas sem cobertura de banda larga
	URBANO	ESTRUTURA DO POVOAMENTO	População por dimensão de lugar
			Dinâmica de construção
			Tipologias do tecido edificado
			Habitação isolada ou dispersa
			Evolução dos territórios artificializados
			Edifícios com necessidades profundas de reparação
			Dinâmica de reabilitação

Tipo	Domínio	Subdomínio	Variável
B - INDICADORES TRANSVERSAIS	VULNERABILIDADES FACE AOS RISCOS	FUNÇÕES URBANAS	População residente que entra / sai do concelho
			Densidade de empresas não financeiras
			Compras através de terminais de pagamento automático
			Estabelecimentos de ensino superior
			Hospitais
			Bens imóveis culturais
			Museus
		AMBIENTE URBANO	Espaços verdes disponíveis
			Qualidade do ar
			Ambiente sonoro
			Alojamentos servidos por drenagem de águas residuais
			Tratamento das águas residuais
			Resíduos urbanos recolhidos por habitante
			Resíduos urbanos recolhidos seletivamente
			Destino dos resíduos urbanos
			Capacidade das infraestruturas de eliminação de resíduos
			Despesas municipais em ambiente
		RISCOS ASSOCIADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS	Exposição dos edifícios perigosidade de cheias e inundações
			Exposição das vias a perigosidade de cheias e inundações
			Exposição dos edifícios a perigosidade de erosão/galgamento em litoral arenoso
			Exposição das vias a perigosidade de erosão/galgamento em litoral arenoso
			Exposição dos edifícios a perigosidade de instabilidade e recuo das arribas
			Exposição das vias a perigosidade de instabilidade e recuo das arribas
			Perigosidade de degradação e contaminação de águas subterrâneas e superficiais
		INCÊNDIOS FLORESTAIS	Perigosidade de incêndios rurais / florestais
			Superfície de área ardida
			Exposição da edificação a perigosidade de incêndios rurais / florestais
			Exposição das vias a perigosidade de incêndios rurais / florestais
		RISCOS ASSOCIADOS À GEODINÂMICA	Exposição dos edifícios a perigosidade sísmica
			Exposição das vias a perigosidade sísmica
			Exposição dos edifícios a perigosidade de inundação por tsunami
			Exposição das vias a perigosidade de inundação por tsunami
			Exposição dos edifícios a perigosidade de movimentos de massa de vertentes
			Exposição das vias a perigosidade de movimentos de massa de vertentes
	PERIGOS TECNOLÓGICOS		Perigosidade de acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
			Exposição de edifícios a acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
			Perigosidade de acidentes que envolvam substâncias perigosas (diretiva Seveso III)
			Exposição dos edifícios a acidentes que envolvam substâncias perigosas

Tipo	Domínio	Subdomínio	Variável
	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	EMIS. GASES COM EFEITO ESTUFA	Quantitativo de GEE emitidos (sem LULUCF - Land Use, Land-Use Change and Forestry)
			Tipos de GEE emitidos
			Emissões de GEE por atividades
			Peso das emissões de CO2 por atividades
		ARM/SEQ CARBONO	Potencial de armazenamento de carbono
		AÇÃO CLIMÁTICA	Ação climática intermunicipal
			Ação climática municipal



Anexo II - Contributo das variáveis analisadas no REOT para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

DOMÍNIOS E SUBDOMÍNIOS DO REOT 2024	INDICADORES TRANSVERSAIS																INDICADORES TEMÁTICOS								
	NATURAL / AMBIENTAL				SOCIAL				ECONÓMICO				CONETIVI- DADES		URBANO		VULNERABILIDA- DES FACE AOS RISCOS				ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				
	Água	Solo	Conetividade ecológica e biodiversidade	Energia	Habitação	Capital Humano e Emprego	Serviços, Equidade e Coesão	Grupos Vulneráveis	Especialização e internacionalização	Empreendedorismo e inovação	Agricultura, florestas, pescas e aquacultura	Turismo	Infraestruturas de Transporte	Mobilidade	Conetividade digital	Estrutura do povoamento	Funções Urbanas	Ambiente urbano	Riscos associados aos recursos hídricos	Incêndios florestais	Riscos associados à geodinâmica	Perigos tecnológicos	Emissões de gases com efeito estufa	Armazenamento e sequestro de carbono	Ação climática
ODS																									
1. Erradicar a pobreza					X	X	X	X																	
2. Erradicar a fome		X				X	X	X		X															
3. Saúde de qualidade							X						X	X		X									
4. Educação de qualidade						X	X						X	X		X									
5. Igualdade de género							X																		
6. Água potável e saneamento	X		X															X							X
7. Energias renováveis e acessíveis				X																					X
8. Trabalho digno e crescimento económico						X			X	X	X	X													
9. Indústria, Inovação e Infraestruturas									X	X			X	X											
10. Reduzir as desigualda- des							X																		
11. Cidades e Comunidades sustentáveis			X		X		X	X					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X
12. Produção e consumo sustentáveis	X	X	X	X					X	X	X							X							
13. Ação climática																			X	X	X	X	X	X	X
14. Proteger a vida marinha	X										X														
15. Proteger a vida terrestre	X	X	X	X															X	X	X				
16. Paz, justiça e instituições eficazes																									
17. Parcerias para a implementação dos objetivos																									

Referências Bibliográficas

ASEBIO – ASEBIO – Assessment of Ecosystem Services, Biodiversity, and Well-Being in Portugal. Consultado a agosto 26, 2024. <https://asebio.novaims.unl.pt>

CABRAL, P., CAMPOS, F. S., DAVID, J., & CASER, Ú. (2021). Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators*, 126, 107660. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>

CANCELA D'ABREU, Alexandre; PINTO CORREIA, Teresa; OLIVEIRA, Rosário (2004) - Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental, Volume IV, Grupos de Unidades de Paisagem K a Q, Universidade de Évora - Coordenação / DGOTDU. [consultado em setembro 2021]. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/node/349>

Carbon Storage and Sequestration — InVEST® documentation. (n.d.). <https://storage.googleapis.com/releases.naturalcapitalproject.org/invest-userguide/latest/en/carbonstorage.html>

CARVALHO, J.; Cabral, J.; Gonçalves, R.; Torres, L.; Mendes-Victor, L. (2006). Geophysical methods applied to fault characterization and earthquake potential assessment in the Lower Tagus Valley, Portugal. *Tectonophysics*, 418, 277-297.

CCDR LVT (2017) - Relatório sobre o Estado do Ordenamento Território de Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em: <http://www.CCDRLVT.pt/pt/o-ordenamento-do-territorio-na-resposta-as-alteracoes-%20climaticas-contributo-para-os-pdm/10238.htm>

CCDR LVT (2010) – Proposta de Alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Disponível em: <http://www.CCDRLVT.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=54>

CCDR LVT (2009) - Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo. Disponível em: <http://www.CCDRLVT.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=613>

CCDR LVT (2008) - Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, Diagnóstico Estratégico Padrões de Ocupação do Solo. Disponível em: <http://www.CCDRLVT.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=613>

CCDR LVT (2002) - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Disponível em: <http://www.CCDRLVT.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=54>

DGT - Direção-Geral do Território (2024) – Relatório do Estado do Ordenamento do Território, 2024, versão para consulta pública. Direção-Geral do Território. [consultado em novembro 2024]. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/Relatorio-do-Ordenamento-do-Territorio-2024>

Referências Bibliográficas

- DGT - Direção-Geral do Território (2019)** - Especificações técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 2018. Relatório Técnico. Direção-Geral do Território. [consultado em setembro 2021]. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-topografica/normas-especificacoes-tecnicas>
- DGT - Direção-Geral do Território (2018a)** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Alteração: Diagnóstico, Direção-Geral do Território. [consultado em setembro 2021]. Disponível em: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PNPOT_Diagnostico_6Julho2018.pdf
- DGT - Direção-Geral do Território (2018b)** - Especificações técnicas da Carta de uso e ocupação do solo de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015. Relatório Técnico. Direção-Geral do Território. [consultado em setembro 2021]. Disponível em: <http://mapas.dgterritorio.pt/atom-dgt/pdf-cous/COS2015/ET-COS-1995-2007-2010-2015.pdf>
- EUROPEAN COMMISSION (2024)** - Ninth report on economic, social and territorial cohesion, European Union; [consultado em maio 2024]. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/information-sources/cohesion-report_en
- GRÁCIA, E.; Donabeitia, J.; Vergés, J.; PARSIFAL Team (2003)**. Mapping active faults offshore Portugal (36°N-38°N): Implications for seismic hazard assessment along the southwest Iberian margin. *Geology*, 31, 1: 83-86.
- OLIVEIRA, Rosário (2019)** - A Paisagem no âmbito municipal, Orientações metodológicas para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem, da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Direção-Geral do Território, [consultado em setembro 2021]. Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/VFF_G-PDM_Paisagem_26Abril2021.pdf
- ZÊZERE, J.; Pereira, A.R.; Morgado, P. (2006)**. Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal continental. *Apostamentos de Geografia, Série investigação*, nº 19, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- ZÊZERE, José Luís et al (2020)** - Identificação, Caracterização e Mapeamento das Situações de Vulnerabilidade no Território Face aos Riscos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa)
- ZÊZERE, J.L. (2020)**. Geomorphological Hazards. In *Landscapes and Landforms of Portugal* (pp. 47-62). Springer, Cham.

